

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA
ESPAÑHOLA A DISTÂNCIA

2
Volume

Español

Andrea Burity Dialectaquiz
Ruth Marcela Bown Cuello
Organizadoras

Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel
Metodologia do Trabalho Científico

Christiane Maria de Sena Diniz
Língua Espanhola II

Erivaldo Pereira do Nascimento
Ana Berenice Peres Martorelli
Teorias da Linguística II

Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel
Teoria da Literatura II

Elaine Freitas de Sousa
Fundamentos Socio-Históricos da Educação

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA
ESPAÑHOLA A DISTÂNCIA

2
Volume

Español

Andrea Burity Dialectaquiz
Ruth Marcela Bown Cuello
Organizadoras

Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel
Metodologia do Trabalho Científico

Christiane Maria de Sena Diniz
Língua Espanhola II

Erivaldo Pereira do Nascimento
Ana Berenice Peres Martorelli
Teorias da Linguística II

Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel
Teoria da Literatura II

Elaine Freitas de Sousa
Fundamentos Socio-Históricos da Educação



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RUBENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Suervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Pró-reitora de graduação ARIANE NORMA DE MENESES SÁ
Diretor da Unidade de Educação a Distância JAN EDSON RODRIGUES LEITE
Diretor do CCAE ALEXANDRE SCAICO

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA ESPANHOLA A DISTÂNCIA

Coordenadora RUTH MARCELA BOWN CUELLO
Vice-coordenador LUCIANE ALVES SANTOS



CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA
ESPAÑOLA A DISTÂNCIA

2
Volume

Español

EDITORA DA UFPB
João Pessoa
2015

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA ESPANHOLA A DISTÂNCIA

Coordenadora RUTH MARCELA BOWN CUELLO

Vice-coordenador LUCIANE ALVES SANTOS

Capa, projeto gráfico e edição ALEXSANDRO M. FERNANDES

E77 Espanhol: Curso de Licenciatura em Letras Língua Espanhola a Distância/ Andrea Burity Dialectaquiz, Ruth Marcela Bown Cuello, organizadoras.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
v.2
ISBN: 000-00-000-0000-0
1. Língua espanhola - ensino. 2. Língua espanhola a distância - ensino. I. Dialectaquiz, Andrea Burity. II. Cuello, Ruth Marcela Bown.

CDU: 806.0

Os artigos e suas revisões são de responsabilidade dos autores.

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I - s/n
João Pessoa - PB
CEP 58.051-270
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Apresentação

LICENCIATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA EM MODALIDADE VIRTUAL

**Andrea Burity Dialectaquiz
Ruth Marcela Bown Cuello**

Caro (a) estudante,

É com alegria que iniciamos mais um semestre do nosso curso de Letras Espanhol, na modalidade virtual. Esperamos que vocês tenham aproveitado, com êxito, o primeiro semestre e que estejam ansiosos por aprenderem mais sobre a Língua Espanhola, as culturas por ela englobadas, bem como por buscar um desenvolvimento nos estudos linguístico-metodológicos que nos permitem ter um olhar mais crítico e especializado sobre o fazer da sala de aula, sem esquecermos do prazer e dos valores da rica criação literária em língua espanhola. Neste semestre temos certeza de que vocês disfrutarão mais do nosso curso, uma vez que as surpresas e o descortinar do mundo acadêmico ficaram para trás. Hoje, vocês já sabem o que é o MOODLE, por exemplo, conhecem conceitos como língua e fala, teorias sobre escrita e leitura, arte, criação e sociedade, dentre outros conhecimentos. Então, esperamos que desse semestre, que iniciamos agora, vocês possam ir um pouco mais longe nos fundamentos teórico-metodológicos do nosso curso e, também, possam se sentir mais confortáveis no trato com os professores, os tutores e obviamente, com seus colegas de curso. Visitem as salas de bate-papo, troquem ideias, opinem, postem imagens, frases, explorem todas as modalidades e formas de aprendizagem, leiam, não tenham medo, leiam.

Vocês certamente já foram apresentados ao escritor argentino Jorge Luís Borges, então, dentre as incontáveis letras que escreveu, destacamos dois de seus pensamentos para darmos início a um semestre promissor. O primeiro pensamento é

o de que “ el libro es una extensión de la memoria y la imaginación”, já o segundo é a crença de que “ una forma de felicidade es la lectura”, portanto, nós convidamos cada um de vocês a prolongarem-se nos livros e serem felizes, mas não percam o foco nas atividades, datas e obrigações do curso.

Bom e frutuoso semestre para todos!

PROPOSTA DO CURSO

HISTÓRICO

A consolidação de blocos econômicos, bem como a expansão dos contatos entre países e culturas nos últimos anos repercutiu de maneira significativa no interesse por conhecer mais profundamente aspectos socioculturais de países de língua espanhola. O espanhol vem convertendo-se em uma língua de comunicação internacional, já que é a segunda língua mais falada no mundo, com mais de 400 milhões de falantes nativos.

É de se esperar, portanto, que haja uma demanda de alunos à espera de professores que possam apresentá-los às mais diversas culturas dos povos como da Espanha, do México, do Chile, das Filipinas, de países africanos de língua espanhola, bem como que possam abrir portas para uma comunicação com povos de outras línguas, através da língua espanhola. Para tanto, a Licenciatura em Língua Espanhola em modalidade virtual, aprovada pela resolução número 54/2013 do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e viabilizada pela UFPB através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), firma o compromisso com cada um de seus estudantes de promover a reflexão, o pensamento crítico e as boas práticas na formação de profissionais empenhados em transformar, pelo conhecimento, a sociedade na qual está inserido.

OBJETIVO GERAL

O curso aqui proposto tem por objetivo formar professores de Língua Espanhola e respectivas Literaturas habilitados a ministrar as disciplinas da área tanto no Ensino Fundamental como no Médio, numa perspectiva curricular interdisciplinar que segue novos preceitos de ensino, combinando a prática docente com as necessidades da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver uma visão crítica sobre perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- Oportunizar o desenvolvimento de uma postura acadêmico-científica frente às questões relacionadas à aquisição e desenvolvimento de uma língua estrangeira;
- Aprimorar o exercício profissional com utilização de tecnologias contemporâneas, seguindo os desafios da sociedade contemporânea;
- Desenvolver a percepção sobre a relação entre conhecimentos linguísticos e literários e estabelecer relações de intertextualidade com a literatura universal, buscando o entendimento de contextos interculturais;
- Valorizar a construção do conhecimento através da interação (a distância e presencial) entre aluno-aluno, aluno-tutor, tutor-professor formador e aluno-professor-formador;
- Propiciar a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Formar profissionais para suprir a necessidade do Estado da Paraíba, diretamente, de mão de obra qualificada em língua estrangeira para o Ensino Fundamental e Médio.
- Ampliar a visão de mundo através do conhecimento de culturas diversas propiciando a tolerância e a compreensão entre os povos

Esses objetivos deverão ser considerados, para o seu detalhamento, em consonância com o perfil do aluno egresso da Licenciatura em Espanhol.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

	DISCIPLINAS	CRÉD.
PERÍODO I	Língua Espanhola I	04
	Teoria da literatura I	04
	Teoria da Linguística I	04
	Instrumentalização para EAD	04
	Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação	04
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	20
PERÍODO II	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola II	04
	Teoria da Literatura II	04
	Teorias da Linguística II	04
	Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	04
	Metodologia do trabalho Científico	04
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	20
PERÍODO III	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola III	04
	Fundamentos Psicológicos da Educação	04
	Optativa	04
	Libras I	04
	Política e Gestão da Educação	04
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	20
PERÍODO IV	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola IV	04
	Literatura Espanhola I	04
	Libras II	04
	Pesquisa Aplicada ao Ensino de Língua Espanhola	04
	Didática	04
	OPTATIVA	04
TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	24	
PERÍODO V	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola V	04
	Linguística Aplicada I	04
	Literatura Espanhola II	04
	Fonética e Fonologia da Língua Espanhola I	04
	Estudos Comparativos em língua espanhola	04
	Estudos Culturais em Língua Espanhola	04
TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	24	

PERÍODO VI	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola VI	04
	Linguística Aplicada II	04
	Literatura Espanhola III	04
	Literatura Hispano-Americana I	04
	Fonética e Fonologia da Língua Espanhola II	04
	Estágio Supervisionado I	08
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	28
PERÍODO VII	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola VII	04
	Optativa	04
	Língua latina I	04
	Literatura Hispano-Americana II	04
	Estágio Supervisionado II	10
	Projeto TCC	04
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	30
PERÍODO VIII	DISCIPLINAS	CRÉD.
	Língua Espanhola VIII	04
	Literatura Hispano-americana III	04
	Estágio Supervisionado III	10
	OPTATIVA	04
	TCC	04
	TOTAL DE CRÉDITOS DO PERÍODO	26

CORPO DOCENTE

- **Alvanira Lúcia de Barros** – Doutora em Letras.
- **Ana Berenice Peres Martorelli** – Especialista em Língua e Literatura Espanhola. Mestre em Linguística, letras.
- **Andrea Burity Dialectaquiz** - Especialista em Língua e Literatura Espanhola. Doutora em Linguística, letras e arte.
- **Carlos Augusto de Melo** - Doutor em Teoria e Historiografia Literária
- **Christiane Maria de Sena Diniz** – Mestre em Letras
- **Erivaldo Pereira do Nascimento** – Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.
- **Graziellen Gelli Pinheiro Lima** – Especialista em Língua e Literatura Espanhola. Mestre em Linguística.
- **Hercílio de Medeiros** – Mestre em Linguística.
- **Ivonaldo Neres Leite** – Doutor em Ciências Humanas.
- **Luciane Alves** - Doutora em Literatura.

- **Pablo Daniel Andrada** – Mestre em Letras/Literaturas Hispânicas.
- **Ruth Marcela Bown Cuello** – Especialista em Língua e Literatura Espanholas. Mestre em Psicologia Cognitiva.

DATAS E TAREFAS

No ensino à distância é muito importante que o estudante mantenha uma disciplina de estudos, defina e respeite horários diários para leituras e tarefas, organize um espaço no qual possa estudar, e que não tenha receio do mundo virtual, pois será através dos meios eletrônicos, plataforma MOODLE que nos comunicaremos.

Então, vamos começar e lembre-se:

“ Cada uno es artífice de su propia ventura” (Don Quijote)

NOSSOS POLOS

PERÍODO LETIVO 2015.1

ALAGOA GRANDE/PB
COREMAS/PB
DUAS ESTRADAS/PB
ITAPORANGA/PB
JOÃO PESSOA/PB
TAPEROÁ/PB

Sumário

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	15
---	-----------

CAPÍTULO 2

LÍNGUA ESPANHOLA II	99
----------------------------	-----------

CAPÍTULO 3

TEORIA DA LINGUÍSTICA II	153
---------------------------------	------------

CAPÍTULO 4

TEORIA DA LITERATURA II	209
--------------------------------	------------

CAPÍTULO 5

FUNDAMENTOS SOCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	273
---	------------

1

Capítulo

**Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel**

**METODOLOGIA DO
TRABALHO CIENTÍFICO**

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Caro (a) aluno (a),

Um dos grandes problemas do pesquisador surge quando tem que dar a conhecer seus resultados ou publicá-los, pois escrever não resulta tarefa fácil, máxime quando o mundo atual se move em uma espécie de aperfeiçoamento do vocabulário científico e surgem terminologias muito complexas, como manifestações dessas mudanças.

A partir dessa problemática, o presente curso tem o objetivo de fornecer alguns apontamentos teóricos que possam auxiliar os estudantes universitários a produzir com mais desenvoltura e técnica seus estudos e atividades acadêmicas. Além disso, propomos um conjunto de sugestões que contribuam para a redação de um texto científico se converta em um ato estimulante por parte de quem tem a difícil missão de buscar soluções aos problemas e que sejam conhecidos por todos: comunidade científica, profissionais e a sociedade em geral.

A primeira parte desse material será fundada sobre reflexões necessárias para o desenvolvimento do espírito científico e acadêmico, como a exploração da ciência e seus diferentes métodos. No segundo momento, apresentaremos questões mais específicas e técnicas que poderão auxiliar no desenvolvimento de atividades solicitadas por diferentes disciplinas.

Bons estudos!

UNIDADE 1

O MÉTODO CIENTÍFICO: Apontamentos sobre a ciência e o conhecimento científico

O conhecimento

A palavra **conhecer** nos remete a uma infinidade de significados. Em nosso estudo, devemos considerar o termo sempre associado à ciência. Assim, o conhecimento científico é algo mais profundo que se caracteriza, sobretudo, por um saber que obedece a determinadas leis comprovadas por diferentes métodos de estudo.

Conforme observa o filósofo Alberto Oliva (2011, p. 13) “a teoria do conhecimento ou epistemologia é o domínio da filosofia que aborda a questão da natureza (o que é), do conhecimento, das fontes (onde procurá-lo) e da validação (como comprová-lo)”.

A epistemologia pondera sobre os modos (meios e procedimentos) mais seguros para a obtenção do conhecimento. Determina onde buscá-lo e como justificá-lo. “A reflexão epistemológica costuma principiar com a busca de uma definição de conhecimento” (OLIVA, 2011, p. 13-14). Enquanto a metodologia prescreve *como* obter conhecimento a partir de procedimentos específicos, a epistemologia define-se como uma modalidade de investigação na qual o conhecimento *examina a si mesmo*.

O desenvolvimento do conhecimento sob uma perspectiva histórica

É da natureza humana questionar o mundo em que vive, tentar compreender diferentes fenômenos observáveis. A busca da explicação de um fenômeno é tentar determinar suas causas e as condições que favorecem o seu aparecimento. A explicação será precisa se, por observação repetida e sistemática, houver o estabelecimento de uma relação unívoca que permite prever o desenrolar de determinado fenômeno. Na verdade, a tentativa é a de encontrar um sistema que regule esse acontecimento. Ocorre que inúmeros fenômenos são bem mais complexos e necessitam de métodos e conhecimentos específicos que possam caracterizar sua essência.

O filósofo Gaston Bachelard (2005, p. 9) aponta em seu texto alguns caminhos que muito contribuem para identificar, ainda que de forma geral, algumas etapas históricas do pensamento científico, que divergem em seus estados de maturação. O primeiro é chamado de estado *pré-científico* e corresponde à Antiguidade Clássica, ao Renascimento e aos séculos XVI a XVIII. Em seguida, o *estado científico* propriamente dito, que seria o fim do século XVIII e início do XIX. Por fim, o último, iniciado no ano de 1905, que corresponderia ao início da era do *novo espírito científico* até os dias atuais.

A Antiguidade Clássica

Em todos os momentos da História, houve a preocupação com o desenvolvimento do conhecimento. Segundo Marcondes (1997, p. 19), diferentes povos da Antiguidade, como os assírios e babilônios, chineses, indianos, egípcios, persas e hebreus tiveram suas visões para explicar os fenômenos naturais. Entretanto, o povo grego se destacou por apresentar preocupações mais sistemáticas e filosóficas com a formação do conhecimento. Uma nova forma de pensamento germinou, uma forma de concepção independente do aspecto sagrado e dos mitos que promoviam respostas aos questionamentos humanos.

Quando falamos sobre a ciência e a filosofia grega, referimo-nos a uma longa era a partir do século VI a.C. ao II d.C. Durante a primeira parte desse período, Atenas era o principal centro intelectual, os filósofos fundaram escolas onde, rodeados de discípulos, desenvolveram o que mais tarde foi chamado de ciência grega. É na cidade de Mileto que surgem importantes contribuições para o despertar da ciência.

São Tales (623-546 a.C. aproximadamente), Anaximandro (610-547 a.C.) e Anaxímenes (588-524 a.C.) foram os primeiros a contribuir para a compreensão conceitual que hoje temos da ciência. O que esses homens fizeram foi debruçar-se sobre o estudo das causas dos fenômenos naturais, sem atribuir tais transformações aos desígnios dos deuses. Entendemos, nesse momento, uma passagem do mito para o início do pensamento científico.

Continuando a tradição dos fisiologistas jônicos que explicaram o universo através de princípios físicos, Heráclito identifica o princípio de todas as coisas com o fogo, e afirma a eternidade do universo. "Todas as coisas são conversíveis em fogo, e o fogo em todas as coisas", como fogo, ele não tem começo nem fim.

Platão e Aristóteles

Platão é, de certa forma, o primeiro filósofo, um dos nomes mais importantes da história do pensamento. Seus antecessores muito contribuíram para as origens da filosofia ocidental, sobretudo Sócrates, mas ele foi o primeiro a construir um sistema filosófico, podemos dizer que se trata de um conjunto coerente de teses epistemológicas, ontológicas, éticas e estéticas.

Entre 387 e 385 a.C., fundou a Academia, com o intuito de recuperar a filosofia de Sócrates e desenvolver estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, pesquisar as ideias de seus antecessores e buscar uma lógica interna capaz de refutá-los racionalmente.

Nessa época, segundo o filósofo e historiador Eric Voegelin (2000, p. 5), Platão desejava renovar a ordem da civilização helênica partindo da fonte de seu amor à sabedoria, fortalecida pela paradigmática vida e morte de um homem justo: Sócrates. Ele entendera que a participação na política de Atenas não fazia sentido se o propósito dos políticos era a conservação da ordem atual. Além disso, ele tinha visto que a situação em outras *poleis* helênicas era tão ruim quanto em Atenas, senão pior. E, sobretudo, ele havia compreendido (o que reformadores políticos modernos e revolucionários são incapazes de entender) que uma reforma não pode ser empreendida por um líder bem intencionado que recruta seus seguidores das muitas pessoas cuja confusão moral é a fonte da desordem.

Sua resistência à desordem da sociedade circundante e seu esforço para restaurar a ordem da civilização helênica procedem de seu amor ao saber. Na *República*, é o desejo pela verdade que dirige o homem no seu caminho através das várias formas do conhecimento, em ordem crescente de perfeição, até que ele veja a realidade transcendente, a qual, por sua vez, constitui os objetos da *noesis* (compreensão imediata), bem como a faculdade do *nous* (mente, intelecto ou inteligência) ou *episteme* (conhecimento) (VOEGELIN, p. 113).

Como Platão, Aristóteles viu o *nous* ou intelecto de um indivíduo como algo similar à percepção, mas também distinto. E também como Platão, Aristóteles associou o *nous* ao *logos* (razão) como unicamente humano, contudo, ele igualmente distinguiu *nous* de *logos*, distinguindo a faculdade para estabelecer definições da faculdade que as utiliza racionalmente.

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) foi considerado o fundador da lógica, teve sua própria escola, o Liceu, onde desenvolvia pesquisas sobre as ciências naturais. Em 367 a. C., Aristóteles estabeleceu-se em Atenas e logo se tornou um dos mais brilhantes alunos de Platão, ele contava 17 anos naquela época e Platão 60. Aristóteles

permaneceu na Academia até a morte de Platão em 347 a. C., quando migrou para a Ásia Menor, dedicando-se aos campos de estudo da biologia e zoologia.

É importante ressaltar que Aristóteles foi o primeiro filósofo a tratar extensivamente de muitos tópicos que mais tarde se tornariam ramos do conhecimento. Sua contribuição foi impressionante e substancial para várias disciplinas. Seus escritos discorrem sobre tópicos como: aprendizagem, comportamento social, desenvolvimento, educação, geriatria, linguagem, memória, moralidade, motivação, razão, sensação, sono e sonhos. A influência de seu pensamento estende-se para diversos campos da filosofia e da ciência, a saber: biologia, ética, física, lógica, metafísica, óptica, política, poética e retórica.

A diferença básica entre Platão e Aristóteles

O filósofo italiano Giovanni Reale (1990), que propôs uma das mais conhecidas leituras de Platão no século XX, define-o como uma eminência no pensamento da História Antiga, e o fato da filosofia platônica constituir diretamente o mais importante suporte do modo de pensar grego pode ser confirmado de um modo surpreendente. Aristóteles, de certa maneira, depende estruturalmente de Platão. Seis séculos após o Helenismo, o que há de mais representativo na cultura grega depende da reinterpretação e desenvolvimento do pensamento de Platão.

É inequívoco o predomínio histórico do platonismo epistemológico, entendido como o conjunto de visões idealizadas de conhecimento, como sistema de prescrições constitutivas de um pretensão método infalível que leva ao conhecimento verdadeiro e certo (OLIVA, 2011, p. 18).

Sabe-se que as composições de Aristóteles dividem-se em dois tipos: os escritos ditos filosóficos ou científicos (destinados aos alunos do Liceu) e os escritos redigidos de forma mais dialética que demonstrativa (voltados ao grande público). Alguns autores descrevem Platão como o patriarca do racionalismo e Aristóteles como o precursor do empirismo e fundador do método científico. De fato, a filosofia de Aristóteles mostra a dificuldade muitas vezes encontrada na tentativa de separar claramente as filosofias do racionalismo e empirismo. O racionalismo declara que as operações mentais devem ser usadas para se adquirir conhecimento, e o empirismo enfatiza a importância das operações sensoriais para a aquisição do conhecimento.

O pensamento de Aristóteles (HERGENHAHN; HENLEY, 2013, p. 48-49) abrange racionalismo e empirismo. Ele preconiza que a mente deve ser empregada antes que o

conhecimento possa ser alcançado (racionalismo), mas que o objeto do pensamento racional é a informação obtida pelos sentidos (empirismo).

De muitos modos, quando a filosofia de Platão aproxima-se da tradição matemática de Pitágoras, Aristóteles está mais próximo da tradição biológica de Hipócrates. As visões de Platão e Aristóteles concernentes às fontes do conhecimento fixaram as bases duradouras para a investigação epistemológica no tempo presente.

Ciência e senso comum

O senso comum é um conhecimento espontâneo, adquirido pelo intercâmbio entre vivências e experiências cotidianas. Resulta, portanto, de um contato substancial com a realidade. Trata-se de um conhecimento que se caracteriza por sua ordem prática e utilitária. Sendo assim, sua função é atender as necessidades imediatas da ação e, por isso, tem uma perspectiva um pouco limitada.

Esse tipo de conhecimento, comum e generalizado, é produto de uma elaboração espontânea da razão, resulta dos discursos que construímos como seres psicossociais. Na sociedade em que vivemos, somos moldados por discursos que permeiam todas as classes sociais. Tanto uma pessoa humilde e iletrada quanto um executivo de alto nível podem compartilhar da mesma opinião em relação à política brasileira. Trata-se de um discurso generalizado, formado por fragmentos de discursos articulados (ABREU, 2002, p. 30-31).

Diferentemente, o conhecimento científico, em sua abordagem objetiva, procura satisfazer com mais profundidade e estudo as necessidades de compreensão humana. Devemos considerar que o conhecimento científico age com mais rigor e utiliza-se de métodos específicos para estabelecer leis universais e verificáveis. A ciência busca a uniformização e a sistematização de forma mais específica por meio de leis, teorias e resultados que possam ser efetivamente comprovados.

EM RESUMO

De acordo com Marcondes e Japiassú (2001, p. 48), a palavra **ciência**, originária do latim *scientia*, significa um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, que podem transmitir, modernamente, uma explicação racional e objetiva da realidade. Cabe destacar que uma importante característica da ciência é que ela deve ser universal e verdadeira, ou seja, deve haver objetividade e não compreensões individuais e variáveis.

A ciência distingue-se do senso comum porque esse é uma construção baseada em hábitos e tradições da sociedade, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas que exigem coerência sobre a verdade da realidade, ou seja, é o conhecimento que resulta de um trabalho racional (CHAUÍ, 1995, p.251).

O CONHECIMENTO E SUAS ESPECIFICIDADES

O conhecimento e o saber científico se distinguem dos outros saberes por apresentar uma série de critérios que os caracterizam. Normalmente, a natureza das reflexões pode se movimentar dentro de diferentes níveis, portanto podemos considerar a divisão do conhecimento em quatro tipos:

a. **Conhecimento empírico**

O conhecimento empírico ou popular (senso comum) é adquirido na experiência da vida cotidiana, geralmente se caracteriza pelo resultado de acertos e erros de uma coletividade. É um conhecimento assistemático que permite apreender o mundo que nos rodeia.

b. **Conhecimento científico**

O conhecimento científico é factual, porque trabalha com fatos comprováveis, sistematicamente, por meio de experiências.

c. **Conhecimento filosófico**

O conhecimento filosófico parte de uma percepção global e intuitiva, resultado de reflexões intelectuais. Ele permite perceber a relação entre as coisas, seu desenvolvimento e sua unidade. Esse conhecimento formula uma série de hipóteses que emergem da experiência e não da experimentação, “é caracterizado pelo esforço da razão pura para questionar os problemas humanos e poder discernir entre o certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da própria razão humana” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 78-79).

d. Conhecimento teológico

O conhecimento teológico é fundamentado por proposições valorativas, que derivam do divino, sobrenatural e sagrado, dessa forma são considerados infalíveis e indiscutíveis. Essas ideias estão associadas às crenças individuais e não passíveis de comprovação, logo, não podem ser submetidas à análises de caráter científico. Para Lakatos e Marconi (2005, p. 79) trata-se de “um conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências não são verificadas”.

Características do conhecimento científico

A natureza do conhecimento é um tema contemplado por filósofos há muito tempo. A principal diferença entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, é que o conhecimento científico deve ser testado lógica e experimentalmente. Estudos sobre a natureza do conhecimento em ciência dividem-no em duas categorias principais: empírico (observável) e teórico (não-observável) (UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014).

Tabela 1: Características do Conhecimento Empírico e Teórico

Conhecimento científico	Características
Empírico	<ul style="list-style-type: none">• baseado em observações e experimentos• usado para descrever um fenômeno predito• comunicado por descrições qualitativas e quantitativas, definições empíricas, hipóteses empíricas, generalizações e leis científicas*
Teórico	<ul style="list-style-type: none">• baseado em ideias/conceitos• usado para descrever, predizer e explicar um fenômeno• comunicado por descrições quantitativas e qualitativas, hipóteses teóricas, definições teóricas e teorias*

Fonte: UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014.

* De acordo com os processos empíricos e teóricos, alguns ramos da ciência, como a Biologia, algumas vezes usam os termos “lei” e “teoria” de uma maneira diversa.

De um modo geral, a metodologia de qualquer ramo da ciência pode descrever o conjunto e análise de observações para validar conceitos empíricos, e o desenvolvimento e verificação das teorias para explicar o conhecimento teórico. Exceto por poucos

exemplos modernos, o trabalho empírico geralmente começa primeiro, seguido do trabalho teórico algum tempo depois (UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014).

Tabela 2: Alguns conceitos empíricos e teóricos na história da Química

Conceito empírico	Conceito teórico
Conservação da massa (Lavoisier, 1770)	Conservação dos átomos (Dalton, 1805)
Conservação do momentum (Wallis, 1668)	Forças de Van Der Waals (Van der Waals, 1873)
Lei de Faraday (Faraday, 1832)	Teoria eletroquímica (Debye, 1923)
Lei Periódica (Mendeleev, 1869)	Modelo atômico de Bohr (1913)
Eletricidade (Franklin, 1752)	Fluxo elétrico (Thomson, 1897)
Linha spectral (Kirchoff, 1859; Balmer, 1885)	Quantização de energia (Bohr, 1913)
Lei de gravitação (Newton, 1666 e 1687)	Teoria da gravitação (<i>em aberto</i>)

Fonte: UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014.

Nota-se que os conceitos listados na Tabela 2 pertencem a diferentes cientistas. Seria possível definir os cientistas que criaram os conceitos empíricos como empiricistas (cientistas experimentais que enfatizam a pesquisa de laboratório). Os cientistas que criaram as teorias do conhecimento poderiam ser chamados teóricos. Entretanto, padrões de classificação como esse são criados por seres humanos para ajudar a organizar nosso conhecimento — e não é provável que um cientista possa ser classificado como tal, por apresentar determinado grau de empirismo em algum ponto ou momento de seu trabalho.

Meios de conhecimento empírico e teórico

Os meios de conhecimento podem ser classificados como empírico e teórico. Um modo de conhecimento é classificado como empírico pela dependência com a experiência e o experimento, enquanto um modo teórico é caracterizado pelo pensamento sobre e entidades e ações que não são visíveis para o olho humano.

A história da ciência pode ser vista como o envolvimento de correntes paralelas de pesquisa — empírica e teórica. Cada situação é exclusiva, por exemplo, o estudo empírico de um fenômeno pode estar décadas, séculos e milênios adiante da pesquisa teórica, ou a pesquisa teórica e científica podem apoiar-se uma na outra de forma permanente — cada uma comunicando seus avanços no campo do conhecimento à outra.

A moderna pesquisa científica é cada vez mais um trabalho de equipe, com empiricistas e teóricos trabalhando juntos, em conjunto com a contraparte das disciplinas relacionadas (ex. biologia, física e química) (UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014).

Tabela 3: Trabalho científico teórico e empírico

Corrente empírica de pesquisa	Corrente teórica de pesquisa
<p>Descrições empíricas baseadas em observações e comunicadas através de</p> <ul style="list-style-type: none"> • evidências • tabelas • gráficos 	<p>Conceitos teóricos baseados em ideias sobre o tema, para explicar a evidência através de</p> <ul style="list-style-type: none"> • definições teóricas • hipóteses teóricas • generalizações teóricas • modelos teóricos
<p>Conceitos empíricos (derivados da evidência)</p> <ul style="list-style-type: none"> • definições empíricas • hipóteses empíricas • generalizações empíricas • modelos empíricos • leis científicas 	<p>Descrições teóricas (derivadas dos conceitos), por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “De acordo com o modelo de átomo de Bohr, o átomo de carbono é tetravalente.”

Fonte: UNIVERSITY OF ALBERTA, 2014.

Para o filósofo da ciência Jerome Ravetz (1996, p. 9), a ciência moderna tem modificado o conhecimento humano sobre nós mesmos e sobre o mundo, mas o processo em si igualmente se transforma, e isso tem criado problemas que a ciência apenas não pode resolver.

A sociedade moderna depende de forma crescente do conhecimento científico e da produção industrial baseada na aplicação dos resultados científicos, mas a produção desses resultados tornou a indústria mais cara e sofisticada. Os problemas decorrentes do manejo dessa indústria e o controle dos efeitos da sua produção são urgentes e difíceis.

Tal processo aconteceu de maneira tão rápida, que a nova situação e suas implicações são ainda imperfeitamente compreendidas. Isto abre novas possibilidades para a ciência e para a vida humana, mas apresenta também novos desafios e perigos.

LEITURA COMPLEMENTAR

A alegoria da caverna

Diálogo entre Sócrates e Glauco, escrito por Platão

– Agora – continuei – representa da seguinte forma o estado de nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens em morada subterrânea, em forma de caverna, que tenha em toda a largura uma entrada aberta para a luz; estes homens aí se encontram desde a infância, com as pernas e o pescoço acorrentados, de sorte que não podem mexer-se nem ver alhures exceto diante deles, pois a corrente os impede de virar a cabeça; a luz lhes vêm de um fogo aceso sobre uma eminência, ao longe atrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa um caminho elevado; imagina que, ao longo deste caminho, ergue-se um pequeno muro, semelhante aos tabiques que os exibidores de fantoches erigem à frente deles e por cima dos quais exibem as suas maravilhas.

– Vejo isso – disse ele.

– Figura, agora, ao longo deste pequeno muro homens a transportar objetos de todo gênero, que ultrapassam o muro, bem como estatuetas de homens e animais de pedra, de madeira e de toda espécie de matéria; naturalmente, entre estes portadores, uns falam e outros se calam.

– Eis – exclamou – um estranho quadro e estranhos prisioneiros!

– Eles se nos assemelham – repliquei – mas, primeiro, pensas que em tal situação jamais hajam visto algo de si próprios e de seus vizinhos, afora as sombras projetadas pelo fogo sobre a parede da caverna que está à sua frente?

– E como poderiam – observou – se são forçados a quedar-se a vida toda com a cabeça imóvel?

– E com os objetos que desfilam, não acontece o mesmo?

– Incontestavelmente.

– Se, portanto, conseguissem conversar entre si não julgas que tomariam por objetos reais as sombras que avistassem?

– Necessariamente.

* * *

– Considera agora o que lhes sobrevirá naturalmente se forem libertos das cadeias e curados da ignorância. Que se separe um desses prisioneiros, que o forcem a levantar-se imediatamente, a volver o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos à luz: ao efetuar todos esses movimentos sofrerá, e o ofuscamento o impedirá de distinguir os objetos cuja sombra enxergava há pouco. O que achas, pois, que ele responderá se alguém lhe vier dizer que tudo quanto vira até então eram vãos fantasmas, mas que presentemente, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê de maneira mais justa? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas passantes, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é isso? Não crês que ficará embaraçado e que as sombras que via há pouco lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que ora lhe são mostrados?

– Muito mais verdadeiras – reconheceu ele.

* * *

– Imagina ainda que este homem torne a descer à caverna e vá sentar-se em seu antigo lugar: não terá ele os olhos cegados pelas trevas, ao vir subitamente do pleno sol?

– Seguramente sim – disse ele.

– E se, para julgar estas sombras, tiver de entrar de novo em competição com os cativos que não abandonaram as correntes, no momento em que ainda está com a vista confusa e antes que seus olhos se tenham reacostumado, não provocará riso à própria custa e não dirão eles que, tendo ido para cima, voltou com a vista arruinada, de sorte que não vale mesmo a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar soltá-los e conduzi-los ao alto, e se conseguissem eles pegá-lo e matá-lo, não o matarão?

– Sem dúvida alguma – respondeu.

– Agora, meu caro Glauco – continuei – cumpre aplicar ponto por ponto esta imagem ao que dissemos mais acima, comparar o mundo que a vista nos revela à morada da prisão e a luz do fogo que a ilumina ao poder do sol. No que se refere à subida à região superior e à contemplação de seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma ao lugar inteligível, não te enganarás sobre o meu pensamento, posto que também desejas conhecê-lo. Deus sabe se ele é verdadeiro. Quanto a mim, tal é minha opinião: no mundo inteligível, a idéia do bem é percebida por último e a custo, mas não se pode percebê-la sem concluir que é a causa de tudo quanto há de direito e belo em todas as coisas; que ela engendrou, no mundo visível, a luz e o soberano da luz; que, no mundo inteligível, ela

própria é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e que é preciso vê-la para conduzir-se com sabedoria na vida particular e na vida pública.

– Partilho de tua opinião – replicou – na medida em que posso.

(Platão, A República, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1973, p. 105 a 109)

OS MÉTODOS CIENTÍFICOS

Um trabalho universitário é um exercício pedagógico que exige pesquisa. Trata-se de uma atividade intelectual que coloca em evidência a necessidade de se buscar a reflexão, a capacidade de observação, de análise e de síntese, em suma, a capacidade de organização do trabalho acadêmico.

É importante lembrar que não existe pesquisa sem questionamento, porém, todo questionamento necessita de referencial teórico. Não existe construção de conhecimento sem apontamentos teóricos, sem um bom levantamento de diferentes interpretações sobre o mesmo fenômeno. Também não existe pesquisa sem método. É preciso um caminho para proceder à reflexão teórica, como em qualquer outra área do conhecimento, assim é necessário escolher o método próprio para o domínio do objeto de pesquisa a ser desenvolvido.

De acordo com Japiassú (2001), a palavra **método** é originária do latim *methodus*, do grego *methodos*, de meta: por, através de; e *hodos*: caminho. Dessa forma, podemos compreender o método como um caminho que nos conduz a determinados objetivos. Todos os domínios do conhecimento, seja a literatura, a geografia, a matemática entre outros, possuem métodos como ferramentas para solucionar diferentes questões, encontrar respostas ou alcançar resultados precisos.

Os métodos não são estáveis, eles mudam ao longo da história e não são os mesmos em todos os domínios da ciência, entretanto, existem regras que estabelecem bases únicas e que permitem refutar certos estudos como não científicos.

O desenvolvimento dos métodos

O desenvolvimento dos métodos tem sua origem na filosofia entre os séculos XVI e XVII. Nesse período, o mundo se apresentava em efervescente atmosfera cultural, artística e filosófica. Em meio a esses movimentos, três nomes se destacam como

legítimos representantes de novas teorias para o desenvolvimento dos métodos: Francis Bacon, Galileu Galilei e René Descartes.

a. **Francis Bacon** (1561 – 1626) foi considerado o precursor do método experimental nas ciências naturais. Para expandir o seu conhecimento e capacitação, o homem deve descobrir a ordem natural das coisas. Dessa forma, o conhecimento é baseado na observação e reflexão para se atingir resultados tangíveis.

b. **Galileu Galilei** (1564 -1642) é considerado o pai do método científico moderno, que se baseia no experimental que ele mesmo colocou em prática: foi o primeiro a romper com a forma especulativa, e, portanto, subjetiva, de seus predecessores. Assim, através da ciência galileia, cujo objeto é o conhecimento mundo objetivo e suas leis, tornou-se ao mesmo tempo um conhecimento experimental baseado em observações - que devem ser interpretados corretamente - e um conhecimento matemático com base no cálculo, medição e quantificação do seu dados próprios.

c. **René Descartes** (1596 – 1650) foi um filósofo, físico e matemático francês. É considerado o criador do pensamento cartesiano, sistema filosófico que deu origem à Filosofia Moderna. Ele propôs um método matemático, que consiste de algumas regras simples que permitem obter novos conhecimentos, fundamentadas nos princípios da ordem, da clareza, da razão e da verdade.

A DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS

Dedutivo

A palavra dedução provém do latim (do latim *deducere*), que significa tirar como consequência de um princípio, de uma proposição ou de uma suposição. O método dedutivo considera que a conclusão está implícita nas premissas. Consiste em aplicar um princípio geral a um caso particular. Assim, de duas proposições pode-se chegar a uma conclusão:

- Todo homem é mortal. (premissa maior)
- Sócrates é um homem. (premissa menor)
- Logo, Sócrates é mortal. (conclusão)

O método dedutivo é fundamentado na lógica e a conclusão é extraída das premissas.

Indutivo

O método indutivo, ou indução, vocábulo que advém do latim *inducere* (“conduzir”) pode ser definido como o raciocínio em virtude do qual se infere, a partir de casos particulares, o conhecimento de conceitos universais. Entendendo-se por raciocínio, nesse contexto, o pensamento lógico que alcança uma conclusão utilizando a indução e a dedução. O raciocínio indutivo parte do específico para o geral.

A origem desse método deve-se à necessidade de verificar as premissas estabelecidas pelo método dedutivo, sempre que as conclusões as que se chega mediante esse último sejam válidas e derivadas de premissas verdadeiras. Por essa razão, o método indutivo representa um componente do método dedutivo na obtenção de conhecimentos. Embora as premissas de um raciocínio indutivo sejam verdadeiras, a conclusão pode ser falsa. Exemplo:

Na bairro A, 90% dos moradores são poloneses; X nasceu em A; logo, X é descendente de poloneses.

Esse método segue o caminho oposto ao dedutivo, pois parte do conhecido para chegar ao desconhecido, do particular para a generalização, do concreto para o abstrato. Vários filósofos empiristas como Bacon, Hobbes e Hume consideraram que o conhecimento é fundado exclusivamente na experiência, eles acreditaram que esse é o funcionamento da ciência. Ela começa com a observação de fenômenos e, a partir de sua regularidade, induz-se a leis gerais. Dessa forma, a experiência é tomada como ponto de partida, trata-se de um método que visa à condução da descoberta de uma verdade.

Hipotético-dedutivo

Método baseado na concepção do filósofo Karl Popper, que consiste na formulação

da noção de falsificabilidade como critério fundamental para a caracterização das teorias científicas, tentando, assim, superar o problema da impossibilidade da verificação definitiva de uma hipótese através do método indutivo encontrado na ciência. Assim, para Popper, é a possibilidade de falsificar uma hipótese científica que permite a correção e o desenvolvimento das teorias científicas, e em última análise o progresso da ciência, embora nenhuma teoria possa jamais ser fundamentada de forma conclusiva (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 153).

Essa concepção parte de quatro etapas:

- I. Observação do problema.
- II. Elaboração de hipóteses.
- III. Dedução de consequências lógicas da hipótese.
- IV. Verificação das consequências a partir de novas observações.

É observável que a verificação das consequências pode encontrar dois caminhos distintos: reforçar a hipótese (corroborar) ou, ao contrário, falseá-la (refutar).

a. Corroboração: se o resultado é positivo, se os fenômenos previstos pela hipótese se produzem, ela é considerada reforçada. De acordo com Lakatos e Marconi (2005, p.98), a palavra corroborar é a mais correta, pois confirmar uma hipótese é algo utópico e implicaria o acúmulo de casos positivos do presente, passado e futuro, ou seja, prática impossível de ser realizada.

b. Refutação: se o resultado não se produz como o previsto, é necessário modificar, abandonar a hipótese ou recomeçar o processo de análise efetuando outras experiências não concebidas anteriormente.

De acordo com Japiassú e Marcondes, diz-se do método hipotético-dedutivo o raciocínio ou pesquisa que procede, por dedução, a partir de uma hipótese:

Ex.: suponho (hipótese) que a causa da mortalidade infantil excepcional numa favela seja a proliferação, aí, de mosquitos e valas negras (sujas). Logo, melhoro a higiene e o saneamento geral desse meio. Se a minha hipótese é justa, a taxa de mortalidade infantil deve baixar; se esta não baixa é porque minha hipótese é falsa ou dela não tirei todas as consequências etc. (2001, p.93).

O método hipotético-dedutivo parte de uma teoria já estabelecida e determinado número de condições iniciais, das quais o cientista deduz enunciados observacionais contrastáveis. De acordo com o método hipotético-dedutivo, a hipótese deve servir para provar uma explanação de dados observáveis. Segundo uma das variantes desse método, para uma hipótese ser confirmada pelos dados, esses não precisam ser necessariamente os mesmos os quais a hipótese tenta explicar.

Em outras palavras, a hipótese precisa servir para correlações observáveis antecipadas, não observadas previamente para a formulação da hipótese, sendo confirmada, se, e somente se, as correlações forem fundamentadas em dados (LAUDAN, 1982, p. 780). Resumindo: método hipotético-dedutivo é aquele no qual uma hipótese baseada em observações é proposta e então testada pela dedução das consequências derivadas desse modelo.

Dialético

Historicamente, a "dialética" foi desenvolvida na Antiguidade pelo filósofo grego Zeno. Trata-se de um conceito em que a verdade vem à tona de uma discussão após as contradições entre duas partes interessadas. Com o filósofo alemão Hegel, e seu trabalho sobre a Fenomenologia, a dialética tornou-se um método para capturar cada coisa em sua complexidade, em contraste com a metafísica, que nega essa possibilidade em nome do conceito de "coisa -em-si".

Hegel se opõe a esse conceito, juntando-se ao acampamento do materialismo, e diz que não deve ser visto como algo estático, que é determinado (por exemplo, o fato de que nada e ser são diferentes); caso contrário, deve ainda compreender as coisas no seu futuro, porque a dialética é um processo universal.

A natureza e a história seguem uma evolução dialética, cada estado é uma tese que contém suas contradições, sua antítese, e a síntese de uma nova realidade que sofreria de novo o processo dialético. A tendência dialética compreende a análise dos fenômenos sociais, compreende a reciprocidade sujeito/objeto como uma interação social que se vai se formando ao longo do tempo histórico (SEVERINO, 2012, p.116).

Fenomenológico

A fenomenologia parte da investigação de um fenômeno. Fenomenologia (do grego: *phainómenon* "aquilo que assoma, aparece", o termo provém do grego *phainesthai* "aquilo que se revela" e *logos* "estudo") constitui o estudo filosófico da experiência e consciência. Originou-se a partir da obra do filósofo alemão Franz Clemens Brentano, cujo aluno, o matemático e filósofo alemão Edmund Husserl fundaria, mais tarde, a escola da Fenomenologia.

Em princípios do século XX, expandiu-se na Alemanha como movimento filosófico em oposição ao Positivismo, encontrando um círculo de seguidores nas universidades de Göttingen e Munique, seguindo para França, Estados Unidos e outras nações, distanciando-se frequentemente do contexto da obra inaugural de Husserl.

Na concepção de Husserl, a Fenomenologia concerne primariamente à análise da realidade do ponto de vista individual, baseada na reflexão sistemática e no estudo das estruturas da consciência e do fenômeno que aparece em atos da consciência. Assim, todo objeto que se manifesta à consciência ocorre de forma intencional.

O método fenomenológico objetiva alcançar a intuição das essências, interpretando o mundo através da consciência do sujeito, consoante suas experiências. Essa ontologia (estudo da realidade) pode ser notadamente diferenciada do método cartesiano de análise, o qual vê o mundo como objeto, lugar de objetos e objetos agindo e reagindo uns sobre os outros.

Ao derivar evidências científicas da investigação fenomenológica, o pesquisador estabelece uma série de métodos e procedimentos que satisfazem os requisitos de um disciplinado, organizado e sistemático estudo. Esses incluem (MOUSTAKAS, 1994, p. 103):

- a. descobrir um tópico e questões enraizadas em significados e valores autobiográficos, bem como sentidos e aceções sociais;
- b. conduzir uma revisão bibliográfica do assunto;
- c. estabelecer um critério como parâmetro para arregimentar copesquisadores e colaboradores;
- d. esclarecer os copesquisadores com instruções sobre a natureza e propósito da investigação, desenvolvendo uma concordância que inclui a obtenção do consentimento, assegurando o sigilo, e delineando as responsabilidades do pesquisador principal e dos pesquisadores participantes, consistente com os princípios éticos da pesquisa.

A Fenomenologia busca captar a essência das coisas, descrevendo a experiência do modo como ela acontece e se processa. Para tanto, seria necessário colocar a realidade “entre parênteses”, afirmou Husserl, ou seja, suspender todo juízo de valor, abandonando-se à compreensão para atingir a realidade assim como ela é. Abstendo-se de estabelecer um juízo a priori, superar-se-ia a oposição entre essência e aparência, conseqüentemente as coisas seriam vistas como são, como se apresentam. A esta operação denominou-se redução epistemológica.

Pela redução fenomenológica, busca-se chegar à essência do fenômeno, o qual é captado de forma inteligível pela consciência, pressupondo que toda consciência é “consciência de alguma substância”. Todavia, a consciência não é definida como substância, mas sim por atos de percepção, emoções, imaginação, e demais atos humanos internos. Portanto, cientificamente a Fenomenologia é um tratado sobre a classificação e descrição dos fenômenos a partir dos estudos que consideram a visão subjetiva de um sujeito expectador.

A cientificidade segundo Umberto Eco

Para Umberto Eco (1983, p. 21), um trabalho ou estudo pode definir-se como científico em sentido lato, quando responde aos seguintes requisitos:

a. O estudo versa sobre um “*objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros.*” O termo objeto não se restringe a um significado ou realidade física. Assim, a raiz quadrada e a classe social representam objetos de estudo. Definir o objeto implica definir as condições sob as quais pode falar-se, com base em regras preestabelecidas por nós ou por outros. Sempre é possível construir um objeto de pesquisa reconhecível publicamente sob certas condições.

b. O estudo deve dizer do objeto *algo que ainda não foi dito* ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse, acrescentando uma inovação ao que já se sabe. Umberto Eco salienta que, mesmo uma tese de *compilação* torna-se cientificamente útil quando o compilador relaciona e reúne de modo orgânico as opiniões expressas anteriormente sobre o tema. “Apenas uma coisa cumpre ter presente: um trabalho de compilação só tem utilidade científica se ainda não existir nada de parecido naquele campo” (ECO, 1983, p. 22).

c. O estudo precisa *ser útil aos demais*. Um trabalho é considerado científico se (observados os requisitos 1 e 2) acrescentar novas informações à comunidade. A importância científica será proporcional ao grau de indispensabilidade que a contribuição estabelecer.

d. O estudo *deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas*, facultando uma continuidade pública. O cientista necessita fornecer provas para sua hipótese e proceder de maneira a permitir que outros prossigam com o trabalho, contestando, confirmando ou ampliando a pesquisa. Se a tese estimular a pesquisa sobre o tema, para Umberto Eco já se obteve “qualquer coisa de útil”:

O bom de um procedimento científico é que ele nunca faz os outros perderem tempo: até mesmo trabalhar na esteira de uma hipótese científica para depois descobrir que ela deve ser refutada significa ter feito algo positivo sob o impulso de uma proposta anterior (ECO, 1983, p. 24).

É possível afirmar que cada trabalho científico, ao contribuir para o desenvolvimento do conhecimento geral, demonstra um valor positivo, em oposição a toda ação que bloqueia o processo de conhecimento.

Humildade científica

Sobre métodos de leitura e levantamento bibliográfico, Umberto Eco observa que é fundamental ao pesquisador levar em conta as opiniões diferentes, sem adotar uma atitude intolerante: “não só porque é preciso registrar todas as opiniões expressas sobre o nosso tema, mas porque *nem sempre as melhores idéias nos vêm dos autores maiores*” (1983, p. 111).

Segundo o autor, a humildade científica apoia-se no princípio de que é possível aprender alguma coisa com todos. Faz-se necessário ouvir com respeito a outrem, sem abster-se de exprimir juízos de valor ou saber que o pensamento daquele autor diverge e está ideologicamente distante do nosso. Ao empreender uma pesquisa deve-se tomar por regra não desprezar nenhuma fonte.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

O Discurso do Método – Excerto

INEXISTE NO MUNDO coisa mais bem distribuída que o bom senso, visto que cada indivíduo acredita ser tão bem provido dele que mesmo os mais difíceis de satisfazer em qualquer outro aspecto não costumam desejar possuí-lo mais do que já possuem. E é improvável que todos se enganem a esse respeito; mas isso é antes uma prova de que o poder de julgar de forma correta e discernir entre o verdadeiro e o falso, que é justamente o que é denominado bom senso ou razão, é igual em todos os homens; e, assim sendo, de que a diversidade de nossas opiniões não se origina do fato de serem alguns mais racionais que outros, mas apenas de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas. Pois é insuficiente ter o espírito bom, o mais importante é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, como também das maiores virtudes, e os que só andam muito devagar podem avançar bem mais, se continuarem sempre pelo caminho reto, do que aqueles que correm e dele se afastam.

Quanto a mim, nunca supus que meu espírito fosse em nada mais perfeito do que os dos outros; com freqüência desejei ter o pensamento tão rápido, ou a imaginação tão clara e

diferente, ou a memória tão abrangente ou tão pronta, quanto alguns outros. E desconheço quaisquer outras qualidades, afora as que servem para o aperfeiçoamento do espírito; pois, quanto à razão ou ao senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos diferencia dos animais, acredito que existe totalmente em cada um, acompanhando nisso a opinião geral dos filósofos, que afirmam não existir mais nem menos senão entre os acidentes, e não entre as formas ou naturezas dos indivíduos de uma mesma espécie.

Mas não recearei dizer que julgo ter tido muita felicidade de me haver encontrado, a partir da juventude, em determinados caminhos, que me levaram a considerações e máximas, das quais formei um método, pelo qual me parece que eu consiga aumentar de forma gradativa meu conhecimento, e de elevá-lo, pouco a pouco, ao mais alto nível, a que a mediocridade de meu espírito e a breve duração de minha vida lhe permitam alcançar. Pois já colhi dele tais frutos que, apesar de no juízo que faço de mim próprio eu procure inclinar-me mais para o lado da desconfiança do que para o da presunção, e que, observando com um olhar de filósofo as variadas ações e empreendimentos de todos os homens, não exista quase nenhum que não me pareça fútil e inútil, não deixo de lograr extraordinária satisfação do progresso que creio já ter feito na procura da verdade e de conceber tais esperanças para o futuro que, se entre as ocupações dos homens puramente homens existe alguma que seja solidamente boa e importante, atrevo-me a acreditar que é aquela que escolhi.

(DESCARTES, René. O discurso do método. In: *civilistica.com* || a. 2. n. 1. 2013 || 1-2. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2013/02/Descartes-civ.com-a.2.n.-1.-20131.pdf>. Acesso em: 19/06/2014.)

Texto II

Tomás de Aquino – Suma teológica I

Algo pode ser evidente por si de duas maneiras: seja em si mesmo e não para nós; seja em si mesmo e para nós. Uma proposição é evidente por si se o predicado está incluído na razão do sujeito. Exemplo: o homem é um animal, porque animal faz parte da razão de homem. Se, por conseguinte, a definição do sujeito e a do predicado são conhecidas de todos, essa proposição será evidente por si para todos. É o que acontece com os primeiros princípios de demonstração, cujos termos são tão gerais que ninguém os ignora: como ente e não-ente, todo e parte, etc. Se alguém ignorar a definição do

predicado e a do sujeito, a proposição será evidente por si em si mesma; mas não para quem ignora o sujeito e o predicado da proposição. Por esse motivo, diz Boécio, existem efeitos comuns do espírito evidentes por si apenas para os que as conhecem, como esta: *as coisa imateriais não ocupam lugar*. (...) Existem dois tipos de demonstração: uma pela causa, e se chama *a priori*, ela parte do que é anterior de modo absoluto. Outra, pelos efeitos, e se chama *a posteriori*; ela parte do que é anterior a nós. Sempre que um efeito é mais manifesto do que sua causa, recorremos a ele a fim de conhecer a causa. Ora, por qualquer efeito podemos demonstrar a existência de sua causa, se pelo menos os efeitos dessa causa são mais conhecidos para nós, porque como os efeitos dependem da causa, estabelecida a existência do efeito, segue-se necessariamente a preexistência de sua causa.

(AQUINO, Tomás. *Suma teológica I*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 162-4.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antonio Suárez. *A arte de argumentar*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, Rio de Janeiro. *Normas ABNT sobre documentação*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. ABNT. *NBR 14724: informação documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A atitude científica. In: *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

HERGENHAHN, B. R.; HENLEY, Tracy. Ancient Greece. In: *An Introduction to the History of Psychology*. London: Wadsworth Publishing, 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAUDAN, Larry. Science and Hypothesis, Historical Essays on Scientific Methodology. In: *Dialogue. Revue Canadienne de Philosophie/Canadian Philosophical Review*. Volume 21 / Issue 04 / December 1982, p. 780-782 Copyright © Canadian Philosophical Association 1982. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S0012217300023970> (About DOI), Published online: 05 May 2010. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract>. Acesso em: 11/02/14.

MATALLO Jr., Heitor. A problemática do Conhecimento. In: CARVALHO, (Org.) Maria Cecília Maringoni de. *Construindo o Saber – Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.

MOUSTAKAS, Clark. *Phenomenological Research Methods*. Thousands Oaks, California: Sage Publications, 1994.

OLIVA, Alberto. *Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2011.

RAVETZ, Jerome R. *Scientific Knowledge and Its Social Problems*. New Brunswick/New Jersey: Transaction Publishers, Rutgers – The State University, 1996.

REALE, Giovanni. *A History of Ancient Philosophy II: Plato and Aristotle*. Albany, N.Y.: State of University New York Press, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

UNIVERSITY OF ALBERTA. CRISTAL – Alberta Outreach. *Scientific Knowledge*. Disponível em: www.crystaloutreach.ualberta.ca/.../ScienceReasonin. Acesso em: 09 de jun. de 2014.

VOEGELIN, Eric. *Plato*. Louisiana State University Press/First University of Missouri Press paperback edition, 2000.

UNIDADE 2

A pesquisa científica

O texto científico, diferentemente dos textos literários, que se caracterizam pela polissemia, não deve possibilitar diferentes interpretações, caracteriza-se pela redação de um texto objetivo, marcado pela precisão e rigor intelectual.

É indispensável situar claramente o sujeito da análise e precisar os objetivos do trabalho. Para se atingir essa meta, o discurso científico deve se apoiar em conhecimentos e princípios reconhecidos e em fatos evidentes. É preciso que o redator recorra a variados procedimentos textuais como: demonstrações, exemplificações, justificativas e citações que possam reforçar as ideias apresentadas.

A redação científica é, sobretudo, um exercício acadêmico que requer pesquisa, seleção de elementos adequados para desenvolver um material coerente e com ideias consistentes.

A pesquisa

Inicialmente, para realizar a pesquisa sobre um tema é necessário estabelecer uma bibliografia precisa e seletiva. Atualmente existem importantes ferramentas que podem auxiliá-lo nesta tarefa: investigação nos léxicos, dicionários e enciclopédias, pesquisa em bibliotecas ou outros bancos de dados específicos.

A leitura e seleção do material

Para dominar o assunto sobre o qual trabalha, é indispensável proceder à leitura crítica em relação ao assunto abordado. Com conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, você pode iniciar a escritura do trabalho. O processo de leitura é acompanhado por uma reflexão sobre as fontes consultadas. Devemos desenvolver a capacidade de fazer um julgamento crítico das obras, selecionar e filtrar cuidadosamente os elementos relevantes de cada leitura. Se necessário, é preciso recorrer a obras específicas para expandir sua pesquisa.

As fontes de um trabalho científico

“Uma tese estuda um objeto por meio de determinados instrumentos” (ECO, 1983, p. 35). Essa assertiva se aplica à elaboração de todo trabalho científico. Para Umberto Eco (1983), as fontes de um trabalho científico podem ser divididas em *primárias* e *secundárias*.

No caso de um artigo sobre, por exemplo, o pensamento de um autor, o objeto é um livro e os instrumentos, outros livros. Assim, o objeto é constituído por livros do autor e os instrumentos, por livros sobre o autor. Nesse caso, os escritos do autor são as fontes primárias. E os livros sobre o autor são as fontes secundárias ou literatura crítica. Ex.: Um artigo ou pesquisa em que o objeto é *O pensamento de Gilberto Freyre*. Contudo, se o objeto fosse *As Fontes do Pensamento de Gilberto Freyre*, os escritos e livros em que Freyre se inspirou seriam as fontes primárias.

Quando o objeto é um fenômeno real e as fontes inexistem na forma de textos escritos (por exemplo, no caso de uma pesquisa ou estudo clínico sobre o efeito de um novo medicamento), os dados estatísticos, fotografias, transcrições de entrevistas,

devem tornar-se os textos que você inserirá na tese à guisa de documentos. (...) Quanto à literatura crítica, pelo contrário, as coisas não mudam muito em relação ao caso precedente. Na falta de livros ou artigos de revistas, haverá artigos de jornal ou documentos de outro gênero (ECO, 1983, p. 35).

Umberto Eco adverte o pesquisador sobre a importância de distinguir entre as fontes e a literatura crítica. Não confundir o discurso sobre as fontes com o discurso sobre a literatura crítica. Voltando ao primeiro exemplo, no caso em que o objeto é *O pensamento de Gilberto Freyre*, trata-se de distinguir entre discutir o que Gilberto Freyre disse, do que outros disseram inspirando-se nele (nesta situação o pensamento de Freyre estaria em primeiro plano). Ao examinar-se a literatura crítica, as interpretações sempre devem ser confrontadas com o texto fonte/original. Em resumo: “é muito importante definir logo o verdadeiro objeto da tese, já que, desde o início, impõe-se o problema da acessibilidade das fontes”(ECO, 1983, p. 36).

O artigo científico

A Associação Brasileira de Normas e Técnicas define o artigo científico como um texto com autoria declarada, com a finalidade de apresentar e discutir ideias, métodos, processos, técnicas e resultados de diferentes áreas do conhecimento (ABNT/NBR 6022:2003).

“Os artigos científicos são pequenos estudos, porém completos, que tratam de uma questão verdadeiramente científica, mas que não se constituem em matéria de livro” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 238).

Publicado em periódicos e revistas (científicas, didáticas ou de divulgação), apresenta a mesma estrutura de outros trabalhos científicos: título definido, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas (RAMPAZZO, 2002, p. 131).

Como texto de divulgação e, ao mesmo tempo, comunicação científica especializada, presume-se que a clareza de um artigo científico permita-lhe ser acessível a muitos estudiosos, e consultado mesmo pelos não versados diretamente numa disciplina (ECO, 1983, p. 113).

Um artigo científico apresenta os resultados de uma pesquisa, é escrito por pesquisadores e voltado para acadêmicos, pode apresentar de 15 a 20 laudas.

Conteúdo de um artigo científico

O conteúdo de um artigo científico varia conforme a sua especificidade e seu objetivo. Deve oferecer uma contribuição à pesquisa sobre um tema. Lakatos e Marconi (2005, p. 239-240) destacam as seguintes possibilidades:

- a) apresentar uma descoberta ou enfoque inovador;
- b) apresentar uma visão contrária sobre um assunto;
- c) debater uma questão controvertida;
- d) atualizar as informações sobre um assunto;
- e) abordar os aspectos secundários de uma pesquisa que não foram suficientemente desenvolvidos na mesma.

Seria muito útil ao pesquisador refletir se o artigo deveria ser revisado por especialistas na área abrangida pela pesquisa antes de sua publicação.

Tipos de artigo científico

Em primeiro lugar, ao escrever um trabalho científico de qualquer natureza, é bom ter em mente a quem se dirigirá a publicação. O pesquisador deve conhecer o público e a natureza da fonte (científica, didática, de divulgação) aos quais se destina sua publicação.

“São problemas importantes na medida em que dizem respeito antes de tudo à forma expositiva a dar ao trabalho, mas também ao nível de clareza interna que se pretende obter” (ECO, 1983, p. 113). O artigo científico pode ser classificado de acordo com a seguinte tipologia:

- **Artigo analítico:** descreve algum assunto específico, examina uma questão ou problema, ou apresenta uma opinião baseada num fato. Lakatos e Marconi (2005, p. 241) fornecem o seguinte roteiro:

- a) definição do assunto;
- b) aspectos principais e secundários;
- c) as partes;
- d) relações existentes.

O autor analisa uma ideia, um tema, uma obra, dividindo o seu objeto de análise em partes ou áreas respaldadas por provas que convencerão o leitor sobre a validade da opinião do autor. Em geral, três divisões ou áreas são o bastante, mas isso pode variar.

- **Artigo classificatório:** compõe-se de definição, descrição objetiva e análise. De caráter informativo, classifica e ordena os aspectos mais relevantes de seu objeto de pesquisa. De início, o tema é dividido em classes ou tópicos, segundo suas características. Roteiro:

- a) definição do assunto;
- b) explicação/justificativa da divisão;
- c) tabulação dos tipos;
- d) definição de cada espécie.

“Dentre as formas de documentação técnica é a mais útil” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 242). Como texto informativo, esse tipo de artigo classifica e dispõe ordenadamente os principais aspectos de um determinado tema, a fim de comentar e explicar as partes divididas.

- **Artigo Argumentativo:** é uma forma de documentação que exige especialistas ou pesquisadores experientes. Desenvolve argumentação favorável ou contrária sobre um

tema. Expõe os fatos e provas que possam validar a hipótese do pesquisador. A coleta de dados válidos para a comprovação requer pesquisa aprofundada. Segundo Lakatos e Marconi, possui o seguinte roteiro:

- a) exposição da teoria;
- b) apresentação dos fatos;
- c) síntese dos fatos;
- d) conclusão.

O artigo argumentativo busca o desenvolvimento de novas teorias para uma pesquisa, buscando a atualização de um tema.

- **Artigo de Revisão:** são revisões críticas de estudos previamente publicados.

Há vários tipos de artigos científicos no campo das publicações acadêmicas; a terminologia exata e as definições variam de campo e de publicação, mas frequentemente incluem:

Letters (ou **comunicações**): são descrições breves e atualizadas de achados científicos cuja publicação é considerada urgente dada a sua importância.

Resumo em anais de conferência: é a súmula das ideias, metas ou objetivos centrais do trabalho apresentado e descreve como o pesquisador almeja desenvolvê-los. Deve ser redigido de forma concisa, em parágrafo único, espaço simples, preferencialmente na terceira pessoa do singular, sem enumeração de tópicos, diagramas, equações, fórmulas, frases negativas e símbolos. A extensão do resumo depende de sua especificidade: até 100 palavras para comunicações breves e notas; até 250 palavras para artigos e monografias; e até 500 palavras para dissertações e teses (MARTINS, 2000).

Paper (*conference paper/article*): artigo individual apresentado em uma conferência. João Bosco Medeiros (2008, p. 214) define esse tipo de documento científico como uma síntese original de reflexões voltadas a um tema específico. Não se trata de um relatório pois apresenta uma avaliação dos fatos ou observações coletadas pelo pesquisador: "no meio acadêmico o *paper* vem sendo empregado com um sentido genérico; pode referir-se não só à comunicação científica, mas também a texto de um simpósio, mesa-redonda e mesmo a um artigo." Não existe limite definido para o número

de palavras ou de páginas de um *paper*, isso fica a critério das normas estabelecidas pela fonte de publicação.

Artigos em *proceedings* (anais de conferência ou *conference proceeding*): variam de acordo com a finalidade, o tipo ou fonte de publicação e o caráter da pesquisa.

Proceedings: coletânea de artigos apresentados em uma conferência.

É importante distinguir a diferença entre *conference paper/article* e a *conference proceedings (editor)*. A *conference paper* é um artigo (ou abstract) apresentado em uma conferência, na qual você é um dos autores. A *conference proceeding* é uma antologia contendo todos os artigos apresentados na conferência, organizado por um ou vários editores.

A redação do texto científico

A leitura de obras literárias de cunho artístico-cultural é tão relevante na formação do pensamento, quanto a bibliografia referente importa no desenvolvimento do trabalho científico.

O caminho mais curto para a redação de um artigo científico é a leitura. Nada substitui o ato de ler na formação e aquisição de um bom vocabulário e para se adquirir fluência na escrita. O conhecimento da norma culta, das regras de acentuação gráfica, concordância, paragrafação, pontuação, regência verbal, nominal e verbo-nominal influi na construção lógica e concatenada das frases.

O texto científico apresenta uma sequência lógica de desenvolvimento, evidenciando gradualmente para o leitor: os objetivos da pesquisa; os métodos utilizados nas diferentes etapas do trabalho; as etapas na condução dos experimentos; a importância dos resultados no campo de pesquisas atuais; como e porque se chegou àquelas conclusões. Escrever mal reflete na divulgação de seu trabalho. O ato de produzir ciência passa pela escrita. Em relação à forma, indicamos a seguir algumas características linguísticas do texto científico:

a) predominância de frases afirmativas em oposição às exclamativas, imperativas e interrogativas;

b) frases afirmativas devem ser usadas para descrever um fenômeno, enunciar um fato, estabelecer relações de causa e consequência, formular e expor claramente as ideias. A utilização ocasional de frases interrogativas pode servir à formulação de

questões importantes para o pesquisador, desde que sejam respondidas e analisadas ao longo do trabalho;

c) emprego da 3ª pessoa para estabelecer o distanciamento entre o autor e seus propósitos;

d) predominância do presente do indicativo;

e) verbos na voz ativa;

f) clareza e precisão na escolha do vocabulário a ser utilizado no texto, busca de máxima precisão e objetividade.

Essas características são tipicamente encontradas na dissertação científica, de forma ideal em publicações voltadas à produção de livros didáticos. Revistas populares e artigos de jornal sobre ciência frequentemente tomam liberdades com a linguagem científica para adotar um tom mais coloquial e próximo à linguagem cotidiana. Essa “tradução” remove aspectos importantes sobre a natureza da ciência, ou pior, deturpa a natureza da ciência.

Dois problemas recorrentes em artigos populares sobre ciência são a carência de expressões apropriadas (tendendo a declarações absolutas) e a confusão entre evidência e interpretação. A evidência constitui a autoridade suprema em ciência, assim mesmo, toda evidência apresenta algum grau de incerteza.

Expressões como “provas”, “exatamente”, “absolutamente” ou “nós provamos...” são inapropriadas no contexto de uma investigação científica. A evidência pode sustentar uma hipótese, mas não provar. A prova é considerada demasiado absoluta e não denota a incerteza que acompanha toda evidência científica do conhecimento.

A literatura científica requer um tom específico, emprega uma terminologia relativamente formal e precisa, de acordo com o seu objeto. A argumentação de um texto científico requer a exposição de pensamentos que combinem evidências baseadas em conhecimentos e argumentos lógicos. Cada pensamento é dependente da linguagem; em outras palavras, necessita vocabulário e domínio da norma culta para conceituar e comunicar o que o autor está pensando ou realizando.

Dez erros na redação de um texto científico

Uma redação mal feita pode comprometer os resultados da pesquisa, sua divulgação e, inclusive, levar o candidato avaliado por uma banca à reprovação. Portanto deve-se evitar incorrer nos seguintes erros mais comuns:

a) uso da primeira pessoa do discurso. A função referencial da linguagem pede a terceira pessoa;

b) períodos muito longos tendem a se tornar confusos. Evite períodos compostos por subordinação e adjetivação desnecessária. Não seja prolixo;

c) ordene as ideias em ordem de complexidade, obedecendo a uma gradação;

d) fuja da ambiguidade. Cada palavra deve ater-se ao seu exato sentido. Não seja evasivo;

e) evite a personalização ou personificação de seres inanimados. Diante dos argumentos de prova concreta, dados numéricos, gráficos e tabelas evite os chamados verbos de elocução;

f) repetição de palavras é sinal de pobreza vocabular. A tautologia como vício de linguagem é outro erro, sinônimo do pleonasma ou redundância;

g) use frases na ordem direta;

h) não use frases que terminem rimadas;

i) atenção aos cacófatos (cacofonia: vício de linguagem que consiste na formação de sons desagradáveis num período. Ex. As ruas de então (dentão) não eram pavimentadas;

j) mantenha a sobriedade de estilo, seja objetivo e não divague ao expor um conceito;

k) expressões que denotem ordem ou diálogo com o leitor não devem ser utilizadas, bem como sugerir ou fazer *marketing* de um produto ou empresa ligada ao trabalho.

A redação científica deve ser feita com organização lógica, elegância, simplicidade, concisão, propriedade sintática e clareza semântica. Não se escreve sem leituras e estudos anteriores. Para que um texto científico venha a reunir todas estas características, seu autor deve conhecer modelos literários apropriados e ter passado por uma experiência de redação científica sistemática.

Ao escrever o autor deve observar sempre as características do leitor. Quanto mais especializado ele é, mais técnico deve ser o texto.

As sugestões, princípios e recomendações presentes nos manuais de redação não devem ser tão rigidamente observados a ponto de inibirem o estilo pessoal. Eles não

garantem uma boa qualidade da redação, assim como o conhecimento de regras gramaticais apenas não garante a boa qualidade da comunicação.

Para Gilson Volpato (2013), a redação é a expressão escrita do pensamento. Corrigir a redação implica correção do pensamento. A redação científica expressa a ciência desenvolvida e compreende:

- a) conceitos adequados sobre o processo de ciência;
- b) pesquisa de qualidade;
- c) texto científico bem estruturado em termos de informações a serem incluídas, o local e ordem em que essas informações aparecem;
- d) redação obedecendo ao estilo científico.

Falha em qualquer dessas etapas resulta num mau texto. O ensino da redação científica exige exercitar-se nesses tópicos e deve contemplar a evolução que tem ocorrido na comunicação científica. Tudo isso deve ser amparado com as discussões sobre o processo de publicação científica. E, finalmente, redigir cuidadosamente a estruturação e a apresentação do texto.

Da atenção no uso dos métodos científicos durante a execução da pesquisa científica e da boa apresentação final do texto científico depende a aceitação final do trabalho pela comunidade científica.

A elaboração do texto científico deve ser preparada com critério e tempo para se chegar a um texto claro, objetivo e fluente. Por isso, não deixe a redação para a última hora, pois poderá não haver tempo para sua adequada elaboração. Convém lembrar que uma apresentação, mesmo que satisfatória, não compensa os efeitos de uma argumentação mal fundamentada, uma execução mal planejada; resultados inconsistentes ou insuficientes.

O mito da proficiência idiomática

É um fato que o inglês tornou-se a linguagem da ciência e que escrever e publicar em outras línguas restringe o potencial de leitores de um autor para uma pequena fração, quando o artigo não foi publicado naquele idioma. É indispensável ao cientista, seja qual

for sua língua materna, conhecer o inglês para saber o que os demais cientistas estão fazendo e participar da comunidade científica em seu campo. Quando o cientista não está familiarizado com o inglês, há insegurança para escrever livremente sem ajuda imediata. Grande parte dessa insegurança é injustificada (LINDSAY, 2011, p. 12).

Lindsay observa que cientistas falantes nativos, frequentemente, apresentam uma dificuldade maior em reconhecer sentenças gramaticalmente incorretas do que estrangeiros com um domínio mais metódico da gramática inglesa. Segundo o autor, esse contraste deve-se ao fato das escolas para não-falantes de inglês, expenderem mais tempo no ensino da gramática. Assim, esses estudantes aprendem não somente a reconhecer adjetivos, advérbios, verbos, substantivos e preposições, mas também a usá-los efetivamente, embora tenham um vocabulário mais limitado.

O autor assinala o fato dos estudantes não-falantes de inglês levarem vantagem sobre falantes nativos quando se trata de escrever um trabalho científico. Um vocabulário simples numa língua estrangeira pode ser útil na medida em que é acompanhado por um limitado conhecimento para elaborar figuras de discurso ou complexos grupos de palavras que resultem em circunlóquios e equívocos desnecessários. Um estilo prolixo compromete a objetividade e a clareza. Precisamente, as duas características essenciais que a linguagem científica requer.

Para o pesquisador, a subsequente edição e tradução do artigo científico por um falante nativo (para o inglês ou outro idioma) a fim de adequar expressões ao vocabulário corrente é relativamente promissora, segundo Lindsay. Se a expressão da ciência é pobre, nenhuma tradução, independente de sua excelência, será capaz de tornar o texto satisfatório. Em outras palavras, uma fluência idiomática limitada não é pretexto para deixar de lado o anúncio ou publicação de uma pesquisa relevante.

A ciência possui uma linguagem própria que não tem nada a ver com a língua nativa do cientista. É a linguagem da lógica, na qual argumentos racionais são desenvolvidos a partir de evidências bem apresentadas para fundamentar conclusões sólidas. Essa linguagem é a mesma, sem levar em conta a origem e o idioma da pessoa que escreve. E a boa escrita científica depende primariamente de expressar com clareza e precisão a ciência (LINDSAY, 2011, p. 12).

Multiplicidade de línguas

Surge, com insistência não mais suprimível, o problema das ciências naturais, esse método do intelecto de decifrar a “realidade”, os dados brutos, aparentemente sem recorrer a alguma língua específica. Os resultados das pesquisas científicas são, aparentemente, válidos em todas as línguas. Entretanto, uma observação desses resultados apóia o argumento aqui desenvolvido, ao invés de enfraquecê-lo. A ciência *sensu strictu*, tal qual a conhecemos no Ocidente desde o Renascimento, equivale, deste ponto de vista, ao aparecimento de uma nova língua. Nela, os dados brutos se realizam em símbolos matemáticos. Os intelectos nela pensam em símbolos matemáticos. Por ser uma língua recente, ela ilustra admiravelmente como a língua geral funciona. O símbolo *m* significa a massa, o símbolo *sec* significa o segundo, o símbolo *gen* significa o portador da hereditariedade, sem respeito à “realidade” desses significados. Por ser a ciência uma língua recente, a sua independência da coisa em si se torna mais evidente de que no caso das línguas antigas. É esta a razão daquela sensação de irrealidade que nos invade quando penetramos no território das ciências exatas. A explicação dessa sensação é a seguinte: a ciência, longe de ser válida para todas as línguas, é ela própria uma língua a ser traduzida para as demais a fim de realizar-se nelas. Mas, sendo uma língua recente, é ainda incompleta. O intelecto consegue, em teoria e prática, pensar em português ou inglês continuamente. Mas o intelecto não consegue pensar continuamente em termos de “ciência”, não consegue pensar sempre continuamente. Ele está, portanto, na necessidade de continuamente traduzir do “científico” para o português. Tendo de abandonar continuamente o território da língua da ciência, tendo de fazer continuamente o esforço da tradução, o intelecto percebe mais claramente a distância entre palavra e dado bruto é tomado pela sensação de irrealidade.

(FLUSSER, Vilém. *Língua e Realidade*. São Paulo: Editora Annablume, 2007.)

A formatação do artigo

A redação de um artigo científico analisa um fenômeno através de uma área do conhecimento, como Antropologia, Biologia, Economia, Filosofia, História ou Literatura. “Os artigos científicos, por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e resultados obtidos, repetir a experiência” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 238).

O artigo científico fornece um método para os cientistas comunicarem-se uns com os outros sobre os resultados de suas pesquisas. Um artigo mal escrito pode comprometer a divulgação dos resultados.

O objetivo de uma pesquisa científica é a publicação. Os cientistas, iniciando-se como estudantes de pós-graduação, são avaliados primariamente não por suas destrezas nas manipulações de laboratório, não pelos seus conhecimentos inatos de assuntos científicos amplos ou restritos e, certamente não, por suas vivacidades intelectuais ou seus charmes; eles são avaliados, e tornam-se conhecidos (ou permanecem desconhecidos), por suas publicações (DAY, 2001, p. 5).

Um formato padrão é estabelecido para esses artigos, nos quais o autor apresenta a pesquisa de forma concisa, lógica e ordenada. Isso não reflete obrigatoriamente a ordem na qual a pesquisa foi feita ou pensada. Lakatos e Marconi (1993, p. 238-9) estabelecem o seguinte modelo para formato de um artigo científico:

PRELIMINARES:

- a) cabeçalho- título (e subtítulo) do trabalho;
- b) autor(es);
- c) credenciais do(s) autor(es);
- d) local de atividades.

SINOPSE

CORPO DO ARTIGO

- a) Introdução – compreende o assunto da pesquisa, objetivo, metodologia e proposição;
- b) texto – exposição e explicação do material; os resultados são avaliados e comparados com pesquisas anteriores;

c) comentários e Conclusões – dedução lógica apresentada de forma concisa.

PARTE REFERENCIAL

a) bibliografia;

b) apêndices ou anexos (se necessário);

c) agradecimentos;

d) data – Segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 239), datar um trabalho é “importante para salvaguardar a responsabilidade de quem escreve um artigo científico, em face da rápida evolução da ciência e da tecnologia e demora de certas editoras na publicação de trabalhos”.

Título

O título especifica conteúdo do artigo. Títulos e subtítulos são usados para dividir seções em um texto e podem ser desenvolvidos a partir de uma frase verbal ou nominal, mas não constituem sentenças completas (MORIARTY, 1997, p. 72). Sobre a criação de um título apropriado para artigos científicos, recomenda-se:

a) o título deve ser específico o suficiente para descrever o conteúdo do artigo, voltado para um público-alvo ou para uma audiência planejada, mas não tão técnico que apenas especialistas possam entendê-lo;

b) o título usualmente descreve o objeto de estudo do artigo: “Efeitos da alimentação na aprendizagem”;

c) algumas vezes um título que sintetiza os resultados é mais efetivo: “Estudantes desnutridos tem baixo rendimento escolar”;

d) o ideal é conciliar, em uma frase, o objeto da investigação e o principal resultado.

Lembrando que o título não descreve ou identifica os dados de um gráfico, ele sumariza a conclusão dos dados representados, e ainda, conclusões fazem parte da seção em que se discutem os resultados do trabalho no texto, não parte do gráfico. Evite esse erro ao selecionar títulos para gráficos (MORIARTY, 1997, p. 118).

Autores

Autoria significa a pessoa física ou jurídica a quem se atribui o conteúdo artístico ou intelectual de um documento. Observa-se que:

a) a pessoa que fez o trabalho e o escreveu é geralmente listada como o primeiro autor da pesquisa;

b) Na publicação de um artigo científico, as demais pessoas que contribuíram substancialmente para o trabalho são listadas como coautores. Peça a permissão de seu orientador antes de incluir seu nome como coautor.

Geralmente, toda crítica gerada pela recepção de um artigo é direcionada ao primeiro autor. Ao escrever, considere também a perspectiva de seus revisores: saiba antecipar potenciais críticas e “negociar” com elas, repensando sua argumentação ou os aspectos experimentais da pesquisa. Defenda seus resultados e a interpretação deles levando em consideração seus críticos e revisores (MORIARTY, 1997, p. 82).

Resumo ou Abstract

O resumo é publicado junto com o artigo científico, fornecendo ao leitor uma “amostra” do que está por vir. Assim:

a) cada resumo pode ser também publicado separadamente nos “cadernos de resumos”. Ele permite a outros cientistas uma averiguação rápida da extensa literatura científica sobre um assunto, seguida da escolha de qual artigo ler em profundidade. O resumo deveria ser um pouco menos técnico que o artigo em si; não dissuadindo uma potencial audiência de sua leitura;

b) o resumo deve ter um parágrafo, de 100-250 palavras, as quais englobam propósitos, métodos, resultados e conclusões do artigo;

c) não é fácil incluir toda essa informação em poucas linhas. Pode-se começar escrevendo um sumário de tudo o que for considerado importante, e logo após reduzir gradualmente o texto, excluindo palavras desnecessárias, enquanto se preservam os conceitos essenciais;

d) não se utilizam abreviações ou citações no resumo. Ele deve ser capaz de se sustentar sem notas de rodapé.

O resumo ressalta o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. A ordem e a extensão desses itens variam segundo o tipo de resumo (informativo ou indicativo) e o tratamento destinado a cada item no documento original (NBR 6028, 2003, p. 2).

Palavra-chave

Palavra que figura logo após o resumo ou abstract de um trabalho científico, para orientar a busca de um trabalho ou assunto pesquisado em sua literatura específica. “Palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado” (NBR 6028, 2003, p. 1). Portanto:

a) os acadêmicos usam as palavras-chave (em número de três a cinco) para revelar a estrutura interna de um artigo científico;

b) o propósito ou função das palavras-chave é facilitar o armazenamento e a recuperação de dados, além de simplificar a busca e a identificação do trabalho;

c) as palavras-chave figuram logo abaixo do resumo, separadas entre si por ponto final. Ex.: **Palavras-chave:** Artigo. Ciência. Redação científica.

d) por representarem o conteúdo do documento, as palavras-chave são selecionadas em vocabulário específico.

As palavras-chave identificam os conceitos centrais de uma pesquisa. Não convém que dentre elas figurem arcaísmos ou termos que caíram em desuso pela comunidade científica (MORIARTY, 1997, p. 64).

Introdução

A introdução é um texto breve que apresenta a questão central da pesquisa, a razão da escolha do objeto de estudo, sua definição, as justificativas e os objetivos do trabalho. Essa etapa do artigo inicia-se com uma apresentação da gênese do problema e como o autor chegou a ele, evidenciando os motivos que determinaram a abordagem selecionada para a pesquisa (RAMPAZZO, 2002, p. 72).

Ao mesmo tempo, expõe sucintamente a literatura relevante sobre o assunto, de tal forma que o leitor entenda a importância da questão levantada pelo pesquisador. A

sentença final do texto esclarece a questão determinante do experimento ou estudo e especifica qual a contribuição do artigo para o assunto.

Teorias, materiais e métodos empregados

A teoria desenvolvida e o aparato experimental utilizados na pesquisa devem ser resumidamente descritos, observando-se as seguintes considerações:

a) como a questão determinante da pesquisa pode ser respondida? Aqui deve haver informação suficiente para permitir que outro cientista repita seu experimento. Reveja a literatura publicada em seu campo de pesquisa para adquirir alguma ideia do que pode ser incluído nessa seção;

b) se existe um protocolo complicado, incluir um diagrama, fluxograma ou tabela explicando os métodos utilizados pode ser útil;

c) não se apresentam resultados nessa seção. Entretanto, admite-se incluir resultados preliminares que foram usados para designar o experimento central a que a pesquisa se reporta. ("Em um estudo preliminar, observou-se as corujas por uma semana, constatando que 73% de suas atividades locomotoras ocorrem durante a noite, e, portanto, todos os experimentos foram conduzidos entre as 19 h e as 23 h.");

e) mencionam-se considerações éticas importantes. Caso a pesquisa envolva seres humanos, se eles consentem em participar; se usa animais, quais medidas foram tomadas para minorizar o sofrimento.

Teorias, materiais e métodos empregados são demonstrados na seção ou capítulo específico, denominado "Metodologia", que apresenta, descreve e detalha os materiais, métodos, procedimentos e técnicas empregados na pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 253).

Resultados

"Resultados/análise e discussão" é parte do texto em que se apresentam os resultados da pesquisa. Nesta seção ou capítulo são analisados e interpretados os resultados obtidos, relacionando-os às referências teóricas que embasaram o trabalho, abordadas em "Revisão da Literatura" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 253).

a) o uso de gráficos e tabelas pode ser apropriado. Indicam-se os principais achados, sem discutir os resultados ou especular como ou porque sucedeu algo, isso é feito na seção “Discussão”;

b) não é necessário incluir todos os dados obtidos durante o semestre. Isto não é um diário;

c) use métodos apropriados para mostrar os dados e resultados. Não os manipule a fim de aparentar além do que foi feito.

Um cientista perito no campo pesquisado pode interessar-se mais pela leitura da seção “Resultados” que pela “Introdução” de um artigo. Tendo conhecimento da literatura ou publicado artigos no campo da pesquisa, ele pode considerar os “Resultados” mais pertinentes ao seu interesse que a descrição geral do contexto da pesquisa (MORIARTY, 1997, p. 72).

Figuras, gráficos e tabelas

Pesquisadores selecionam figuras, gráficos e tabelas para um artigo científico de acordo com uma finalidade específica. O uso inadequado desses elementos que acompanham um texto pode comprometer a qualidade de uma publicação.

É importante recordar que, seja qual for seu nível de precisão, figuras, gráficos e tabelas dão suporte ao texto. Eles não substituem argumentos ou explicações. Portanto, cabe ao autor explicar e interpretar o significado desses recursos no texto. Ademais, gráficos sozinhos não avaliam, explicam, interpretam, refutam ou revisam dados. O autor deve julgar se o texto, por si mesmo, não poderia substituí-los (MORIARTY, 1997, p. 113-4).

Seguem algumas recomendações que podem ser úteis:

a) os autores podem sugerir, mas cabe ao editor determinar a posição de figuras e tabelas ao longo do texto;

b) as listas de figuras e de tabelas devem vir separadas ao final do artigo, após a seção **referências**;

c) as figuras vêm listadas na ordem em que se encontram no texto, consecutivamente;

d) de acordo com a NBR item 5.8 da NBR 14724: 2011, na parte superior das figuras, gráficos e tabelas deve constar uma legenda sucinta e objetiva explicando do que se trata (*caption*);

e) a Associação Brasileira de Normas e Técnicas preconiza fonte tamanho 10 para legendas e fontes de figuras, tabelas e gráficos, alinhamento centralizado e espaçamento simples;

f) a fonte é obrigatória (mesmo que seja do autor) e deve constar na parte inferior, com o nome do arquivo que contém a figura entre parênteses.

Exemplo de figura com tipo de formato de arquivo:

Figura 1 – Sino asiático em *SeaWorld*.



Fonte: www.pdphoto.org (2014) (foto1.jpg)

g) se os dados forem apresentados em uma tabela ou gráfico, inclui-se um título discriminando o que está na tabela (“Atividade da enzima sob várias temperaturas” e não “Meus resultados”). Para gráficos, incluir e especificar as marcações dos eixos x e y;

h) não se incluem gráficos e tabelas desnecessariamente. Se a informação pode ser resumida em uma sentença, então o gráfico ou tabela é dispensável;

Alguns sites disponibilizam bancos de imagens de domínio público. É importante saber se uma imagem possui licença de uso ou se está protegida por direitos autorais.

Conclusões (ou Discussão)

Nessa parte do trabalho apresentam-se, de forma breve, as conclusões relativas aos objetivos, evidenciando as hipóteses confirmadas e respondendo à questão central

da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 254). As seguintes recomendações podem ser úteis ao se redigir essa seção:

a) ressalte os resultados mais significativos, porém não seja repetitivo, mostrando novamente o que foi escrito na seção “Resultados”;

b) considere se o trabalho responde as questões: como fazer com que esses resultados tenham relação com a questão original? Os dados fornecem suporte à hipótese? Os resultados são consistentes com o que outros investigadores têm reportado? Se seus resultados foram inesperados, tente explicar o motivo. Há outro meio de interpretar seus resultados? Que outra pesquisa seria necessária para responder as questões levantadas pelos resultados? Como os seus resultados figuram diante de outras pesquisas sobre o assunto?

c) termine com uma assertiva que sintetize sua conclusão, enfatizando porque ela é relevante.

A conclusão pode assumir muitas formas. Pode ser uma síntese da questão discutida que incorpora os achados apresentados no trabalho; pode ser uma recomendação; pode sugerir uma especulação que forneceria a base para uma nova hipótese ser testada em experimentos futuros; pode ser a declaração de um novo princípio ou ainda, o autor pode admitir não ter encontrado evidências suficientes para uma conclusão. Nesse caso é necessário especificar qual evidência não foi possível encontrar (LINDSAY, 2011, p. 40).

Referências (literatura citada)

Há diversos meios possíveis para se organizar essa seção, como os exemplos a seguir:

a) No texto, cite a literatura nos lugares apropriados:

Enquanto “Platão formula o pensamento de que a verdadeira Constituição e a vida política seriam fundamentadas mais profundamente na ideia, sobre os princípios em si e por si universais e verdadeiros da justiça eterna” (HEGEL, 1995, p. 333); Santo Agostinho (2000) pensou o mundo dividido entre o mundo terreno ou dos homens e o mundo celeste ou espiritual; e Tommaso Campanella pensou uma sociedade ideal fundamentada no bem comum, tendo o homem como reflexo de Deus (2008).

b) Nas “Referências” liste as citações em ordem alfabética:

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus Volume II*. Trad. De J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 2000.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do Sol*. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2008. (Col. Grandes Obras do Pensamento Universal).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas I – A ciência da lógica. V. 3. A Filosofia do Espírito*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

As referências conferem o suporte essencial de um trabalho científico. Obras sólidas e referendadas em seu campo pesquisado fornecem o ponto de partida para validar hipóteses e conclusões (LINDSAY, 2011, p. 53).

Agradecimentos

Recomenda-se que sejam breves, com uma referência sucinta apenas aos colaboradores e instituições envolvidos diretamente no projeto, que forneceram suporte ou deram um parecer útil à pesquisa.

É possível incluir agradecimentos aos que viabilizaram e financiaram a realização do projeto: indústrias, doadores, institutos e agências de pesquisa. À exceção dos coautores, especialistas ou pareceristas que contribuíram para o aprimoramento do artigo, de uma maneira substancial, também deveriam ser lembrados nesta seção.

COMO EDITAR SEU TEXTO CIENTÍFICO

“Todo o talento de escrever não consiste senão na escolha das palavras.”

Gustave Flaubert

A maior parte de qualquer texto bem-acabado consiste em reescrita.

Escreva acuradamente

a) A escrita científica deve ser acurada. Embora a estilística recomende não usar a mesma palavra duas vezes em uma sentença, isso é permitido num texto científico, o qual precisa ser acurado. Um estudante que tentou não repetir a palavra "hamster" produziu esta sentença confusa: "Quando coloquei o hamster em uma gaiola com outros animais, os pequenos mamíferos começaram a brincar."

b) Redija com clareza o que deseja expressar.

Em vez de: O secretário do bispo de Olinda e Recife, que viajará para a arquidiocese de Maringá, escreveu as cartas de apresentação.

Escreva: O secretário do bispo de Olinda e Recife escreveu as cartas de apresentação e viajará para a arquidiocese de Maringá.

c) Tome cuidado com palavras ambíguas.

Em vez de: A temperatura tem um efeito sobre a reação.

Escreva: A temperatura afeta a reação.

Menos livros ou uma grande quantidade de livros (o leitor não pode determinar a quantidade).

Poucos documentos ou um grande número de documentos (o número de documentos é impreciso para o leitor).

Em vez de: Os arquivos da Biblioteca Nacional contêm os processos. (Errado. Essa sentença sugere que há processos em todos os arquivos da Biblioteca Nacional)

Escreva: Os arquivos, os quais estão na Biblioteca Nacional, contêm os processos.

Escreva claramente

a) Escreva em um nível apropriado para sua audiência.

b) Use a voz ativa. Ela é mais clara e concisa que a voz passiva.

Em vez de: Um elevado apetite foi manifesto pelos ratos e um considerável aumento de peso foi mensurado.

Escreva: Os ratos comeram mais e ganharam peso.

c) Use a terceira pessoa.

Em vez de: Eu penso que a globalização...

Escreva: A globalização...

d) Evite gerúndios.

"Comparando as duas obras e analisando os apontamentos do autor..."

Escreva sucintamente

a) Use verbos no lugar de substantivos abstratos.

Em vez de: Leve em consideração...

Escreva: Considere...

b) Substitua o verbo “ser” por verbos fortes.

Em vez de: A enzima indicada para ser o agente ativo na catalização...

Escreva: A enzima catalizadora...

Use palavras curtas

"Eu nunca usaria uma palavra longa quando uma curta responderia ao propósito. Sei que há doutores neste país que 'ligam' artérias. Outros cirurgiões suturam-nas e isso estanca o sangramento da mesma forma."

Oliver Wendell Holmes, Sr.

Em vez de:

Possui

Utilize

Demonstra

Assistência

Término

Escreva:

Tem

Use

Mostra

Ajuda

Fim

Use termos concisos

Em vez de:

Anteriormente

Devido ao fato de

em um número considerável de casos

a grande maioria

Durante o tempo que

em proximidade com

Escreva:

Antes

Porque

Freqüente

a maioria

Quando

Perto

Faça sentenças curtas

Uma sentença com mais de 40 palavras pode ser reescrita e dividida em duas.

Observação

Em *Scientific Writing = Thinking in words* (2011, p. 4), David Lindsay comenta a dificuldade de muitos ao redigir artigos científicos, lutando por alcançar, ao escrever, um estilo que não lhes é natural. Há três imutáveis características de um trabalho científico, segundo Lindsay, que o distinguem de qualquer outra forma de literatura: ele precisa ser breve, claro e preciso. Se o estilo é vago, não é escrita científica; se é pouco nítido ou vago, não é escrita científica e se é prolixo e desnecessariamente discursivo, é escrita científica pobre. Mas não é necessário sacrificar a clareza e a precisão para ser breve, segundo o autor. Desse modo, se mais algumas palavras forem necessárias para esclarecer e transmitir a informação ao maior número de leitores possível, então use aquelas palavras.

Discorrendo sobre essa questão, Umberto Eco julga aconselha o redator a oferecer todas as informações que o leitor necessita sobre a matéria: “em geral, os textos que não explicam com grande familiaridade os termos que empregam deixam a suspeita de que seus autores são muito mais inseguros do que aqueles que explicitam cada referência e cada passagem” (ECO, 1983, p. 113). Em geral, os grandes cientistas e críticos “são sempre claros e não se envergonham de explicar bem as coisas”.

Revise a gramática, a pronúncia e a pontuação

a) Use um corretor ortográfico, mas consciente de que ele não detecta todos os erros, por exemplo: cacófatos, pleonasmos viciosos ou solecismos.

b) O corretor ortográfico pode não reconhecer termos científicos. Para a pronúncia certa, use um dicionário técnico se for preciso.

c) Não use aspas desnecessariamente.

d) Revise seu texto cuidadosamente.

e) Seja criterioso com as traduções. Peça ajuda de quem conhece bem o outro idioma, mas também o conteúdo do artigo, para adequar o vocabulário à terminologia científica utilizada.

De acordo com Strunk e White (2009, p. 6), é uma observação antiga que os melhores escritores algumas vezes desprezam as regras da retórica. Quando eles o fazem, entretanto, o leitor usualmente encontrará na sentença algum mérito

compensatório, obtido a custo da transgressão. Mesmo que esteja certo de fazê-lo com maestria, provavelmente fará melhor se seguir as regras. Após ter aprendido, a seu exemplo, escrever a linguagem comum adequada para os usos do dia a dia, deve voltar-se aos segredos do estilo, ao estudo dos mestres da literatura.

LEITURA COMPLEMENTAR

Lorena, 3 de dezembro de 1902.

Exmo sr. José Veríssimo

Ao ler no Correio de ontem a notícia do seu juízo crítico sobre Os Sertões, tive, renascida, uma velha comoção que já supunha morta — a de calouro, nos bons tempos passados, em véspera de exame. E não era para menos, dada a competência do juiz. Felizmente este foi generoso. Demonstra-o o belo artigo que acabo de ler, no qual, atendendo principalmente às observações relativas à minha maneira de escrever, colhi proveitosos ensinamentos. Num ponto apenas vacilo — o que se refere ao emprego de termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa. Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, e a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot, definiu, faz poucos anos, o fenômeno, no memorável d com que entrou na Academia Francesa. Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências. Se não mo impedisse esta minha vida perturbada de commis-voyageur da engenharia (e hoje mesmo seguirei para S. Luís do Paraitinga em viagem urgente!) abordaria esta questão pela imprensa. Mais competente, porém, para isto, é o sr., que, ademais, tem grandes responsabilidades pelo nosso movimento literário. Por que não a agita? Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta — e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma

tecnografia própria se impõe obrigatoriamente — e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte. Desejo muito conhecer o seu pensamento acerca desta questão; e comprometo-me desde já a defender, na medida das minhas forças, a tese acima esboçada. Terminando, resta-me agradecer de todo o coração o nobilitador juízo que manifestou por mim e a verdadeiramente admirável compreensão que teve do meu livro, em que pese a uma leitura naturalmente rápida. Peço-lhe que me recomende à Exma. senhora e filhos, acreditando sempre na alta consideração do — amo e admirador

Euclides da Cunha

P. S. — Estarei de volta, de S. Luís, no domingo, 7 do corrente.

(CUNHA, Euclides. Correspondência ativa de Euclides da Cunha em 1902. In: Wikisource. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Correspond%C3%Aancia_ativa_de_Euclides_da_Cunha_em_1902. Acesso em: 14/06/14.)

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *NBR 6023: informação e documentação: elaboração referências*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento*. Rio de Janeiro, 2003.

DAY, Robert S. *Como escrever e publicar um artigo científico*. Livraria e Editora Santos, 2001.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

GLASMAN-DEAL, Hilary. *Science Research Writing for Non-native Speakers of English*. London: Imperial College Press, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

LINDSAY, David. *Scientific Writing = Thinking in Words*. Collingwood: Sciro Publishing, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2008.

MORIARTY, Marilyn F. *Writing Science Through Critical Thinking*. London: Jones and Bartlett Publishers Inc., 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

STRUNK, William Jr.; WHITE, Elwyn Brooks. *The Elements of Style: Fiftieth Anniversary Edition*. New York: Pearson Longman, 2009.

TAFNER, Malcon; TAFNER, José; FISCHER, Julianne. *Metodologia do trabalho acadêmico*. Curitiba: Juruá, 1999.

THE WRITING LAB – D204d. *The Basic Analytical Paper*. Disponível em:
<http://bellevuecollege.edu/asc/writing>. Acesso em: 13/06/14.

VOLPATO, Gilson. *Ciência: da Filosofia à publicação*. São Paulo/Unesp: Editora Cultura Acadêmica, 2013.

UNIDADE 3

Trabalhos acadêmicos e científicos

Resumo

A norma NBR/6028 da ABNT estabelece os requisitos para redação e apresentação de resumos. Resumir significa apresentar concisamente os pontos relevantes de um texto, mantendo suas ideias principais (NBR 6028, 2003, p. 1). Os tipos de resumo variam segundo sua utilidade. Podem constar antes de um artigo, como parte de uma monografia, em catálogos de editoras, em revistas especializadas, em boletins bibliográficos etc. Há três tipos de resumo: o resumo indicativo, o resumo informativo e o resumo crítico (ou resenha).

Resumo indicativo ou descritivo

Reconhecido por *abstract*, esse resumo esclarece os pontos centrais de um texto, descrevendo a natureza da obra e seus objetivos, sem apresentar exemplos, dados qualitativos ou quantitativos. “Indica apenas os pontos principais do documento, não apresentando dados qualitativos, quantitativos etc. De modo geral, não dispensa a consulta ao original “ (NBR 6028, 2003, p. 1). Sua principal função é esclarecer do que trata a pesquisa. Um bom exemplo desse tipo de resumo são as indicações de filmes publicadas nos jornais, fornecendo apenas uma ideia geral sobre o enredo.

Apesar de determinar os principais tópicos e conteúdos de um trabalho, o resumo indicativo não dispensa a leitura integral do texto original. A redação deve ser concisa: recomenda-se o uso de frases curtas, especificando os elementos essenciais do texto. Não deve ultrapassar o limite de 15 a 20 linhas e vir acompanhado da referência da publicação (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 147).

Resumo informativo

O resumo informativo esclarece o leitor, a fim de que ele decida optar ou não sobre a conveniência da leitura do texto completo. “Informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que esse possa,

inclusive, dispensar a consulta do original” (NBR 6028, 2003, p. 1). Um resumo informativo, no caso de um relatório de pesquisa, informa também as finalidades, as metodologias utilizadas, os resultados atingidos e as conclusões da pesquisa. Dispensa a consulta ao documento original.

Resumo crítico (ou resenha)

O resumo crítico é uma redação técnica, redigida por especialistas, para avaliar a importância de uma obra científica ou literária. Quando escrito para ser publicado em revistas especializadas, é chamado de resenha. “Resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de resenha. Quando analisa apenas uma determinada edição entre várias, denomina-se *recensão*” (NBR 6028, 2003, p. 1).

O resumo técnico-científico

Para Severino (2012), o resumo técnico-científico expõe o conteúdo de uma pesquisa, o objeto tratado, os objetivos visados, as ideias básicas do autor, a natureza do trabalho, as referências teóricas de apoio, os procedimentos metodológicos adotados e as conclusões/resultados, transmitindo uma noção completa do teor do documento analisado. Destina-se à publicação ou apresentação de um trabalho científico em eventos culturais e científicos. É formado de introdução, desenvolvimento e conclusão e redigido em parágrafo único, com 200 a 250 palavras.

Estilo

O resumo é o resultado da leitura de um texto, portanto devem-se evitar citações literais e ter cuidado ao parafrasear o autor, para não se distanciar da versão original. Deve ser compreensível, breve, conciso e logicamente estruturado. Apresentam-se as ideias em ordem lógica, mantendo uma relação de sentido entre elas.

Os trabalhos didáticos exigidos nos cursos de graduação seguem um caráter universal de estruturação lógica e de organização metodológica, sendo procedimentos que fazem parte intrínseca da formação técnica ou científica do estudante.

Orientações gerais para um bom resumo

O parágrafo que constitui um resumo deve evidenciar e fundamentar o valor da questão proposta pelo trabalho e ser capaz de sumarizar os principais resultados. Para redigir essa seção é necessário ter completado o trabalho de pesquisa, desse modo são empregados tempos verbais no presente ou passado. Ao resumir um texto científico, é necessário:

1. ler todo o texto, para uma noção geral do conjunto e reconhecer seu objeto de estudo;
2. reler o texto esclarecendo dúvidas;
3. segmentar o texto em blocos de ideias que tenham unidade de sentido, destacando as ideias centrais;
4. resumir a ideia central, sem mencionar exemplos e as explicações;
5. elaborar a redação final do resumo, preservando o encadeamento entre os segmentos resumidos, na progressão em que sucedem no texto.

Um resumo de boa qualidade reflete acuradamente o propósito e conteúdo da pesquisa.

Sinopse e Síntese

Os termos síntese e sinopse são muito confundidos, porém há diferenças. A sinopse é um texto comum em jornais e revistas diárias, traz um comentário sucinto do capítulo de uma obra literária, de uma produção cultural, filme, livro ou produto, sem comentários extras. Comparada à resenha, apresenta um menor número de informações. A síntese pode ser considerada uma redução do resumo. Difere desse por ter título e ser uma reprodução sucinta, objetiva e fiel do texto original.

Diferenças entre resumo e sinopse

Define-se por resumo a “apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto” (ABNT NBR 6028/80. p. 1). Para diferenciar entre resumo e sinopse deve-se

identificar a fonte de ocorrência e a autoria: o resumo aparece em publicação à parte e é escrito por outra pessoa que não o autor do trabalho resumido.

Já a sinopse representa uma visão de conjunto, expressa pelo autor, ou por um redator da revista ou periódico no qual é publicado o trabalho, geralmente localizada entre o título e o texto.

Enquanto o resumo demonstra ser uma composição de elementos-chave e tende a ser mais extenso em relação ao texto original, a síntese deve limitar-se ao essencial. Um resumo pode ser inclusive uma composição de sínteses.

Sinopse

A sinopse realiza uma descrição sintética de seu objeto (livro, filme, evento etc.). Pode ser chamada de sumário, por ser uma versão mais condensada do texto fonte, não sendo necessariamente um resumo. Consiste na descrição da temática de um artigo, texto, uma obra completa ou apenas um capítulo de uma obra, sem emitir apreciação crítica ou juízo de valor. Deve ser iniciada pelo título, seguida da referência bibliográfica completa e do texto da sinopse, redigido em parágrafos e na terceira pessoa do discurso (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 146).

A sinopse, também designada ementa, resumo indicativo, resumo descritivo ou simplesmente resumo (designação abreviada, mas habitual), é a apresentação reescrita de um texto (artigo, ensaio, monografia, dissertação, tese) acompanhando-o (daí ser também chamado de resumo homotópico) podendo ser redigida pelo próprio autor do texto, o que ocorre mais frequentemente, ou pelo editor, o que vai depender das normas de publicação (LIMA, 2011, p. 89).

O objetivo da sinopse é esclarecer os pontos importantes do texto original. Outra função da sinopse é captar o interesse do leitor pelo objeto que descreve, levando-o a buscar a fonte original.

Não deve ser confundida com a resenha, pois não contém a interpretação e nem opinião crítica da pessoa que escreveu, é formada apenas com a opinião do verdadeiro escritor, muitas vezes parafraseada. Algumas sinopses de filmes ou livros trazem frases com a crítica de autoridades no assunto, prêmios ou indicações de prêmios obtidos pela obra ou seu autor.

Síntese

A NBR 6028/80 (p.1) define por síntese a “condensação do conteúdo que expõe finalidades, metodologias, resultados e conclusões, dispensando a leitura do texto fonte”.

A redação de uma síntese (ou resumo informativo) reproduz com brevidade as ideias do autor, dispensando-se o que for secundário. Sintetizar um texto implica em realizar uma análise; enquanto resumir significa recuperar e expor a ideia principal do autor. A síntese conduz ao resumo. Ao resumir é possível parafrasear o autor, mas sem deturpar o texto original (LIMA, 2004, p. 99). Na redação de uma síntese convém observar os seguintes procedimentos:

1. leitura do texto, reconhecimento do assunto e das ideias principais;
2. seleção e anotação das partes mais importantes;
3. identificação da ideia central de cada parágrafo, resumindo-o;
4. observação da sequência das ideias do texto original;
5. exclusão de citações diretas e digressões (limite-se ao que foi dito pelo autor);
6. síntese objetiva do texto.

Preparar, redigir e apresentar um trabalho científico requer clareza na exposição das ideias, critério na seleção das fontes, rigor na discussão do tema, atenção às normas de redação e apresentação do texto final. A redação de sinopses, sínteses e resumos é uma eficiente ferramenta de estudo.

Resenha

A resenha é também um tipo de resumo, porém, as resenhas apresentam divisões quanto à estrutura formal do texto. A NBR 6028 (2003) da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT define a resenha como um resumo crítico. A mais destacada é a resenha acadêmica, que é redigida em moldes rígidos, segundo a padronização dos textos científicos. As outras divisões desse tipo de texto são a resenha crítica, a resenha descritiva e a resenha temática. Todas elas possuem finalidades e objetivos diferentes que devem ser convenientemente utilizados e distinguidos na vida acadêmica.

Resenha acadêmica

A resenha acadêmica proporciona ao leitor a apresentação de uma obra de arte, livro, palestra, filme ou evento, descrevendo-o criticamente, situando o texto no campo de pesquisa pertinente, relatando o seu conteúdo e evidenciando as suas ligações com o campo teórico:

É um gênero em que um estudioso ou pesquisador no assunto tratado analisa e avalia um texto acadêmico, geralmente um livro, a fim de que o possível leitor/comprador verifique se lhe interessa lê-lo ou adquiri-lo. Usualmente tem um estilo mais formal, adequado ao rigor da comunidade científica (BONAMIN, 2009, p. 160).

A resenha pode ser classificada de acordo com a função social que se lhe atribui em comercial (no caso da venda de um produto) ou acadêmica (com fins de divulgação científica). Na maior parte das resenhas produzidas, presume-se que o leitor desconhece o assunto, o objeto ou o texto resenhado. Portanto, exige-se do resenhista uma descrição pormenorizada da fonte original. No contexto acadêmico, o professor que indicou a leitura deve conhecer a obra resenhada, para avaliar o resumo produzido pelo aluno e sua leitura crítica do tema (JORDÃO; MARTINEZ, 2013, p. 120).

Resenha descritiva

Na resenha acadêmica descritiva, observam-se quase todos os passos dados para a elaboração de uma resenha crítica. Excetua-se a apreciação, crítica ou juízo do resenhista. Para fins didáticos ela pode ser dividida em duas partes ou segmentos:

a) uma parte descritiva que fornece as informações sobre o texto:

- 1 – nome do autor (ou dos autores);
- 2 – título completo e exato da obra (ou do artigo);
- 3 – nome da editora (ou coleção de que faz parte a obra);
- 4 – lugar e data da publicação;
- 5 – número do volume de páginas.

Admite-se nessa parte desse tipo de resenha, uma descrição sumária da estrutura da obra (divisão de capítulos, assunto dos capítulos, índice, etc.). No caso de uma obra em língua estrangeira, é norma informar a língua da versão original e o nome do tradutor.

b) uma parte com o resumo do conteúdo da obra:

- 1 – indicação sucinta do tema global da obra;
- 2 – resumo que apresenta os pontos essenciais do texto e seu plano geral.

O resenhador não pode se esquecer de que esse tipo de texto limita-se a resumir o conteúdo de um livro, de um capítulo, de um filme, de uma peça de teatro ou de um

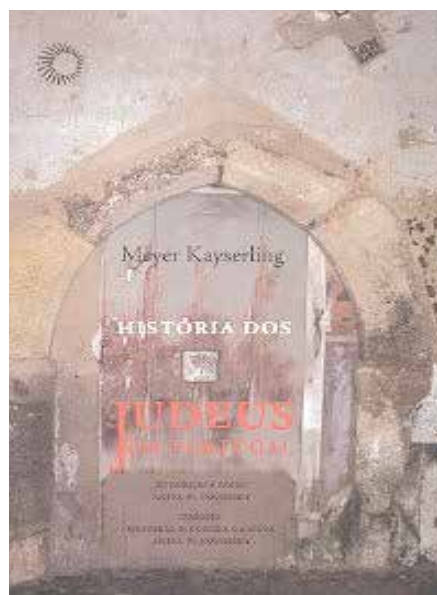
espetáculo, sem qualquer crítica ou julgamento de valor. Trata-se de um texto informativo, cujo principal objetivo é informar o leitor.

Exemplo:

História dos Judeus em Portugal

Meyer Kayserling

Em meados do século XIX, quando os arquivos do Santo Ofício da Inquisição em Portugal ainda permaneciam secretos, e Alexandre Herculano apenas iniciava a desmascarar as “negociatas” do monarca, D. João III, com o Vaticano, um rabino alemão se lançou numa aventura surpreendente: devastar a história dos judeus em Portugal, desde a formação da monarquia portuguesa até o século XIX. Esta obra permanece até hoje o mais fiel retrato de uma longa trajetória dos judeus sefaradim, da tolerância à catástrofe final, que foi a sua conversão forçada à religião cristã. Os conhecimentos que Meyer Kayserling revela sobre o funcionamento do Tribunal do “Santo” Ofício da Inquisição, sobre o drama vivido pelos convertidos, as “manobras” financeiras dos monarcas portugueses com o Papa e com os mercadores e homens de negócios, sobre o êxodo e as peregrinações dos judeus, sem solo, sem pátria, sem identidade, e o silêncio do mundo ante os festivos autos-de-fé, onde a população eufórica ia assistir a destruição de vidas indefesas, vêm descritos com um raro conhecimento bibliográfico e sensível erudição. Esta segunda edição da obra de Meyer Kayserling sai ampliada de notas, ilustrações e de uma bibliografia atualizada. A.W.N.



SOBRE O LIVRO

Assunto: História

Coleção: Perspectivas

Tradução: Gabriele
Borchardt
Corrêa da Silva
e Anita
Waingort
Novinsky

Formato: 16x23 cm

Páginas: 448

Acabamento: brochura

Edição: 2ª 2009 -
revista

Peso: 698 g

ISBN: 9788527308359

Resenha crítica

Lakatos e Marconi (2003, p. 211) definem a resenha crítica como a apresentação do conteúdo de uma obra. Consiste na leitura, no resumo e na crítica, formulando, o resenhista, um conceito (juízo imparcial) sobre o valor do livro.

“As resenhas têm papel importante na vida científica, pois é por meio delas que se toma conhecimento prévio do *conteúdo* e do *valor* de um livro que acaba de ser publicado” (RAMPAZZO, 2002, p. 131).

A resenha apresenta em seu conteúdo: identificação da obra, com os dados bibliográficos do livro ou artigo; apresentação do conteúdo da obra resenhada; descrição da estrutura da obra com a enumeração dos assuntos na divisão dos capítulos ou seções; descrição do conteúdo; análise e argumentação com exposição de teorias de outros autores; indicação para quem o texto pode ser útil, utilizando elementos sociais ou pedagógicos, faixa etária, escolaridade, etc. A resenha é mais do que um resumo, pois presta informações relevantes sobre seu objeto de análise e obtém o interesse do leitor.

Além dos elementos presentes na resenha descritiva, a resenha crítica inclui uma apreciação ou comparação com outras obras. As resenhas críticas publicam-se em cadernos de jornais ou periódicos científicos e geralmente são escritas por especialistas (LIMA, 2011, p. 31).

Resenha temática

A resenha temática é mais extensa que a resenha crítica e discorre sobre textos que partilham um mesmo assunto ou objeto, comparando-os. Pode ser redigida de acordo com as seguintes etapas:

- a) apresentação do assunto principal dos textos comparados;
- b) justificativa da escolha do tema;
- c) resumo dos textos, um parágrafo por texto, apresentando o autor e sua visão do assunto;
- d) conclusão sobre o tema tratado;
- e) apresentação das referências bibliográficas;
- f) identificação: nome completo (sem abreviações) e breve descrição curricular.

As resenhas crítica e temática reúnem apreciações críticas e análises do resenhista. A resenha temática demanda uma pesquisa mais extensa da parte do resenhista na exposição de vários textos correlatos.

Sendo um gênero necessariamente breve, na resenha é perigoso incorrer no erro da superficialidade. O objetivo é apresentar ao leitor as características mais importantes do fato cultural e argumentar de forma coerente e convincente sobre elas.

A resenha é uma forma de investigação textual capaz de relacionar as propriedades do objeto analisado, descrevendo-o e enumerando seus aspectos relevantes. Dentre as funções desse texto está a de ser utilizado como forma de prestação de serviço ao público.

Para bem redigi-lo, é necessário expor uma ideia resumida dos assuntos tratados, apresentando informações sobre o assunto: fatores que, somados a uma abordagem crítica, fornecem parâmetros para o leitor orientar-se sobre o texto-base.

Como texto sempre consultado no meio acadêmico, concorrem para sua validação a importância e a atualidade do tema, bem como o grau de clareza para seu entendimento.

LEITURA COMPLEMENTAR

Carta de Albert Einstein para Franklin Delano Roosevelt

Albert Einstein
Old Grove Rd.
Nassau Point
Peconic, Long Island

2 de Agosto de 1939

F.D. Roosevelt
Presidente dos Estados Unidos
Casa Branca
Washington, D.C.

Senhor:

Alguns trabalhos recentes de E. Fermi e L. Szilard, que me foram comunicados em manuscrito, levaram-me a crer que o elemento urânio possa ser transformado em uma nova e importante fonte de energia em um futuro próximo. Certos aspectos da situação que se criou parecem exigir atenção e, se necessário, rápida ação por parte da Administração. Creio, portanto, que é meu dever trazer a sua atenção para os seguintes fatos e recomendações:

No decorrer dos últimos quatro meses, foi provado - através do trabalho de Joliot na França, bem como de Fermi e Szilard na América - que é possível a criação de uma reação nuclear em cadeia em uma grande massa de urânio, através da qual vastas quantidades de energia e grandes quantidades de novos elementos semelhantes ao rádio são gerados. Agora, parece quase certo que isso possa ser conseguido em um futuro próximo.

Esse novo fenômeno levaria também à construção de bombas e é concebível - embora não tão certamente - que bombas extremamente poderosas de um novo tipo possam ser construídas. Uma única bomba deste tipo, carregada por um barco e explodida em um porto, pode muito bem destruir todo o porto, juntamente com parte do território circundante. Contudo, tais bombas podem muito bem revelar-se demasiado pesadas para o transporte por via aérea.

Os Estados Unidos têm apenas minérios de urânio de baixa qualidade e em quantidades moderadas. Há algumas boas reservas no Canadá e na ex-Tchecoslováquia, mas a grande fonte de urânio está no Congo Belga.

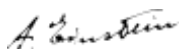
Perante a situação, o senhor pode pensar que é desejável ter mais contato permanente entre a Administração e o grupo de físicos que trabalham em reações em cadeia nos Estados Unidos. Uma forma possível de alcançar este objetivo pode ser o senhor confiar esta tarefa a alguém de sua confiança que poderia, quem sabe, atuar em condição extra-oficial. Sua tarefa pode compreender:

- a) abordar aos Departamentos Governamentais, mantê-los informados sobre o desenvolvimento e apresentar recomendações para a ação do Governo, dando especial atenção ao problema de garantir fornecimento de minério de urânio para os Estados Unidos;
- b) acelerar o trabalho experimental, que está atualmente sendo feito dentro dos limites dos orçamentos dos laboratórios das universidades, fornecendo fundos, caso sejam necessários, pelo contato com pessoas privadas dispostas a contribuir para esta causa,

talvez, inclusive, buscando a cooperação de laboratórios industriais que têm o equipamento necessário.

Eu entendo que a Alemanha realmente parou a venda de urânio das minas da Tchecoslováquia que ela assumiu. Talvez se compreenda por que haja tomado essa ação rápida, pelo fato do filho do Sub-Secretário de Estado Alemão, von Weizsäcker, ser ligado ao Kaiser-Wilhelm-Institut, em Berlim, onde alguns dos trabalhos americanos sobre o urânio estão agora sendo repetidos.

Atenciosamente,



(Albert Einstein)

(EINSTEIN, Albert. Carta de Albert Einstein para Franklin Delano Roosevelt. In: *Wikisource*. Disponível em:

http://pt.wikisource.org/w/index.php?title=Carta_de_Albert_Einstein_para_Franklin_Delano_Roosevelt&oldid=195531. Acesso em: 20/06/2014.)

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. ABNT. *NBR 6028: resumos*. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, Aidil Jesus Paes, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

BONAMIN, Márcia Costa. *Fundamentos do Texto em Língua Inglesa I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009.

CARVALHO, João Soares. *A Metodologia nas Humanidades. Subsídios para o trabalho Científico*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1994.

JORDÃO, Clarissa Menezes; MARTINEZ, Juliana Zeggio. *Fundamentos do Texto em Língua Inglesa I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Renira Lisboa de Moura Lima. *O ensino da redação: como se faz um resumo*. Maceió: EDUFAL, 2004.

LUCKESI, Cipriano e outros. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1984.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 1991.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

UNIDADE 4

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS: Normas de elaboração

Normas do trabalho científico

O aspecto estrutural de um trabalho acadêmico deve seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Citações - algumas considerações importantes

O plágio

Nos últimos anos, com as facilidades proporcionadas pela internet e diferentes mecanismos de pesquisa, muitos trabalhos acadêmicos têm sido elaborados a partir de transcrições de obras alheias sem que lhes sejam dados os devidos créditos. Trata-se do plágio, uma prática que viola o direito da propriedade intelectual e fere eticamente os princípios do indivíduo e das instituições universitárias. É preciso estar atento para não incluir em seu texto trechos que não sejam de sua autoria, devemos sempre citar a fonte original da consulta.

Como inserir citações

Inserir uma citação em seu texto implica trazer um testemunho de autoridade, uma voz externa que reforça o seu ponto de vista. É importante lembrar que a citação inserida deve estar bem contextualizada, de modo que possa efetivamente contribuir para a qualidade de seu texto. As citações devem ser indicadas com clareza e objetividade para que o leitor possa localizar a obra mencionada, caso tenha interesse no assunto abordado. Podemos classificá-las de acordo com a maneira como são indicadas e considerando-se a sua extensão, ou seja, em relação à quantidade de linhas transcritas.

Quanto às formas de transcrição:

a) Citação literal ou textual

A citação textual é a transcrição fiel de trechos, ou partes, de textos de autores consultados durante a pesquisa. Por se tratar de uma cópia, essa transcrição deve ser feita entre aspas duplas, conforme o exemplo abaixo:

Para Enilde Faulstich (2004, p.13), a “leitura pressupõe busca de informação. Por isso é importante escolher bem o texto para ler”. O ato de ler é, antes de tudo, um ato de reflexão.

No modelo acima, a ideia apresentada entre parênteses foi extraída do livro *Como ler, entender e redigir um texto*, da autora Enilde L.de J. Faulstich, publicado no ano de 2004. Todas as citações textuais (*ipsis litteris*) que contenham até três linhas (citações breves) devem ser incorporadas ao parágrafo, mantendo-se as aspas e o mesmo número da fonte.

Para as citações textuais maiores do que três linhas (citações longas), deve-se proceder da seguinte maneira:

De acordo com Faulstich:

para que o leitor se informe é necessário que haja entendimento daquilo que ele lê. Há textos cujo assunto é inteiramente inteligível ao leitor, como os de jornais, revistas não especializadas etc. Há outros, porém, que a pessoa tenta ler, já sabendo, a princípio, que não entende completamente o seu conteúdo. Neste último caso, o leitor deve estar predisposto a superar essa dificuldade (2004, p. 13).

A citação apresenta transcrição superior a três linhas, portanto deve aparecer em parágrafo distinto, destacada com o recuo de 4 cm da margem esquerda e **a fonte deve ser menor do que a utilizada no texto.**

b) Citação livre ou paráfrase

A citação livre é a reescrita das ideias de outrem, ou quaisquer informações contidas em um texto, por meio de suas próprias palavras. O recurso de parafrasear permite apresentar novas informações sem utilizar exaustivas cópias.

A literatura, vista da maneira mais ampla possível, abarca inúmeras criações de toque poético, ficcional ou dramático, desde as mais simples às mais complexas. Se assim for considerada, ela aparece como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há civilização que possa viver sem literatura, ou seja, sem contato com alguma espécie de fabulação que alimenta a alma e exerce a função primordial de desprendimento da realidade (CÂNDIDO, 2012, p. 174).

No modelo acima, a construção do parágrafo se deu por meio da síntese das ideias de Antônio Cândido, extraídas do livro *Vários Escritos*. Não houve transcrição integral de trechos do autor e sim uma reelaboração de texto, indicando, obrigatoriamente, o ano de publicação da obra utilizada e, como opção, o número da página de onde foi extraída a informação.

c) Citação de citação

Esse processo é utilizado quando não temos acesso às informações transcritas em outro trabalho. A utilização desse recurso deve ser evitada, portanto, somente deve ser considerada em casos de impossibilidade de acesso ao texto original.

Eram realmente grotescos. Havia muito brilho, esplendor, provocação picante e coisas fantásticas; muito disso pudemos ver desde então em *Hernani*. Havia figuras arabescas com membros torcidos e em posições torcidas. Havia frutos do delírio, como só loucos podem inventá-los (POE apud KAYSER, 2003, p. 75).

Como destacar uma citação

Para destacar um termo ou expressão dentro da citação, utiliza-se a expressão “grifo meu” ou “grifo nosso” entre parênteses, conforme exemplo abaixo:

Não vou contar nossa história. O amor só tem uma, sempre a mesma. Eu a conheci e a amei. É tudo. (...) Eis que ela morreu. Como? Não sei, não sei mais. Numa noite de chuva ela voltou para casa toda molhada. No dia seguinte tossia. Tossiu durante uma semana mais ou menos e caiu de cama (MAUPASSANT, 2009, p. 713, grifo nosso).

Para a realização do trabalho acadêmico com citações, não devemos:

a) fazer citações muito longas;

- b) apresentar as citações e não explorá-las em seu texto;
- c) redigir um texto repleto de paráfrases, constituindo um mosaico de ideias que não se relacionam coerentemente.

Essas orientações ajudam a garantir a qualidade do seu texto.

Observação para as citações

Seguindo as Normas Brasileiras (NBR 10520/2002), utilizamos letras maiúsculas se o sobrenome do autor da citação estiver entre parênteses, entretanto, se o autor for citado fora do corpo do texto, indicamos com letra maiúscula apenas a inicial do sobrenome.

Severino (2012, p. 27) afirma que “o conhecimento é o referencial diferenciador do agir humano em relação ao agir de outras espécies”.

“O conhecimento é o referencial diferenciador do agir humano em relação ao agir de outras espécies” (SEVERINO, 2012, p.27).

Organização de Referências

Em relação aos aspectos formais de um trabalho acadêmico, a apresentação de referências é um elemento fundamental para a elaboração do texto. As obras relacionadas são importantes porque fornecem uma lista de documentos consultados no decorrer do trabalho. Atualmente, as fontes de pesquisa são muito variadas. Além das referências bibliográficas, podem ser utilizados artigos publicados em revistas acadêmicas, eletrônicas ou não, leis, documentos oficiais, mapas, pesquisas, diferentes bases de dados etc. Considerando-se as Normas Brasileiras (NBR 6023:2002), as referências podem se localizar:

- a) no rodapé;
- b) no final de texto ou capítulo;
- c) em lista organizada em ordem alfabética no final de um texto;
- d) antes de resumos, resenhas ou resenhas.

A organização desse material contribui para a qualidade do trabalho acadêmico, além de serem importantes recursos para a credibilidade e consistência do tema abordado.

A referência é constituída de elementos essenciais e, quando necessário, acrescida de elementos complementares.

- Os elementos essenciais são as informações indispensáveis à identificação do documento: AUTOR, *título do livro*, local, editora e ano de publicação.

- Os elementos complementares são as informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar os documentos, como, por exemplo, organizador, volume, número de ISBN, série ou coleção entre outros.

Algumas orientações para a normalização das referências:

Obras impressas

- **Livro com apenas um autor**

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*. Edição. Lugar de publicação: Editora, ano de publicação.

- **Livro com dois autores**

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. *Título do livro*. Edição. Lugar de publicação: Editora, ano de publicação.

O mesmo procedimento para livros que apresentem três autores.

- **Livro com MAIS de três autores**

SOBRENOME, Nome *et al.* *Título do livro*. Edição. Lugar de publicação: Editora, ano de publicação.

Apresenta-se o nome do primeiro autor seguido da expressão *et al.* (e outros autores).

- **Publicação sem autoria**

TÍTULO do livro. Local: Editora, ano de publicação.

- **Capítulos de livros**

SOBRENOME, Nome (autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (autor do livro). *Título*. Local de publicação: Editora, ano de publicação, volume (se houver), página inicial – página final do capítulo.

- **Trabalhos acadêmicos**

SOBRENOME, Nome. *Título*: Subtítulo. Local e ano de defesa. Número de folhas ou volumes. Categoria (Monografia/ Dissertação/ Tese) – Nome da Instituição.

PEREIRA, A.P.

- **Publicação Institucional (órgãos administrativos federais, estaduais ou municipais)**

NOME DO PAÍS, ESTADO ou MUNICÍPIO. Entidade institucional responsável pela publicação. *Título*. Edição. Local de publicação, ano de publicação. Nome e número da série, se houver.

- **Autoria de entidades de natureza científica, cultural e artística.**

NOME DA ENTIDADE ou INSTITUIÇÃO. *Título*. Edição. Local de publicação, ano. Volume. Nome e número de série, se houver.

- **Artigo de jornal**

SOBRENOME, Nome do autor do artigo. Título do artigo. *Título do jornal*, Local de publicação, dia, mês e ano. Número do caderno, seção ou suplemento, página inicial – página final.

Se o artigo não for assinado, inicia-se a referência pelo título do artigo.

- **Artigo de publicação periódica**

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico*, Local: Editora (se houver), número do volume, número do fascículo, página inicial – página final, mês e ano.

- **Dicionários no todo**

SOBRENOME, Nome do autor ou coordenador. *Título*. Edição. Local: Editora, ano de publicação. Volume, se houver.

Páginas da internet

SOBRENOME, Nome. *Título*. Fonte/ endereço eletrônico onde está armazenado o documento (URL). Data de acesso.

Exemplo 1:

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000150.pdf. Acesso em: 20 de maio. 2014.

Exemplo 2:

NOME DO SITE. *Título*. Fonte/ endereço eletrônico onde está armazenado o documento (URL). Data de acesso.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saber LER para prevenir DORT*. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevenir_dort.pdf. Acesso em 20 de maio. 2014.

De acordo com a ABNT 6023 o recurso tipográfico (**negrito**, sublinhado ou *itálico*) deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. A opção por um deles deve acompanhar todas as etapas do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *NBR 6023: informação e documentação: elaboração referências*. Rio de Janeiro, 2002.

FAULSTICH, Enilde L. *Como ler, entender e redigir um texto*. São Paulo: Vozes, 1987.

RODRIGUES, André. *Como elaborar referência bibliográfica*. 6. Ed. São Paulo: Humanitas, 2007.

UNIDADE 5

A elaboração estrutural do Trabalho monográfico

A elaboração de uma monografia remete a um trabalho cuidadoso a respeito de determinado assunto, seja teórico, científico ou filosófico. Etimologicamente, considera-se como redação de um único tema: *monos* – um, *graphein* – escrever (escrever sobre um só assunto) (MARTINS; ZILBERKNOP, 2001, p. 228).

Na fase final do curso de graduação, todos os alunos devem elaborar uma monografia como condição para a obtenção do diploma universitário. Esse último trabalho pressupõe a descrição, análise e reflexão de um determinado objeto de estudo. É importante ressaltar que a monografia tem caráter dissertativo argumentativo, a partir do tema e do referencial teórico apresentado, o redator emite sua opinião sobre o assunto desenvolvido.

A pesquisa do trabalho monográfico pode ser de diferentes naturezas:

- a. **experimental:** os fatos são controlados e interpretados; trata-se de um trabalho inventivo que pede o máximo de rigor na experimentação;
- b. **descritiva:** realizada por meio de enquetes e questionários;
- c. **histórica:** fatos relatados e interpretados imparcialmente;
- d. **filosófica:** questionamento de uma realidade.

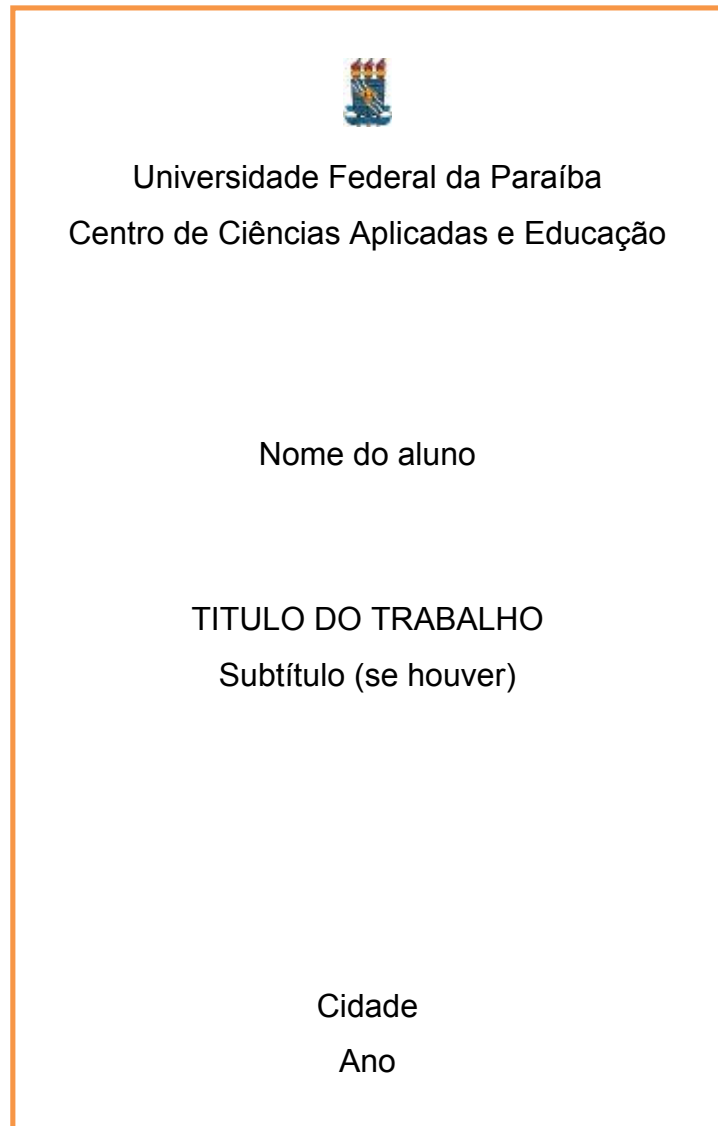
Sabemos que todo trabalho acadêmico deve obedecer a determinados critérios estabelecidos pela instituição e pelas normas da ABNT, portanto apresentaremos abaixo alguns elementos essenciais para a realização do seu trabalho monográfico.

ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Todos os trabalhos científicos (monografias, dissertações, teses, pesquisas) devem seguir a estrutura indicada pela NBR 14724, que orienta especificamente esse tipo de produção acadêmica.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS: são os elementos que antecedem o texto e contêm as informações necessárias para a identificação da Instituição, autoria e do trabalho apresentado.

Capa (obrigatório) - Modelo



Logo of the Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação

Nome do aluno

TITULO DO TRABALHO
Subtítulo (se houver)

Cidade
Ano

Lombada (opcional)

É a parte da capa onde se indica o nome do autor, o título do trabalho (impressos longitudinalmente).

Folha de rosto (obrigatório) - Modelo

Nome do Aluno
TITULO DO TRABALHO Subtítulo (se houver)
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/ UFPB) como parte dos requisitos para a obtenção do Certificado do Curso de, sob a orientação do Professor.....
Cidade ano

Errata (opcional)

A errata constitui uma lista de erros que foram encontrados após a impressão do material. Deve ser impressa em folha avulsa e acrescentada como encarte logo após a folha de rosto.

Modelo

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
25	8	(CÂNDIDO, 2007, p. 30)	(CÂNDIDO, 2003, p. 30)

Folha de aprovação (obrigatório)

Modelo

Nome do autor
TITULO DO TRABALHO Subtítulo (se houver)
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE/ UFPB), Departamento de Letras, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Dra. Luciane Alves Santos CCAIE/UFPB Orientadora

Profa. Dra. Maria Alice Ribeiro Gabriel USP.....

Prof. Universidade.....
Cidade, 12 de junho de 20....

Dedicatória (opcional)

O autor pode dedicar seu trabalho ou prestar homenagem a alguém. A dedicatória deverá ser apresentada na parte inferior da página, respeitando a margem de 2 cm da borda direita e 8 cm da borda esquerda da página.

Agradecimento (opcional)

Ainda que seja opcional, é uma parte importante do artigo e não deveria ser considerada somente uma cortesia. Sua função é a de agradecer as pessoas ou instituições que contribuíram significativamente para a elaboração do texto.

Epígrafe (opcional)

Inserção de uma citação, frase ou pensamento cujo conteúdo se relaciona com o tema tratado. Da mesma forma que a dedicatória, deve ser apresentada na parte inferior da página.

Resumo na língua vernácula (obrigatório)

O resumo em língua portuguesa deve ser redigido de forma clara e objetiva, não deve ultrapassar 500 palavras e deve transmitir aos leitores as ideias principais do trabalho desenvolvido. Logo após o resumo, devem ser indicadas as palavras-chave.

Resumo em língua estrangeira - *abstract* (obrigatório)

Apresenta as mesmas características do resumo em língua portuguesa. Deve ser digitado em folha distinta do resumo em português. A versão em língua inglesa (*abstract*) é a mais utilizada, no entanto, pode também ser feito em espanhol (*resumen*) ou em francês (*résumé*).

Lista de ilustrações (opcional);

Lista de tabelas (opcional);

Lista de abreviaturas e siglas (opcional);

Lista de símbolos (opcional)

As listas são elementos opcionais que apresentam e explicam as imagens, símbolos ou siglas que aparecem no decorrer do texto.

Sumário (obrigatório)

O sumário apresenta as partes do trabalho e seu(s) respectivo(s) número(s) da(s) página(s).

ELEMENTOS TEXTUAIS: são os elementos essenciais do trabalho, constituem-se por três partes:

Introdução

A introdução deve ser clara e objetiva e apresentar as etapas, a problemática, os objetivos e a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho.

Desenvolvimento

O desenvolvimento é a parte mais significativa do trabalho, seu objetivo é apresentar exemplos, argumentos e provas que sustentem sua proposição inicial. No desenvolvimento, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 236), podem-se considerar três fases ou estágios: explicação, discussão e demonstração.

- a) Explicação: apresenta o sentido de uma noção, é tornar claras as ideias discutidas.
- b) Discussão: é a relevância da argumentação e das proposições em análise.
- c) Demonstração: implica o exercício do raciocínio por meio das partes do trabalho.

Devem, para atingir o objetivo da proposta de análise, seguir uma sequência lógica.

Conclusão

A conclusão é parte final do texto, momento em que se retomam sinteticamente as ideias principais e as reflexões acerca do assunto discutido.

Elementos pós-textuais: são os elementos que trazem informações complementares ao trabalho desenvolvido.

Referências (obrigatório, conforme ABNT NBR 6023)

“É o conjunto de elementos que permitem a identificação das publicações utilizadas, no todo ou em parte, na redação da monografia” (RODRIGUES, 2007, p. 82).

Glossário (opcional)

Apêndice (opcional)

Anexo (opcional)

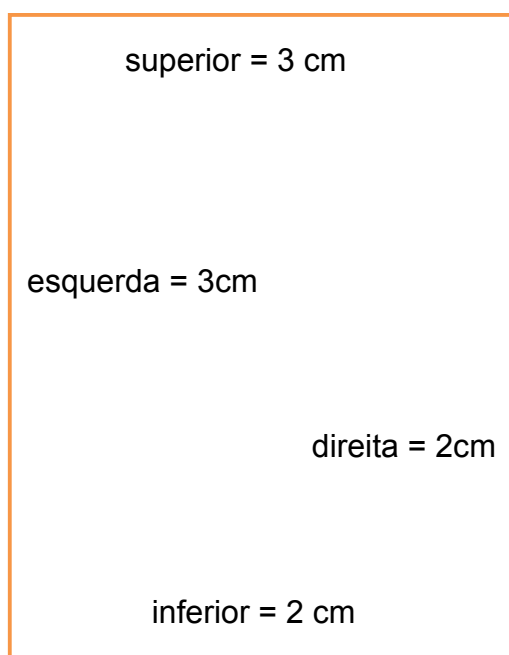
Índice (opcional, conforme ABNT NBR 6034)

APRESENTAÇÃO GRÁFICA

Tipo de papel

Branco, de formato A4 (210 x 297 mm).

Margens



Fonte e tamanho da letra

As fontes mais recomendadas são Arial e Times New Roman, tamanho 12. Notas de rodapé e citações superiores a três linhas devem ter fonte reduzida, tamanho 10 ou 11.

Espaçamento

- O texto deve ser digitado em espaço 1,5, no entanto, o resumo, citações e notas de rodapé deverão ser apresentadas em espaço simples.
- Para títulos de capítulos do texto e subseções utiliza-se duas vezes o espaço duplo.
- Referências devem ser separadas por espaço duplo.

Parágrafo

Todos os parágrafos deverão apresentar 1,5 cm da margem e devem ser justificados.

Paginação

Devem ser contadas as páginas que contêm os elementos pré-textuais, porém a numeração deve ser inserida a partir da introdução, em algarismos arábicos, ordem crescente, no canto superior direito.

LEITURA COMPLEMENTAR

Os diferentes rostos da verdade do homem

Há que reconhecer que a busca da verdade nem sempre se desenrola com a referida transparência e coerência de raciocínio. Muitas vezes, as limitações naturais da razão e a inconstância do coração ofuscam e desviam a pesquisa pessoal. Outros interesses de vária ordem podem sobrepor-se à verdade. Acontece também que o próprio homem a evite, quando começa a entrevê-la, porque teme as suas exigências. Apesar disto, mesmo quando a evita, é sempre a verdade que preside à sua existência. Com efeito, nunca poderia fundar a sua vida sobre a dúvida, a incerteza ou a mentira; tal existência estaria constantemente ameaçada pelo medo e pela angústia. Assim, pode definir-se o homem como *aquela que procura a verdade*.

É impensável que uma busca, tão profundamente radicada na natureza humana, possa ser completamente inútil e vã. A própria capacidade de procurar a verdade e fazer perguntas implica já uma primeira resposta. O homem não começaria a procurar uma coisa que ignorasse totalmente ou considerasse absolutamente inatingível. Só a previsão de poder chegar a uma resposta é que consegue induzi-lo a dar o primeiro passo. De fato, assim sucede normalmente na pesquisa científica. Quando o cientista, depois de ter uma intuição, se lança à procura da explicação lógica e empírica de certo fenômeno, ele o faz porque tem a esperança, desde o início, de encontrar uma resposta, e não se dá por vencido com os insucessos. Nem considera inútil a intuição inicial, só porque não alcançou o seu objetivo; dirá antes, e justamente, que não encontrou ainda a resposta adequada.

(PAULO II, João. *Carta Encíclica Fides et Ratio do Sumo Pontífice João Paulo II aos bispos da Igreja Católica sobre as relações entre fé e razão*. Disponível em: www.vatican.va/...paul_ii/.../hf_jp-ii_enc_15101998_fides-et-ratio_po.ht... Acesso em: 20/06/2014.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Informação documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. NBR 14724*: Rio de Janeiro: ABNT, abril de 2011.

RODRIGUES, André. *Como elaborar e apresentar monografias*. 6. Ed. São Paulo: Humanitas, 2007.

MARTINS, Dileta e ZILBERKNOP, Lúbia. *Português instrumental*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, João B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

2

Capítulo

Christiane Maria de Sena Diniz

LÍNGUA ESPANHOLA II

PRESENTACIÓN



!Hola alumnas y alumnos!



Estamos aquí una vez más para invitarles a descubrir nuevos conocimientos sobre la lengua y la cultura hispanas. En este material para la **Asignatura Español 2**, continuaremos estudiando la lengua de Miguel de Cervantes, Mario Benedetti, Gabriel García Márquez, Gabriela Mistral y tantas otras personalidades hispanas.

El objetivo de este Material Didáctico (MD) es servir de apoyo al estudio de las situaciones práctico-discursivas en lengua española, a partir del uso de estructuras léxico-gramaticales de **nivel inicial 2** para el desarrollo de las cuatro destrezas comunicativas, a saber: comprensión auditiva, producción oral, comprensión lectora y producción escrita. Al mismo tiempo, es bueno resaltar que este material es solo un material de apoyo a la enseñanza y aprendizaje de español, dejándoles a ustedes la tarea de profundizar sus estudios a través de investigaciones dirigidas al mundo hispano.

En este sentido, enfatizaremos aspectos de la enseñanza y aprendizaje que utilizan elementos lingüístico-culturales, que formarán parte de la formación didáctico-pedagógica del futuro docente de español en las escuelas brasileñas de enseñanza fundamental II y de la enseñanza media. De esta manera, logramos llamar la atención de las(los) estudiantes de este material para los aspectos socioculturales e interculturales de las comunidades de habla española.

Estudiaremos, en este nivel, cinco unidades, que considerarán los aspectos gramaticales, discursivos y culturales presentados de la siguiente manera, a saber:

Unidad 1 – EL MUNDO HISPANO

Unidad 2 – ALIMENTACIÓN SALUDABLE

Unidad 3 – RECUERDOS DE NUESTRA INFANCIA





Unidad 4 – ¿EL PASADO NOS CONDENA?



Unidad 5 – MUJERES EN EL MUNDO

En cada unidad buscamos tratar del desarrollo comunicativo en lengua española considerando algunas temáticas que se relacionan a cuestiones específicas de nuestra actualidad y del mundo hispano y de sus hablantes, de manera a llevar al(a) alumno(a) los aspectos iniciales del estudio del español

como lengua extranjera (E/LE). En lo que se refiere a las destrezas comunicativas logramos el estudio de la comprensión auditiva y lectora, en un primer momento, y, solo después, considerar la producción del habla y de la escrita. Por otro lado, nos basamos en los objetivos del Marco Común Europeo para las lenguas (MCE), que objetiva proporcionar al(la) aprendiente de lengua extranjera el uso de la competencia lingüística, buscando, además de los conocimientos gramaticales (en este sentido comprendidos los aspectos fonético-fonológicos, morfo-sintácticos y léxico-semánticos), los fundamentos práctico-discursivos proporcionando al(a) alumno(a) el uso consciente de la lengua española.

Todas las unidades presentarán la siguiente estructura:

- 1.1  **Para comunicarse...:** muchas actividades de este apartado tienen el objetivo no solo de promover los conocimientos de modo progresivo, sino de motivar al(a) alumno(a) y suscitar en él(ella) el interés antes de iniciar los contenidos relacionados a cada unidad.
- 1.2  **Comprensión de texto:** en este apartado presentamos textos escritos a partir de distintos géneros textuales que enfocan la comprensión global del texto. El(la) alumno(a) lee el texto, buscando siempre reflexionar y contestar las preguntas formuladas en los ejercicios propuestos.
- 1.3  **Actividad Auditiva:** después de una actividad de pre-escucha, se presentarán diversas propuestas de ejercicios sobre la comprensión de los audios/videos auténticos (transmisiones radiofónicas y televisivas, entrevistas, versos de canciones o poemas, entre otros) y sobre el significado que los elementos lingüísticos pueden acrescentar en distintos contextos.
- 1.4  **Hablando y/o Escribiendo:** en este apartado presentamos actividades de producción oral y/o de producción escrita que tienen el objetivo de seguir al(la) alumno(a) hasta la autonomía lingüística propuesta y deseada en la cual el(la) alumno(a) puede utilizar el léxico y las ideas discutidas a lo largo de cada unidad.

- 1.5  **Gramática:** en este apartado el(la) alumno(a) reflexionará sobre los aspectos gramaticales individualizados en la unidad estudiada.
- 1.6  **Curiosidades:** este apartado tiene el objetivo de promover maneras para transformar el(la) alumno(a) en un estudiante investigador, un ciudadano crítico y consciente de la propia opinión.

Y en lo que se refiere a la competencia que objetivamos desarrollar en nuestros(as) estudiantes, esa se realiza a través de estrategias pedagógicas que buscan llevar al alumno(a) al uso concreto de la lengua española, aunque ellos(as) no estén en el contexto real de uso de la lengua, puesto que todos estamos en Brasil y no en un país de habla hispana aprendiendo el español. Por otro lado, buscamos priorizar la gramática descriptiva, sin desconsiderar la gramática normativa con todas sus reglas, además porque también la consideramos como un recurso indispensable para el aprendiente de lengua extranjera, sobre todo, cuando no estamos inmersos directamente en la lengua y en la cultura extranjeras. De esta manera, abordaremos la Competencia Pragmática y la Competencia Lingüística, considerando los aspectos gramaticales y lexicales del español a partir de la utilización de diversos géneros textuales. El uso de los recursos audio-visuales, extraídos de *internet*, por ejemplo, se convierten en estrategias primordiales no solamente por tratarse de un Curso de Graduación a Distancia, sino porque en nuestros días, la tecnología, nos ayuda a “viajar” y a mantenernos en contacto directo con las situaciones reales de habla española a través de los *textos auténticos*.

Esperamos que les gusten las nuevas descubiertas realizadas en las próximas páginas de este material y que, más aún, todos se enamoren de la lengua y la cultura hispanas.

UNIDAD 1

EL MUNDO HISPANO

En la Primera Unidad de este Material Didáctico (MD) objetivamos:

- Recapitular cuáles son los países hispanohablantes y los vecinos de Brasil;
- Comprender el concepto del español *estándar* o neutro;
- Conocer algunos Heterosemánticos.

ANTES DE EMPEZAR...

Comprensión y Comunicación



Verás un video en que aparecen los países hispanohablantes y sus respectivas banderas e himnos. Acceso en: <http://www.youtube.com/watch?v=QG0QwEqrjCw> (Acceso en 21 de oct. de 2014).

- a. Ve una primera vez el video y toma nota de lo que comprendas. Enseguida, vélo una vez más y escribe las palabras que logres asociar a cada país. (Por ejemplo, la capital y las costumbres relacionadas a cada uno).

- b. Compara tus respuestas a las de tu compañero(a) y/o de tu profesor(a). ¿Qué aspectos ustedes consiguieron identificar en común? ¿Qué es diferente?

1.1 Para comunicarse...

1) Observa las siguientes imágenes. Se tratan de personajes del mundo del espectáculo y del deporte hispanos. ¿Tú las conoces? ¿y sabes de dónde ellas son? ¿En qué país hispano nacieron y qué hacen estos famosos? Escribe las respuestas correctas a seguir a partir de estas informaciones:

Shakira – Colombia – Cantora / Mesi – Argentina – Futbolista / personaje Chilindrina – México – Actriz / Antonio Banderas – España – Actor.



_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

2) Como podemos observar en el Mapa a seguir, nuestro país, Brasil, tiene estrecha relación no solo lingüística, sino geográficamente con los países hispanos, sobre todo a partir de la cercanía que tiene con los países hispano-americanos, específicamente, los de América del Sur. ¿En qué otros continentes se habla el español como lengua oficial?



(Fuente: Imagen extraída del sitio *Wikipedia*)

3) ¿Sabrías decirnos qué países están al lado de Brasil en la imagen que vimos? ¿Sabes con cuál(es) país(es) sudamericano(s), Brasil no tiene frontera? Entonces, investiga sobre algunos de estos países y, aprovecha, para también buscar otras informaciones o curiosidades sobre cada uno de ellos, por

ejemplo, bailes y comidas típicas o personajes famosos que hayan nacido allá. Busca estas informaciones y escríbelas abajo.

1.2 Comprensión del texto

1) Lee el texto y luego contesta las preguntas:

TEXTO



La actual situación del español en el mundo

(...) El español es hoy por hoy una fuente de riqueza indiscutible cuyo valor tiene su origen, entre otros, en tres factores determinantes: - Su potente demografía: es una de las lenguas más habladas en el mundo y la cifra de hispanohablantes en el mundo se situará en breve en la barrera de los 500 millones. - Su apreciada funcionalidad: como lengua de comunicación internacional el español ocupa ya un lugar determinante en el escenario internacional al tiempo que abre las puertas del futuro profesional de todos aquellos que la estudian.- Su reconocido prestigio cultural: el español es el vehículo idóneo para acceder al rico patrimonio cultural de España e Hispanoamérica; la lengua, en nuestro caso la española, es la puerta de acceso a la producción cultural que se genera en todos los países de habla hispana en cualquiera de sus expresiones: literaria, artística, cinematográfica...(...).

El español de América es una realidad lingüística muy compleja que se presenta a los ojos de un observador imparcial como un abigarrado mosaico. En él no existen dialectos bien delimitados en los que coincidan los fenómenos fonéticos, morfosintácticos y léxicos como ocurre en Europa, donde los límites de un dialecto con otro (naturalmente, a veces con zonas de transición) son muy claros y donde cada dialecto presenta, a pesar de sus diferencias internas, que se manifiestan en subdialectos y hablas locales, una suma de rasgos comunes que lo diferencian de los otros dialectos.

Para algunos estudiosos, como Alonso Zamora Vicente, sí que existe una uniformidad entre el español americano y el español peninsular; otros autores como Henríquez Ureña o Pedro Roña resaltan la diversidad y la complejidad de la realidad lingüística del español americano.

Teniendo en cuenta el peso específico que supone el “español de América” tanto en número de habitantes, extensión geográfica como medio de difusión, hay que tener en cuenta sus propias características lingüísticas en todos los aspectos, así como los nuevos fenómenos que podrían originarse por tener lenguas de contacto con los propios habitantes que siguen usando la lengua nativa o por su extrema cercanía con la lengua inglesa. Pero el estudio de estos rasgos sería objeto de otros artículos que nos llevarían a un estudio más exhaustivo del español americano.

Vista la definición del concepto “español de América” y considerando sobre todo la importancia de su extensión geográfica, podemos decir que el español es una lengua que se extiende por los cinco continentes y cuenta con un considerado prestigio que le avalan los casi cerca de 500 millones de hablantes.

Además de ser la lengua oficial en España, lo es de 19 países de América y el Caribe. Cuba y El Salvador son los países que cuentan con mayor número de hablantes en español. Además es idioma nativo, total o parcial, en determinadas zonas de EEUU. Además de los países mencionados, hay que unir los correspondientes hispanohablantes de países como Guinea Ecuatorial, Filipinas o los hablantes de judeoespañol que suman unos 30 millones más. De esta forma, el español se convierte en la lengua más hablada después del chino y el inglés, respectivamente, en términos de hablantes nativos y como lengua extranjera, además de ser una de las lenguas más extendidas geográficamente (debemos tener en cuenta que es lengua oficial de casi todo el continente americano).

El español, por tanto, es el vehículo de comunicación de un espacio cultural extremadamente rico y variado, con una variedad étnica, climática, enorme patrimonio cultural, literario, artístico, etc... Además junto al inglés y al francés es uno de los tres “idiomas de trabajo” de la ONU y uno de los seis “idiomas para reuniones oficiales” con el árabe, el chino y el ruso. El español se considera lengua oficial en decenas de organismos oficiales (UNESCO, OMS, FAO, etc...) Se emplea como vehículo de comunicación en relaciones comerciales, laborales, diplomáticas y ha sido incluida en las grandes autopistas de la información como Internet.

(Fuente: adaptado del sitio <http://www.eumed.net/rev/cccss/05/jrz.htm> Acceso en 21 de oct. de 2014)

2) Contesta las siguientes preguntas:

a) ¿Por qué el español es una fuente de riqueza indiscutible?

b) En el segundo párrafo del texto aparece la palabra “abigarrado”. Entre las opciones para el significado de esta palabra en el contexto utilizado tenemos las opciones “mezclado” y “determinado”, ¿cuál te parece ser la más adecuada? ¿Por qué?

c) En el texto se defiende la idea de que el español peninsular, es decir, de España, y el español de América son diferentes. Explica en qué medida eso ocurre y las posibles causas para tales diferencias.

d) En tu opinión, ¿crees que existe un único español en América? Justifica tu respuesta.

e) En el último párrafo del texto, se afirma que el español, junto al inglés y francés, está entre las lenguas más importantes en el ámbito internacional. ¿Por qué eso ocurre?

3) Elige un título alternativo para el texto que acabas de leer y justifícalo.

1.3 Comprensión Auditiva

1) Ve un video en que se habla sobre las especificidades de la variedad de la lengua española en el mundo.

(Disponible en el sitio <http://www.youtube.com/watch?v=7CAkxvJjWm0> Acceso en 21 de oct. de 2014)

Léxico (des)conocido:

Lexicón: el conocimiento que el hablante tiene interiorizado del vocabulario.

Impronta: marca o huella que, en el orden moral, deja una cosa en otra.

(Fuente: RAE – Real Academia Española)

2) A partir de la audición, lee las siguientes frases y señala las que son verdaderas:

a) () El español es una lengua de larga tradición y posee un gran peso demográfico.

- b) () En el video se dice que, de todas las variedades del español, el “neutro”, es el más usado en los aparatos televisivos.
- c) () En el video se destacan algunas variedades en lengua española, que son la argentina, la peruana, la mexicana, la chilena, la española y la venezolana.
- d) () En el español neutro no hay una melodía que caracteriza los rasgos pertenecientes a lugares específicos.
- e) () En el video se defiende la idea de un español “neutro” en el sentido de marcar las diferencias entre los hispanohablantes.
- f) () Los lingüistas defienden, según lo que se escucha en el video, que el español neutro no se define como modelo de competencia, sino como modelo de comprensión, adecuación y propiedad.
- g) () Según el video, el español neutro no consiste en una neutralidad fonológica que busca precisión y nivelación lingüística.
- h) () Podemos decir, a partir del video, que el español neutro es un dialecto que elimina rasgos fonéticos y fonológicos.
- i) () Los lexicones de las lenguas del mundo reflejan la manera como los seres humanos conceptualizan las acciones, estados, cualidades y entidades de la realidad.
- j) () No es natural que exista una globalización lingüística con tendencia a la homogeneización.

1.4 Hablando y Escribiendo

1) Señala las frases correctas (sin mirar en el Diccionario):

a) ¿Qué quiere decir en español que una persona es zurda?

a.1 () Quiere decir que ella no escucha muy bien.

a.2 () Quiere decir que ella sólo escribe con la mano izquierda.

b) Cuando una chica está embarazada, queremos decir que ella...

b.1 () ... está un poco cansada.

b.2 () ... va a tener un hijo.

c) La respuesta adecuada para la pregunta “¿Me das un rato?” es:

c.1 () No, odio este animal.

c.2 () Por supuesto, te espero.

d) Si una persona trabaja en una oficina, ella es un(a):

d.1 () Mecánico(a).

d.2 () Abogado(a).

e) Para la pregunta “¿Cuál es tu apellido?”, la respuesta es...:

e.1 () Chico

e.2 () Oliveira

2) Ahora puedes conferir tus respuestas mirando en el diccionario... ¿Qué impresiones tuviste? ¿Te equivocaste en alguna pregunta? ... Bueno, como has podido darte cuenta desde la asignatura Español 1, el español y el portugués son lenguas hermanas porque se parecen en muchas palabras, sea en la escritura o en la pronunciación, pero, al mismo tiempo, existen palabras que tienen significados diferentes, como en los ejemplos anteriores, a saber: zurda / embarazada / rato / oficina / apellido. Estos ejemplos son muy clásicos y siempre aparecen en los chistes y las bromas entre brasileños e hispanos. Estas palabras son más conocidas por su término técnico “Heterosemánticos”, o sea, los famosos “Falsos Cognados” o “Falsos Amigos”, que son palabras que, como el propio término sugiere, presentan diferentes (“hétero”) significados (“semánticos”).

Busca otras palabras entre el portugués y el español parecidas, pero que son, en realidad, “falsos amigos”.

1.5 Gramática

1) Según la gramática normativa los Heterosemánticos o los “falsos amigos” son palabras de la lengua española que tienen la grafía igual o semejante a la del portugués, pero que poseen significado distinto. En español, hay algunas palabras que pueden inducir al estudiante brasileño a una comprensión equivocada del significado, generando, de esta manera, los “problemas” en la comunicación, como podemos observar a través de los ejemplos a seguir.



(Fuente: imagen extraída del blog <http://www.joseferreira.com.br/blogs/lingua-espanhola/conteudos-para-praticar/heterosemanticos-falsos-amigos/> Acceso en 27 de nov. de 2014)

2) A partir de las imágenes del comics, contesta las preguntas:

a) ¿Cuáles son las palabras que causan “problemas” o fallas en la comunicación entre los interlocutores?

b) ¿Explica lo qué podrá haber entendido el turista brasileño al escuchar las palabras en español “rato”, “exquisita”, “tapas”, “embarazada” y “vaso”? Y ¿cuáles significados tienen estas palabras en español? Busca en el diccionario estas palabras y forma dos frases para cada una.

c) En cada una de las cinco imágenes en que aparece el turista brasileño intentando comunicarse con sus interlocutores, ¿qué reacciones tiene él?

d) Define en español y con tus palabras el término “Heterosemánticos”.

1.6 Curiosidades

En la audición que escuchaste en el **apartado 1.3 (Actividad auditiva)** se ha reflexionado sobre el español neutro o, también conocido por lengua *estándar*. Este término se refiere a la eliminación, en el habla, de rasgos fonético-fonológicos de un lugar específico. En este sentido, vimos que no se trata, en principio, de los prejuicios en relación a determinados sitios o maneras de hablar, sino de buscar mantener cierta “neutralidad” en la lengua. ¿Tú sabes que esta discusión no es específica solamente de la lengua española? Es decir, en otros países, como Brasil, también existe una preocupación por utilizar un portugués neutro, sobre todo, tratándose del lenguaje periodístico.

Presta atención en la manera como los periodistas brasileños, específicamente los de nuestro estado, Paraíba, pronuncian determinadas palabras y, también, si ellos utilizan rasgos característicos del portugués *nordestino*. Reflexiona con tu profesor y tus compañeros de clase sobre el uso del *estándar* y de qué manera esta práctica puede acercar o alejar a los hablantes de una lengua. ¿Para ti, cuál es la importancia del *estándar*? ¿Qué opinas sobre el uso del *estándar* en determinados contextos de habla? Discute estas cuestiones.

Para otras informaciones sobre el tema *estándar*, consulta la fuente siguiente:

El video del Profesor Alejandro Guevara, autor del libro **El español neutro** <http://www.youtube.com/watch?v=rq8g4pcux4E> (Acceso en 25 de nov. de 2014).

RECAPITULACIÓN DE LA UNIDAD 1

- Recapitulamos los países hispanohablantes y los vecinos a Brasil;
- Comprendimos el concepto del español *estándar* o neutro;
- Definimos el concepto de Heterosemánticos.

UNIDAD 2

ALIMENTACIÓN SALUDABLE

En la Segunda Unidad de este Material Didáctico (MD) objetivamos:

- Discutir sobre los hábitos alimenticios saludables;
- Conoceremos la Pirámide Alimenticia o la Dieta Mediterránea;
- Estudiaremos el Imperativo afirmativo y negativo en las personas YO y USTED.

ANTES DE EMPEZAR...

Comprensión y comunicación

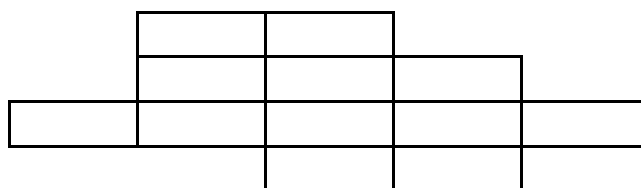
1.1 Para comunicarse...

1) Mira las palabras abajo y, después, asocia cada una a su imagen correspondiente.

2) EMPANADA 2) FRIJOLES 3) GASEOSA 4) POLLO 5) PAN 6) PEREJIL
7) MANTEQUILLA 8) PASTEL 9) ZUMO 10) SOPA 11) QUESO 12) LECHUGA




...Entonces...las imágenes corresponden a la siguiente enumeración:



1) Entre las comidas que aparecieron en las imágenes del ejercicio anterior, ¿cuáles consideras las más y las menos saludables? ¿y entre ellas cuáles las comes con frecuencia?

1.2 Comprensión del texto

 ¿Tienes hábitos alimentares saludables? ¿Cuidas tu alimentación? ¿Te preocupas por saber cómo será tu futuro en lo que se refiere a tu salud?

Bueno...estas son preguntas que todos nos hacen a cada día. Es natural este tema, siempre leemos o escuchamos algo sobre esta temática.

- 1) Considerando estos aspectos, vas a leer un informe vehiculado por el Ministerio de la Salud del gobierno de Argentina, en ocasión de la “Promoción de la Salud y Control de enfermedades no transmisibles” y señalar las palabras que no consigues entender, después, busca el significado en el diccionario:



TEXTO

Una alimentación saludable es aquella que aporta todos los nutrientes esenciales y la energía que cada persona necesita para mantenerse sana.

Una persona bien alimentada tiene más oportunidades de:

- Desarrollarse plenamente;
- Vivir con salud;
- Aprender y trabajar mejor;
- Protegerse de enfermedades.

La alimentación variada asegura la incorporación y aprovechamiento de todos los nutrientes que necesitamos para crecer y vivir saludablemente. Alimentarse saludablemente, además de mejorar la calidad de vida en todas las edades, ha demostrado prevenir el desarrollo de enfermedades como:

- Obesidad;
- Diabetes;
- Enfermedades cardio y cerebrovasculares;
- Hipertensión arterial;
- Dislipemia;
- Osteoporosis;
- Algunos tipos de cáncer;
- Anemia;
- Infecciones.

Para comer saludablemente se recomienda que usted:

- Distribuya los alimentos en 4 comidas principales y 2 colaciones;
- Modere el tamaño de las porciones;
- Consuma por día 2 frutas y 3 porciones de verduras de todo tipo y color preferentemente crudas;
 - En el almuerzo y en la cena, la mitad del plato que sean verduras y de postre una Fruta;
- Incorpore legumbres, cereales integrales, semillas y frutas secas;
- Consuma carnes rojas o blancas (pollo o pescado) no más de 5 veces por semana;
- Cocine sin sal. Reemplácela por perejil, albahaca, tomillo, romero y otros Condimentos;
- Evite el uso del salero en la mesa;
- Limite el consumo de azúcar y alcohol.

(Fuente: Ministerio de Salud – Presidencia de la Nación. Disponible en <http://www.msal.gov.ar/ent/index.php/informacion-para-ciudadanos/alimentacion-saludable> Acceso en 25 de nov. de 2014)

2) Contesta las preguntas que siguen según el texto que acabas de leer:

a) ¿En qué consiste una alimentación saludable?

b) ¿Cuál es la importancia de comer comidas sanas?

c) ¿Para qué sirve una alimentación saludable?

d) ¿Cuáles son las enfermedades causadas por hábitos no saludables?

e) ¿Cuáles son los trucos para comer sano? ¿Qué tenemos que hacer para vivir más y mejor?

1.3  Comprensión Auditiva

1) Ve el video de autoría de Francisca Cid (sitio internet http://www.youtube.com/watch?v=eo_gaEPSVMQ) en que se presenta la Pirámide Alimenticia y los alimentos que forman parte de cada grupo alimentar. Toma nota de los alimentos que aparecen en las imágenes y sepáralos a partir de su importancia y de su grupo alimentar.

2) A partir del video, ¿cuántos grupos alimenticios forman parte de la pirámide?

3) ¿Cuáles son los alimentos de cada grupo y la frecuencia de consumo para cada uno?

1.4 Hablando y Escribiendo

1) A partir de los apartados anteriores (1.1, 1.2 y 1.3) de esta unidad, hemos podido discutir sobre la importancia de incorporar en nuestra alimentación diaria alimentos saludables, de manera a lograr una cualidad de vida. Vuelve a leer el texto del apartado 1.2., del gobierno argentino, en lo que se refiere a algunas recomendaciones para tener, a través de la alimentación, una vida más saludable.

2) Ahora observa la tabla a seguir en que aparecen las conjugaciones de algunos verbos en el Modo Imperativo:

VERBO	TÚ	USTED	VOSOTROS	USTEDES
DISTRIBUIR	DISTRIBUYE	DISTRIBUYA	DISTRIBUID	DISTRIBUYAN
MODERAR	MODERA	MODERE	MODERAD	MODEREN
CONSUMIR	CONSUME	CONSUMA	CONSUMID	CONSUMAN
INCORPORAR	INCORPORA	INCORPORE	INCORPORAD	INCORPOREN
COCINAR	COCINA	COCINE	COCINAD	COCINEN
EVITAR	EVITA	EVITE	EVITAD	EVITEN
LIMITAR	LIMITA	LIMITE	LIMITAD	LIMITEN

3) Escribe un pequeño texto para un amigo en que recomiendas a él para que se coma de manera saludable. Puedes utilizar algunas de las palabras (alimentos y verbos) que aparecieron en los apartados 1.2 y 1.3.

1.5 Gramática

Observa la tabla a seguir sobre la forma del Imperativo Afirmativo (Regular).

HABLAR	BEBER	ABRIR	
Habla	bebE	AbrE	(TÚ)
HablE	beba	AbrA	(USTED)

Observamos que las terminaciones de la segunda y tercera personas del Imperativo Afirmativo se parecen un poco al Presente de Indicativo, excepto

por la no utilización de la S en la segunda persona del singular. Sobre el uso de este modo verbal, la RAE (Real Academia Española) define que el Modo Imperativo sirve para dar una orden a una segunda persona (del singular o del plural), usándose las formas propias del imperativo. Si la oración es afirmativa, o las formas correspondientes del subjuntivo, si la oración es negativa, va introducida por la conjunción *que* o se dirige a un interlocutor al que se trata de usted.

SINGULAR

Tómate toda la sopa y ***deja*** de protestar. (Imperativo afirmativo TÚ / Infinitivo TOMARSE y DEJAR)

No te enfades por eso. (Imperativo Negativo TÚ / Infinitivo ENFADAR)

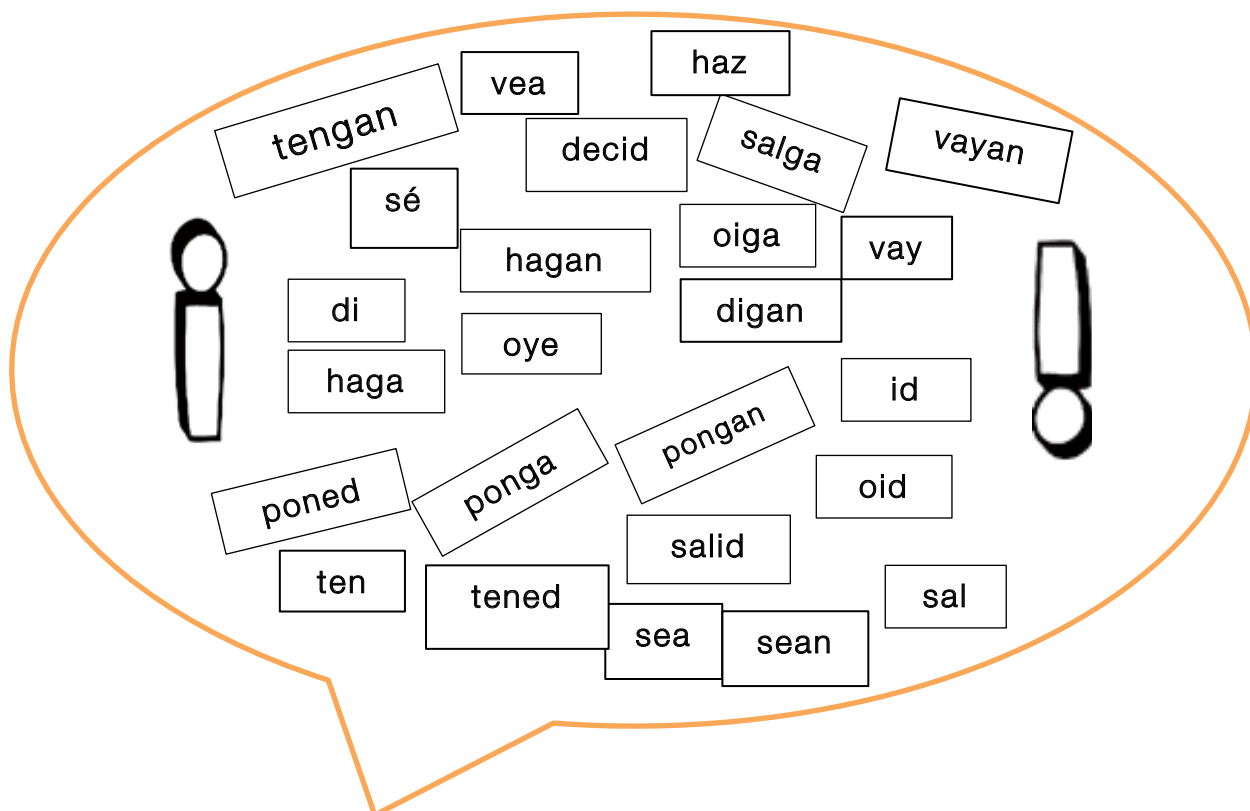
Hazme caso. (Imperativo Afirmativo TÚ / Infinitivo Irregular HACER)

(Fuente: Para más informaciones consulta el sitio <http://www.rae.es/consultas/infinitivo-por-imperativo> Acceso en 25 de nov. de 2014)

2) IMPERATIVOS IRREGULARES

Completa el cuadro con los verbos del recuadro

VERBOS	OIR	HACER	DECIR	PONER	SALIR	IR	SER	TENER
TÚ				Pon		Ve		
USTED			Diga					Tenga
VOSOTROS		Haced					sed	
USTEDES	Oigan				salgan			



- 3) El modo imperativo sirve, de manera general, para aconsejar a alguien o dar órdenes, en este sentido, tú vas a aconsejar un amigo tuyo y/o familiares sobre la importancia de tener hábitos alimenticios saludables, sugiriéndoles las comidas que ellos deben o no comer. Para eso, forma frases utilizando los verbos en el Modo Imperativo (afirmativo y negativo). Informa también si se trata de una manera formal (USTED) o informal (TÚ) conforme los modelos:

MODELOS:

Niño, **come** más fruta. (Imperativo Afirmativo Tú / Infinitivo COMER)

María, **no tomes** gaseosa. (Imperativo Negativo Tú / Infinitivo TOMAR)

1.6  **Curiosidades**

La pirámide alimenticia consiste en el conjunto de alimentos que los seres humanos necesitan consumir a diario en la dirección de tener una vida saludable. La pirámide (también conocida por Dieta Mediterránea) se compone de alimentos que, al principio, eran consumidos por los pueblos del Mediterráneo (región que comprende algunos países de Europa, como España e Italia). Los médicos se dieron cuenta de que las personas de aquella región del planeta vivían más de cien años de edad, y pasaron a investigar por qué eso ocurría, de manera que descubrieron que buena parte sería debido a su alimentación. Por eso, la Dieta Mediterránea o la Pirámide Alimenticia es considerada la alimentación más adecuada para las personas que buscan calidad de vida.

RECAPITULACIÓN DE LA UNIDAD 2

- Discutimos sobre los hábitos alimentarios saludables;
- Conocimos la Pirámide Alimenticia o la Dieta Mediterránea;
- Estudiamos el Imperativo afirmativo y negativo en las personas YO y USTED.

UNIDAD 3

RECUERDOS DE NUESTRA INFANCIA

En la Tercera Unidad de este Material Didáctico (MD) trataremos sobre los siguientes aspectos:

- Veremos algunos animales preferidos por niños y niñas.
- Leeremos el resumen de un artículo académico sobre la ley que protege a los niños en España.
- Escucharemos una canción.
- Discutiremos sobre dos poemas.
- Estudiaremos el Pretérito Imperfecto del Modo Indicativo corresponde.

ANTES DE EMPEZAR...

Comprensión y comunicación

1.1 Para comunicarse...

1) Te presentamos algunos de los animales que causan miedo, pero también les gustan a los chicos de cualquier edad y época. Intenta asociar cada palabra a la imagen del animal y aprovecha para poner el artículo determinativo (el o la) adecuado:

a) ___ conejo (el o la)

b) ___ búho (el o la)

c) ___ alce (el o la)

d) ___ rinoceronte (el o la)

e) ___ cebra (el o la)

f) ___ oso (el o la)

g) ___ águila (el o la)

h) ___ serpiente (el o la)

i) ___ tucán (el o la)

j) ___ mono (el o la)





2) Ahora, vas a leer un texto sobre algunos aspectos que se relacionan a algunas aficiones de nuestra infancia. Observa las palabras destacadas y, después, contesta a lo que se pide:

Bueno, es verdad que lo mejor de los tiempos anteriores **era** la infancia por ciertos puntos a saber: los juegos, los amigos, las bromas, **apreciábamos** más la naturaleza, la belleza y el olor de las flores, el azul del cielo, la sonrisa de las personas y nos **quedábamos** sorprendido si un adulto lloraba...pero, lo que más nos **gustaban** eran los animales... Los Animales **eran** vistos y protegidos para que nosotros los pudiéramos observar. Animales como el conejo, el búho, el alce, el rinoceronte, la cebra, el oso, el águila, la serpiente, el tucán y el mono y todo el medio ambiente **eran** más admirados en la época pasada, los **ayudaban** para así sobrevivir y no los **cazaban**. No **había** los juegos electrónicos y los niños se **preocupaban** más por los otros y todos **sabían** apreciar la naturaleza y sus animales.

(Fuente: Adaptado del sitio [taringa.net](http://www.taringa.net). Disponible en <http://www.taringa.net/posts/info/14117941/Entrada-Para-Saber-lo-Bonito-que-era-la-Infancia-Pasada.html> Acceso en 27 de nov. de 2014)

a) A partir de la lectura del texto, podemos decir que las palabras destacadas, corresponden a verbos que expresan:

a.1) () acciones habituales en el pasado a.2) () acciones que aún acontecen

b) ¿Quién sería el autor del texto? Si pudieras describirlo, ¿qué características tendría él? ¿Se trata de un niño muy inteligente o un adulto reflexionando sobre su pasado.

c) Ponga los verbos destacados al Infinitivo y escribe el sujeto relacionado, como en el ejemplo:

- b.1) **era** – (Infinitivo SER / Sujeto INFANCIA)
- b.2) **apreciábamos**- (Infinitivo _____./Sujeto _____)
- b.3) **quedábamos** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.4) **gustaban** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.5) **eran** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.6) **eran** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.7) **ayudaban** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.8) **cazaban** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.9) **había** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.10) **preocupaban** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)
- b.11) **sabían** – (Infinitivo _____ / Sujeto _____)

d) Reescribe el texto, poniendo los verbos destacados al Tiempo Presente y hace los cambios necesarios para que las frases tengan sentido.

e) A partir de la reescrita del ejercicio anterior, ¿qué cambios tuviste que realizar para transformar las acciones en el Presente?

1.2  **Comprensión del texto**

1) Vas a leer ahora el Resumen de un artículo académico de autoría de Juan Félix Rodríguez Pérez, titulado “La protección de la infancia en España: ayer y hoy”. Después, contesta las preguntas que siguen:

TEXTO

En el último cuarto del siglo XIX, las condiciones de precariedad en que vivía una parte importante de la población madrileña provocaron que la orfandad y el abandono de niños aumentaran considerablemente. Los consultorios de niños de pecho y los sanatorios marinos se mostraron como remedios eficaces para combatir la elevada mortalidad infantil. Las primeras normativas legales en beneficio de la infancia se aprobaron a finales del XIX. En 1904 se promulgó la Ley de Protección a la Infancia y cuatro años más tarde el Reglamento que la desarrollaba. En estos momentos, las consejerías de familia e infancia de las comunidades autónomas tienen las competencias en materia de protección de menores. La Sociedad Protectora de los Niños, en la actualidad Fundación, nació en 1878 con el objetivo de proteger a los niños y niñas más débiles. Continuando con dicho principio, lleva a cabo proyectos de atención a familias con graves carencias sociales y colabora en proyectos socio-educativos dirigidos a niños en situaciones de riesgo social.

(Fuente: extraído del sitio http://www.protectoraninos.org/archivos/articulos/1288202210_130_la_proteccion_a_la_infancia_ayer_y_hoy-2009.pdf Acceso en 27 de nov. de 2014)

2) A partir de la lectura del texto, contesta las siguientes preguntas:

a) ¿Cuál es el título del texto y quién es su autor?

b) ¿Qué ocurrió en el último cuarto del siglo XIX?

c) ¿Qué causas llevaron a combatir la mortandad infantil en España?

d) ¿Cuándo ocurrió la primera medida de protección a la infancia en aquel país?

e) Según el autor del texto, ¿cuál es el objetivo de la Sociedad Protectora de los niños?

f) ¿Cuál es el tema central del texto leído?

1.3 Comprensión Auditiva

1) Escucharás la canción titulada “Recordando mi infancia”, de Mc Richix. Presta atención en la letra y completa las palabras que faltan. Para escuchar la canción, acceso en <http://www.youtube.com/watch?v=unrV4Agr9c4>.

Canción “Recordando mi infancia”, de Mc Richix

No todos tuvieron la suerte de tener una infancia feliz, algunos tuvieron que trabajar desde niños, en honor a mi infancia y para ustedes compongo esta canción con mucho cariño.

En el recuerdo se pinta el más bello paisaje
_____ súper héroes sin necesidad de un traje (SER)
Cuando _____ súper héroe recuerdo que salve al mundo (SER)
Y comí mil golosinas, chocolates en segundos

Como recuerdo aquella tarde que jugué con mi pelota
_____ de alegría corriendo con mi mascota (SONREIR)

Se van borrando los recuerdos en mañanas amarillas
Ahora solo queda la cicatriz en mi rodilla
Esas emociones en mi fiesta de cumpleaños
Y no hay discoteca que devuelva a esos años

_____ con almohadas como si fuera un castillo (JUGAR)
Ahora ya no veo en mis ojos ese brillo
Donde las palabras solo eran simples regaños
Y nos _____ que le hablaríamos a extraños (PROHIBIR)

Coro:

Y yo quisiera vivir en el ayer, extraño lo que se fue
Ser un niño es lo mejor que pasé, pero casi todo ya lo olvidé

He vuelto a recordar en mis sueños
Historias que nunca podré contar
Ahora solo me queda llorar
Y extrañar ser pequeño

Hubo mucha alegría en mi mundo de color
Las reuniones familiares eran de lo mejor
También hubo momentos que no quiero ni pensarlos
Del recuerdo no se vive y tendré que olvidarlos

Entonces nuestra alma era pura y sincera
Todo nos _____ a pesar de cualquier cosa (DIVERTIR)
Siempre _____ la magia aunque hubiera peleas (ESTAR)
Todo se _____ de manera misteriosa (RESOLVER)

Me _____ los dibujos para que los coloreara (GUSTAR)
Jugar a ser adulto sin que en adulto me transformara
Y como _____ el paso de las estaciones (DISFRUTAR)
Me llega la nostalgia cuando escucho esas canciones

Aquel tiempo donde me _____ invencible (SENTIR)
Donde nos _____ que todo era posible (PARECER)
Cuando _____ ser fuertes como papá (QUERER)
Las historias del abuelo no se han vuelto a contar

¿Y dime quién no jugó al juego del escondite?
Ahora los niños están en internet hasta que alguien los quite

2) Contesta las preguntas:

a) ¿Cuál es el sentimiento que el “yo lírico”, es decir, la voz que habla en la canción expresa sobre su infancia?

b) Al final de la canción, en la última estrofa de la letra, se habla sobre los juegos infantiles de la infancia de ayer y la de hoy, ¿qué diferencias podemos mencionar a partir de la opinión del “yo lírico” sobre los cambios que ocurrieron?

c) En la letra de la canción el “yo lírico” sugiere que la vida adulta nos tira la magia del mundo. ¿Estás de acuerdo con la opinión defendida en la canción? Justifica tu opinión.


1.4 Hablando y Escribiendo

1) Lee los poemas abajo. El primero es de uno de los poetas más importantes de la literatura brasileña; el otro está en lengua española y se trata de una cántica para los niños.

POEMA 1 (Lengua portuguesa)	POEMA 2 (Lengua Española)
<p>Infância (Carlos Drummond de Andrade)</p> <p><i>Meu pai montava a cavalo, ia para o campo. Minha mãe ficava sentada cosendo. Meu irmão pequeno dormia. Eu sozinho menino entre mangueiras lia a história de Robinson Crusó, comprida história que não acaba mais.</i></p> <p><i>No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu a ninar nos longes da senzala - e nunca se esqueceu chamava para o café. Café preto que nem a preta velha café gostoso café bom.</i></p> <p><i>Minha mãe ficava sentada cosendo olhando para mim: - Psiu... Não acorde o menino.</i></p> <p><i>Para o berço onde pousou um mosquito. E dava um suspiro... que fundo!</i></p> <p><i>Lá longe meu pai campeava no mato sem fim da fazenda.</i></p> <p><i>E eu não sabia que minha história era mais bonita que a de Robinson Crusó</i></p> <p><small>(Fuente: Disponible en http://letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/460647/ Acceso en 27 de nov. 2014)</small></p>	<p>Juguetes</p> <p>Tengo los juguetes en mi habitación, estantes repletos, lleno el gran cajón. Un barco de vela, un hermoso avión, raquetas de tenis, y un viejo balón. Osos de peluche de varios colores, un tren de madera, y un montón de coches, Puzzles de animales, cuentos de Calleja, un juego de llaves, y una hucha vieja, Un baúl de piezas para construcción, pelis infantiles, video en un rincón. La alfombra de letras, un móvil de peces, globos en el techo, y dos patinetes. Payasos de feria con grandes babuchas, un circo de trapo que ya no me gusta. Todo en un orden muy desordenado, no juego con ellos, los he abandonado. Mi cachorro Pinki ha sido un regalo, pasamos la tarde juntos, jugando</p> <p><small>(Fuente: JIMÉNEZ, María Lourdes García. Poesías para niños. Disponible en: http://www.doslourdes.net/juguetes.htm Acceso en: 27 de nov. de 2014)</small></p>

2) Contesta las preguntas a seguir:

a) ¿Cuál es el título y el autor de los poemas que acabas de leer?

b) A partir del título de los poemas, “Infância” y “Juguetes”, ¿podemos decir que la temática tratada en sus respectivos versos se aproximan? Razona tu respuesta:

c) En el **Poema 1** señala los verbos (en portugués) que están en el Tiempo *Imperfeito*, es decir, que expresan una acción en el pasado, pero que duró un cierto tiempo antes de haberla terminado.

d) Pon los verbos identificados del ejercicio anterior en español al tiempo correspondiente, o sea, en el pretérito imperfecto.

e) En el **Poema 2**, ¿qué palabras (o sea, juegos) podemos asociar a la infancia?

f) En tu infancia, ¿jugabas estos juegos? ¿Qué otros juegos formaban parte de tu infancia? Busca la traducción para estos juegos en español.

g) ¿Crees que los juegos de los niños en diferentes partes del mundo se parecen?

h) Escribe un pequeño texto en que describas como era tu infancia y en qué medida la infancia de hoy ha cambiado en relación a la infancia de ayer.

3) En el **poema 2** ¿cuáles palabras poseen rimas, es decir, se aproximan fonético y fonológicamente?

1.5 Gramática

1) Como has podido darte cuenta a lo largo de esta Unidad 3, el Tiempo Imperfecto del Indicativo corresponde al pasado y sirve para describir acciones habituales que ocurrieron en un pasado lejano.

Ejemplos:

- a) Recuerdas ¿qué te **gustaba** hacer de pequeño?
- b) **Me encantaba** jugar con mis amigos en la calle.

2) Observa la tabla a seguir en que se presentan las terminaciones de los verbos en el Imperfecto del Indicativo. Todos los verbos de este tiempo verbal son regulares.

	PASAR	COMER	VIVIR
YO	pasABA	comía	vivÍA
TÚ/VOS	pasABAS	comías	vivÍAS
ÉL/ELLA/USTED	pasABA	comía	vivÍAS
NOSOTROS/NOSOTRAS	pasÁBAMOS	comÍAMOS	vivÍAMOS
VOSOTROS/VOSOTRAS	pasABAIS	comíais	vivÍAIS
ELLOS/ELLAS/USTEDES	pasABAN	comían	vivÍAN

1.6 Curiosidades

1) Conforme vimos en el apartado 1.2, cuando leímos el resumen de un artículo académico sobre la creación de una ley en España para proteger a los niños ¿sabrías decir si en Brasil existe una ley semejante que objetiva también proteger a los niños y niñas en situaciones desfavorables y que estén aislados de la sociedad? Busca algunas informaciones sobre eso e intenta escribir algo en las líneas abajo:

Observación: Las informaciones que puedes buscar son estas (cuándo, por qué y quién creó la ley, los objetivos, si estás de acuerdo con su propuesta y si la ley funciona de verdad etc.).

RECAPITULACIÓN DE LA UNIDAD 3

- Vimos algunos animales preferidos por niños y niñas.
- Leemos el resumen de un artículo académico sobre la Ley que protege a los niños en España.
- Escuchamos una canción sobre la vida la infancia.
- Discutimos sobre dos poemas que tratan sobre la misma temática.
- Estudiamos que el Imperfecto corresponde a un tiempo del pasado que sirve para expresar acciones habituales del pasado.

UNIDAD 4

¿EL PASADO NOS CONDENAN?

En la Cuarta Unidad de este Material Didáctico (MD) trataremos sobre los siguientes aspectos:

- Hablaremos sobre hechos pasados (pasado cercano y lejano).
- Escucharemos la canción “Te perdí”.
- Estudiaremos las diferencias entre los Tiempos Pasados (Pretérito Perfecto Compuesto y el Pretérito Indefinido).
- Conocer algunos marcadores del tiempo en español.

ANTES DE EMPEZAR...

Comprensión y comunicación

1.1 Para comunicarse...



1) Lee el texto a seguir:

“Sé lo que hicieron el verano pasado” es el título de una película estadounidense, que **estrenó** en los cines en el año 1997, del director Jim Gillespie. La película cuenta la historia de cuatro amigos que, el **4 de julio** – día de la independencia de EE.UU., **atropellaron** sin querer a un hombre y **lanzaron** el cuerpo al mar para evitar así el castigo de la justicia. Un año después, cuando uno de ellos regresa al pueblo por vacaciones, recibe una carta que dice *I Know What You Did Last Summer* (en español el título de la película es “Sé lo que **hicieron** el verano pasado), empezando así una serie de sucesos extraños que pondrán en peligro la vida de los cuatro.

(Fuente: Adaptado de http://es.wikipedia.org/wiki/I_Know_What_You_Did_Last_Summer Acceso el 02 de dic. de 2014)

2) Presta atención en las palabras destacadas en el texto leído. ¿Cuáles son las acciones descritas? ¿A qué período temporal corresponden estas acciones?

3) En la lengua española, como en nuestro portugués, existen muchas maneras de expresar acciones del pasado, y eso ocurre porque también existen diferentes pasados, es decir, existe el pasado que acabó hace tiempo, existe el pasado (o pretérito) que ha acabado hace poco o donde la acción acabó pero el tiempo no. Existen acciones habituales en el pasado y existe el pasado del pasado...Existen acciones que antes de acabar duraron cierto tiempo, existen acciones habituales en el pasado, existe el pasado del pasado *etc.*

De esta manera, para cada intención del hablante al expresar una acción refiriéndose al pasado, existirá también un tiempo verbal correspondiente, a saber: Pretérito Imperfecto (utilizado para expresar acciones habituales en el pasado), Pretérito Indefinido, también denominado de Pretérito Simple (que expresa acciones pasadas que se refieren a un pasado acabado, como “ayer comí, fui al cine y vi una película”), Pretérito Perfecto Compuesto o Pretérito Perfecto (que expresa acciones pasadas, pero que corresponden a un pasado cercano al hablante, pero donde el tiempo en que fuera ejecutado aún está vigente), entre otros tipos. Para el estudiante brasileño, estos varios tipos de pasado no les causan sorpresa, porque ellos también existen en su lengua materna. Ciertamente, ni todos los tiempos y modo verbales del español corresponderán al portugués en términos de estructura y de sentido, como estudiaremos en las asignaturas de los niveles avanzados del español. Sobre los Pretéritos Indefinido y Perfecto Compuesto del español, podemos decir que ellos corresponden al tiempo verbal *Pretérito Perfeito do Indicativo* del portugués. Para ejemplificar podemos decir que las frases “(hoy) yo **he desayunado** muy temprano” y “(ayer) yo **desayuné** muy temprano” corresponderán al portugués, respectivamente, “(hoje) eu **tomei** café da manhã muito cedo” e “(ontem) eu **tomei** café da manhã muito cedo”. En los ejemplos ilustrados, observamos que las dos frases en portugués tienen el mismo sentido, solo que en español ocurre una pequeña variación provocada por los marcadores del tiempo en la frase “hoy” y “ayer” que sitúan la acción de “desayunar”, respectivamente, en un pasado cercano y lejano. Por otro lado, es importante señalar que solamente en algunas regiones se utiliza el Pretérito Perfecto Compuesto, de manera que la mayoría de los hispanos utilizan, para expresar acabadas en el pasado (cercano o lejano) el Pretérito Indefinido.

Otro punto importante también que queremos destacar se refiere al sentido atribuido a un hispanohablante para el pasado lejano y cercano. Para un brasileño parece difícil asociar el marcador temporal “ayer” a un pasado lejano, por ejemplo, pero para facilitar nuestra comprensión es solo memorizar estos marcadores temporales (AYER, EL MES PASADO, LA SEMANA PASADA, HACE TRES AÑOS).

Para más informaciones sobre el uso del Tiempo Pasado en español, sugerimos la lectura del artículo titulado “El pasado en español – estudio de los nombres de los tiempos del pasado en español”, de autoría de Luis Pérez Tobarra, publicado en la Revista Electrónica de Didáctica/español lengua extranjera (redELE). Disponible en http://www.mecd.gob.es/dctm/redele/Material-RedEle/Revista/2006_07/2006_redELE_7_11Perez.pdf?documentId=0901e72b80df94c0 Acceso en 03 de dic. de 2014.



1.2 **Comprensión del texto**

1) Lee el texto a seguir:

TEXTO

ROCHA, COLONIA Y PIRIÁPOLIS SON LOS DESTINOS QUE MÁS CRECIERON

Uruguay tardó una década en recuperar a turistas argentinos

Diez años demoró Argentina, tras la crisis de 2002, para volver a los niveles de ingresos de turistas de ese país a Uruguay, según datos del Ministerio de Turismo. Españoles, venezolanos, alemanes e italianos son los que menos visitan el país.

Si bien es sabido que, históricamente, los argentinos son los que más visitan el país, demoraron 10 años, tras la crisis de 2002, en volver a los niveles de ingreso habituales, según datos del Anuario 2013 proporcionados por el Ministerio de Turismo y Deporte.

Por ejemplo, hasta el 2001 el promedio de argentinos que visitaba Uruguay era de 1,4 millones. Recién en 2011 volvieron a llegar a Uruguay en cifras similares. El peor pico fue en 2002, cuando vinieron menos de 800 mil argentinos.

De los que visitan Uruguay, los que lo hacen en menor cantidad son los españoles, venezolanos, alemanes e italianos. En concreto, el año pasado fueron 12.000 los italianos que eligieron Uruguay como destino y 18 mil los alemanes.

Como contrapartida, los chilenos y paraguayos han venido creciendo, dentro de su escaso porcentaje de visitantes.

Mientras en 1992 fueron 12.000 los paraguayos que entraron a Uruguay, en todo el 2012 lo hicieron casi 40.000. Lo mismo sucedió con los chilenos; de 18.000 visitantes de ese país hace 20 años a casi 60.000 durante el año pasado.

(Fuente: Periódico uruguayo "El país" *online* disponible en <http://www.elpais.com.uy/informacion/uruguay-tardo-decada-recuperar-turistas.html> Acceso en 02 de dic de 2014).

Considerando la lectura del texto CONTESTA LAS PREGUNTAS:

1) ¿Cuál es el título y el subtítulo del texto?

2) ¿Cuál es la idea principal del texto?

3) ¿Por qué los argentinos demoraron para volver a los niveles altos de ingresos de turistas a Uruguay?

4) Según el texto, ¿cuáles son los turistas que menos visitan Uruguay?

5) ¿Y los que más visitan?

6) ¿Cuáles son los turistas extranjeros que han venido creciendo el porcentaje de visitantes a Uruguay en los últimos años? Busca en el texto los números que reflejan el aumento.

7) Analice la frase: "los chilenos y paraguayos han venido creciendo" y diga ¿por qué se utiliza el pretérito perfecto compuesto en esta frase?

8) En todo el texto (incluso en el título y subtítulo), podemos encontrar 14 verbos que se refieren Pretérito Indefinido o Pretérito Perfecto Compuesto. Encuéntralos y, después, identifica las siguientes informaciones:

- a) ¿A qué pronombre personal sujeto corresponde? y
- b) ¿Cuál es el sujeto de la frase?

Observa el Modelo:

1) CRECIERON

a) Pronombre Personal Sujeto – ELLOS;

b) Sujeto de la frase – LOS DESTINOS (Rocha, Colonia e Pirinópolis...)

2) a) b)	8) a) b)
3) a) b)	9) a) b)
4) a) b)	10) a) b)
5) a) b)	11) a) b)
6) a) b)	12) a) b)
7) a) b)	13) a) b)
	14) a) b)

1.3 Comprensión Auditiva

1) Escucharás la canción titulada “Te perdí”, interpretada por el cantante Chris Duran. Presta atención en la letra y completa las palabras que faltan.

Para escuchar la canción, acceso en el sitio <http://www.youtube.com/watch?v=unrV4Agr9c4>).

Canción “Te perdí”, de Chris Durán

te ___ ___ y me han dicho que no estás (LLAMAR)
te ___ ___ en mil lugares todo el tiempo (BUSCAR – yo)
le pregunto a los amigos qué de ti
y me dicen que sin mí jamás ___ ___ (VOLVER)
yo no sé porque te ___ ___, yo no sé (IR)
que pasó que ya no estás más a mi lado
___ ___ cometer algún error (DEBER)
que en tu joven corazón habrá calado y sin querer

Te perdí, y hoy estoy desesperado
Te perdí, y no sé nada de ti
Te perdí, y no estoy acostumbrado
a vivir sin tenerte junto a mí
el amor tiene esas

cosas y un buen día
me di cuenta que al perderte me perdí.

Yo no sé porque te has ido, yo no sé
qué pasó que ya no estas más a mi lado
he debido cometer algún error
que en tu joven corazón habrá calado y sin querer

Te perdí, y hoy estoy desesperado
Te perdí, y no sé nada de ti
Te perdí, y no estoy acostumbrado
a vivir sin tenerte junto a mí
Te perdí, y no estoy acostumbrado
a vivir sin tenerte junto a mí
el amor tiene esas cosas y un buen día
me di cuenta que al perderte me perdí
que al perderte me perdí.

2) Contesta las preguntas:

a) ¿Cuál es el sentimiento que el “yo lírico”, es decir, la voz que habla en la canción expresa sobre el amor?

b) En la letra de la canción aparecen verbos que se conjugan al Pretérito Indefinido (o sea, que expresan la idea de un pasado lejano) y al Pretérito Perfecto Compuesto (o sea, a un pasado cercano). Busca estos verbos en la canción y escríbelos en el espacio abajo.

c) Hay una diferencia entre el empleo de estos dos tiempos verbales en la letra de la canción. Explica la diferencia que el “yo lírico” quiere decir al emplear las acciones o los estados en el Pretérito Indefinido y en el Pretérito Perfecto Compuesto.

1.4 Hablando y Escribiendo

1) Lee el texto abajo.



Brasil 2014 su impacto económico, turístico e histórico

La celebración de la Copa del Mundo en Brasil es una oportunidad histórica para fortalecer el posicionamiento del país ante el mundo entero. Los grandes eventos son una gran oportunidad para la aceleración de obras y proyectos que contribuyan al desarrollo sostenible y a la generación de empleo e ingresos.

El Mundial brinda a Brasil muchas oportunidades de manera transversal. Entre ellas, se encuentran las grandes inversiones en infraestructura y mejora de los servicios públicos, una marcada creación de puestos de trabajo (3,6 millones en 2014), el gasto de turistas extranjeros en el país, que en este año ya suma US\$ 5 mil millones, refuerzo en la capacidad de recibir a las turistas con los brazos abiertos y el fortalecimiento de la identidad multirracial y multicultural, donde los valores predominantes son el respeto a la diferencia y la solidaridad.

La Copa del Mundo acarrea un potente plan de inversiones y estimula la economía de Brasil. Según un estudio realizado por FVG / Ernest & Young, el impacto de este mega evento debería ascender a US\$ 80,2 mil millones en el PIB de Brasil en 2019.

Las pequeñas y medianas empresas, grandes empleadoras de promover el desarrollo tecnológico y de mano de obra calificada, están siendo beneficiadas ampliamente por las obras y demandas de servicios que genera la preparación para la Copa del Mundo en las cinco regiones del país.

A nivel de infraestructura, todas las obras e instalaciones esenciales para el evento estarán en óptimas condiciones. En los últimos años, Brasil ha realizado importantes inversiones para mejorar la infraestructura, promover el desarrollo tecnológico y mejorar los indicadores en los diferentes niveles de la educación. El país se encuentra en un momento de celebración de importantes logros en el campo social y económico, convirtiéndose en la sexta mayor economía del mundo.

(Fuente: Disponible en <http://www.reportelobby.com/2013/12/copa-del-mundo-brasil-2014-su-impacto.html> Acceso en 02 de dic. de 2014).

2) Contesta las preguntas sobre el texto:

a) ¿Sobre qué habla el texto?

b) Según el texto, ¿cuáles son los aspectos positivos que la Copa del Mundo proporcionó a Brasil?

c) ¿Qué ocurrió en Brasil en los últimos años?

ALGUNOS VERBOS IRREGULARES DEL PRETÉRITO INDEFINIDO

	ESTAR	IR/SER	VER	TENER	HACER
YO	estuve	Fui	vi	tuve	Hice
TÚ/VOS	estuviste	Fuiste	viste	tuviste	Hiciste
ÉL/ELLA/USTED	estuvo	Fue	vio	tuvo	Hizo
NOSOTROS(AS)	estuvimos	Fuimos	vimos	tuvimos	Hicimos
VOSOTROS(AS)	estuvisteis	Fuisteis	visteis	tuvisteis	Hicisteis
USTEDES	estuvieron	Fueron	vieron	tuvieron	Hicieron

Observaciones:

- a) El Pretérito Perfecto Compuesto o simplemente Pretérito Perfecto, como sugiere el nombre, está formado por dos verbos (el verbo auxiliar HABER en el Presente de Indicativo + el participio pasado del verbo principal);
 - b) En el Tiempo Pretérito Perfecto Compuesto la irregularidad ocurre solo en algunos participios, por ejemplo: ABRIR – abierto / DECIR – dicho / ESCRIBIR – escrito / HACER – hecho / PONER – puesto / ROMPER – roto / VER – visto / VOLVER – vuelto;
 - c) Algunos verbos regulares en el Pretérito Indefinido son: ESTUDIAR / VIAJAR / COMPRAR / HABLAR / COMER / BEBER / PERDER / ABRIR / ESCRIBIR
- 2) Selecciona un verbo de cada conjugación, conjúgalos en los pretéritos indefinido y perfecto compuesto y, después, formula 3 frases para cada tiempo verbal. Recuerda escoger bien el marcador temporal de la frase.

ESTUDIAR – Pretérito Indefinido	ESTUDIAR – Pretérito Perfecto
Yo estudié Tú/Vos estudiaste Él/Ella/Usted estudió Nosotros(as) estudiamos Vosotros(as) estudiasteis Ellos/Ellas/Ustedes estudiaron	Yo he estudiado Tú/Vos has estudiado Él/Ella/Usted ha estudiado Nosotros(as) hemos estudiado Vosotros(as) habéis estudiado Ellos/Ellas/Ustedes han estudiado
Frases: 1) Yo estudié ayer. 2) Nosotros estudiamos todo el fin de semana 3) Yo he estudiado español	Frases: 1) Hoy él ha estudiado. 2) Tú has estudiado este fin de semana. 3) En 1990 estudié mucho

1.6 Curiosidades

1) En esta unidad estudiamos dos tiempos del Pretérito en español, a saber: Pretérito Perfecto Compuesto y Pretérito Indefinido). Pero, ¿sabías que el Perfecto Compuesto se utiliza más en España que en Hispano América?

Para más informaciones consulta la referencia:

PRETÉRITO perfecto Compuesto. *In*: WIKIPEDIA: La enciclopedia libre. Disponible en: http://es.wikipedia.org/wiki/Pret%C3%A9rito_perfecto_compuesto Acceso en 10 de dic. de 2014.

RECAPITULACIÓN DE LA UNIDAD 4

- Vimos la importancia del año 2014 para Brasil y el aumento del turismo en Uruguay.
- Escuchamos la canción “Te perdí”.
- Estudiamos las diferencias entre los Tiempos Pasados (Pretérito Perfecto Compuesto y el Pretérito Indefinido).
- Conocimos algunos marcadores temporales en español.

UNIDAD 5

MUJERES DEL MUNDO

En la Quinta Unidad de este Material Didáctico (MD) trataremos sobre los siguientes aspectos:

- Veremos algunas de las mujeres más poderosas del mundo.
- Escucharemos una canción.
- Conoceremos los Heterogénicos en español.

ANTES DE EMPEZAR...

Comprensión y comunicación

1.1 Para comunicarse...

1) Asocia las frases a seguir con las imágenes que ves y, después, tradúcelas para el portugués.

- a) La chica quiere ser como el árbol.
- b) El origen del mundo es un misterio.
- c) Los pétalos de la rosa son perfumados.
- d) Las pesadillas son un tormento para los niños.
- e) Los colores del arcoíris son alegres.
- f) La sangre es roja.
- g) El puente es muy alto.
- h) Tu casa es un desorden.
- i) Bailar el vals es elegante.
- j) El cutis de la mujer parece una porcelana.



(1)



(2)



(3)



(4)



(5)



(6)



(7)



(8)



(9)



(10)

2) Ahora lee las frases de la actividad anterior en voz alta y fíjate en los artículos. ¿Cómo serían en portugués? Y ¿qué cambios ocurrieron en el portugués y en el español? Justifica tu respuesta.

1.2 Comprensión del texto

1) Lee el texto sobre la situación de las mujeres en Afganistán y, después, contesta las preguntas:

TEXTO

Afganistán se olvida de las mujeres

Las mujeres afganas son víctimas de una mentalidad medieval. No existen leyes ni justicia, sólo tradición y la voluntad inapelable de unos hombres embrutecidos por 30 años de guerras que se amparan en el nombre de Dios para ejercer la violencia. En muchas zonas rurales se rapa el pelo a los niños durante la celebración de las bodas con la esperanza de que su fealdad les salve de una violación, a menudo por parte de un familiar. Ocho de cada 10 mujeres sufren violencia doméstica y un 60% es obligada a contraer matrimonio antes de cumplir 18 años, según datos de Naciones Unidas y de la Asociación Revolucionaria de las Mujeres de Afganistán. El presidente Hamid Karzai, financiado por la comunidad internacional - incluida España -, aprueba leyes que permiten a los maridos chiíes castigar a sus esposas sin comida si éstas no les complacen sexualmente.

"El *burka* no es el problema si es ella quien decide libremente llevarlo", afirma Fatana Ishaq Gailani, premio Príncipe de Asturias de la Concordia de 1998 y presidenta de una ONG que defiende sus derechos. "El gran problema de las mujeres afganas es el trato inhumano que reciben. Nadie las protege de la violencia. Ni el Gobierno ni la comunidad internacional han hecho nada en ocho años por cambiar la situación. Es imposible condenar a nadie por violación; los jueces liberan a los acusados tras el pago de un soborno. La mujer afgana apenas tiene acceso a la educación y en las zonas rurales vive en condiciones de extrema pobreza.

Faima tiene 23 años, es de Kabul y afortunada: pudo terminar la enseñanza secundaria, algo vedado al 95% de las niñas que inician la escuela. Aguarda su turno en una sala del centro ortopédico que el Comité Internacional de la Cruz Roja tiene en la capital desde 1988. Es por su hijo Rahnan, con una malformación en el pie. "No me gusta el *burka*. Me siento en una cárcel y debajo hace mucho calor. El *hiyab* es la prenda que exige mi religión y es la que llevo sobre la cabeza. Mucha gente piensa así en Kabul, pero sé que en las provincias es diferente. Allí, muchas mujeres tienen que llevar el *burka* por fuerza".

"La situación de la mujer en Afganistán es un infierno", lo afirma una de las mujeres afganas. "Muchas optan por el suicidio para escapar de la violación legalizada en la que se han convertido muchos matrimonios. No pueden salir sin permiso de sus maridos. Tampoco educarse. Vivo en un país de misóginos que temen a la otra mitad. Dicen que somos el 25% de los diputados, pero es mentira: las mujeres apenas pueden hablar en el Parlamento, son insultadas y atacadas. A mí, por ejemplo, me intentaron violar. Las cosas no han cambiado desde que se fueron los talibanes y el país fue ocupado por tropas extranjeras".

(Fuente: adaptado del periódico **El país**. Año 2009. Disponible en:

http://elpais.com/diario/2009/08/24/internacional/1251064801_850215.html Acceso en 10 de dic. de 2014)

2) Contesta las preguntas sobre el texto:

a) ¿Cuál es el tema central del texto?

b) ¿Por qué la situación de muchas mujeres afganas es difícil?

c) Observa la frase extraída del texto "La mujer afgana apenas tiene acceso a la educación y en las zonas rurales vive en condiciones de extrema pobreza."

Busca en el diccionario un sinónimo para la palabra “apenas”, de manera que el sentido se mantenga el mismo.

d) ¿Cuáles derechos y deberes tienen las mujeres afganas?

1.3 Comprensión Auditiva

1) Escucharás la canción titulada “Ella”, interpretada por la cantante española Bebe. Presta atención en la letra y completa las palabras que faltan. Para escuchar la canción, accede el sitio <http://www.youtube.com/watch?v=unrV4Agr9c4>.

Canción “Ella”, de Bebe

Ella se ha **cansao** de tirar la toalla
Se va quitando poco a poco telarañas
No ha dormido esta noche
Pero no está cansada
No miró a ningún espejo
Pero se siente **to guapa**

Hoy ella se ha puesto color en las pestañas
Hoy le gusta su sonrisa
No se siente una extraña
Hoy sueña lo que quiere sin preocuparse por nada
Hoy es una mujer que se da cuenta de su alma

Hoy vas a descubrir que el mundo es solo para ti
Que nadie puede hacerte daño
Nadie puede hacerte daño
Hoy vas a comprender que el miedo
Se puede romper con un solo portazo
Hoy vas a hacer reír porque tus ojos
Se han cansado de ser llanto, de ser llanto
Hoy vas a conseguir reírte hasta de ti
Y ver que lo has logrado

Hoy vas a ser la mujer que te dé la gana de ser
Hoy te vas a querer
Como nadie te ha sabido querer
Hoy vas a mirar **pa lante**
Que **pa tras** ya te dolió bastante
Una mujer valiente, una mujer sonriente
Mira como pasa

Hoy no ha sido la mujer perfecta
Que esperaban, has roto sin pudores
Las reglas marcadas
Hoy ha calzado tacones para hacer sonar sus pasos
Hoy sabe que su vida nunca más será un fracaso

Hoy vas a descubrir que el mundo es solo para ti
Que nadie puede hacerte daño
Nadie puede hacerte daño
Hoy vas a conquistar el cielo
Sin mirar lo alto que queda del suelo
Hoy vas a ser feliz aunque el invierno sea frío
Y sea largo, y sea largo
Hoy vas a conseguir reírte hasta de ti
Y ver que lo has logrado

Hoy vas a descubrir que el mundo es solo para ti
Que nadie puede hacerte daño
Nadie puede hacerte daño
Hoy vas a comprender que el miedo
Se puede romper con un solo portazo
Hoy vas a hacer reír porque tus ojos
Se han cansado de ser llanto, de ser llanto
Hoy vas a conseguir reírte hasta de ti
Y ver que lo has logrado

Atención: Mira las palabras destacadas en la letra de la canción (**cansao / to / pa lante / pa tras**). ¿Consigues asociarlas a qué otras palabras? En la lengua española, como en otras lenguas, ocurre un fenómeno lingüístico denominado Elisión, que consiste en la omisión de uno o más sonidos (vocales o sílabas) de una palabra o frase, produciendo un resultado que es más fácil para el hablante de pronunciar. En la canción de la cantante española Bebe, nacida en Valencia pero criada en Badajoz – localidad situada en el suroeste de la Península Ibérica – observamos la manera como ella pronuncia las palabras “cansado”, “toda guapa”, para adelante” y “para tras”, respectivamente, por las palabras “cansao”, “to guapa”, “pa lante” y “pa tras”.


2) Contesta las preguntas:

a) ¿Cuál es el sentimiento que el “yo lírico”, es decir, la voz que habla en la canción expresa sobre la situación actual de las mujeres?

b) A partir de la letra de la canción ¿qué aspectos podemos mencionar como cambios en relación a la mujer de ayer y a la mujer de hoy? Estas dos mujeres (la de ayer y la de hoy) ¿se parecen? ¿En qué se diferencian?

c) En la letra de la canción el “yo lírico” sugiere que las mujeres hoy en día son más felices por varios motivos. Menciona uno de los motivos citados a lo largo de los versos. ¿Estás de acuerdo con la opinión defendida en la canción? Justifica tu opinión.

d) ¿Qué características son atribuidas a las mujeres en la letra de la canción?

1.4  **Hablando y Escribiendo**

a) ¿Conoces a estas mujeres? ¿Sabes de quiénes se trata? Ellas son algunas de las mujeres más poderosas en el escenario político mundial (dos de ellas son hispanoamericanas). Asocia las imágenes a sus respectivos nombres:



Ángela Merkel




Dilma Rousseff



Michelle Bachelet



Cristina Kirchner

- b)  ¿Dilma Roussef es la **Presidente** o la **Presidenta** de Brasil? Hoy en día es común observar la variación de género (femenino) para referirnos a determinados cargos en nuestra sociedad. Por ejemplo, podemos decir que “Juan es tu jefe y **María** es mi **jefa**.” En los diccionarios más antiguos la diferenciación entre los géneros (femenino y masculino) no existía, y eso gracias a la ausencia de las mujeres en diversas profesiones, pero en el siglo XXI la presencia de las mujeres en distintos trabajos ha ganado fuerza y eso se refleja en las palabras de nuestro vocabulario, de manera que es aceptable decir que los países sudamericanos, como: Brasil, Argentina y Chile tienen **Presidentas** en sus gobiernos. Eso representa, entre otros factores, la importancia de la mujer para nuestra sociedad actual. Al mismo tiempo, estas cuestiones son muy nuevas porque sabemos que hay mucho que mejorar en lo que se refiere al reconocimiento del papel femenino en el ámbito social. A partir de estas breves reflexiones, presta atención en la viñeta a seguir y discute sobre la temática tratada, considerando las cuestiones que se presentan.



(Fuente: extraído de internet)

- a) ¿Estás de acuerdo con el hecho de que la lengua española sea machista? ¿Por qué? ¿En tu lengua materna, o sea, en portugués eso ocurre también? Explícalo:

- b) ¿En qué consiste la opinión de la chica en la viñeta? ¿Qué aspectos te hacen tener esta opinión?

- c) ¿Se trata de una opinión generalizada también en Brasil? ¿Qué piensas sobre eso?

d) ¿Para ti, la chica expresa una crítica o inocencia en su opinión? ¿y por qué?

1.5 Gramática

1) “Heterogénico” es un término utilizado para referirse a palabras de una lengua que tienen géneros diferentes en otra lengua. Es decir, son palabras que, por ejemplo, si en portugués son masculinas en español serán masculinas y viceversa, como **la leche** que, en portugués, es **o leite** y **el origen** que, en portugués, es **a origem**. Existen también algunas reglas que facilitan identificar el género de las palabras en español: los sufijos OR y AJE indican que la palabra es masculina, por otro lado, el sufijo UMBRE indica una palabra femenina.

Ejemplos:

ESPAÑOL

1. El dolor que él siente es muy fuerte.
2. El viaje será maravilloso.
3. Tenemos la costrumbre de hablar mucho.

PORTUGUÉS

- 1) A dor que ele sente é muito forte.
- 2) A viagem será maravilhosa.
- 3) Temos o costume de falar alto.

1.6 Curiosidades

a) Ahora vas a leer un texto publicado en el blog “20minutos.es”, titulado “¿Es machista la lengua española?”



¿Es machista la lengua española?



En la consideración de lo que es machismo hemos llegado, a veces, hasta extremos realmente ridículos, incluso en el uso del lenguaje yo creo. La consabida eliminación del genérico para mencionar a los dos sexos del conjunto: “Buenas tardes a todos y a todas”, “Los vascos y las vascas queremos la paz...”, en pro de una pretendida igualdad de sexos en el lenguaje, me parece exagerada.

También me lo parece la batalla de una plataforma andaluza de mujeres, que ha pedido que haya “miembras”, “líderas” o maridas entre nosotras. Increíble, pero cierto.

Estos ejemplos se pasan por excesivos, igual que hay otros que no llegan, por defecto. Y de usos misóginos de palabras del castellano está el diccionario lleno, porque la lengua es como la vida y la vida es todavía bastante machista en muchas cosas.

Hoy he recibido un escrito que han titulado con mucho sarcasmo: *Demostración de que la lengua castellana no es machista* y que recoge las siguientes definiciones:

ZORRO: Espadachín/héroe justiciero / ZORRA: Puta

PERRO: El mejor amigo del hombre / PERRA: Puta

AVENTURERO: Osado, valiente, arriesgado, hombre de mundo / AVENTURERA: Puta

AMBICIOSO: Visionario, enérgico, con metas / AMBICIOSA: Puta

CUALQUIER: Cosa o persona indeterminada; fulano, mengano, zutano / CUALQUIERA: Puta

HOMBREZUELO: Hombrecillo, varón mínimo o pequeñito / MUJERZUELA: Puta

HOMBRE PÚBLICO: Personaje prominente / MUJER PÚBLICA: Puta

GOLFO: Masa de agua marina, parcialmente rodeada de tierra / GOLFA: Puta

LOBO: Mamífero predador y feroz. Hombre experimentado y agresivo. / LOBA: Puta

LIGERO: Hombre débil y/o sencillo / LIGERA: Puta

ADULTERO: Infiel / ADULTERA: Puta

HOMBRE QUE VENDE SUS SERVICIOS: Consultor / MUJER QUE VENDE SUS SERVICIOS: Puta.

¿Creéis que es sexista la lengua castellana?

(Fuente: texto adaptado del blog "20minutos" y del sitio www.chistesbromasytonteras.cl

disponible en <http://blogs.20minutos.es/chapiescarlata/2007/10/19/aaes-machista-lengua-castellana/> acceso en 22 de oct. de 14).

a) Busca en los diccionarios el significado de las palabras citadas en el texto leído arriba:

Observación: Puedes utilizar diccionario bilingües Portugués/Español o solamente en Español. Consulta también el sitio www.rae.es

RECAPITULACIÓN DE LA UNIDAD 5

- Vimos algunas de las mujeres más poderosas del mundo.
- Escuchamos una canción.
- Conocimos algunos Heterogenéricos en español.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Encina. **¿Cómo querer ser profesor/a y querer seguir siéndolo?**. Madrid: Edelsa, 2011.

CASTRO, F. *et al.* **Nuevo Ven 1**. Libro del profesor. Madrid: Edelsa, 2003.

PEREIRA, Helena Bonito Couto. **Michaelis**. Dicionário Escolar Espanhol/Português. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

3

Capítulo

**Erivaldo Pereira do Nascimento
Ana Berenice Peres Martorelli**

TEORIAS DA LINGUÍSTICA II

UNIDAD I

FUNCIONALISMO

Origen

El funcionalismo surgió como un movimiento del estructuralismo y enfatiza la función de las unidades lingüísticas. Tiene como principio básico el estudio de una lengua partiendo de las funciones desempeñadas por los elementos, las clases y los mecanismos que en ella intervienen. Los primeros análisis funcionalistas fueron de los llamados lingüistas de la de Escuela de Praga.



Vilém Mathesius en 1926 participó en la fundación del **Círculo Lingüístico de Praga**. Él investigó la gramática, fonología y estilo de las lenguas inglesa y checa. También mostró interés en temas de lingüística, lenguaje y temas culturales. Sus trabajos sobre el orden y la sintaxis de las lenguas fueron pioneros.

Definición

Cunha (2011: 157) define el funcionalismo como “una corriente lingüística que, en oposición al estructuralismo y al generativismo, se preocupa en estudiar la relación entre la estructura gramatical de las lenguas y los distintos contextos comunicativos donde son utilizadas.”

Para Clairis (1996:74) la definición de lengua adoptada por el funcionalismo como un instrumento de comunicación y de carácter vocal tiene varias consecuencias:

1. que la lingüística tiene sus propias unidades y que éstas son de dos tipos: unidades distintivas y unidades significativas mínimas;

2. que las unidades lingüísticas encuentran su valor como unidades funcionales dentro de un sistema;

3. que el carácter oral de la lengua impone la linealidad, cuyo resultado es el desarrollo de una sintaxis y;

4. que se asume el carácter social del lenguaje con todo lo que esto implica y que las lenguas se conciben como entidades que llevan en sí la heterogeneidad y la variación.

Las primeras contribuciones del funcionalismo fueron en el dominio de la fonología. Traemos aquí dos de sus representantes:



Nikolaj Trubetzkoy - que entre sus teorías lanzó: los fundamentos para el desarrollo de la fonología, la distinción entre fonética y fonología, los rasgos distintivos de los fonemas y la función demarcadora y expresiva de los fonemas.



Roman Jakobson - con el principio de marcación que establece la distinción entre categorías marcadas y categorías no marcadas, en un contraste binario.

El eje central del funcionalismo pasa por la descripción de las lenguas y la relación entre ellas y la sociedad. Centenares de lenguas fueron descritas por los funcionalistas y no solo las lenguas más habladas en el mundo, sino también las minoritarias y las que están amenazadas de desaparición.

Una importante característica del funcionalismo es que el lenguaje se constituye en un complejo conjunto de actividades comunicativas, sociales y cognitivas.

Para Cunha (2011:158) “el modelo funcionalista de análisis lingüístico está caracterizado por dos propuestas básicas: a) la lengua desarrolla funciones que son externas al sistema lingüístico en sí y b) las funciones externas influyen en la organización interna del sistema lingüístico.”

Es importante enfatizar que el término funcionalismo lingüístico no se caracteriza por una unidad doctrinal sino que hace referencia a una serie de corrientes lingüísticas que tienen como rasgo común el hecho de considerar la lengua como un instrumento para la comunicación y la intención de explicar el modo como los hablantes la utilizan.

Destacamos como pertenecientes a esta corriente:

La Escuela de Praga con Nikolaj Trubetzkoy y Roman Jakobson

La Glosemántica de Louis Hjelmslev

Los Análisis gramaticales de André Martinet

La Gramática sistémica de Michael Halliday

La Gramática funcional de Simon Dik



Profundiza tu conocimiento en una de las teorías mencionadas anteriormente y haz un pequeño resumen sobre ella.

Principios y categorías centrales

Algunos principios del funcionalismo ganan una especial atención para nuestros estudios de lenguas extranjeras. Vamos a trabajar aquí con dos de ellos: informatividad y gramaticalidad. En otras palabras, las expresiones lingüísticas conducen informaciones que no son simétricas, o sea, algunos referentes representan informaciones más viejas que otros.

Informatividad

El principio de informatividad está centrado en el conocimiento compartido por los interlocutores. Para Cunha (2011:166-167) un sintagma nominal puede ser clasificado como *dado*, *nuevo*, *disponible* o *inferible*.

Un referente puede ser clasificado como *dado* o *viejo* si ya ha aparecido en el texto alguna vez o si es compartido en la situación de habla.

Un referente es considerado *nuevo* cuando es introducido por primera vez en el discurso.

Un referente es clasificado como *disponible* si ya está en la mente del oyente por ser un referente generalmente único como los términos “la luna” o “el sol.”

Un referente puede ser *inferible* cuando es identificado a través de un proceso de inferencia.



Debes buscar ejemplos de referentes considerados *dados*, *nuevos*, *disponibles* e *inferibles* y clasificarlos.

Gramaticalidad

Para el funcionalismo las reglas gramaticales se modifican de acuerdo con el uso. Si las lenguas cambian se hace necesario observar la lengua en su forma hablada. La gramaticalidad es un fenómeno relacionado a esa necesidad de mutabilidad que toda gramática presenta. Así, el análisis de los procesos de variación y cambio lingüístico constituye uno de los puntos de mayor interés y prestigio de la lingüística funcional.

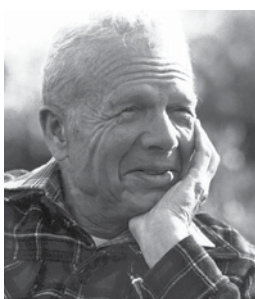


Profundiza tus conocimientos acerca de la Gramática cognitiva-funcional y escribe un pequeño resumen sobre ella.

- 🌐 Haz un cuadro comparativo entre las gramáticas normativas, estructuralistas, generativistas y cognitivas-funcional.

El funcionalismo norteamericano

Anteriormente hablamos un poco del funcionalismo europeo pero tiene igual importancia el funcionalismo norteamericano bajo la influencia de los trabajos de etnolingüistas como Franz Boas, Edward Sapir y Benjamín Lee Whorf.



Dwight Bolinger - es a menudo nombrado como uno de los precursores del funcionalismo estadounidense. Siempre ha llamado la atención para los factores pragmáticos en determinados fenómenos estudiados por los estructuralistas y generativistas. Aunque no haya avanzado en un trabajo

completo de una gramática funcionalista impulsó el funcionalismo con sus análisis y su estudio pionero sobre la pragmática.

El funcionalismo en España

González (2008) hace un estudio acerca del estado actual del funcionalismo español. En su investigación concluye que la consideración de una gran multiplicidad de ramas y divergencias en el seno del mismo de concepto de funcionalismo es lo que impera. Así pues, Iglesias, Rojo y Gutiérrez se manifiestan totalmente de acuerdo en la existencia de una gran diversidad y en los múltiples funcionalismos existentes, hecho que hace que no se pueda hablar de una única corriente. Todas ellas contarían con métodos, objetos y criterios diferentes; no obstante, el conjunto de estos focos compartiría un principio metodológico en común y que recoge Iglesias: “no existe mejor vía para explicar una lengua que aquella que sitúa a las funciones en su centro”.

Iglesias apud González (2008:108) diferencia los distintos funcionalismos españoles en dos grandes grupos. Dentro de su propia terminología distinguiría:

a) funcionalismo1: aquella tradición que se mantiene dentro de los límites de la oración. Está representado en Oviedo con Emilio Alarcos y sus seguidores;

b) funcionalismo2: los que trascienden dichos límites de la oración, incorporando bien el apartado semántico-pragmático o informativo de las lenguas, bien el componente cognitivo. Los representantes de este caso están vinculados a las universidades de Santiago (G. Rojo, T. Jiménez Julia, M. Rodríguez Espiñeira), Valencia (Á. López) y Cádiz (J. Espinosa, P.P. Devís Márquez). Añade, además, un hijo de ese primigenio foco ovetense, que no sería sino el representado por León con S. Gutiérrez.



Ahora debes hacer una pequeña investigación para saber un poco más del funcionalismo en Brasil.

Cunha (2011) al final de su artículo concluye que para el funcionalismo la sintaxis, la semántica y la pragmática están relacionadas y son interdependientes. En otras palabras, para la autora no hay estructuras lingüísticas que operen independientes del significado, los factores discursivos contribuyen para la codificación sintáctica y la pragmática debe ser incorporada a la gramática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECILIA, Juan Herrero. Teorías de pragmática, de lingüística textual y de análisis del discurso. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2006.

GONZÁLEZ NIETO, Luis. Teoría Lingüística y enseñanza de la lengua. Madrid: Cátedra, 2001.

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística. II Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2005.

LYONS, John. Linguagem e linguística uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística 2. São Paulo: Cortez, 2001.

REYES, Graciela. El abecé de la pragmática. Madrid: Arco Libros, 2009.

UNIDAD II

PRAGMÁTICA

Origen

Fue el filósofo americano Charles S. Peirce el primer autor a utilizar la palabra *pragmatics*, en su artículo *How to make our ideas clear?*, en 1878. Pierce influyó a varios filósofos con sus ideas acerca de la tríade pragmática – signo, objeto, interpretante.

Más adelante, William James aprovecha la idea de Pierce y crea lo que se conoce por Pragmatismo Norteamericano. La definición más conocida de Pierce es la de *verdad* como “lo mejor para creer”. A partir de sus estudios se creó el adjetivo “pragmático” como “aquello que tiene aplicaciones prácticas, direccionados a la acción.”

La pragmática puede ser nombrada como la ciencia del uso lingüístico. Los que se dedican a su estudio explican antes el lenguaje que la lengua, en otras palabras, la pragmática no se interesa por la lengua aislada de su producción social.

Definición

De acuerdo con Reyes (2009:7) “La pragmática lingüística estudia la segunda dimensión del significado, analizando el lenguaje en uso, o, más específicamente, los procesos por medio de los cuales los seres humanos producimos e interpretamos significados cuando usamos el lenguaje.” Aún para la misma autora la pragmática se ocupa de estudiar el significado de palabras, oraciones o fragmentos de oraciones siempre en un contexto, o sea, usados en actos de comunicación.

La pragmática comparte el interés por la relación entre lenguaje, sociedad y cultura con otras disciplinas del discurso pero, en especial, con la sociolingüística y el análisis de la conversación. Las tres estudian la comunicación lingüística en la complejidad de sus contextos. Sin embargo, lo que caracteriza la pragmática en la actualidad son los estudios relacionados

con la estructura de la lengua y con los mecanismos inferenciales que hacen posible la comunicación.



Busca otras definiciones de pragmática, compáralas e intenta elaborar la tuya.

La diferencia entre decir, querer decir y decir sin querer

Reyes (2009:34) esquematiza la diferencia entre decir, querer decir y decir sin querer de la siguiente forma:

- 1) Decir: lo que decimos tiene un significado que depende de las expresiones usadas y está sujeto a un análisis de sus condiciones veritativas.
- 2) Querer decir: lo que queremos decir tiene fuerza pragmática y es la pragmática la que conjetura cuáles son los principios que nos permiten interpretar esa fuerza.
- 3) Decir sin querer: aunque lo que decimos sin querer quede fuera, en un principio, de la lingüística, forma parte del significado.

La teoría de los actos de habla

La teoría de los actos de habla constituye uno de los aspectos fundamentales de la pragmática lingüística. John Austin, un filósofo del lenguaje, es considerado el iniciador de la pragmática moderna. Su teoría fue perfeccionada y consolidada por su discípulo John Searle.



John Langshaw Austin, fue un filósofo británico, una de las figuras más relevantes en lo que se ha dado en llamar filosofía del lenguaje. A él se debe el concepto de actos de habla.

La idea central de su teoría es que el lenguaje no solamente sirve para describir el mundo, sino también para hacer cosas. De acuerdo con Reyes (2009:31) Austin distinguió dos tipos de enunciados:

- a) Los asertivos o constatativos que se caracterizan por admitir asignaciones de verdad o falsedad. Por ejemplo: Está nevando.
- b) Los performativos o realizativos con los que el hablante pone en marcha una acción más o menos convencionalizada o ritualizada. Por ejemplo: Te ordeno que te calles.

De acuerdo con Cecilia (2006:52) Austin propuso cinco grandes clases de actos de habla en función de su valor ilocucionario:

- a) Actos judicativos (pronunciar un veredicto respecto al valor de un hecho): condenar, absolver, evaluar, decretar, establecer, etc.
- b) Actos ejercitativos (ejercer potestades, derechos, influencias): designar, votar, degradar, instar, aconsejar, etc.
- c) Actos compromisarios (el locutor se compromete a realizar una acción determinada): prometer, garantizar, jurar, comprometerse, etc.
- d) Actos comportativos (comportamiento en sociedad): saludar, felicitar, elogiar, maldecir, protestar, criticar, desafiar, etc.
- e) Actos expositivos (exponer conceptos, aclarar el empleo de las palabras): afirmar, negar, conceder, observar, responder, ejemplificar, etc.



John Rogers Searle - es célebre por sus contribuciones a la filosofía del lenguaje, a la filosofía de la mente y de la conciencia, a las características de las realidades sociales frente a las realidades físicas, y al razonamiento práctico.

John Searle continua con los estudios de los actos de habla y organiza su teoría poniendo de relieve las reglas y condiciones que intervienen en los mismos. Para Searle, al realizar un acto de habla el hablante realiza al mismo tiempo:

- a) Un acto de emisión (enunciar oraciones).
- b) Un acto proposicional (la predicación y la referencia de lo enunciado).
- c) Un acto ilocucionario o ilocutorio (la acción perseguida: prometer, informar, preguntar, etc.)
- d) Un acto perlocucionario: las consecuencias producidas en los destinatarios. Esta dimensión no forma parte del acto de habla propiamente dicho.

Reglas y condiciones de los actos de habla según Searle

Cecilia (2006:53) resume de forma bastante clara esas reglas, así como también la clasificación de los actos de habla hecha por Searle:

- 1) Condición de contenido proposicional: la predicación del contenido del enunciado debe adaptarse al tipo de acto deseado. Así el contenido proposicional de una promesa se referirá a un acto futuro del hablante.
- 2) Condiciones y reglas preparatorias: para que el acto ilocucionario pueda llevarse a cabo, el locutor tiene que disponer previamente de un determinado saber sobre las capacidades e intereses del interlocutor, sobre las intenciones de éste y sobre las relaciones entre los interlocutores.
- 3) La condición y regla de sinceridad: el hablante debe asumir el estado psicológico implicado por el acto ilocucionario (una promesa implica la intención de cumplir lo prometido).
- 4) Condición y regla esencial: asumir el tipo de obligación que impone el acto de habla en cuestión en función del objetivo ilocucionario perseguido. Afirmar algo como verdadero compromete la fiabilidad o la credibilidad del locutor.

Clasificación de los actos ilocucionarios:

- a) Actos representativos (asertar, informar, describir, narrar, etc). Objetivo ilocucionario: describir un estado de cosas.
- b) Actos directivos (preguntar, ordenar, prescribir, prohibir...): intentar que el oyente haga o no haga algo.
- c) Actos comisivos (prometer, jurar, proponer realizar algo...): el hablante se compromete a realizar algo en el futuro. El mundo tendrá que ajustarse a las palabras.
- d) Actos expresivos (felicitar, agradecer, saludar...): el acto estará asociado al estado psicológico oportuno.
- e) Actos declarativos (condenar, absolver, inaugurar una actividad, bautizar...): el objetivo perseguido es hacer efectivo el contenido del acto. Las palabras deben ajustarse al mundo, y el mundo a las palabras.

De acuerdo con Cecilia (2006:54) “la dimensión performativa llamada fuerza ilocucionaria ha tenido una especial repercusión en los estudios de pragmática lingüística, y ha sido integrada como uno de los elementos significativos en el análisis de las interacciones verbales (conversación), en la lingüística textual y en el análisis del discurso.”



El enunciado “ ¿Quieres bajar a tomar un café?”, dicho por un compañero de trabajo al otro a la hora del café (en un sitio donde se acostumbre a tomar un café a media mañana, por ejemplo), se interpreta naturalmente como una invitación, que tiene la forma (literal) de una pregunta. Indique otros enunciados, con diferente forma (que no sean preguntas, por ejemplo) que cumplan la misma función, y analice las condiciones que se requieren para que sean interpretados como invitaciones.

Lo dicho y lo implicado: el modelo de Grice

La relación entre lo dicho y lo comunicado es una de las tendencias más importantes de la pragmática actual. Para Reyes (2009:38) “lo que queremos comunicar cuando hablamos puede ser más de lo que decimos. Lo que decimos está determinado por las condiciones de verdad literales de nuestro enunciado. Lo que queremos comunicar con lo que decimos depende del contenido de lo dicho y de otros tipos de factores.”

Paul Grice, en 1967, en un estudio titulado “Lógica y conversación” resalta que los interlocutores al participar de una conversación parten de un acuerdo previo y tácito que consiste en respetar un *principio de cooperación*, o sea, un deseo de colaborar en el buen desarrollo de la interacción verbal. Grice (1979) define el *principio de cooperación* como:

“Tu aportación a la conversación, debe ser, en cada etapa de ésta, tal como lo elija el objetivo o la dirección del intercambio verbal en el que estás participando.”

Es importante resaltar que este principio de cooperación no solo se aplica a la conversación oral, sino también al discurso escrito. De este principio se derivan una serie de normas que Grice las llama de *máximas conversacionales*. Las máximas conversacionales deben ser respetadas por los interlocutores. Grice enumera las siguientes:

Máxima de cantidad

1. Que su contribución sea todo lo informativa que requiera el propósito de la conversación.
2. Que su contribución no sea más informativa de lo requerido.

Máxima de cualidad

1. No diga nada que crea falso.
2. No diga nada de cuya verdad no tenga prueba.

Máxima de relación

1. Sé pertinente (va al grano).

Máxima de manera

1. Evite la oscuridad de expresión.
2. Evite la ambigüedad.
3. Sea breve (evite la prolijidad innecesaria).
4. Sea ordenado.

Cuando el hablante no respeta una de estas reglas el oyente podrá pensar que se trata de una estrategia y que está adoptando un estilo indirecto. Esto quiere decir que el hecho no utilizar estas normas seguramente afectará la comunicación.

Reyes (2009) nos aclara acerca de las implicaturas de Grice al decir que la implicatura se produce en los siguientes casos: a) cuando el hablante obedece las máximas, b) cuando parece violarlas pero no las viola, c) cuando tiene que violar una para violar otra a la que concede mayor importancia, y d) cuando viola una máxima deliberada y abiertamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECILIA, Juan Herrero. Teorías de pragmática, de lingüística textual y de análisis del discurso. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2006.

GONZÁLEZ NIETO, Luis. Teoría Lingüística y enseñanza de la lengua. Madrid: Cátedra, 2001.

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística. II Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2005.

LYONS, John. Linguagem e linguística uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística 2. São Paulo: Cortez, 2001.

REYES, Graciela. El abecé de la pragmática. Madrid: Arco Libros, 2009.

UNIDAD III

LA LINGÜÍSTICA ENUNCIATIVA

En esta unidad presentamos los estudios sobre la Lingüística de la Enunciación o el Interaccionismo Lingüístico, formado por una serie de estudios sobre el fenómeno de la interacción verbal, el en campo de la Lingüística. Estos estudios se constituyen en una reacción al formalismo lingüístico predominante a mediados del siglo XX.

Según Morato (2007), son considerados como interaccionistas los dominios de la Lingüística basados en una posición externalista sobre el lenguaje – y que, por lo tanto, se oponen al formalismo lingüístico –, como la Sociolingüística, la Pragmática, la Psicolingüística, la Semántica Enunciativa, el Análisis del Discurso, la Lingüística Textual y el Análisis Conversacional. Todas esas áreas de estudios se interesan no solamente en el sistema lingüístico en sí, sino también en la forma como ese sistema se relaciona con el mundo externo, con las condiciones múltiples y heterogéneas del uso social de la lengua.

El término formalismo lingüístico (o lingüística formal) es utilizado principalmente para referirse a los estudios de dos grandes vertientes de los estudios lingüísticos: el estructuralismo y el generativismo – estudiadas en Teorías Lingüísticas I.

Aunque se constituyan en estudios que consideran la lengua bajo diferentes perspectivas, tanto el estructuralismo como el generativismo son denominados de formalistas porque consideran la lengua como una entidad abstracta. Al formalismo se oponen tanto los estudios del funcionalismo como de la lingüística de la enunciación.

Se puede obtener más informaciones sobre la oposición al formalismo lingüístico en los links:

http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/teorias_linguisticas_ii_1360074342.pdf

http://www.manuelburgos.com/Manuel_Burgos/INTERESTS_files/FormalismoFuncionalismo.pdf

Filinich (2012) afirma que podemos abordar el lenguaje desde diferentes perspectivas, pero hay solamente dos posibles maneras de hacerlo:

- a) podemos considerarlo como un sistema de significación cerrado cuyos elementos se definen por las relaciones que se establecen entre sí, como proponen los estudios de Saussure, por ejemplo;
- b) o podemos considerar el lenguaje como una acción cuya significación depende no sólo de las relaciones estructurales entre sus elementos constitutivos sino también de los interlocutores¹ implicados en el proceso interactivo y de las circunstancias espacio-temporales del mismo proceso interactivo.

Esta última perspectiva se constituye en lo que normalmente se denomina estudios enunciativos o Lingüística Enunciativa.

Según Finilich (2012) adoptar una u otra perspectiva implica obtener resultados diferentes ya que, también, presupone propósitos distintos y concepciones teóricas diferentes sobre el lenguaje.

Privilegiar uno u otro aspecto del lenguaje, esto es, su carácter de sistema de relaciones autónomo, independiente de su realización, o bien su productividad significativa en posibles situaciones comunicativas, implica adoptar concepciones diferentes acerca de la significación y del lenguaje, y sobre el lugar de éste dentro de la experiencia humana. (FINILICH, 2012, p. 14).

Así mismo, adoptando una u otra perspectiva podemos analizar un enunciado de una determinada lengua, pero llegaremos a resultados distintos, ya que se fundamentan en diferentes perspectivas sobre el lenguaje humano.

Tomamos como ejemplo el siguiente enunciado, en lengua española:

Ejemplo 01:

Yo no voy a estudiar mañana.

¹ El término interlocutores (en plural) es usado para referirse a las personas *yo* y *tú* del discurso, o sea, el hablante y el oyente del proceso enunciativo o interlocutivo.

Bajo una perspectiva preocupada con el sistema y su funcionamiento podemos estudiar:

- a) los elementos que constituyen la frase: *yo* – pronombre personal sujeto, *no* – adverbio de negación; *voy a estudiar* – forma futura del verbo *estudiar* formada por el verbo *ir* (en la forma presente) seguido de la preposición *a* + verbo principal *estudiar* en infinitivo, *mañana* – expresión adverbial de tiempo, etc.
- b) las relaciones entre los elementos lingüísticos de la frase: la relación del pronombre personal sujeto *yo* con la forma verbal *voy* (primera persona verbal); por ejemplo.

Obviamente que el análisis de estos elementos y sus relaciones en el nivel puramente lingüístico, en los límites del propio sistema lingüístico, desconsiderando el sujeto que produce el enunciado, para quién produce y las condiciones externas de su producción.

Bajo una perspectiva más enunciativa, se añaden otras cuestiones al análisis lingüístico del mismo enunciado:

- a) ¿a quién se refiere la forma *yo* presente en el enunciado?, o sea, ¿a qué sujeto social se refiere esta forma?
- b) ¿qué propósito enunciativo tiene el locutor responsable por esta frase al demarcar doblemente su presencia tras la formas *yo*, pronombre sujeto, y la forma verbal *voy a*, también en primera persona?
- c) ¿cuándo esta frase fue proferida? y ¿a qué día de la semana (del mes y de qué año) se refiere la palabra *mañana*?
- d) ¿cuáles son las probables intenciones del locutor responsable por este enunciado? o sea, ¿por qué enuncia que no irá a estudiar el día de mañana?, etc.

Estas cuestiones permiten añadir al análisis del enunciado aspectos que no están solamente en los elementos lingüísticos propiamente dichos, sino también en la enunciación, o sea, en la situación interactiva social en que este mismo enunciado fue proferido por un sujeto *yo*, a un otro sujeto *tú*, en un determinado momento histórico (*hoy*) y refiriéndose un momento histórico

posterior a la enunciación (*mañana*). Es decir, las respuestas a estas cuestiones dependen de la aparición histórica de este mismo enunciado, en un contexto determinado, con intenciones determinadas, en un proceso interactivo entre dos sujetos (*yo ↔ tú*).

Así, es posible afirmar que los estudios sobre la enunciación se constituyen en una transición del análisis inmanente, o sea, en los límites del sistema, para un análisis de aspectos más amplios de la producción del enunciado.

LA ENUNCIACIÓN O LA INTERACCIÓN VERBAL

El concepto de enunciación es indudablemente el más importante intento de ultrapasar los límites de la lingüística de la lengua, según Flores y Teixeira (2005). Permite consolidar el estudio que evidencia las relaciones de la lengua no solamente como sistema combinatorio, sino también como lenguaje asumido por un sujeto.

Diferentes investigadores de los estudios enunciativos presentan distintas definiciones para el término enunciación, en la lingüística. En general se la puede definir como el proceso o el momento histórico de apareamiento de un enunciado, resultado de la interacción lingüística entre sujetos también históricos y sociales.

En este capítulo presentamos los estudios de dos de los más importantes estudiosos y sus teorías enunciativas: Benveniste y Bajtin (Bakhtin, en portugués). Además de estos dos estudiosos, también se destacan los estudios de Ducrot (su teoría semántico-pragmática de la argumentación y de la polifonía), Authier-Revuz (con sus estudios sobre la heterogeneidad discursiva) y el grupo formado por Bronckart y sus discípulos (con el interaccionismo sociodiscursivo). Se pueden obtener más informaciones sobre las teorías enunciativas y sus distintos estudiosos en el link

http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/linguistica_interacional_1360183848.pdf.

El enunciado, a su vez, puede ser definido como la realización de una frase, o sea, la materialización lingüística e histórica de una frase², o aún como un todo comunicativo³ constituido en un determinado momento histórico.

Las huellas de la enunciación se presentan en el enunciado mismo, materializado a través de determinados elementos lingüísticos. Esas huellas (a ejemplo del pronombre *yo* y del adverbio *ahora*) remeten a las circunstancias en las cuales el enunciado es producido, permitiendo que se ponga en evidencia el sujeto de la enunciación.

Según Filinich (2012), los estudios sobre los verbos performativos (verbos que realizan la acción que significan), entablados por los filósofos del lenguaje Austin y Searle⁴, permitieron focalizar aspectos tradicionalmente relegados en la investigación lingüística, tales como la preocupación con el sujeto hablante la relación del sujeto hablante con el lenguaje y con su interlocutor/alocutario⁵ y los efectos de su discurso.

En este sentido, el concepto de enunciación evidencia la presencia del sujeto⁶ en el enunciado y tiene como punto de partida el principio de que el lenguaje de ninguna manera es algo exterior al hombre, es decir, el lenguaje está en los fundamentos de la propia naturaleza humana.

Por el lenguaje se ha establecido el reconocimiento de las fronteras entre el hombre y las demás especies, la consciencia de sí y del otro, la posibilidad de objetivarse y contemplarse. (FILINICH, 2012, p. 17)

Eso significa que el hombre se constituye como sujeto en y por el lenguaje, como afirma Benveniste (1978, *apud* FILINICH, 2012). La noción del sujeto hablante también presupone la noción del sujeto oyente, es decir, solo

² La definición de enunciado como materialización de una frase es un concepto del teórico Oswald Ducrot (1988). Este autor considera la frase como una entidad teórica, construida por el lingüista, eso significa que no oímos ni producimos frase, sino enunciados que tienen en su base las frases de la lengua.

³ Bakhtin (2000[1979]) define enunciado como un todo comunicativo y, en este sentido, lo diferencia de la oración o frase. Para este autor, el enunciado es la unidad de comunicación verbal. Trataremos de los estudios de Bakhtin en la cuarta sección de esta unidad.

⁴ Los actos de habla, analizados por Austin y Searle, son ahondados en la segunda unidad, titulada Pragmática.

⁵ Utilizamos los términos interlocutor y alocutario indistintamente para referirnos a la persona *tú*, el *otro* del discurso.

⁶ Es importante añadir que las teorías enunciativas, de manera general, introducen el análisis de las marcas del sujeto en el enunciado, y no el sujeto propiamente dicho. Eso significa que la teoría de la enunciación supone un sujeto (*yo*), pero no produce teoría sobre él, ya que se interesa por el sentido propiamente dicho (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

es posible concebir el sujeto hablante como locutor porque este dirige su discurso a otro sujeto, el interlocutor.

Esta condición dialógica es inherente al lenguaje mismo– el cual posee la forma yo/tú para expresarla – y su manifestación en la comunicación no es más que una consecuencia pragmática derivada de su propia organización interna. (FILINICH, 2012, p. 17)

Es importante añadir que el lenguaje no es estructurado solamente por las circunstancias y referencias del mundo social, sino también estructura nuestro propio conocimiento y es una extensión de nuestra acción sobre el mundo, como señala Morato (2007).

Podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana (ela predica, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma etc.) na mesma proporção em que podemos dizer da ação humana que ela atua também sobre a linguagem. (MORATO, 2007, p. 317).

En este sentido, se reconoce que la lengua no es solamente un signo, sino acción y trabajo colectivo de los hablantes, es decir, la lengua no es solamente un intermediario entre nuestros pensamientos y el mundo, sino el propio proceso de acción verbal entre sujetos socialmente constituidos en y por el lenguaje.

La noción de enunciación implica, por lo tanto, la noción de interacción verbal, la idea de influencia recíproca entre los sujetos del lenguaje (*yo ↔ tú*). En este sentido, se propone que los hablantes (locutor e interlocutor) compartan de forma reflexiva el lenguaje y se influyeran recíprocamente en y durante el proceso interactivo.

En este sentido, es necesario distinguir dos conceptos elementales en los estudios lingüísticos: comunicación e interacción verbal.

El término comunicación remite a los estudios estructuralistas o funcionalistas y se fundamenta en una visión más inherente al sistema, de un sujeto (hablante) que utiliza el lenguaje (sistema) para enviar un mensaje a su oyente. No implica la noción de reciprocidad tampoco de interrelación entre los sujetos.

COMUNICACIÓN: Yo → Tú

(sujetos externos a la lengua)

Lengua = estructura/sistema

El término interacción verbal, por otro lado, está relacionado a los estudios interaccionistas o enunciativos y se refiere a la acción social de uso de la lengua, en que los sujetos hablantes (locutor e interlocutor) se constituyen en y por el lenguaje.

INTERACCIÓN: Yo ↔ Tú

(sujetos presentes en la lengua)

Lengua = acción verbal

En este sentido, la comunicación implica que el sujeto tiene algo que decir o que mostrar y que el sentido es fornecido por el sujeto hablante para el sujeto oyente.

La noción de interacción, al mismo tiempo, implica que los sujetos hablante (locutor e interlocutor) construyan sentido y se constituyan en y por la lengua: el otro es necesario para que sepamos lo que vamos a decir y, aún más, para que construyamos el sentido de lo que estamos diciendo.

BENVENISTE Y LOS ESTUDIOS SOBRE LA (INTER)SUBJETIVIDAD

Entre los distintos autores y estudiosos que pueden ser inseridos en las teorías enunciativas, es importante mencionar Émile Benveniste. Según Teixeira y Flores (2005), se considera Benveniste el lingüista de la enunciación y, consecuentemente, el principal representante de lo que se ha acordado llamarse teoría de la enunciación.

Benveniste ha sido uno de los primeros lingüistas que, a partir de la teoría estructuralista, desarrolló un modelo de análisis lingüístico especialmente para el estudio de la enunciación:

Pois, se de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure – na justa medida em que conserva concepções caras ao estruturalismo, tais como estrutura, relação, signo –, por outro apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do homem na língua. Esta é a inovação de seu pensamento; sujeito e estrutura articulados. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 30)

Benveniste es un estructuralista cuando propone estudios semánticos fundados en principios estructurales, pero no es un continuador stricto sensu de Saussure, como afirma Flores y Teixeira (2005). Sin embargo, la teoría de la enunciación propuesta por Benveniste introduce un pensamiento diferenciado sobre el lenguaje, ya que añade al análisis lingüístico de la estructura la presencia de la subjetividad (*yo*)⁷ y de la intersubjetividad (*yo↔tú*)⁸.

Para Benveniste (1978, p. 83), la enunciación consiste en el proceso de apropiación de la lengua, por un locutor, que enuncia su propia posición de sujeto:

En tanto que realización individual, la enunciación, en relación a la lengua, puede definirse como un proceso de apropiación. El locutor se apropia del aparato formal de la lengua y enuncia su posición de locutor mediante indicios específicos, por una parte, y por medio de procedimientos accesorios, por otro. (BENVENISTE, 1978, p. 84)

Así, para el autor (*op. cit.* 83), “la enunciación es este poner a funcionar la lengua por un acto individual de utilización” y, toda vez que se habla, se produce discurso – “manifestación de la enunciación”.

Los estudios enunciativos de Benveniste se sostienen en varios ejes temáticos, entre los cuales se destacan la noción de la intersubjetividad en el lenguaje y los estudios sobre la deixis y sobre los tiempos verbales, con el análisis de las formas lingüísticas que van a constituir **el aparato formal de la enunciación**. El aparato formal de la enunciación se constituye, por lo tanto, de las formas lingüísticas que se refieren al acto enunciativo.

La noción de intersubjetividad y el fenómeno de la deixis están relacionados con la polaridad de las personas (*yo/tú*) en el enunciado. Benveniste propone un nivel de significado que engloba referencia a los

⁷ Se huelle llamar subjetividad la presencia del sujeto (*yo*) en el sentido de los enunciados.

⁸ La intersubjetividad implica la relación entre los sujetos interlocutores (*yo↔tú*) en el sentido de los enunciados.

interlocutores, presentando un modelo de análisis de la enunciación en que ellos – los interlocutores – refieren y se refieren a la construcción de sentido que se da a las palabras.

Para demostrar la intersubjetividad en el lenguaje, Benveniste separa las personas “yo/tú” de la persona “él”. Mientras “yo/tú” hacen la concomitancia entre el sujeto y el discurso, “él” es privado de característica de persona, ya que evidencia la forma verbal para indicar la no-persona.

En este sentido, es importante aclarar que, para Benveniste, la categoría de los pronombres “yo” y “tú” adquieren otro estatuto: no sirven solamente para indicar las personas verbales (1ª persona y 2ª persona verbales, respectivamente), sino que son huellas de los sujetos interactuantes, en el propio discurso.

De este modo, el pronombre “yo” es la persona subjetiva, que señala la existencia del sujeto hablante en el sentido del enunciado, y el pronombre “tú” es la persona que señala la existencia del sujeto oyente, huella de la intersubjetividad. El pronombre “él”, por otro lado, no tiene ninguna dependencia con la enunciación y, por eso, no señala (inter)subjetividad.

O par “eu/tu” pertence ao nível pragmático da linguagem, pois, definido na própria instância do discurso, refere a realidades distintas cada vez que enunciado, enquanto o “ele” pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 33).

Según Benveniste (1978, p. 84), antes de la enunciación, la lengua no es más que la posibilidad de la lengua y solamente “después de la enunciación la lengua se efectúa en una instancia de discurso, que emana un locutor, forma sonora que espera un auditor y que suscita otra enunciación a cambio”.

El hablante, apropiándose de la lengua y refiriéndose en el enunciado tras la persona “yo” imprime el sujeto y simultáneamente el otro (tú), en el propio discurso, como afirma Benveniste (1978):

Pero inmediatamente, en cuanto se declara locutor y asume la lengua, implanta el otro delante de él, cualquiera que sea el grado de presencia que se atribuya a este otro. Toda enunciación es, explícita

o implícita, una alocución, postula un alocutario. (BENVENISTE, 1978, p. 85)

Esto significa, entre otras cosas, que no usamos la lengua en el vacío, siempre nos dirigimos a alguien, de manera explícita o implícita, y con este alguien, intercambiamos ideas, informaciones, creencias, etc. Además, en el uso de la lengua, señalamos nuestra presencia y la presencia del otro, en el propio sentido del enunciado.

Es importante añadir que, en todo enunciado, está presente el sujeto hablante. Como afirma Filinich (2012, p. 17), ante cualquier enunciado es posible poner la cláusula *Yo (te) digo que...* “puesto que no podemos sino hablar en primera persona”:

Si yo afirmo *Juan vino temprano* o *Yo llegué temprano*, en ambos casos subyace la cláusula *yo (te) digo que...* para señalar el acontecimiento discursivo de un yo por el cual ambos enunciados han tenido lugar. (FILINICH, 2012, p. 17)

Además de los elementos yo y tú, que señalan la intersubjetividad, Benveniste reconoce otros elementos que poseen el mismo estatuto de poner en escena la enunciación en el propio sentido del enunciado: pronombres demostrativos, adverbios y adjetivos que organizan las relaciones espaciales y temporales en torno al sujeto, a ejemplo de *eso, aquello, allí, aquí, hoy, ayer, mañana, el próximo año, etc.*

El significado de estas formas depende exclusivamente del sujeto que habla y del contexto en que se encuentra el sujeto, o sea, son formas vacías ya que su significación se realiza solamente en el acto del discurso, en la enunciación. Este fenómeno es denominado de **deixis**.

Los elementos indiciales o deícticos organizan el espacio y el tiempo alrededor del centro constituido por el sujeto de la enunciación y marcado por *el ego hic et nunc* del discurso. Así, todo acontecimiento discursivo marca un *aquí*, índice que postula de inmediato un *allí*, un *allá (...)*. De manera análoga, el discurso marca un *ahora* en función del cual se traza una línea divisoria entre el presente – el *ahora* del acto de decir – y todo aquello que se marca por relación al *ahora* como anterior o posterior (...). (FILINICH, 2012, p. 18).

Así, la deixis es señalada en el discurso por las formas personales (*yo/tú*) y por las formas temporales y espaciales (*aquí, ahora*, etc.), huellas de la enunciación en el sentido del enunciado. Eso puede ser observado a partir del ejemplo 02.

Ejemplo 02

NISMAN, Alberto. Z.L.- Pa-
pá, nosotras, tus hijas, Iara y
Kala, solo necesitábamos de
vos, tu presencia y compartir
buenos momentos. Hoy te
despedimos, sabiendo de tu
dedicación al trabajo. Espera-
mos que ahora puedas estar
en paz. Nosotras guardamos
en nuestro corazón los lindos
momentos vividos juntos.

Fuente: Diario La Nación. Buenos Aires, Argentina, 29 de enero de 2015⁹.

El texto del ejemplo 02 es una nota fúnebre publicada en el periódico La Nación, en Buenos Aires, el 29 de enero de 2015. En el texto hay varias marcas deícticas, relacionadas con la enunciación. La primera son las formas de primera persona (*nosotras, nuestro*) que se refieren al locutor del texto (Iara y Kala – hijas de Alberto Nisman), responsables por la nota. Además, se puede observar las formas de segunda persona (*vos, te, tu*) que remiten al presunto alocutario/interlocutor del texto (Alberto Nisman, muerto en Buenos Aires-Argentina).

Al apropiarse de las formas *nosotras* y *nuestras* (de primera persona), Iara y Karla, presentándose inclusive como hijas de Nisman, se asumen como sujetos históricos en el texto y, a partir de entonces, señalan todo el proceso enunciativo. Concomitantemente, utilizando las formas de segunda persona

⁹ Disponible en: <http://www.lanacion.com.ar/1764022-el- emotivo-adios-de-las-hijas-del-fiscal-alberto-nisman-solo-necesitabamos-de-vos-tu-presencia>. Consulta realizada el 29 de enero de 2015.

(*vos, te, tu*), constituyen histórica y discursivamente su alocutario/interlocutor (Alberto Nisman).

Además de las formas deícticas personales, es posible observar una forma deíctica temporal, el adverbio *hoy*. El significado de este adverbio está relacionado al momento histórico, el día en que el locutor (lara y Kala) produjeron y publicaron el texto en el diario *La Nación*, que fue el 19 de enero de 2015.

Como se observa en el texto, la interpretación y el significado de las formas deícticas no están relacionados solamente con aspectos puramente lingüísticos, sino con la enunciación, con el contexto en que el texto fue producido por un locutor (nosotras – lara y Kala) con vista a un determinado alocutario/interlocutor (*vos* – Alberto Nisman), en un momento histórico determinado (*hoy* – el 19 de enero de 2015).

En estrecha relación con la deixis temporal, Benveniste también discute la expresión de la temporalidad tras los tiempos verbales. El autor afirma que el tiempo presente no puede definirse si no es por referencia a la instancia que lo enuncia.

Otra serie, tercera, de términos aferentes a la enunciación está constituida por el paradigma entero – a menudo vasto y complejo – de las formas temporales, que se determinan por relación con el EGO, centro de la enunciación. Los “tiempos” verbales cuya forma axial, el “presente”, coincide con el momento de la enunciación, forman parte de este aparato necesario. (BENVENISTE, 1978, p. 86)

El presente es, por lo tanto, el tiempo en el que se habla y en función del cual pueden comprenderse los variados tiempos del enunciado. Esto puede ser observado en el enunciado que sigue, con el verbo *trabajar* en el pretérito indefinido:

Ejemplo 3

Ayer *trabajé* mucho.

En el ejemplo 3, la forma verbal *trabajé*, en el pretérito indefinido, marca la anterioridad del suceso con relación al tiempo presente de la enunciación (*Yo [te] digo [hoy] que...*). Así, el enunciado debe ser interpretado como *Hoy yo te digo que ayer trabajé mucho*.

La transformación del tiempo verbal al futuro y del adverbio, consecuentemente, marcará la posterioridad del suceso con relación al momento de la enunciación, como no ejemplo 04, a seguir.

Ejemplo 04

Mañana voy a trabajar mucho.

En el ejemplo 4, la forma verbal *voy a trabajar*, en el futuro perifrástico, marca la posterioridad del suceso con relación al tiempo presente de la enunciación (*Yo [te] digo [hoy] que...*). Así, el enunciado debe ser interpretado como *Hoy yo te digo que mañana voy a trabajar mucho*.

La concepción de enunciación de Benveniste y su aparato formal de la enunciación – con el estudio de las formas personales (*yo/tú*), de las expresiones temporales y espaciales y de los tiempos verbales – instauran un nivel de análisis que no se limita ni a la lengua ni al habla, sino que los constituye. En este sentido, la concepción de enunciación de Benveniste y su aparato formal de la enunciación elimina las fronteras entre la lengua y el habla ya que los elementos que constituyen este aparato pertenecen, concomitantemente, a los dos niveles.



Vuelva a leer lo que estudió en “Teoría da Lingüística I” sobre estructuralismo y gerativismo y compare con lo que ya leyó en este capítulo sobre las teorías enunciativas. En seguida, conteste las siguientes preguntas:

1. ¿Qué diferencias hay entre las teorías enunciativas y las teorías formalistas (estructuralismo y gerativismo), en relación al concepto de lengua?
2. ¿Cómo es tratado el “sujeto” en estas dos corrientes teóricas (teorías formalistas y teorías enunciativas)?

BAJTIN Y LA INTERACCIÓN VERBAL

La inclusión de los estudios desarrollados por Bajtin y su círculo de estudiosos en la teoría enunciativa se da, entre otras cosas, porque su obra introduce una concepción histórico-discursiva de sujeto, inscribiendo el lenguaje en el orden social, a partir de una perspectiva dialógica. En este sentido, Bajtin vincula las interacciones verbales a las interacciones sociales más amplias.

Bajtin y su círculo – El grupo de estudiosos rusos formado por el filósofo del lenguaje Mijail Bajtin (Mikail Bakhtin, en portugués), por Medvedev y por Voloshinov, entre otros, es conocido internacionalmente como “El círculo de Bajtin”.

Los estudios de Bajtin y su círculo incluyen tres ámbitos: una teoría del sujeto (contra el psicoanálisis freudiano), una teoría del lenguaje (contra la lingüística estructural) y una teoría literaria (contra el Formalismo en Literatura).

Se cree que algunos de los textos firmados por Bajtin fueron en realidad escritos por sus colaboradores, y viceversa, debido a la persecución política que sufrió este teórico y muchos de los miembros de su grupo entre 1920 y 1930.

Para Bajtin el lenguaje solamente tiene existencia en las relaciones dialógicas: “Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc), está impregnada de relações dialógicas” (BAKHTIN, 2002a[1997], p. 183).

La relación dialógica o el dialogismo, en Bajtin, establece la unión entre el lenguaje y la vida y se constituye a través de la relación entre el *yo* y el *tú*, en el espacio social del discurso. El discurso, por lo tanto, es la materialización de las relaciones dialógicas.

En este sentido, el lenguaje adquiere vida y desarrollo histórico en la comunicación verbal concreta, y los interlocutores (el hablante y el oyente) producen las verdaderas unidades del lenguaje, que son los enunciados.

La naturaleza social del lenguaje lleva a considerar el discurso humano como un fenómeno binario en el que participa en forma activa no sólo el hablante sino también el oyente. (CHIDIAX; VÁZQUEZ, 1990, p. 3).

Bajtin afirma que las relaciones dialógicas se dan tanto en el enunciado como un todo, como en partes del enunciado. La propia palabra aislada ya es dialógica, si no es interpretada como palabra impersonal de la lengua.

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado do outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro. (BAKHTIN, 2002a[1997], p. 184).

En la obra *Estética de la Creación Verbal*, Bajtin (1999[1982]) afirma que el uso de las palabras de la lengua siempre necesitan de un contexto particular y que ellas existen para el hablante en sus tres aspectos:

(...) como palabra neutra de la lengua que no pertenece a nadie; como palabra ajena, llena de ecos, de los enunciados de otros, que pertenecen a otras personas y, finalmente, como mi palabra, porque, puesto que yo la uso en una situación determinada y con una intención discursiva determinada, la palabra está compenetrada de mi expresividad. (BAJTIN, 1999[1982], p. 278)

El autor afirma que la palabra posee expresividad, pero la expresividad no pertenece a la propia palabra, sino que nace del contacto de la palabra con la situación real, que se realiza en un determinado enunciado. Así, la palabra aparece como “la expresión de cierta expresión valorativa” del individuo.

Es importante añadir que la noción de enunciado de Bajtin se aproxima de lo que hoy se comprende como texto, ya que Bajtin considera el enunciado como materia lingüística y como contexto enunciativo:

En la vida cotidiana, todo enunciado comprende una parte verbal expresada por ambos participantes (lo específicamente lingüístico), una parte no verbalizada,

pero sobreentendida por ambos participantes (gestos, mímicas, miradas, acciones) y el conjunto de pautas culturales en que hablante y oyente están inmersos. (CHIDIAX; VÁZQUEZ, 1990, p. 3).

Así, la comprensión y la evaluación de cada enunciado surgen de la unión de los componentes verbales con los componentes extraverbales comunes a hablantes y oyentes.

Sobre el enunciado, Bajtin (1999[1982]) afirma que su estilo y su composición son determinados por la relación valorativa que el locutor establece con el enunciado. El autor también afirma que los enunciados no son indiferentes unos a los otros ni autosuficientes.

Cada enunciado aislado representa un eslabón en la cadena de la comunicación discursiva. Sus fronteras son precisas y se definen por el cambio de los sujetos discursivos (hablantes), pero dentro de estas fronteras, el enunciado, semejantemente a la monada de Leibniz, refleja el proceso discursivo, los enunciados ajenos, y, ante todo, los eslabones anteriores de la cadena (a veces los más próximos, a veces – en las esferas de la comunicación cultural – muy lejanos). Bajtin (1999[1982], p. 283)

Así, Bajtín propone que el lenguaje, desde la palabra hacia el enunciado, es dialógico. Además, el hecho del enunciado estar siempre orientado hacia alguien determina: a) la selección de recursos léxicos y gramaticales por el hablante – el estilo lingüístico del enunciado y b) la organización del mensaje – la estructura composicional del enunciado.

Al emitir su discurso, el hablante ve a su destinatario, su conocimiento o ignorancia acerca del tema, sus convicciones, sus prejuicios, su edad, su sexo, su condición social, su grado de confianza con el interlocutor, y esta percepción general del destinatario determina el género y el estilo del enunciado. (CHIDIAX; VÁZQUEZ, 1990, p. 5)

En este sentido, en la teoría enunciativa de Bajtín y su círculo, el oyente adquiere un rol activo en la propia constitución del enunciado, ya que no es un

mero receptor de informaciones, sino un elemento constitutivo del sentido del enunciado.

Bajtin (1999[1982]) presenta el enunciado como un todo comunicativo y, en este sentido, lo diferencia de la oración. El enunciado, verdadera unidad de la comunicación discursiva, presenta varias características de la que carece la oración, que se constituye apenas en una unidad de la lengua.

Son características de los enunciados:

- Estar delimitado por el cambio de los sujetos discursivos;
- Tener un contacto inmediato con la situación social interactiva;
- Relacionarse de una manera directa con los enunciados ajenos;
- Tener sentido pleno;
- Considerar la posible respuesta del oyente.

Así, el enunciado es un todo acabado, marcado por la enunciación y se relaciona con otros enunciados. De esta manera, Bajtin diferencia el enunciado de la oración: esta (la oración) no es un todo y no permite una respuesta o una reacción, aunque sea inteligible. Además, el enunciado es determinado por tres factores: el tratamiento exhaustivo del objeto del sentido, la intención del locutor y la estructuración formal en un género discursivo.

LOS GÉNEROS DISCURSIVOS Y LA ENSEÑANZA DE LENGUAS

Las distintas esferas de actividad humana están todas relacionadas con el uso de la lengua y este uso se lleva a cabo en forma de enunciados (orales y escritos) concretos y singulares, según Bajtin (1999[1982]).

Así, la esfera periodística, por ejemplo, elabora enunciados propios de este universo de actividad humana (noticia, artículo, tira cómica etc.) que son distintos de los enunciados elaborados por el universo académico (resumen,

proyecto de investigación, tesis etc.). Los enunciados reflejan las condiciones específicas y el objeto de cada una de las esferas.

En este sentido, Bajtin (1999[1982]) afirma que, aunque cada enunciado sea individual, las situaciones sociales de uso de la lengua determinan sus tipos relativamente estables de enunciados, denominados géneros discursivos.

Cada enunciado separado es, por supuesto, individual, pero cada esfera del uso de la lengua elabora sus tipos relativamente estables de enunciados a los que denominados *géneros discursivos*. (BAJTIN, 1999[1982], p. 248)

En este sentido, el autor propone que los enunciados son un todo comunicativo y que se materializan a través de distintos géneros discursivos, que poseen una relativa estabilidad.

Además de la estabilidad, Bajtin destaca el carácter socio histórico para la definición de los géneros discursivos. Él afirma que cada esfera de actividad humana comporta un repertorio de géneros del discurso que se diferencia y se amplía en la proporción que la propia esfera se desarrolla y queda más compleja.

Esta posición del autor establece una relación muy directa entre los procesos de formación de los géneros y las acciones humanas. Eso aproxima la lengua a la vida humana de tal manera que una penetra en la otra y, cuando uno elige un género, nunca lo hará como un hecho individual, sino colectivo, pues el género es una forma de inserción social y de ejecución de un plan comunicativo intencional.

Para Bajtin, la variedad de los géneros discursivos presupone la variedad de las intenciones de la persona que habla o escribe, de esta manera él insiste en la diversidad de los hechos sociales emitidos por los más diversos grupos y, consecuentemente, en los hechos de lenguaje. Por lo tanto, como depende de la intención y de los hechos sociales, los géneros del discurso son infinitos y heterogéneos.

Los géneros discursivos son clasificados por Bajtin en dos grandes grupos: géneros primarios y géneros secundarios.

Géneros Primarios - Los primarios son aquellos de la vida cotidiana (la conversación diaria, la nota, etc.) y mantienen una relación inmediata con las situaciones en las cuales son producidas.

Géneros Secundarios - Los géneros secundarios aparecen en las circunstancias de una situación cultural más compleja y relativamente más desarrollada. Los géneros secundarios (romance, teatro, discurso científico, discurso ideológico, etc.) absorben y transmutan los primarios, que, por consiguiente, se transforman dentro de los secundarios.

Orales o escritos, primarios o secundarios, todos los géneros discursivos son constituidos, según Bajtin (1999[1983], p.248), por tres elementos básicos – contenido temático, estilo verbal, composición o estructuración – que “están vinculados indisolublemente en la totalidad del enunciado y se determinan, de un modo semejante, por la especificidad de una esfera dada de comunicación”. Estos tres elementos pueden ser observados a partir del análisis del anuncio que sigue (ejemplo 05):

Ejemplo 05:



Fuente: Diario La Tercera – Argentina¹⁰. Buenos Aires, 30 de enero de 2015.

¹⁰ Disponible en: <http://www.diariolatercera.com.ar/0/vnc/index.vnc>. Consulta realizada el 30 de enero de 2015.

El ejemplo 05 se constituye en un anuncio publicitario. El anuncio es un género discursivo producido por la esfera publicitaria con el objetivo de vender, divulgar y publicar bienes y servicios, intentando intervenir en las acciones y actitudes del interlocutor. En el ejemplo 05, el locutor del texto, identificado en el propio texto como “Gobierno Municipal”, intenta convencer a sus interlocutores (los lectores del periódico), a prevenirse contra el dengue, adoptando determinadas acciones preventivas contra el mosquito transmisor de la enfermedad. De esta forma, el género cumple el objetivo de prestar un servicio al interlocutor, intentando intervenir en sus actitudes y comportamientos.

En lo que se refiere al contenido temático – la primera de las características de los géneros a que se refiere Bajtin –, lo que se observa en el texto es que este no es tratado de manera exhaustiva, sino simplificada: una de las características del anuncio publicitario. Sin embargo, las principales informaciones están disponibles en el texto, de modo que este alcance su objetivo de intervenir en las actitudes del interlocutor: instrucción para que se eliminen los criaderos del mosquito y para que se controle el acumulo de agua.

El estilo verbal – recursos léxicos, fraseológicos y gramaticales de la lengua – del anuncio se observa en el ejemplo 05 por el uso de frases cortas (Sin creadores en casa no hay dengue. / La prevención comienza en casa), de verbos y de expresiones que presentan instrucciones (Hay que... / Controlemos que...), elementos lingüísticos propios de los géneros discursivos del universo publicitario.

En lo que se refiere a la composición o estructura – tercer elemento presentado por Bajtin – se observa que el enunciado es un texto corto, que combina el lenguaje verbal con distintos lenguajes visuales: las frases son presentadas en distintos colores, el dibujo del mosquito), fotografía del mosquito, combinación de colores en todo el texto (verde, amarillo, azul, blanco y negro), etc. Todos estos elementos composicionales contribuyen para la construcción de sentidos en el texto, especialmente para llamar la atención del

interlocutor e intentar convencerlo, en un corto espacio de tiempo, a realizar lo que se propone el texto.

Es importante añadir que estos elementos no funcionan aisladamente y de manera independiente. Como afirma Bajtin (1999[1983]), ellos están vinculados y son indisolubles en la totalidad del enunciado, o sea, funcionan conjuntamente para que se pueda establecer un sentido general para el texto.

Para Bajtín, una concepción clara del enunciado y de los géneros del discurso es indispensable para cualquier estudio lingüístico, ya que la lengua (y su uso) se manifiesta siempre a través de los géneros:

Una noción clara de la naturaleza del enunciado en general y de las particularidades de diversos tipos de enunciados, tanto primarios como secundarios, o sea de diferentes géneros discursivos, es necesaria según nuestra opinión, en cualquier orientación específica de enunciado. El menosprecio de la naturaleza del enunciado y la indiferencia frente a los detalles de los aspectos genéricos del discurso llevan, en cualquier esfera de investigación lingüística, al formalismo y a una abstracción excesiva, desvirtúan el carácter histórico de la investigación, debilitan el vínculo del lenguaje con la vida. (BAJTIN, 1999[1982], p. 251).

El autor afirma, además, que el lenguaje participa de la vida a través de los enunciados concretos que lo realizan, así como la vida participa del lenguaje a través de los enunciados. De esta forma, Bajtin aproxima lenguaje y vida humana de una forma tal que se funden: reiteramos que cuando alguien elige un género para usarlo no lo hará como un hecho individual, sino colectivo, ya que el género es una forma de insertarse en la sociedad y sirve a la ejecución de un propósito comunicativo determinado.

La implicación directa de esta concepción para la enseñanza de lenguas es que, como no cambiamos oraciones ni palabras aisladas en la comunicación, sino enunciados constituidos de unidades de la lengua, no se justifica utilizar el texto como pretexto para enseñar gramática, reglas, vocabularios e informaciones específicas desvinculados del uso de la lengua.

En este aspecto se hace necesario un abordaje que trate el texto como un todo comunicativo, sin negar sus especificidades ni desconectarlo del contexto socio-histórico. Eso presupone una nueva concepción de lengua y de enseñanza, como sugiere Brandão:

Ensinar a língua é desenvolver a competência comunicativa do educando e, considerando o texto como uma unidade de comunicação, para nós, o aluno deve ser exposto a diferentes tipos de texto e de gêneros discursivos para apreender o que os caracteriza em suas especificidades e naquilo que os identifica. (BRANDÃO, 2001, p. 40)³

Orientar nuestra práctica de enseñanza del idioma bajo esta concepción significa, al mismo tiempo, repensar nuestras concepciones de lengua y aprendizaje y adoptar una nueva posición frente a los materiales y abordajes con los cuales trabajamos.

Eso hace repensar, incluso, la utilización de materiales no auténticos en nuestros libros y en nuestra clase. ¿Qué contribuciones traerá un material modificado, con textos creados para ser usados en la clase, que ni siempre son copias reales de lo que ocurre en contextos reales de comunicación? Nuestros libros están llenos de diálogos ficticios, textos que ni siempre son encontrados en la vida social. Y más: ¿el contacto con estos textos ayudará o provocará dificultades al estudiante de una lengua extranjera, cuando tenga la oportunidad de convivir con textos reales, en una situación real de comunicación?

Además de polémico, el tema suscita a repensar nuestra concepción de enseñanza y aprendizaje de lenguas extranjeras. ¿Para qué estamos preparando nuestros alumnos? ¿Los preparamos para que adquieran una competencia comunicativa, o sea, se comuniquen eficazmente en contextos reales?, o ¿los preparamos para conocer reglas, estructuras de una lengua abstracta, irreal, lejos de aquella utilizada por los hablantes naturales en la comunicación diaria y social?

Creemos que, aún con las limitaciones que existen en el proceso de enseñanza y aprendizaje de una lengua extranjera por estudiantes que están lejos de contextos reales de comunicación, como es el caso de los estudiantes brasileños de Español como Lengua Extranjera (ELE), el rol del profesor es aproximar el máximo posible a sus alumnos de estos contextos. Y esto es posible, por ejemplo, cuando se expone a los alumnos a textos auténticos y se trabaja estos textos en una perspectiva discursiva, enunciativa.

Adoptar esta postura no significa que tengamos que dejar de utilizar nuestros materiales, sino repensar algunas actividades y propuestas y hacer modificaciones y adaptaciones o, cuando se juzgue necesario, sustituirlas por otras que transformen el ambiente artificial del salón de clases lo más parecido posible de ambientes reales de interacción social.



Les presentamos, a continuación, una actividad de lectura preparada para un texto relativo al género anuncio. Considerando lo que leyó en este capítulo sobre los géneros discursivos, analice la actividad propuesta identificando:

- a) la concepción de lengua que fundamenta la actividad propuesta (formalista o enunciativa); y
- b) si el género anuncio es abordado, en su totalidad, considerando su contenido temático, su estilo verbal y su estructura composicional.

Justifique sus respuestas a partir de los principios teóricos estudiados en esta unidad.

Lea el siguiente texto, publicado en internet, en un sitio de clasificados, y conteste las preguntas.

Comercial Ultracom limitada, principal franquiciado Movistar. Requiere contratar a los mejores ejecutivos de ventas para la comercialización de sus productos fibra ópticas y nuevas tecnologías. Beneficios: sueldo base, comisiones y bono, contrato de planta, premios e incentivo permanentes, posibilidad de lograr altos niveles de ingresos, estabilidad laboral, grato ambiente de trabajo y ser parte del equipo de una gran empresa. Requisitos: educación técnico profesional, experiencia en ventas, mínimo un año, comprobado, manejo de PC, Office e internet nivel usuarios, empatía y buenas relaciones interpersonales, perseverancia y pro-actividad. Enviar curriculum a: inaipe@ultratelefonía.cl
Publicado: 01-02-2015

Disponível em: <http://www.clasificados.cl/Clasificados.aspx?categoria=clasificacion&clasificacion=1313>.
Consulta realizada em 07/02/2015.

- 1) ¿Qué tipo de profesional se requiere en el anuncio?
- 2) ¿Cuál fue la empresa que puso el anuncio en internet?
- 3) ¿Qué beneficios ofrece la empresa?
- 4) ¿Qué requisitos se requieren para la vacante del empleo al que se refiere el anuncio?
- 5) ¿Qué debe hacer el interesado en el empleo para entrar en contacto con la empresa?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJTIN, M. M. **Estética de la creación verbal**. 10 ed. Madrid: Sículo Veintiuno de España Editores S.A., 1999[1982].

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução M.E.G. Gomes. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000[1992].

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Problémi poétiki Dostoiévskovo. Tradução por Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2002a[1997].

BAKHTIN, M/VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002b[1979].

BENVENISTE, E. El aparato formal de la enunciación. In: _____. **Problemas de lingüística general**, II. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1979. pp. 82 – 91.

BRANDÃO, Helena Magamine. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: _____ (org.). **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

CHIDIAC, Beatriz; VÁZQUEZ, Hilda Albano de. La interacción hablante-oyente en el enunciado. In: **Letras**: Revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Pontificia Universidad Católica Argentina Sabta María de los Buenos Aires. Buenos Aires, setiembre 1989 – agosto 1990.

DUCROT, O. **Polifonia y Argumentación Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali, Universidad del Valle, 1988.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FILINICH, Maria Isabel. **Enunciación**. 2 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2012.

MORATO, Edwiges Maria. O Interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**. Vol. III. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. pp. 311 – 351.

UNIDAD IV

LA LINGÜÍSTICA DISCURSIVA

En esta unidad vamos a abordar el estudio sobre el discurso. De esta forma, presentamos los principales presupuestos teóricos del Análisis del Discurso (AD), en especial de la corriente teórica denominada línea francesa del AD.

Inicialmente es importante mencionar que, actualmente, los estudios sobre el discurso ultrapasan varias áreas de los estudios sobre el lenguaje, no solamente en la Lingüística, sino en otras áreas del conocimiento, como la Psicología, la Sociología y la Filosofía, entre otros.

En el propio ámbito de la Lingüística, esos estudios nacieron de la convergencia de principios teóricos de diferentes ramos del conocimiento humano, en especial de la Filosofía, de las Ciencias Sociales y de la Psicología. El Análisis del Discurso de línea francesa (AD), por ejemplo, surgió y se desarrolló a partir de preocupaciones vivenciadas por lingüistas, historiadores y psicólogos, en la Europa de los años 60, en especial en Francia, fuertemente influenciados por cuestiones políticas, en especial por los ideales marxistas.

El **Marxismo** es un sistema filosófico e ideológico que critica el capitalismo, defendiendo la emancipación de la humanidad en una sociedad sin clases e igualitaria. El filósofo alemán Karl Marx y el revolucionario Friedrich Engels trazaron las bases teóricas y principios del marxismo, con la publicación del *Manifiesto Comunista*, en 1848.

Ese sistema se basa en una concepción materialista y dialéctica de la historia, comprendiendo al hombre como un ser social e histórico. Marx y Engels interpretan la vida social a partir de la dinámica de base productiva de la sociedad y de las luchas de clases que resultan de esa base productiva.

Sin embargo, cuando se habla en Análisis del Discurso, es importante recordar que no existe solamente una corriente o línea de estudios que recibe esa denominación. La verdad es que no existe solamente un análisis del discurso, sino varios análisis de discurso, cuyo punto en común es el estudio sobre la naturaleza del discurso – la “discursivización”.

Algunas de esas corrientes se preocupan mucho más por los mecanismos internos de la constitución del sentido, en el discurso, dejando de lado cuestiones relacionadas con la cultura y la historia, mientras otras se preocupan mucho más con la influencia de aspectos sociales e históricos sobre el lenguaje.

Las dos principales corrientes de AD son:

1 – AD francés – Mantiene una estrecha relación con la historia y considera que los sujetos son condicionados por una determinada ideología, que predetermina lo que podrán o no decir en determinadas coyunturas histórico-sociales (MUSSALIM, 2001).

2 – AD anglosajón – Mantiene una estrecha relación con la Sociología y considera la intención de los sujetos en una interacción verbal como uno de los pilares que la fundamenta (MUSSALIM, 2001).

En ambas corrientes, sin embargo, prevalece la noción de que el lenguaje debe ser estudiado a partir de su materialización bajo forma de discursos. En ese sentido, es posible afirmar que, independientemente de la línea, el AD está siempre relacionado con el estudio de las relaciones entre el lenguaje y el contexto en que este es usado.

Así, podemos afirmar que el AD estudia el lenguaje en uso y, en ese aspecto, está fundamentalmente constituido a partir de la relación entre el lenguaje y los contextos sociales de uso.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2000,p. 15).

En ese sentido, el AD no estudia la lengua en cuanto sistema abstracto, desconectado de su contexto social de uso. Eso no significa, de ninguna manera, que la AD desconsidere el aspecto lingüístico. Por el contrario, el aspecto lingüístico o estructural es observado, pero a partir de su relación con lo social, con el mundo.

El lengua(je) es el espacio en que lo histórico y lo social, y lo político y lo simbólico se encuentran y se materializan, siempre, a través del discurso. Consecuentemente, no se trabaja con la lengua cerrada en ella misma, sino con el discurso, como afirma Orlandi (2000).

En ese sentido, el AD se preocupa con la lengua en cuanto trabajo simbólico que produce sentidos, o sea, el lenguaje es visto como parte de un

trabajo realizado por sujetos sociales, históricos, en un determinado momento y espacio también social e histórico.

EL AD FRANCÉS - PRINCIPIOS TEÓRICOS FUNDAMENTALES

El Análisis del Discurso francés, conforme señalamos anteriormente, se trata de una asignatura que nació en Francia, en la década de 1960, preocupada con el funcionamiento de la lengua como productora de sentidos. Inicialmente, el AD se va a constituir a partir de la articulación de tres áreas del conocimiento científico:

- a) El materialismo histórico-dialéctico, o sea, el Marxismo; con el estudio sobre la ideología;
- b) La Lingüística – con el estudio sobre los mecanismos lingüísticos y enunciativos;
- c) El Psicoanálisis – con los estudios de Lacan sobre el inconsciente.

Uno de los principales exponentes del AD, en su primera fase, es el filósofo Michel Pêcheux, involucrado con los estudios del Marxismo y de la política. Pêcheux elige el discurso como objeto de estudio y defiende que ese (el discurso) debe ser estudiado a partir de cuestiones relativas a la ideología y al sujeto.

É, pois, sob o horizonte comum do marxismo e de um momento de crescimento da Linguística – que se encontra em franco desenvolvimento e ocupa o lugar de ciência piloto – que nasce o projeto da Análise do Discurso (doravante AD). O projeto da AD se inscreve num objetivo político, e a Linguística oferece meios para abordar a política. (MUSSALIM, 2001, p. 102).

Pêcheux desarrolla un pensamiento crítico sobre la Lingüística, afirmando que la Lingüística estructuralista (fundamentada en la dicotomía lengua/habla) permitió el desarrollo de la Morfología y la Sintaxis, pero no de la Semántica. Para este filósofo, el objeto de estudio de la Semántica escapa los abordajes de una Lingüística estructural, preocupada con el sistema de la lengua.

En el estructuralismo lingüístico la significación es concebida como sistémica y el significado es estudiado en términos de trazos distintivos: el término *hombre* (+ ser humano, + masculino, - femenino) es definido en oposición al término *mujer* (+ ser humano, - masculino, + femenino) por ejemplo. Pêcheux se opone a esa concepción de estudios sobre el significado, afirmando que la significación está relacionada a los sujetos que enuncian y la posición social en que se encuentran.

Para Pêcheux, ao contrário, a significação não é sistematicamente apreendida por ser da ordem da fala e, portanto, do sujeito, e não da ordem da língua, pelo fato de sofrer alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam. (MUSSALIM, 2001, p. 105).

Así, Pêcheux inscribe la significación en el estudio sobre el habla, considerando el sujeto. Sin embargo, fuertemente influenciado por el Marxismo, ese estudioso defiende que ni el sujeto ni los sentidos son individuales, sino históricos e ideológicos.

Assim é que o autor propõe uma semântica do discurso – concebido como lugar para onde convergem componentes linguísticos e sócio ideológicos – em vez de uma semântica linguística, pois as condições sócio históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações. (MUSSALIM, 2001, p. 105).

Así, el discurso (y la significación) está directamente relacionado a las condiciones de producción, o sea, al contexto socio histórico y político, luego ideológico, en que el propio discurso es producido. En otras palabras, el discurso, como proceso en que se articulan lo lingüístico y lo social, para producir sentidos, es, al mismo tiempo, histórico y social: materializado a partir de condiciones de producción ya dadas o determinadas.

Condiciones de Producción – Las condiciones de producción involucran a los interlocutores (sujetos del proceso discursivo), la situación de enunciación y el contexto histórico y social en que el discurso es producido. Esos elementos pasan a constituir el sentido de una secuencia verbal. De este modo, quien habla, la situación enunciativa y el lugar (espacio de representación social) de donde se habla constituyen el fenómeno lingüístico y producen significación (efectos de sentido).

Así, desde su concepción, el AD no separa forma lingüística y contenido, comprendiendo la lengua no solo como una estructura, sino como

un acontecimiento histórico y social. En ese sentido, la lengua es afectada por la historia y por las relaciones simbólicas.

De acuerdo con Orlandi (2000), para el AD, la lengua tiene su propio orden, pero es relativamente autónoma, ya que es necesario considerar el sujeto y la situación histórica y social en que los discursos son producidos. El AD considera que la historia tiene su realidad afectada por elementos simbólicos, ya que los hechos solo existen cuando son significados, y defiende que el sujeto del lenguaje es afectado por la realidad de la lengua y de la historia.

En el AD, el discurso no debe ser entendido como un conjunto de textos, sino como una práctica que se insiere en el interior de formaciones discursivas. Así, el discurso es un proceso, un conjunto de prácticas sociales, históricamente determinadas, de construcción de sentidos.

DISCURSO – El discurso es un proceso de construcción de sentidos entre interlocutores y, por lo tanto, no puede ser confundido con mensaje. El concepto de mensaje, perteneciente a una concepción estructuralista de lenguaje (en que un emisor transmite un mensaje a un interlocutor) no se adecua al concepto de discurso de la AD.

Para el AD, el proceso de interacción no se trata de una mera transmisión de información, tampoco hay esa linealidad en los elementos de la comunicación: ni la lengua es sólo un código, una vez que implica elementos de naturaleza histórica e ideológica, ni los sujetos (emisor y receptor) están tan separados como prevé el estructuralismo, ya que ellos están realizando conjuntamente el proceso de significación.

Así, para el AD, el lenguaje (y el discurso por consecuencia) es un proceso complejo de construcción de sentido y constitución de los propios sujetos, ya que no es mero instrumento de transmisión de información.

Como afirma Orlandi, (2000), el AD procura comprender la lengua produciendo sentido; como trabajo simbólico, parte del trabajo social general, constitutivo del hombre y de su historia.

Si el discurso es un proceso de construcción de sentidos, histórico y social y que se inscribe en el interior de formaciones discursivas, el texto no puede ser definido como un conjunto de frases, ni como un producto encerrado en sí mismo.

El **texto** - unidad empírica del análisis del discurso - es un proceso complejo de significación, que está relacionado con las condiciones sociales de su producción. Aunque no se niegue su existencia concreta, no se puede hablar en “totalidad del texto”, ya que su sentido solo se constituye a partir de las circunstancias históricas de enunciación.

El concepto de **formación discursiva** es utilizado por el AD para denominar el lugar social en que se articulan discurso e ideología. Es constituida por un conjunto de reglas anónimas e históricas que definen una determinada época y área social, determinando lo que puede/debe ser dicho.

Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. (MUSSALIM, 2001, p. 119)

Una vez que una formación discursiva es marcada por mecanismos de control, de naturaleza ideológica, ella está relacionada a lo que se denominó *formación ideológica*. En ese sentido, Mussalim (2001) afirma que una formación discursiva es gobernada por una formación ideológica.

El concepto de **formación ideológica** está relacionado al confronto de fuerzas en un dado momento histórico. Pêcheux define formación ideológica como un complejo conjunto de actitudes y de representaciones que se relacionan más o menos a posiciones de clases, en conflicto unas en relación a las otras. Esas actitudes y representaciones no son individuales ni universales, ya que están relacionadas a una coyuntura ideológica determinada.

Como las formaciones discursivas representan, en el discurso, las formaciones ideológicas, los sentidos son siempre determinados ideológicamente, o sea, siempre hay un trazo ideológico en el discurso, en el uso del lenguaje, en la manera como los discursos producen sentidos.

Es en ese sentido que Orlandi (2000, p. 38) afirma que todo decir está ideológicamente marcado: “Es en la lengua que la ideología se materializa. En las palabras de los sujetos. Como decimos, el discurso es el lugar del trabajo de la lengua y de la ideología”¹¹.

La **ideología** es vista, por el AD, como una práctica significativa como un efecto de la relación necesaria del sujeto con la lengua y con la historia para que haya sentido, no como un simple conjunto de representaciones o una visión de mundo (ORLANDI, 2000). Así, la ideología forma parte de la constitución de los sujetos y de los sentidos.

¹¹ “É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”.

EL AD Y LA NOCIÓN DE SUJETO

El estudio del discurso, para el Análisis del Discurso, está relacionado no solo con cuestiones teóricas relativas a la noción de ideología, sino también a la noción de sujeto. Es en ese aspecto que el psicoanálisis ofrece, para el AD, su mayor contribución, especialmente los estudios sobre el inconsciente realizados por Lacan.

Retomando los estudios de Freud, para quien el sujeto es fragmentado, dividido entre el consciente y el inconsciente y recurriendo a los estudios estructuralistas de Saussure y Jakobson, Lacan propone que el inconsciente se estructura como un lenguaje: constituido por una cadena de significantes¹², en el sentido saussuriano del término, y en que las palabras se posicionan sobre otras palabras.

Para trazer à tona seu material, Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, com uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. (MUSSALIM, 2001, p. 107)

En ese sentido, el inconsciente es el lugar de lo desconocido, de lo extraño, donde quedan los discursos del Otro: del padre, de la madre, de la familia, de la ley, de la religión, etc. En ese sentido, conforme señala Mussalim (2001), el sujeto es visto como una representación (del discurso del Otro), siendo, por lo tanto, del orden del lenguaje.

Los estudios de Lacan influyen en el AD no solamente porque presentan el sujeto como del orden del lenguaje, sino porque el sujeto es visto como heterogéneo (dividido, fragmentado, constituido a partir del Otro): el sujeto en Lacan no posee nada de substancial, el solo se define en relación al Otro y eso se da en el inconsciente.

Assim, o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a AD uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de trabalho ideológico não-consciente. (MUSSALIM, 2001, p. 110)

Mussalim (2001) afirma que el AD, fundamentado en el marxismo y concibiendo el discurso como una manifestación de la ideología decurrente de

¹² Saussure afirma que el signo lingüístico es compuesto por significado – el concepto – y significante – la imagen acústica. A ese respecto consultar el material de *Teoria da Linguística I*.

los modos de organización y de producción social, no podría concebir el sujeto como aquel que decide los sentidos y las posibilidades enunciativas del propio discurso.

El sujeto, en el AD, principalmente en su fase inicial, es visto como aquel que ocupa un lugar social y que, a partir de ese lugar social, enuncia. Así, es siempre inserido en un proceso histórico, que le permite determinadas inserciones y no otras. En otras, palabras, él es “sometido” por el lugar social en que está inserido y de donde habla.

Sometimiento – El sujeto no es libre para decir lo que quiere, pero es llevado, conducido a ocupar un lugar social determinado, sin que tenga consciencia de eso y, en ese sentido, está marcado por la ideología del lugar social en que se encuentra.

A partir del lugar social que ocupa, el sujeto enuncia, produce discursos. Así, reproduce, en su discurso, la ideología del lugar social en que se encuentra. En ese sentido, la noción de sometimiento, presentada por Pêcheux, propone que los sujetos se apropian de discursos ya existentes y los utilizan a partir de reglas ya existentes.

Sin embargo, el sujeto cree ser la fuente de su discurso y la ilusión de que él es el origen de los sentidos materializados en el discurso es necesaria para que este se constituya en cuanto sujeto.

Presente en los primeros estudios realizados por el AD, la noción de sometimiento (un sujeto inconsciente y fruto de la ideología del grupo social en el que está inserido), fue relativizada en los últimos años. Se defiende hoy que el sujeto no es totalmente sometido, tampoco es totalmente libre.

Actualmente, el sujeto es visto como parte actuante en el medio social, pero no puede ser considerado como origen y fin de la enunciación, como afirma Sales (2004). Se trabaja con la noción de que los sujetos se constituyen en el espacio interlocutivo y que ese espacio es un lugar que refleja normas y reglas instituidas, pero también los conflictos de los propios sujetos.

Como el discurso es lugar de conflicto, se crea espacio para que el sujeto realice desplazamientos de su papel y se contraponga al discurso ya instituido. Sin embargo, eso no implica que el discurso no tenga normas y no esté vinculado a determinaciones de naturaleza histórica e ideológica.

(...) reitero que no discurso de um sujeito estão presentes outros discursos, outras vozes, mas isso não impede que o sujeito seja capaz de fazer escolha e estabelecer estratégias. Desse modo, trabalharei aqui com a concepção de um sujeito ativo, que atua no

espaço interlocutivo, e, como tal, deve ser responsabilizado pelo uso que faz da linguagem. (SALES, 2004, p. 31)

Esa concepción de un sujeto activo, que se constituye en el lenguaje pero es influenciado por el lugar social (formación ideológica) en que se ubica, encuentra respaldo en los estudios del dialogismo de Bakhtin (ver capítulo anterior) y en el principio de la heterogeneidad del discurso y del sujeto, presentado por Authier-Revuz.

Recurriendo a los estudios de Bakhtin, Authier-Revuz identifica algunas formas de heterogeneidad mostradas en el discurso, formas que comprueban la heterogeneidad constitutiva de todo discurso, a ejemplo de las comillas y del discurso relatado en estilo directo o indirecto. Con eso, Authier demuestra que la heterogeneidad constitutiva del discurso y del sujeto se revela en el propio discurso a través de determinadas marcas de remisión de voces ajenas.

Para essa autora, se de um lado existe uma heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, por outro lado, têm-se formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva que irão compor a heterogeneidade mostrada (as formas do discurso relatado, o uso das aspas, os enunciados metadiscursivos). (SALES, 2004, p. 27)

Authier-Revuz concibe un sujeto que es al mismo tiempo descentrado e interpelado por el inconsciente, pero también socio histórico, determinado por la ideología. Según Sales (2004), a partir de esa visión de sujeto heterogéneo se puede percibir también que el discurso es heterogéneo, permeado por varios otros discursos. Sales concluye que esa concepción de sujeto da sustentación a los fundamentos teóricos del Análisis del Discurso.

EL AD Y LA ENSEÑANZA DE LENGUAS

El principio según el cual ni el lenguaje, ni los sentidos, ni los sujetos son transparentes, pero tienen su materialidad y se constituyen en procesos para los cuales la lengua, la historia y la ideología compiten conjuntamente, tiene implicaciones directas para la enseñanza de la lengua.

Eso significa, entre otras cosas, que la enseñanza de la lengua no debe ser desvinculada a las condiciones sociales e históricas en que la lengua es puesta en funcionamiento, a través de discursos. En ese sentido, el AD trae

grandes contribuciones para la enseñanza de la lengua y permite reflexionar sobre la manera como pensamos el lenguaje dentro y fuera del espacio del salón de clases.

Esas contribuciones se hacen notar, particularmente en la enseñanza de lectura y de producción textual, una vez que, resignificado el concepto de texto, es posible, consecuentemente, resignificar el concepto de lectura.

El AD no concibe la lengua como sistema abstracto, tampoco el texto como un producto acabado de un emisor para un receptor. Para el AD, conforme señalamos anteriormente, la lengua es vista a partir de su relación con un momento histórico determinado y el texto como un proceso de construcción de sentidos, histórica y ideológicamente situados.

En ese sentido, la lectura tampoco puede ser vista como mera decodificación de un mensaje producto de un emisor para un receptor, sino como un proceso de construcción de sentidos, altamente complejo, marcado por elementos de naturaleza contextuales e históricos.

A leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade. (ORLANDI, 1993, p. 9)

De la misma forma, la escritura no es un simple proceso de codificación de un mensaje, ni la mera transmisión de una idea, sino un proceso de construcción de sentidos que son histórica e ideológicamente determinados.

Orlandi (1993) afirma que, desde que se asuma una perspectiva discursiva sobre la lectura, algunos aspectos precisan ser considerados:

1 – el hecho de pensarse la producción de la lectura (la lectura es un proceso de producción de sentidos) y, consecuentemente, la posibilidad de mirarla como posible de ser trabajada (si no enseñada);

2 – el hecho de que la lectura, tanto como la escritura, forman parte del proceso de construcción de sentido(s);

3 – el aspecto de que el sujeto-lector (así como el sujeto productor) tiene sus especificidades y su historia;

4 – la noción de que tanto el sujeto como los sentidos son determinados histórica e ideológicamente;

5 – el hecho de que hay múltiples y variados modos de lectura; y

6 – la noción de que la vida intelectual está íntimamente relacionada a los modos y efectos de lectura de cada época y de cada segmento social.

La primera implicación para el proceso de enseñanza-aprendizaje de lectura es la constatación de que no existe un único sentido para un texto, o sea, de que no hay una única lectura para un texto. Los sujetos leen diferentemente el mismo texto, porque se relacionan de forma diferente con el texto, ya que son seres históricos, o sea, con historias de vida diferentes y ni siempre pertenecientes a las mismas formaciones discursivas.

Además de eso, es necesario considerar que el texto no es transparente y que ni todo está dicho en el texto. Como es un resultado de un proceso histórico e ideológico, el texto se constituye entre lo dicho y lo no dicho, lo explícito y lo implícito. Así, como afirma Orlandi (1993), cuando leemos, consideramos no solo lo que está dicho, sino también lo que está implícito: aquello que no está dicho y que también está significando.

En ese sentido, en la lectura de un texto, hay relaciones de sentidos que se establecen entre lo que él dice y lo que no dice, mas podría decir; y entre lo que él dice y lo que los otros textos dicen (ORLANDI, 1993).

Sin embargo, el hecho de haber lecturas posibles para un texto, no implica que ni toda lectura es posible. Como proceso histórico e ideológico, los sentidos de un texto están también determinados por la posición que ocupan aquellos que lo producen (tanto los sujetos que lo emiten como los sujetos que lo leen).

Se aprofundarmos mais nessas questões, veremos que a relação do discurso com as formações ideológicas – representadas nele pela sua inscrição em uma formação discursiva determinada que se define relativamente a outras formações discursivas – é que, em última instância, vai produzir as suas diferentes leituras. (ORLANDI, 1993, p. 12)

En otras palabras, las diferentes lecturas son producidas por la relación del discurso con las formaciones ideológicas (representadas en el texto por la su inscripción en una formación discursiva determinada).

Eso implica que la enseñanza de la lectura en la perspectiva discursiva va más allá de la simple decodificación y de lo que está explícito en la materialidad lingüística del texto. Él indaga lo no dicho y los sentidos implícitos, considerando

- a) lo que no está dicho en el texto, pero que, de cierta forma, sustenta lo que está dicho;
- b) todo aquello a lo que lo dicho se opone;
- c) la relación de lo que está dicho con otras manera de decir y con otros textos (intertextualidad);

d) y la relación del texto con su contexto social e histórico de producción, de circulación y de recepción y los sujetos que el constituye.

Por fin, es necesario que la enseñanza, en una perspectiva discursiva, lleve al alumno/lector a reflexionar que nadie lee en un texto lo que quiere, de la forma que quiere y para cualquiera. Como afirma Orlandi (1993), así como la formulación (emisión), la lectura (comprensión) también es controlada.

En ese sentido, solamente la referencia a la historia permite que se diga que determinada lectura es posible para un determinado texto, ya que en la multiplicidad de sentidos posibles que se atribuyen a un texto, existe una determinación histórica que hace que solo algunos sentidos sean “leídos” y otros no.



Presentamos, abajo, una actividad de lectura colectada de un material didáctico. Con base en lo que usted estudió en esta unidad, en las anteriores y en Teorías Lingüísticas I, identifique las concepciones de lengua y de lectura (estructuralista, gerativista o interaccionista o discursiva) que fundamentan esta actividad. Justifique su respuesta.

Cuando vayas la Madrid

A Madrid se puede llegar desde cualquier punto del mundo. Diariamente hay todo tipo de vuelos internacionales y una amplia cobertura de vuelos nacionales.

El aeropuerto de la capital es Barajas y se encuentra aproximadamente a unos 15 kms. del centro. A la salida encontraréis a los taxistas prestos a llevaros adonde digáis, y si en el estáis muy seguros de dónde ir, os aconsejarán desde pensiones hasta hoteles o bares. El servicio es bastante caro y en él se suelen cometer los mayores abusos y estafas. La mejor solución es pillar el autobús del aeropuerto, que los deja en Colón, en pleno centro de Madrid.

Situada en el centro de la Península, Madrid es la capital más alta de Europa. Su desarrollo ha sido lento hasta el siglo pasado.

Durante este siglo se ha rodeado de un cinturón de barrios residenciales con grandes arterias y avenidas. La más animada es la Gran Vía fundamentalmente comercial: allí hay bancos, cafeterías, hoteles, cines, salas de espectáculos...

Pero hay otro Madrid que participa de esa movida sin perder su encanto: es el Madrid de los Austrias, el Madrid Viejo, un núcleo de calles estrechas y concéntricas del siglo XVI.

Para saber qué se puede visitar en Madrid, lo ideal es que vayáis a la oficina de turismo, donde os darán toda clase de información, además de folletos explicativos sobre la ciudad.

J. GARCÍA, Maria de Los Ángeles & HERNANDEZ, Josephine Sánchez. **Español sin Fronteras**. S.Paulo: Scipione, 1997

Comprensión lectora

Coloca (V) verdadero el (F) falso:

1 – A Madrid se puede llegar desde cualquier punto del mundo a través de una amplia cobertura de vuelos nacionales. ()

2 – Barajas es el aeropuerto de Madrid y se encuentra aproximadamente la 15 Kms. del centro. ()

3 – Cuando sales del aeropuerto, lo mejor es coger un taxi, pues es más barato y los taxistas están prestos a dar todo tipo de información sobre hoteles, pensiones o bares.

()

4 – Si prefieres, puedes coger el autobús, en el aeropuerto de Barajas, que te llevará a la plaza Colón, en pleno centro de Madrid. ()

5 – Madrid, que es considerada la capital más alta de Europa, tuvo un gran desarrollo en el siglo pasado. ()

6 – El comercio en la Gran Vía es intenso: allí hay bancos, cafeterías, hoteles, cines, salas de espectáculos, etc. ()

7 – El Madrid de los Austrias el Madrid Viejo, con sus calles estrechas y concéntricas, también participa de la animación de la ciudad sin perder su encanto. ()

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palabras Incertas**: las coincidências del no dizer. Campinas, SP: Editora en la UNICAMP 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & Lectura**. 2ª ed. Son Paulo: Cortez / Campinas, SP: Editora de la Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **Análisis de discurso**: princípios y procedimientos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

MUSSALIM, Fernanda. Análisis del Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introducción à Lingüística**: domínios y fronteiras. V.2. 2ª ed. Son Paulo: Editora Cortez. 2001. p. 101 – 142.

SALES, Laurênia Souto. EL percurso de construcción de la autoria en produções de universitários (dissertação de mestrado en Letras – área Lingüística). Universidade Federal de la Paraíba, 2014.

4

Capítulo

**Luciane Alves Santos
Maria Alice Ribeiro Gabriel**

TEORIA DA LITERATURA II

PRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Caro (a) aluno (a),

Um significativo consenso acadêmico tem estabelecido a necessidade da Teoria da Literatura como parte das Ciências Humanas. Uma reação contra a sistematização da crítica científica nos estudos literários seria inaceitável hoje para a ciência convencional. A Teoria da Literatura ou Teoria Literária anuncia uma interessante posição na qual seus próprios procedimentos de autocrítica necessitam ser considerados perante as disciplinas com as quais se informa.

Assim, o presente curso se propõe uma visão geral sobre a história da construção da Narratologia, privilegiando as narrativas de ficção. Este material inicia-se pelas definições de prosa e poesia, narrativa e lírica, seguidas de algumas considerações essenciais sobre a arte de narrar. A segunda discorre sobre os elementos e estrutura da narrativa. A terceira parte apresenta as formas da narrativa, destacando o conto e a novela. A quarta parte aborda a crônica e o romance. Por fim, a quinta e última parte concentra-se nas diferentes abordagens críticas do texto literário: o New Criticism, a teoria formalista russa, o Estruturalismo, a crítica sociológica e os estudos pós-coloniais. Esperamos que o curso possa suscitar o interesse por novas leituras.

Bons estudos!

Unidade 1

ESTUDO DOS GÊNEROS: LÍRICA E NARRATIVA



“Las Hilanderas” (1657), de Diego Velázquez¹

Lírica e narrativa

Considerando a obra literária dentro dos domínios da ficção, todo texto literário é fruto da capacidade criadora da humanidade. A essa diversidade criadora, que atende diferentes leituras e ideologias, podemos definir algumas formas características que determinam os gêneros literários.

A conceituação e a divisão de gêneros originaram-se dos estudos de Platão e Aristóteles, que dividiram as produções literárias em Lírico, Épico e Dramático. Um gênero pressupõe uma forma histórica, legitimada pelos estudos da Teoria da Literatura. A tradição costuma subdividir os três grandes gêneros em espécies, também denominadas **formas**, existem as formas da Lírica, da Narrativa e do Drama. De acordo com o formalista russo Boris Tomachevski (1978), as classes particulares de obras (gêneros) são caracterizados por um agrupamento em torno dos procedimentos perceptíveis,

¹ Disponível em <https://www.museodelprado.es>

estes são chamados "traços do gênero". Estes traços podem ser muito diferentes e se relacionar em função de qualquer aspecto da obra literária.

Os traços do gênero são dominantes, isto significa que todos os outros procedimentos necessários à criação do conjunto artístico estão submissos a ele. O procedimento dominante é chamado *a dominante*. O conjunto das dominantes representa o elemento que autoriza a formação do gênero. Devido ao entrecruzamento desses traços, a classificação dos gêneros não segue um critério único, portanto, torna-se complexa. As obras distribuem-se em vastas classes que, por seu lado, diferenciam-se em modelos e espécies. Assim, cada texto se define em função de elementos organizacionais que lhe são característicos, entretanto, não existem barreiras ou fronteiras definidas, pois uma boa obra literária pode participar dos três gêneros, sendo, portanto, classificada (para fins de estudo) por seus dominantes.

O crítico português Vitor Manuel de Aguiar e Silva apresenta distinções entre essas formas de expressão literária. Para atendermos à proposta deste material, nos concentraremos nas formas da Lírica e da Narrativa.

A lírica se distingue fundamentalmente da narrativa por não representar o mundo exterior e objetivo, nem mesmo a interação do homem com esse mesmo mundo. A poesia lírica não se apegua à descrição do real. É próprio da natureza lírica a interiorização do sujeito, a fim de potencializar a criação literária. Hegel, em *Curso de Estética*, que tem por motivação determinar e discutir a essência da arte, apresenta uma relevante consideração: “a poesia é adequada a todas as formas do belo e se estende sobre todas elas, porque seu autêntico elemento é a bela fantasia, e a fantasia é necessária para toda a produção da beleza, seja qual for a Forma a que pertença” (2001, p. 102-103).

Já a narrativa representa o mundo objetivo e a ação do homem considerada nas suas relações com as esferas da realidade. Nesse sentido, “manifesta-se na narrativa uma necessária polaridade entre o narrador e o mundo objetivo, perfeitamente antagônica da atitude lírica” (SILVA, 1973, p. 234). Narrar pressupõe apresentação de personagens em determinada situação e espaço. O desenvolvimento das ações dessas personagens produz uma série de acontecimentos, de modo a representar a interação entre o homem e o meio em que vive. O interesse na realidade exterior passa a ser o foco do narrador que se interessa pelo mundo físico. Trata-se, então, na visão

de Massaud Moisés (1971, p. 54-55), de uma **equação objetiva**, visto que o polo reside no objeto e não no sujeito. Resulta dessa observação um mundo organizado, dentro de uma lógica que obedece a princípios estéticos.

Embora a narrativa privilegie o sujeito voltado para o exterior, assim como na lírica, a conduta do “eu” narrativo continua a ser subjetivista, já que o mundo é filtrado por suas lentes e interpretações desse mesmo mundo. É considerável que poesia e prosa, lírica e narrativa, caminhem juntas na mesma composição literária, a exemplo do texto abaixo, de Mário Quintana (1994, p.184):

Desespero

Não há nada mais triste do que o grito de um trem no silêncio noturno. É a queixa de um estranho animal perdido, único sobrevivente de alguma espécie extinta, e que corre, corre, desesperado, noite em fora, como para escapar à sua orfandade e solidão de monstro.

O poema explora o sentimento interior, sem, no entanto, renunciar à sua aproximação com a realidade exterior. A perfeita associação do ritmo, da harmonia e da interpretação subjetiva da realidade suscita o cruzamento dos gêneros lírico e narrativo, que se encontram e se completam.

Leitura complementar

Los estudios literarios. Teoría, crítica e historia literaria

Los estudios literarios actuales tienen su antecedente remoto en la Retórica y en la Poética, que fueron las disciplinas que, como veremos en el capítulo siguiente, han cubierto a través de los siglos de nuestra cultura occidental el espacio de lo que hoy llamamos Teoría de la literatura.

Sus antecedentes inmediatos se encuentran en el siglo XIX y son hijos del Romanticismo. En el siglo XVIII, las observaciones que había legado Aristóteles en su *Poética* y Horacio en la *Epístola a los Pisones* se mantenían fosilizadas e incluso transformadas en una normativa rígida, en una férrea preceptiva que nunca estuvo en la mente de los autores clásicos invocados como autoridades. El supuesto que estaba en el trasfondo era éste: si determinados autores han conseguido un discurso artístico (o brillante) con determinados procedimientos que se han podido inventariar a partir precisamente de los resultados, bastará configurar unas recetas con dichos procedimientos para que el que las aplique tenga la certeza de éxito. Se trata del principio de imitación del clásico.

Las poéticas y las retóricas se transformaron en las preceptivas o recetarios de normas para lograr un discurso artístico. Como inercia escolar, siguieron hasta bien entrado el siglo XX. En cambio, fueron barridas del mundo intelectual con el clima romántico del XIX que se negaba a encorsetar la capacidad creadora en moldes preestablecidos. De todos modos, la experiencia acreditó siempre lo estéril del principio de la imitación de autores como fuente de arte. El significado del discurso se forja en su contexto y situación, de modo que para lograr lo mismo muchas veces hay que hacer “otra cosa”. La literatura no se fabrica mecánicamente. (...)

La crítica literaria, en general, es la disciplina de carácter analítico que se aplica a una obra en particular o a un conjunto de obras de un autor, una obra o un género. En este sentido se relaciona con la teoría de la literatura como cara y cruz de una misma moneda. (...) En la medida en que la crítica establezca conclusiones acerca de una obra, las establecerá en virtud de determinados supuestos (implícitos o explícitos) que presuponen una cierta teoría. Pero, cuando la crítica hace el análisis de un texto literario, ofrece materiales para poder abstraer, a partir de lo concreto, principios generales de la construcción literaria, o sea, teoría.

GARRIDO GALLARDO, Miguel Ángel. Nueva introducción a la teoría de la literatura Miguel Ángel Garrido; con la colaboración de Antonio Garrido y Ángel García Galiano. Madrid: Editorial Síntesis (Teoría da Literatura y Literatura Comparada), 2004, p. 29-31.

Narrativas - a arte de contar histórias



“A infância de Raleigh” (1870), de John Everett Millais²

Desde o momento da aquisição da linguagem, o ser humano segue seu impulso básico: ouvir e contar histórias. Essa competência, dos domínios da convivência e da oralidade, é inerente ao homem que, em todas as sociedades, utilizou esse artifício da linguagem como forma de expressão dos sentimentos e apreensões cotidianas, para relatar infinitas histórias que envolvem o mito, o sagrado e o profano. Esse emaranhado de fios narrativos, alinhavados no passado, se inscreveram no inconsciente coletivo como forma de conhecimento. Segundo o filósofo Walter Benjamin, narrar oralmente, transmitindo sabedoria e experiência, é uma “forma artesanal de comunicação”.

O ato de narrar está associado ao patrimônio de sociedades tradicionais, onde ocupa espaço privilegiado na organização social com a intenção de sedimentar valores e garantir a transmissão da cultura de uma geração a outra. O filósofo francês Roland Barthes (1971, p. 19) afirmou que a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a arte da narrativa se confunde com a própria história da humanidade; todos os

² Disponível em: en.wikipedia.org/wiki/The_Boyhood_of_Raleigh

segmentos sociais, todos os grupos humanos carregam em suas narrativas elementos que são apreciados por diferentes culturas.

Para Paul Zumthor (1985, p. 4) o que conhecemos como tradição oral de grupos sociais são intercâmbios de experiências ligadas a comportamentos mais ou menos codificados, de modo que a finalidade seja sempre a de assegurar a transmissão de uma determinada concepção de vida e de uma experiência coletiva, elemento essencial para a subsistência do homem.

A arte da transmissão oral não implica a ausência da escrita, e sim a existência de diferentes culturas e variadas composições de repertórios. Nesse caminho, textos fundadores de obras literárias, como *A epopeia de Gilgamesh*³, ainda que divulgados por rudimentos da escrita, são, certamente, oriundas do mundo da oralidade, da memória reprodutiva de uma coletividade.

É relevante que a oralidade seja a matriz da grafia, como forma de fixar e perpetuar a cultura. Com o passar do tempo, a arte dos contadores de histórias, dos aedos e dos trovadores sofre profundas mutações e, progressivamente, surge a necessidade de registrar e coletar todo o patrimônio oral universal, que corre o risco de desaparecer face à ascensão da cultura letrada. O tradicionalista Hampâté Bâ⁴, no legítimo reconhecimento das culturas ancestrais, da qual ele provém, considera que, na África, cada velho que morre é uma biblioteca que queima. A tradição da narrativa oral se estendeu por gerações e gerações, atravessou séculos e fronteiras para se estabelecer como um ramo ativo da literatura.

No âmbito da cultura literária, o crítico Jonathan Culler defende que o público leitor apresenta clara preferência por textos narrativos, isso se explica porque “as histórias (...) são a principal maneira pela qual entendemos as coisas, quer ao pensar em nossas vidas como uma progressão que conduz a algum lugar, quer ao dizer a nós mesmos o que está acontecendo no mundo” (1999, p. 84).

³ *A epopeia de Gilgamesh* foi a primeira obra literária que se tem conhecimento, as versões mais antigas datam de 2500 a.C.

⁴ Amadou Hampâté Bâ (1901 – 1991), escritor malinês, foi um dos grandes mestres da tradição oral africana.

Unidade 2

ELEMENTOS E ESTRUTURA DO TEXTO NARRATIVO



“Leyendo en el jardín” (1895), de Joaquín Sorolla⁵

O estudo das narrativas de ficção e não-ficção denomina-se Narratologia, termo proposto por Tzvetan Todorov para situá-la como um campo de estudo dentro da Teoria Literária. Numa narrativa, costuma-se passar de um estado inicial de equilíbrio para um estado final em que, depois de uma série de fatos e acontecimentos, se restabelece o equilíbrio (diferente ou não do equilíbrio inicial). Dessa forma, é comum que um texto narrativo apresente a seguinte estrutura:

- **APRESENTAÇÃO** ou situação inicial - É a parte do texto em que são apresentados alguns personagens e expostas algumas circunstâncias da história, como o momento e o lugar em que a ação se desenvolverá. Cria-se, assim, um cenário e uma marcação de tempo para os personagens iniciarem suas ações. Atente para o fato de que nem todo texto narrativo tem esta primeira parte: há casos em que já de início se mostra a ação em pleno desenvolvimento.

⁵ Disponível em: <http://pt.wahooart.com/@/9GEQ29-Joaquin-Sorolla-Y-Bastida-En-el-jardin>

- **COMPLICAÇÃO** - Situação de desequilíbrio, ocorrência de um elemento que irrompe no texto abalando a situação inicial. É a parte do texto em que se inicia propriamente a ação, por algum motivo, acontece alguma coisa ou algum personagem toma uma atitude que dá origem a transformações no estado inicial, que podem ser expressas em um ou mais episódios. Encadeados, esses episódios se sucedem, conduzindo ao clímax.
- **CLÍMAX** - É o ponto da narrativa em que a ação atinge seu momento crítico, tornando inevitável o desfecho.
- **DESFECHO ou desenlace** - É a solução do conflito conduzido pelas ações dos personagens. Restabelece-se o equilíbrio, podendo haver espaço para uma avaliação de tudo que foi narrado.

Quanto aos elementos que constituem a narrativa, destacam-se:

1. **AÇÃO**: o ponto de partida para a análise de uma obra de ficção pode ser a ação, a soma dos gestos e atos que compõem o enredo ou a história.
 2. **TEMPO**: o tempo em que se desenvolve a ação pode ser cronológico ou psicológico.
- **O tempo cronológico**: pode ser marcado pelo relógio, há um desenrolar de fatos que segue uma sequência temporal.

Exemplo de tempo cronológico:

I. *Não estando ele em casa às seis horas em ponto, os criados deveriam pôr o jantar para os amigos. Houve protestos; não, senhor, esperariam até sete ou oito horas. Um jantar sem ele não tinha graça.*

Machado de Assis, *Quincas Borba*.

II. *Procure aproveitar como preciosíssimas as partes mínimas do tempo, e não lhe faltará para os estudos, e tantos exercícios.*

Padre Manuel Bernardes, *Nova Floresta*.

- III. *A um tempo toda a raça goda, soltas as rédeas do governo, começou a inclinar o ânimo para a lascívia e soberba.*

Monge de Silos, *Chronicon*, c. 2.

- **O tempo psicológico:** A manifestação dos estados internos conduz ao conceito de **tempo psicológico** ou de **tempo vivido**, também chamado, segundo Benedito Nunes, de *duração interior*. Trata-se de experiências temporais que não podem ser medidas, aparecem principalmente em narrativas introspectivas. “Uma hora pode parecer-nos tão curta quanto um minuto se a vivemos intensamente; um minuto pode parecer-nos tão longo quanto uma hora se nos entedíamos” (NUNES, 2013, p. 19).

Exemplo de tempo psicológico:

- I. *Ao contrário, a ânsia de ir ao Flamengo, à noite, vinha tornar as horas mais arrastadas. Era cedo, cedo para tudo, para ir à Rua do Ouvidor, para voltar a Botafogo.*

Machado de Assis, *Quincas Borba*.

- II. *Fará somente vinte e quatro horas que me deixaram aqui derreado? Somo: vinte e quatro, quarenta e oito, setenta e duas. Talvez uns três dias. Isto, setenta e duas horas. Os chinelos desapareceram: ficarei provavelmente um mês, dois meses. Multiplico: sessenta dias, mil quatrocentos e quarenta horas. Fatigo-me, e a conta se multiplica, ora apresenta um resultado, ora outro. Convenço-me afinal de que são mil quatrocentos e quarenta horas. É bom que a ferida se agrave e me mate logo. Dois meses de tortura, um tubo de borracha atravessando-me as entranhas, visões pavorosas, os queixumes dos indigentes que se acabam junto ao homem dos esparadrapos. Duas mil oitocentas e oitenta vezes o relógio caduco de peças gastas rosará, ameaçando-me com acontecimentos funestos. Sessenta dias de imobilidade, o pensamento a emaranhar-me em cipoais obscuros.*⁶



Graciliano Ramos. *O relógio do hospital*.

⁶ A figura dos relógios refere-se à pintura “La persistencia de la memoria”, conocido también como “Los relojes blandos” (1931) Salvador Dalí. The Museum of Modern Art, New York/Scala, Florence Disponível em: <http://www.salvador-daali.org>

3. **ESPAÇO:** por espaço, compreende-se o lugar, o espaço físico onde se desenvolve a ação.

Estabelecendo por algum tempo a corte em Guimarães, novo monarca visitou sucessivamente vários daqueles distritos, recolhendo-se a Coimbra, ainda então considerada como capital da monarquia, nos fins de julho de 1248.

Alexandre Herculano, *História de Portugal*.

4. PERSONAGENS

Orlando Pires (1985, p. 130) descreve a criatura ficcional como, na maioria das vezes, imitação do ser humano. Entretanto, há inúmeros exemplos na literatura que ampliam esse conceito. Podemos citar a cadela Baleia, da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e o próprio espaço como protagonista, assim como o cortiço onde vivem os personagens da obra de Aluísio Azevedo, *O cortiço*. É preciso ter em mente que, nessas situações específicas, esses seres pensam, agem e sentem como seres humanos, assumem, portanto, formas antropomorfizadas. Quanto à função que desempenham na narrativa, as personagens podem ser:

- a) **Protagonista:** é o personagem principal da narrativa. É apresentado, normalmente, na situação inicial. No decorrer do texto, ele tem uma missão a cumprir. Ao final da narrativa, o herói evolui, suas experiências são enriquecidas.
- b) **Antagonista** (ou antagonismo) é o elemento que cria o elemento de tensão, opondo-se à evolução do protagonista. É importante ressaltar que o antagonismo pode assumir formas variadas, como, por exemplo, situações que impedem a ascensão do herói. Orlando Pires destaca duas forças antagônicas comuns nos exemplares literários: internas e externas. As forças internas atuam como elementos próprios dos indivíduos: traumas, caráter duvidoso, complexos psicológicos, etc. Por outro lado, as externas atuam involuntariamente, assim como as forças ambientais, mazelas sociais e, também, o próprio Destino.

- c) **Secundário ou coadjuvante:** é um personagem que auxilia o herói em sua busca. Seu amparo pode se dar por meio de objetos materiais, conselhos ou como defensor ao lado do protagonista.

Observação:

O personagem pícaro

A palavra pícaro apareceu pela primeira vez em 1525, na Espanha. O nome de literatura picaresca, ou novela picaresca, designa um gênero particular na literatura espanhola clássica dos séculos XVI e XVII. Esse tipo de narrativa caracterizava-se pela pintura, muitas vezes cômica dos costumes dos protagonistas anti-heróis, miseráveis, capazes de atitudes pouco nobres para garantir sua sobrevivência. Exemplar dessa espécie é Lazarillo de Tormes, célebre protagonista pícaro que inaugura a linhagem dos anti-heróis que ilustram a literatura universal.

La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades

Anónimo

Tratado primero

Cuenta Lázaro su vida y cuyo hijo fue

Pues sepa Vuestra Merced, ante todas cosas, que a mí llaman Lázaro de Tormes, hijo de Tomé González y de Antonia Pérez, naturales de Tejares, aldea de Salamanca. Mi nacimiento fue dentro del río Tormes, por la cual causa tomé el sobrenombre; y fue de esta manera: mi padre, que Dios perdone, tenía cargo de proveer una molienda de una aceña que está ribera de aquel río, en la cual fue molinero más de quince años; y, estando mi madre una noche en la aceña, preñada de mí, tomóle el parto y parióme allí. De manera que con verdad me puedo decir nacido en el río.

Obra completa disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-vida-de-lazarillo-de-tormes-y-de-sus-fortunas-y-adversidades--0/html/fedb2f54-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#I_2_. Acesso em 20 dez/2014.

5. **PONTO DE VISTA DO NARRADOR (FOCO NARRATIVO)**: toda história é narrada sob um ponto de vista, isto é, um ângulo de visão utilizado para contar a história. Esse enfoque é chamado de **foco narrativo**. O ponto de vista escolhido pode ser:

- a) **Narrador-personagem**: narrador que conta a história da qual participa de alguma forma. Ele é, assim, narrador e personagem ao mesmo tempo e conta a história em 1ª pessoa.

Explico ao senhor: o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco (...) Mas, não diga o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão Veredas*.

- b) **Narrador-observador**: narrador que conta a história como alguém que a observa. Revela ao leitor apenas os fatos que consegue observar; nada mais sabe além daquilo que pode ver. Conta a história em 3ª pessoa.

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômoros escavados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos disjuntados-de sorte que as chapadas grandes, entremeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor. Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra. E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfixiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombrador da seca.

Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

- c) **Narrador-onisciente** (do latim *oni* + *sciente*/ tudo sabe) – Esse narrador tem domínio completo sobre o enredo e as personagens. Observa o que ocorre, revela os sentimentos e pensamentos íntimos das personagens. Sabe, inclusive, o que as personagens não sabem. Também narra em 3ª pessoa e muitas vezes sua voz se confunde com os pensamentos da personagem (discurso indireto livre).



I. tinha suspirado, tinha beijado o papel devotamente! Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas sentimentalidades, e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas, como um corpo ressequido que se estira num banho tépido; sentia um acréscimo de estima por si mesma, e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, onde cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo condizia a um êxtase, e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações!

Eça de Queirós, *O primo Basílio*.

A Carta" (1891), de Pierre Auguste de Renoir⁷

- I. Dona Quinota não se importava com a aspereza do ano inteiro. Com ela era ali no duro - trabalho, trabalho e mais trabalho. O ordenado das empregadas, na verdade, era uma pouca-vergonha que a polícia devia pôr um paradeiro. Não punha. Vivía metida com a maldita da política. Falta duma boa revolução!... Ah, se ela fosse homem!... Enquanto a revolução não vinha para botar tudo nos eixos, obrigando-a a endireitar as empregadas, fazia de criada - cozinhava, varria, cosia. Encerava a casa também, aos sábados, depois que disseram pelo rádio ser higiênico e muito econômico.*
- Marques Rebelo, *Uma senhora*.

O texto poético também pode conter narrativas. Os poemas “O caso do vestido” e “Morte do leiteiro” de Carlos Drummond de Andrade são exemplares. Observe a presença de elementos narrativos no samba “Apaga o fogo Mané” de Adoniran Barbosa:

⁷ Disponível em: <http://www.pierre-auguste-renoir.org>

<i>Inez saiu dizendo que ia comprar um pavio pro lampião</i>	<i>Procurei no Hospital e no xadrez</i>
<i>Pode me esperar Mané</i>	<i>Andei a cidade inteira</i>
<i>Que eu já volto já</i>	<i>E não encontrei Inez</i>
<i>Acendi o fogão, botei a água pra esquentar</i>	<i>Voltei pra casa triste demais</i>
<i>E fui pro portão</i>	<i>O que Inez me fez não se faz</i>
<i>Só pra ver Inez chegar</i>	<i>E no chão bem perto do fogão</i>
<i>Anoiteceu e ela não voltou</i>	<i>Encontrei um papel</i>
<i>Fui pra rua feito louco</i>	<i>Escrito assim:</i>
<i>Pra saber o que aconteceu</i>	<i>-Pode apagar o fogo Mané que eu não</i>
<i>Procurei na Central</i>	<i>volto mais</i>

Leitura complementar

Fragmento del prólogo de *La Regenta* – novela de Leopoldo Alas Clarín

Creo que fue Wieland quien dijo *que los pensamientos de los hombres valen más que sus acciones, y las buenas novelas más que el género humano*. Podrá esto no ser verdad; pero es hermoso y consolador. Ciertamente, parece que nos ennoblecemos trasladándonos de este mundo al otro, de la realidad en que somos tan malos a la ficción en que valemos más que aquí, y véase por qué, cuando un cristiano el hábito de pasar fácilmente a mejor vida, inventando personas y tejiendo sucesos a imagen de los de por acá, le cuesta no poco trabajo volver a este mundo. También digo que si grata es la tarea de fabricar género humano recreándonos en ver cuánto superan las ideales figurillas, por toscas que sean, a las vivas figuronas que a nuestro lado bullen, el regocijo es más intenso cuando visitamos los talleres ajenos, pues el andar siempre en los propios trae un desasosiego que amengua los placeres de lo que llamaremos creación, por no tener mejor nombre que darle. (...)

Hermoso es que las obras literarias vivan, que el gusto de leerlas, la estimación de sus cualidades, y aun las controversias ocasionadas por su asunto, no se concreten a los días más o menos largos de su aparición. Por desgracia nuestra, para que la obra poética o narrativa alcance una longevidad

siquiera decorosa no basta que en sí tenga condiciones de salud y robustez; se necesita que a su buena complexión se una la perseverancia de autores o editores para no dejarla languidecer en obscuro rincón; que estos la saquen, la ventilen, la presenten, arriesgándose a luchar en cada nueva salida con la indiferencia de un público, no tan malo por escaso como por distraído. El público responde siempre, y cuando se le sale al encuentro con la paciencia y tranquilidad necesarias para esperar a las muchedumbres, estas llegan, pasan y recogen lo que se les da. No serían tan penosos los plantones *aguardando el paso del público*, si la Prensa diera calor y verdadera vitalidad circulante a las cosas literarias, en vez de limitarse a conceder a las obras un aprecio compasivo, y a prodigar sin ton ni son a los autores adjetivos de estampilla. Sin duda corresponde al presente estado social y político la culpa de que nuestra Prensa sea como es, y de que no pueda ser de otro modo mientras nuevos tiempos y estados mejores no le infundan la devoción del Arte. Debemos, pues, resignarnos al plantón, sentarnos todos en la parte del camino que nos parezca menos incómoda, para esperar a que pase la Prensa, despertadora de las muchedumbres en materias de arte; que al fin ella pasará; no dudemos que pasará: todo es cuestión de paciencia. En los tiempos que corren, esa preciosa virtud hace falta para muchas cosas de la vida artística; sin ella la obra literaria corre peligro de no nacer, o de arrastrar vida miserable después de un penoso nacimiento. Seamos pues pacientes, sufridos, tenaces en la esperanza, benévulos con nuestro tiempo y con la sociedad en que vivimos, persuadidos de que uno y otra no son tan malos como vulgarmente se cree y se dice, y de que no mejorarán por virtud de nuestras declamaciones, sino por inesperados impulsos que nazcan de su propio seno. Y como esto del público y sus perezas o estímulos, aunque pertinente al asunto de este prólogo, no es la principal materia de él, basta con lo dicho, y entremos en *La Regenta*, donde hay mucho que admirar, encanto de la imaginación por una parte, por otra recreo del pensamiento.

GALDÓS, B. Péres. Prólogo. In: CLARÍN, Leopoldo Alas. *La Regenta*. Disponible em: www.dominiopublico.es/.../Leopoldo%20Alas%20Clarín%20-%20La%20R...

Unidade 3

O CONTO E A NOVELA



“Leitura” (1892), de Almeida Júnior⁸

FORMAS DA PROSA

Conto

A palavra conto, em uma das hipóteses, tem sua origem no latim *compūtus*, procedente do verbo **contar** (*computare*) – enumeração de objetos até passar a significar “enumeração de acontecimentos”. Esse conceito designa narrativas de fatos imaginários, ficcionais, e se consolidou, a partir do século XVI, como um gênero literário.

O conto se caracteriza por uma narrativa ficcional geralmente breve que relata ações, provas e peripécias vividas por um personagem ou, mais raramente, um grupo de personagens. A intriga é linear e resume-se a um núcleo narrativo. Todas as ações devem convergir para o desfecho, momento em que se revela o enigma. Ao abordar algumas teses sobre o conto, Ricardo Piglia nos lembra que “o conto é construído para revelar artificialmente algo que estava oculto. Reproduz a busca sempre renovada de uma experiência única que nos permite ver, sob a superfície opaca da vida, uma verdade secreta” (2004, p. 94).

⁸ Disponível em <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=A&cd=2335>

As raízes do conto literário

O conto literário é herdeiro direto do conto popular, de tradição oral e, na maioria das vezes, anônima. Em alguns estudos, considera-se o nascimento do conto milhares de anos antes do nascimento de Cristo. O mesmo não ocorre com o conto erudito, que é identificado por seus autores e também pelo contexto em que foi produzido. No panorama literário, o conto assumiu múltiplas formas e, dos contos de fadas aos contos contemporâneos, um longo caminho foi percorrido. Sua permanência em todas as épocas atesta a riqueza e predileção que exerceu como forma narrativa para leitores de todas as idades.

Desde a Antiguidade Clássica, os traços do conto (das formas de contar) estão presentes em variadas produções, são relatos embrionários do gênero obras como *Satíricon*, de *Petrônio*, *Metaformoses*, do escritor latino Lucio Apuleio, as fábulas de Esopo e Fedro, *A casa Mal-Assombrada*, de Plínio, e várias outras. Mas é do Oriente, da Pérsia e da Arábia, que surgem os exemplares mais representativos dos contos. Um dos clássicos que tem resistido a todas as barreiras do tempo são as maravilhosas histórias narradas por Sherazade em *As Mil e Uma Noites*, que descreve fantásticas aventuras de *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa*, *Simbad, o Marujo* e *Ali-Babá e os Quarenta Ladrões*. São narrativas encadeadas que revelam o mundo exótico e espetacular do Oriente, repleto de metamorfoses, erotismo, objetos mágicos e muitas aventuras. Essas histórias “correspondem ainda hoje ao melhor que se criou em matéria de conto” (MOISÉS, 1971, p.111).

Duas obras alcançaram decisiva influência no desenvolvimento do conto: Chaucer, com os contos satíricos de *Canterbury Tales* (1340-1400) e o florentino Giovanni Boccaccio, com a obra *Decameron* (1348-1353). Esses foram, na Europa, os primeiros escritores a integrar elementos da cultura popular em suas obras e a divulgar os traços formais do conto literário.

Para Massaud Moisés, somente a partir do século XVI a palavra conto passou a ser empregada em sentido específico. Nesse período, surge o primeiro contista em Língua Portuguesa, Gonçalo Fernandes Trancoso, com a obra *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, publicado em 1575. Desse

momento em diante, a palavra conto tem assegurada sua presença nos domínios da literatura. No ano de 1694, o termo *passa a* integrar o *Dictionnaire de l'Académie* com a seguinte definição: “narrativa de aventura, seja verdadeira, seja fabulosa, seja séria”.

As publicações se tornam constantes e arte do conto se expande na Europa, de oral ele passa ao escrito e se torna literário. Charles Perrault, na França, em 1694, publica *Pele de asno*, lançando, assim, as bases de um novo estilo: o conto de fadas. Após o sucesso de *Pele de Asno*, em 1697, Perrault apresenta *Histoires ou contes du temps passé avec des moralités*, o conhecido *Contos da Mamãe Gansa*, livro que constava de oito histórias extraídas de fontes orais. As inúmeras publicações que se seguem, na Europa, confirmam o fortalecimento do conto, como atesta André Jolles:

Pouco depois da publicação dos contos de Perrault, narrativas do mesmo gênero inundaram a França e o resto da Europa. Podemos dizer sem temor que o gênero vai dominar toda a literatura do começo do século XVIII e substituir, por um lado, a grande narrativa do século XVII, o romance; e, por outro lado, tudo o que ainda restava da novela toscana (1976, p.191).

No século XIX, o conto se torna um gênero vigoroso, de incontestável valor literário, e cultivado por célebres escritores da época: Honoré de Balzac, Guy de Maupassant, Edgar Allan Poe, E.T.A Hoffman, Charles Dickens, Hans Christian Andersen, Anton Tcheckov e muitos outros se tornaram mundialmente famosos no gênero. Entre as análises e críticas literárias, parece consenso a consagração do escritor norte-americano Edgar Allan Poe como precursor do conto moderno, além de deter a primazia, nos Estados Unidos, do gênero conto policial e detetivesco com *Os Crimes da Rua Morgue*, publicado em 1841. No Brasil, não podemos deixar de mencionar Machado de Assis, autor de grande quantidade de contos que se tornaram de inestimável valor literário.

A partir do século XX, o conto tomou outros rumos, se consolidou como gênero e tem se demonstrado rico e variado. Na América Latina, foram inúmeros os contistas que contribuíram para a difusão do conto como categoria narrativa de mais alto nível. Apenas a título de exemplo, citamos Jorge Luís

Borges (Argentina), Gabriel Garcia Márquez⁹ (Colômbia), Alejo Carpentier (Cuba), Augusto Roa Bastos (Paraguai), Juan Rulfo (México), Julio Ramón Ribeyro (Peru), Mario Vargas Llosa (Peru), Clarice Lispector (Brasil), Lygia Fagundes Teles (Brasil), Roberto Bolão (Chile), Julio Cortázar (Argentina) dentre outros.

A estrutura do conto

A estrutura do conto deve ser simples, a narrativa em sequência lógica e linear se apoia no encadeamento de ações e peripécias vividas pelo protagonista. A intriga se constitui sempre pelo mesmo esquema narrativo: um mundo ordenado que é abalado por um elemento perturbador. Dessa forma, o texto é motivado pela busca do equilíbrio inicial, que mantém o herói em constante confronto com seus obstáculos.

Em relação a elementos estruturais fundamentais, como o tempo e espaço, o ensaísta e ficcionista argentino Júlio Cortázar afirmou que o contista não pode proceder cumulativamente, pois tempo e espaço devem ser condensados, “submetidos a uma alta pressão espiritual e formal” (2011, p. 152). Um bom conto, define Cortázar, é aquele que manifesta desde as primeiras palavras ou cenas a tensão necessária para “sequestrar” o leitor. Proposta similar foi apresentada, em 1842, por Edgar Allan Poe. O contista investiu na tese da unidade de efeito, ou seja, todas as partes do conto devem convergir para um estado de excitação que não deve se estender, o efeito esperado reside justamente no equilíbrio da tensão dentro de um curto espaço de tempo. “No conto breve, o autor é capaz de realizar a plenitude de sua intenção, seja qual ela for. Durante a hora da leitura atenta, a alma do leitor está sob controle do escritor” (POE apud GOTLIB, 1987, p. 34).

⁹ Prêmio Nobel da Literatura no ano de 1982.

Tipos de contos

- **O conto maravilhoso**

A palavra “maravilhoso” deriva do latim *mirabilia* – tem como definição as coisas admiráveis que causam espanto ou admiração. O termo, uma vez incorporado à literatura, representa ações que transgridem as leis naturais que regem o mundo. Para Irlemar Chiampi (1980, p. 48) “Maravilhoso é o “extraordinário”, o “insólito”, o que escapa ao curso ordinário das coisas e do humano.” Partindo dessas definições, pode-se inferir que o universo literário engendrado pelo maravilhoso permite o mergulho em uma realidade paralela que não rivaliza com o mundo natural; ao contrário, trata-se da suspensão do mundo cotidiano, ordinário e banal, para a aceitação de elementos sobrenaturais, intrigantes e fabulosos que intervêm sem explicações num mundo já concebido como irreal. As primeiras manifestações do conto maravilhoso remontam a séculos e se confundem com a própria origem da literatura. Os mais célebres exemplares do conto maravilhoso vêm do Oriente, como as histórias de *As Mil e Uma Noites*.

- **Conto de fadas**

Costuma-se filiar os contos de fadas a uma das variedades do Maravilhoso. Isso se dá porque não há nada que possa surpreender os personagens ou o leitor; tudo gira em torno de um pacto criado pela fantasia. Assim, dragões sequestram princesas, fadas interferem no desenrolar dos fatos, princesas dormem até que sejam despertadas por príncipes encantados. Esse é o mundo do Maravilhoso, onde tudo pode acontecer. O Maravilhoso é o sobrenatural que intervém sem explicações num mundo já concebido e aceito como irreal. A expressão “era uma vez” faz com que se entre, desde o início, em um outro mundo, que não se considera existente.

De acordo com Nelly Novaes Coelho, o conto de fadas é de natureza espiritual/ ética/ existencial. Decorre daí a palavra *fada*, cujo nome vem do latim

fatum = destino (2013, p. 173). Assim, o conto pode adquirir uma dimensão simbólica, pois a busca do protagonista pode se tornar um elemento de aprendizagem. Tal fato caracteriza o conto de fadas por seu aspecto didático, mediador de uma essência humana essencialmente marcada pela constante reflexão.

- **O conto fantástico**

O conto fantástico constitui uma herança das lendas ancestrais e dos contos maravilhosos. Entretanto, dentre a crítica literária especializada, ressaltam-se os estudos do búlgaro Tzetzan Todorov, apontou clara distinção entre esses gêneros. Em *Introdução à Literatura Fantástica*, Todorov foi um dos primeiros a sistematizar os caminhos da narrativa fantástica e estabelecer definitivamente as bases do gênero. De acordo com o autor, existe uma clara fronteira entre as narrativas de natureza maravilhosa e aquelas que têm em seu núcleo os elementos do fantástico. No universo do maravilhoso, os elementos sobrenaturais não provocam qualquer reação particular nem nas personagens, nem no leitor implícito. Não é uma atitude para com os acontecimentos narrados que caracteriza o maravilhoso, mas a própria natureza desses acontecimentos.

A intenção de Todorov em explicitar o maravilhoso como um gênero vizinho ao Fantástico provém da necessidade de afirmar uma tipologia que enquadra as narrativas exclusivamente fantásticas, pois, como esclarece o crítico, existe no corpo do texto uma situação que garante sua fantasticidade e o distancia dos demais gêneros. A narrativa fantástica incide no questionamento da realidade, há um acontecimento insólito que irrompe gerando uma inquietante desrazão que abala a compreensão do fatos, portanto, há a hesitação, ponto culminante do motivo fantástico. Nesse sentido, o conto fantástico caracteriza-se pela descrição da vida cotidiana que é desestruturada pelo aparecimento de uma situação insólita, conforme Todorov: "num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar." (1975, p. 30). Tal premissa não ocorre no universo do maravilhoso,

pois, nesse ambiente fabuloso não há dúvida ou hesitação, tudo é aceito no pacto criado pelo mundo da fantasia.

- **Contos populares**

O termo conto popular (*folktale*) sugere uma íntima relação entre conto e folclore. Eruditos do século XIX definiram todos os gêneros menores integrados ao conto popular como peculiarmente originários de comunidades rurais iletradas. Também como um exemplo de infância cultural ou um artefato de um estado precoce de maturação individual. Para Ruth Bottigheimer (2009), quase todos os contos populares conectam-se a uma antiga linhagem literária, alguns documentados no *Pantchatantra* ou na Bíblia. Muitos contos de animais derivam das fábulas de Esopo, como há facécias e anedotas de circulação oral documentadas na literatura medieval.

O conto popular, como categoria narrativa, geralmente abarca uma multiplicidade de gêneros menores. Câmara Cascudo (1999, p. 18) dividiu-os em doze categorias: “Contos de encantamento”, “Contos de exemplo”, “Contos de animais”, “Facécias”, “Contos religiosos”, “Contos etiológicos”, “Demônio logrado”, “Contos de adivinhação”, “Natureza denunciante”, “Contos acumulativos”, “Ciclo da morte” e “Tradição”.

A escritora Ana Maria Machado também aponta interessantes considerações acerca da contribuição das narrativas populares para o desenvolvimento da literatura, já que, muitas vezes, foram consideradas como subgênero ou desprestigiadas pela Crítica Literária. De acordo com a autora, os contos “não só faziam parte dos primórdios da humanidade, mas neles e em gêneros correlatos germinava o embrião de toda a arte literária que a humanidade veio a desenvolver” (2010, p.12).

Leitura complementar



“Retrato de um cavalheiro” (1906), Joaquin Sorolla¹⁰
(Vicente Blasco Ibáñez retratado por Joaquin Sorolla)

Fragmento de “Un funcionario” – cuento de Vicente Blasco Ibáñez

Estaba Yáñez maldiciendo la injusticia de los hombres que, por unas cuantas cuartillas, emborronadas en un momento de mal humor, le obligaba a dormirse todas las noches arrullado por el delirio de un condenado a muerte, cuando oyó fuertes voces y pasos apresurados en el mismo piso donde estaba su departamento. -No: no dormiré ahí - gritaba una voz trémula y atiplada- . ¿Soy acaso algún criminal? Soy un funcionario de Gracia y Justicia lo mismo que ustedes... y con treinta años de servicios. Que pregunten por Nicomedes; todo el mundo me conoce; hasta los periódicos han hablado de mí. Y después de alojarme en la cárcel, ¿aún quieren hacerme dormir en un desván que ni para los presos sirve? Muchas gracias. ¿Para esto me ordenan venir?... Estoy enfermo y no duermo ahí. Que me traigan un médico; necesito un médico.

Y el periodista, a pesar de su situación, reíase regocijado por la entonación afeminada y ridícula con que el de los treinta años de servicios pedía el médico. Repitióse el murmullo de voces; discutían como si formasen

¹⁰ Disponível em www.joaquin-sorolla-y-bastida.org/Portrait-of-a-Cab.

consejo; oyéronse pasos, cada vez más cercanos, y se abrió la puerta de la sala de políticos, asomando por ella una gorra con galón de oro.

-Don Juan -dijo el empleado con cierta cortedad-, esta noche tendrá usted compañía... Dispense usted, no es mía la culpa; la necesidad... En fin: mañana ya dispondrá el jefe otra cosa. Pase usted... señor.

Y el señor (así, con entonación irónica) pasó la puerta, seguido de dos presos: uno, con una maleta y un lío de mantas y bastones; otro, con un saco, cuya lona marcaba las aristas de una caja ancha y de poca altura.

-Buenas noches, caballero.

Saludaba con humildad, con aquella voz trémula que hizo reír a Yáñez, y al quitarse el sombrero descubrió una cabeza pequeña, cana y cuidadosamente rapada. Era un cincuentón obeso, coloradote; la capa parecía caerse de sus hombros, y un mazo de dijes, colgando de una gruesa cadena de oro, repiqueteaba sobre su vientre al menor movimiento. Sus ojos, pequeños, tenían los reflejos azulados del acero y la boca parecía oprimida por unos bigotillos curvos y caídos como dos signos de interrogación.

-Usted dispense -dijo, sentándose-, voy a molestarle mucho; pero no es por culpa mía: he llegado en el tren de esta noche, y me encuentro con que me dan para dormitorio un desván lleno de ratas. ¡Vaya un viaje!

-¿Es usted preso?

-En este momento, si -dijo sonriendo-, pero no le molestaré mucho con mi presencia.

Y el panzudo burgués se mostraba obsequioso, humilde, como si pidiera perdón por haber usurpado su puesto en la cárcel.

Yáñez le miraba fijamente; tanta timidez le asombraba. ¿Quién sería aquel sujeto? Y por su imaginación danzaba idea sueltas, apenas esbozadas, que parecían buscarse y perseguirse para completar un pensamiento.

De pronto, al sonar a lo lejos otra vez el quejumbroso «Padre nuestro...» de la fiera encerrada, el periodista se incorporó nerviosamente, como si acabase de atrapar la idea fugitiva, fijando su vista en aquel saco que estaba a los pies del recién llegado.

-¿Qué lleva usted ahí?... ¿Es la caja de las herramientas?

El hombre pareció dudar, pero, al fin, se le impuso la enérgica expresión interrogativa e inclinó la cabeza afirmativamente. Después el silencio se hizo largo y penoso.

Unos presos colocaban la cama de aquel hombre en un rincón de la sala. Yáñez contemplaba fijamente a su compañero de hospedaje, que permanecía con la cabeza baja. Como rehuyendo sus miradas.

Cuando la cama quedó hecha y los presos se retiraron, cerrando el empleado la puerta con el cerrojo exterior, continuó el penoso silencio. Por fin, aquel sujeto hizo un esfuerzo, y habló:

-Voy a dar a usted una mala noche; pero no es mía la culpa; ellos me han traído aquí. Yo me resistía, sabiendo que es usted una persona decente, que sentirá mi presencia como lo peor que haya podido ocurrirle en esta casa.

El joven se sintió desarmado por tanta humildad.

-No, señor; yo estoy acostumbrado a todo -dijo con ironía-. ¡ Se hacen en esta casa tan buenas amistades, que una más nada importa! Además, usted no parece mala persona. Y el periodista, que aún no se había limpiado de sus primeras lecturas románticas, encontraba muy original aquella entrevista, y hasta sentía cierta satisfacción.

-Yo vivo en Barcelona -continuó el viejo-; pero mi compañero de este distrito murió hace poco de la última borrachera, y ayer, al presentarme en la Audiencia, me dijo un alguacil: «Nicomedes...» Porque yo soy Nicomedes Terruño, ¿no ha oído usted hablar de mi?... Es extraño; la Prensa ha publicado muchas veces mi nombre. «Nicomedes, de orden del señor presidente, que tomes el tren de esta noche.» Vengo con el propósito de meterme en una fonda hasta el día del trabajo, y desde la estación me traen aquí, por no sé qué miedos y precauciones; y para mayor escarnio me quieren alojar con las ratas. ¿Ha visto usted? ¿Es esto manera de tratar a los funcionarios de Justicia?

-¿Y lleva usted muchos años desempeñando el cargo?

-Treinta años, caballero; comencé en tiempos de Isabel Segunda. Soy el decano de la clase, y cuento en mi lista hasta condenados políticos. Tengo el orgullo de haber cumplido siempre mi deber. El de ahora será el ciento dos: son muchos, ¿verdad? Pues con todos me he portado lo mejor que he podido. Ninguno se habrá quejado de mí. Hasta los ha habido veteranos del presidio,

que al yermo en el último momento, se tranquilizaban decían: «Nicomedes, me satisface que seas tú.».

IBAÑEZ, Vicente Blasco. *Un funcionario*. Disponível em espanol.free-ebooks.net/ebook/Un-funcionario

A novela



“Novela romântica” (1894), de Santiago Rusiñol¹¹

A palavra é originária do italiano *novella*, que “teve origem na forma latina *novella*, de *novellus*, a, um, adjetivo diminutivo originário de *novus*, a, um. Substantivada (...) acabou significando “enredo”, “entrecho”, e daí “narrativa enovelada”, trançada” (MOISÉS, 1971, p.137). Trata-se de uma narrativa completa, mas breve, que se caracteriza pela sucessão de conflitos dramáticos bem marcados, assim como personagens e cenários bem desenvolvidos. Convencionou-se atribuir à novela literária, como um dos critérios do gênero, extensão menor do que a do romance e maior do que a do conto. Entretanto, mais importante que a extensão do texto, é considerá-la pela concisão e pela eficácia da composição. Todas as ações devem estar concentradas no conflito principal. A arte da novela reside, frequentemente, na velocidade de seu ritmo em direção a um acontecimento inesperado e surpreendente. Por seu ritmo acelerado, predomina a ação sobre a análise dos caracteres dos personagens.

¹¹ Disponível em: <http://museunacional.cat/es/8-santiago-rusinol-novela-romantica>

Trajectoria da novela

A paternidade da novela, nas palavras de Massaud Moisés, coube às canções de gesta¹². Essas primeiras formas literárias pertencem ao universo das narrativas maravilhosas e aventurescas da Cavalaria. Desde o século XI, as canções de gesta cantavam as aventuras dos cavaleiros durante as batalhas históricas pelas quais passaram. É importante ressaltar que à época da circulação dessas canções, reinava um grande fervor religioso, os senhores feudais empreendiam grandes expedições militares em direção à Terra Santa para combater as invasões. Essas expedições são conhecidas pelo nome de *Cruzadas*. Eram os cavaleiros andantes os grandes protagonistas das épicas batalhas empreendidas em nome da religiosidade. Nesse contexto, o cavaleiro representava o ideal do homem medieval: valente, íntegro, generoso, fiel à pátria e a Deus.

As histórias exploravam acontecimentos extraordinários, presença de fatos maravilhosos e prodigiosos misturados à realidade histórica. Inicialmente, as canções eram de caráter oral, apresentadas por trovadores que circulavam em todas as camadas sociais. Posteriormente, dada a extensão alcançada pelos poemas e outras variantes de caráter social, houve o processo de transliteração e as canções passaram a ser lidas nos saraus da corte, com acompanhamento musical. Logo em seguida, veio a prosificação e “a novela despontava como forma autônoma e caracterizada” (MOISÉS, 1971, p. 138).

A *Demanda do Santo Graal*, escrita por Cherétien de Troyes no século XII, inaugura a tradição medieval das narrativas de cavalaria. A obra relata as peripécias de Persival, o cavaleiro puro, o único que poderia desvendar o enigma do cálice sagrado. O elemento surpreendente deste texto é a constante fusão do maravilhoso pagão, de origem celta, ao maravilhoso cristão. A circulação das novelas de cavalaria cresce na Europa e se tornam um rico filão da literatura que permanece ativo, sobretudo na Península Ibérica, até o século XVII. Ainda por volta do século XII, *El Cantar de Mio Cid* é considerada a primeira obra narrativa extensa da literatura espanhola, composta em uma

¹² Composições com conteúdo heroico chamado gestas, do latim *gestum* = feito; no plural *gesta* = feitos.

língua românica, relata as façanhas heroicas do cavaleiro Rodrigo Díaz, *El Campeador*.

Com o declínio das atividades cavaleirescas, esse tipo de novela sofre transformação, os elementos associados à guerra não mais se apresentam como interesse predominante no público, passam, então a ceder espaço para a inserção de elementos mais emotivos, característicos das **novelas sentimentais e bucólicas**. No período do Renascimento, além das novelas de caráter histórico ou histórico-cavaleiresco, registra-se o interesse crescente pelas narrativas de índole satírica ou picaresca.

As primeiras edições de *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades* (1554), obra anônima, representam importante etapa para a criação do romance. No caminho contrário ao heroísmo dos cavaleiros andantes, o protagonista Lazarillo narra, em tom autobiográfico, desde o seu nascimento a pobreza em que vivia, suas desventuras, a exploração de seu trabalho e suas artimanhas para sobreviver aos obstáculos apresentados. Cumpre destacar, o caráter inovador do texto por apontar as injustiças sociais, os abusos da igreja e da sociedade espanhola do século XVI.

A obra de Miguel de Cervantes, *D. Quixote de La Mancha* atinge a forma mais completa da novela (1605-1615). Considerada como obra prima da literatura espanhola e universal, o texto evidencia as críticas à atmosfera cavaleiresca e os valores decadentes da corte. Multiforme no conteúdo e na técnica de composição, a novela estampa as diferenças entre o idealismo de La Mancha e o realismo de Sancho Pança. O contraste evidente é entre o nascimento do mundo moderno e a falência dos valores medievais (MOISÉS, 1971, p. 140).

A história gira em torno das aventuras do fidalgo Dom Quixote que, fascinado pelo mundo das novelas de cavalaria, decide abandonar sua casa e seguir em busca de aventuras à altura de um verdadeiro herói medieval. Suas aspirações aventureiras incluem o resgate de donzelas, proteção aos mais fracos, justiça e honra. Atribuídos todos os méritos da obra de Cervantes, o texto atinge o *status* de precursor do romance moderno e do romance polifônico. Todas essas características, certamente, contribuíram para que *Dom Quixote* tenha se tornado uma das obras mais influentes da história da literatura espanhola.

Após o período medieval e renascentista, a novela caiu no esquecimento, ressurgindo no século XIX para satisfazer o prazer da burguesia leitora que “viciada na leitura amena e no teatro ligeiro, é natural que somente o aventureco lhe interessasse, aventureco esse que a novela podia ministrarlhe pródiga e perfeitamente” (MOISÉS, 1971, p. 140). A popularização da novela no meio burguês se deu por meio da impressão semanal dos folhetins, em jornais e, posteriormente, em livros.

Todos os escritores do século XIX estavam em contato, de alguma forma, com a imprensa. Multiplicavam-se os ensaios, artigos e crônicas nos jornais. Uma das formas mais recorrentes da manifestação literária nos jornais foi a publicação fragmentada de histórias ao gosto do público leitor. Diante do restrito acesso às livrarias, o alcance da publicação de folhetos literários em jornais tornava-se mais interessante e mais abrangente. Na Inglaterra, as novelas de Charles Dickens se tornaram um fenômeno de venda dos folhetins.

Em Portugal, Camilo Castelo Branco se tornou o mais alto representante do gênero. O autor cultivou a novela em variados temas: aventuras, histórico, satírico e passionai. São de sua autoria as mais famosas novelas passionais *Amor de perdição* (1862) e *Amor de salvação* (1864), ambas reúnem os elementos do ultrarromantismo: os obstáculos ao amor, a hipersensibilidade, a dualidade na imagem feminina e a iminência do trágico. O sucesso alcançado pelas novelas em Portugal retardou a imposição do romance, por isso, explica Massaud Moisés “não é nada fácil distinguir a novela do romance em Portugal. Na verdade, trata-se não raras vezes de obras híbridas, o que justifica a dificuldade de rotulá-las devidamente” (1982, p. 153).

O Brasil do século XIX alimentou o mesmo desejo do público leitor europeu em busca de entretenimento, literatura para a evasão do tédio cotidiano. A fórmula bem sucedida dos folhetins repletos de peripécias, idealização do amor e final feliz foi cultivada durante o Romantismo. No período romântico, os romances se confundem com as novelas. Isso se dá porque, ainda em fase de formação, os romances seguem a estrutura tradicional das novelas e dos folhetins.

A partir do século XX, as inovações na narrativa ficcional fizeram a novela cair no esquecimento como produção literária. Entretanto, deixou suas marcas, como afirma Moisés: “A novela, ou suas configurações recentes, não morreu de

todo. Correspondendo ao gosto do povo (...) permanece viva nas novelas de rádio e televisão, intermináveis e superficiais” (MOISÉS, 1971, p. 160).

Questões de terminologia

Muitas vezes envolvido em inúmeras confusões concernentes à concepção do gênero, consideramos apropriado levantar algumas reflexões acerca da acepção **novela**. Para início da abordagem, podemos exemplificar com o escritor francês Jean de La Fontaine que nomeou uma série de fábulas escritas em versos como “novelas”. Além dele, o que se pode dizer da célebre obra de Franz Kafka, a *Metamorfose*, classifica-se como novela ou romance? Essas imprecisões se estendem invariavelmente em inúmeras produções literárias que envolvem as possibilidades do gênero. De acordo com T. Ozwald (apud THAT, 2010), é a partir de gêneros vizinhos e limítrofes que a novela se elabora. É, portanto, causada por essa proximidade entre os gêneros que se estabelece a complexidade na classificação das obras, já que é sensato considerar as singulares características estruturais e semânticas que compõe uma produção literária. Isso pode nos conduzir, contemporaneamente, à possível fusão dos gêneros curtos. A essa problemática, ressaltamos a reflexão de Victor Chklovski ao iniciar o ensaio *A construção da novela e do romance*: “primeiramente devo dizer que não encontrei ainda definição para a novela, isto é, não posso ainda dizer que qualidade deve caracterizar o motivo, nem como os motivos devem combinar-se a fim de que se obtenha uma trama” (1971, p. 205).

Leitura complementar



“Dom Quixote” (1863), de Gustave Doré¹³

Capítulo primero

Que trata de la condición y ejercicio del famoso y valiente hidalgo don Quijote de la Mancha

En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivía un hidalgo de los de lanza en astillero, adarga antigua, rocín flaco y galgo corredor. Una olla de algo más vaca que carnero, salpicón las más noches, duelos y quebrantos los sábados, lentejas los viernes, algún palomino de añadidura los domingos, consumían las tres partes de su hacienda. El resto de ella concluían sayo de velarte, calzas de velludo para las fiestas, con sus pantuflos de lo mismo, y los días de entresemana se honraba con su vellorí de lo más fino. Tenía en su casa una ama que pasaba de los cuarenta y una sobrina que no llegaba a los veinte, y un mozo de campo y plaza que así ensillaba el rocín como tomaba la podadera. Frisaba la edad de

¹³ Disponível em:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Gustave_Dor%C3%A9_-_Miguel_de_Cervantes_-_Don_Quixote_-_Part_1_-_Chapter_1_-_Plate_1_%22A_world_of_disorderly_notions%2C_picked_out_of_his_books%2C_crowded_into_his_imagination%22.jpg

nuestro hidalgo con los cincuenta años. Era de complexión recia, seco de carnes, enjuto de rostro, gran madrugador y amigo de la caza. Quieren decir que tenía el sobrenombre de «Quijada», o «Quesada», que en esto hay alguna diferencia en los autores que de este caso escriben, aunque por conjeturas verisímiles se deja entender que se llamaba «Quijana». Pero esto importa poco a nuestro cuento: basta que en la narración de él no se salga un punto de la verdad.

Es, pues, de saber que este sobredicho hidalgo, los ratos que estaba ocioso —que eran los más del año—, se daba a leer libros de caballerías, con tanta afición y gusto, que olvidó casi de todo punto el ejercicio de la caza y aun la administración de su hacienda; y llegó a tanto su curiosidad y desatino en esto, que vendió muchas hanegas de tierra de sembradura para comprar libros de caballerías en que leer, y, así, llevó a su casa todos cuantos pudo haber de ellos; y, de todos, ningunos le parecían tan bien como los que compuso el famoso Feliciano de Silva, porque la claridad de su prosa y aquellas intrincadas razones suyas le parecían de perlas, y más cuando llegaba a leer aquellos requiebros y cartas de desafíos, donde en muchas partes hallaba escrito: «La razón de la sinrazón que a mi razón se hace, de tal manera mi razón enflaquece, que con razón me quejo de la vuestra formosura». Y también cuando leía: «Los altos cielos que de vuestra divinidad divinamente con las estrellas os fortifican y os hacen merecedora del merecimiento que merece la vuestra grandeza...»

CERVANTES, Miguel. El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha.
Disponível em:
<http://cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/edicion/default.htm>

O Romance



“Romería” (1915), de Gonzalo Bilbao Martínez¹⁴

© 2011 Museo Carmen Thyssen Málaga.

O gênero, desde suas remotas origens na Antiguidade, cresceu e se desenvolveu até atingir o apogeu no século XIX, tornou-se um gênero supremo, de forma permanente e insuperável. Em constante mutação, o romance se renovou e se superou a cada momento histórico em que se inscreveu.

Para os leitores, de modo geral, o termo romance designa o gênero oposto à poesia, portanto, prosa e romance são termos indissociáveis. Entretanto, nem sempre essa associação foi feita, a origem do termo vem da Idade Média, momento em que se designavam dessa forma as mais variadas obras literárias escritas em língua romana. Em sua origem, o romance era toda a produção literária, geralmente escrita em versos, redigida em “roman”, ou seja, em língua vulgar, formada por vários povos conquistados pelo império romano, em oposição ao latim erudito (língua oficial empregada nos assuntos administrativos, nas igrejas e nas universidades).

Essa forma do “romance” se registra a partir do século XII e foi muito utilizada pelos trovadores do período medieval, que cantavam os feitos dos cavaleiros. Não podemos esquecer que a essa época a produção narrativa era essencialmente oral, tendo como elemento primordial a memória. No período

¹⁴ Disponível em <http://www.carmenthyssenmalaga.org/es>.

em que imperava o analfabetismo, a literatura circulava para ouvintes e não ainda para leitores. As narrativas em torno dos cavaleiros medievais eram “impropriamente chamadas romances de cavalaria, de larga e intensa voga durante os séculos medievais”, “a palavra romance remonta, pois, a vários séculos. Não assim a forma literária, em prosa, que o vocábulo veio a rotular” (MOISÉS, 1971, p.165).

A trajetória do romance

É sempre difícil datar ou precisar o nascimento de um gênero literário, sobretudo quando se deve considerar os traços embrionários que remontam a Antiguidade greco-romana e à Idade Média. Para nosso estudo, consideraremos que o romance moderno, como o conhecemos hoje, começa a se desenvolver a partir do século XVIII. Nessa época, o progresso da alfabetização permite à população em ascensão social e econômica ter acesso à literatura. Assim, a evolução do romance está intimamente associada a essa transformação nos padrões sociais.

A nova forma da prosa se presta particularmente à expressão das ideias iluministas, assim como a expressão de uma nova sensibilidade que aflora com o enriquecimento da burguesia. De acordo com Vitor Manuel de Aguiar e Silva, até o século XVIII, o romance foi considerado um gênero desprestigiado sob todos os pontos de vista. O público leitor buscava entretenimento e evasão, o romance era frívolo e, em outros aspectos, um “perigoso elemento de perturbação passional e de corrupção dos bons costumes” (1973, p. 255).

Para atender às novas exigências da época e do novo público leitor, o romance tornou-se mais denso e dedicou-se à reflexão e análise dos sentimentos humanos. O gênero que antes era desprezado pela classe intelectual ganha novo fôlego e começa a estabelecer as bases definitivas que o tornariam uma forma literária de excelência.

Com o advento do Romantismo, o romance alcança a preferência entre as narrativas de ficção. São as obras *As ligações perigosas* (1782), de Pierre Choderlos de Laclos, *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), de J. Wolfgang Goethe, *Manon Lescault* (1733), de Antoine Francis Prévost e o romance

histórico *Ivanhoé* (1819), de Walter Scott que fortalecem a tradição romanesca. Esse período demonstra que o romance assimilara conteúdo mais consistente, mais maduro e preparado para expressar a complexa realidade social.

O século XIX é considerado o século de ouro do romance. Victor Aguiar assim define a importância desse momento: “o romance transformou-se, no decorrer dos últimos século, mas sobretudo a partir do século XIX, na mais importante e mais complexa forma de expressão literária dos tempos modernos” (SILVA, 1973, p. 247). O mundo conhece o grande desenvolvimento do capitalismo, da urbanização, das organizações trabalhistas e dos avanços científicos, é natural que o romance acompanhe todo esse movimento para incorporá-lo às suas produções. Os romancistas passam a inserir em seus temas as consequências do mundo moderno, bem como a crise de valores que se instala com o capitalismo.

A entrada do movimento Realista traz para o romance a necessidade da observação mais escrupulosa da sociedade, fez da obra literária um espelho da vida cotidiana. No momento do Realismo, desenvolvido a partir de 1848, os autores têm por objetivo representar o mundo contemporâneo, social e histórico e a influência do meio sobre os indivíduos. Os temas desenvolvem aspectos das experiências sociais, a sondagem e análise de caracteres humanos convida o leitor a refletir sobre os problemas de sua época. Essa ancoragem no real produziu obras de inestimável valor para o campo da literatura. *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert, *O vermelho e o negro* (1830), de Stendhal, *O pai Goriot* (1834), de Honoré de Balzac, *Crime e Castigo* (1866), de Fiódor M. Dostoievski, *Guerra e paz* (1869), de Liev Tolstói e *O primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós são representantes do período áureo do romance. Com publicações que alcançam o nível de excelência, o romance triunfa diante de todos os outros gêneros.

No início do século XX, o romance continua a observar as regras do Realismo, entretanto, o gênero dá seus primeiros passos rumo ao processo de transformação. Um dos ícones dessa revolução romanesca é a obra do escritor francês Marcel Proust, *Em busca do tempo perdido* (1913-1927), que inaugura a profunda revolução na história do romance. Dividido em sete volumes, a obra de Proust rompe com a forma tradicional do romance quando abandona a intriga como fio condutor, a narrativa segue a linha da reflexão e da

introspecção. Outros modelos que constituíram a linha de análise psicológica foram *Ulysses* (1922), de James Joyce, *O estrangeiro* (1942), de Albert Camus e *Mrs Dalloway* (1925), de Virginia Woolf.

Na segunda metade do século XX, no início dos anos 50, o romance entrou em relativo declínio e passou por manifesta crise. Certamente essa foi a maior dificuldade com que o gênero tenha se deparado. Nessa atmosfera de tensão, um pequeno grupo de escritores franceses questionam os princípios que regem o romance tradicional. Esse grupo pertenceu ao momento chamado *nouveau roman* (novo romance), cujos precursores foram Alain Robbe-Grillet e Nathalie Sarraute. Para esse grupo, o mundo moderno exigia mais do que o modelo tradicional da narração, era necessário renovar as bases do romance. Os romancistas engajados em um novo modelo de narrativa refutaram a análise profunda do caráter dos personagens, aboliram a linearidade da intriga e, entre outras propostas, recusaram a ordem e a coerência do texto.

Apesar da crise, o romance sobreviveu e continua se impondo como gênero literário. A presença de romancistas como Milan Kundera, Carlos Fuentes, José Saramago, Gabriel García Márquez, J.M.G. Le Clézio e muitos outros demonstra a vitalidade da criação romanesca na contemporaneidade. “O romance permanece a forma literária mais importante do nosso tempo, pelas possibilidades expressivas que oferece ao autor e pela difusão e influência que alcança entre o público” (SILVA, 1973, p. 261).

Tipologia do romance

Como gênero multiforme, o romance pode se utilizar de vários gêneros do discurso e variar de acordo com a época em que é produzido. O romance pode absorver diferentes linguagens, do erudito ao popular, e estabelecer diferentes estruturas ou realidades sociais. Essa multiplicidade gerou tentativas de classificá-lo de acordo com o tema desenvolvido e o tratamento estético peculiar que lhe dá o tom. Seguiremos a divisão proposta por Edwin Muir (1928 apud MOISÉS, 1971, p. 165 a 287) que, em *The Structure of the Novel*, classifica o romance em três tipos fundamentais: romance de ação, romance de personagem e romance de drama, seguido do romance histórico.

- **Romance de ação**

O enredo se torna o ponto mais importante da obra. Por sua estrutura centrada nas ações, é comum que se confunda com a novela. Os personagens só se tornam importantes em função do “movimento” a que estão ligados, assim pode-se dizer que se tornam menos atraentes do que a sucessão de acontecimentos que dinamiza o texto.

- **Romance de personagem**

Em direção oposta ao romance de ação, o romance de personagem valoriza mais o personagem em detrimento da ação. Os personagens são os elementos mais importantes e dignos de análises, é essencial trabalhar as definições de caráter e personalidade. Esse tipo de romance permite ao ficcionista representar não apenas um indivíduo, mas também o grupo social em que está inserido.

- **Romance de drama**

O romance de drama se caracteriza pela harmonia e equilíbrio entre o personagem e a ação. No decorrer no texto, o personagem transforma-se e a partir dessa multiplicidade de caráter a ação se desenvolve. O mundo do romance de drama é o tempo psicológico, por isso, muitas vezes chamado de romance psicológico.

- **Romance histórico**

A grande época do romance histórico é o Romantismo. Na Inglaterra, foi Walter Scott o primeiro a articular no romance os elementos históricos em paralelo à vida dos indivíduos comuns. O povo passa a figurar na trama que envolve momentos de intensa dramaticidade histórica. Na obra de Walter Scott, os personagens mergulham na História, encarnando o idealismo e o vigor das correntes populares engajadas no contexto social. Esse tipo de romance valoriza a ação em torno dos acontecimentos históricos, a História irrompe na

vida cotidiana dos personagens e eles se tornam testemunhas das grandes transformações e dos conflitos de sua época.

A CRÔNICA

A palavra crônica é originária de *chronicus*, derivada do grego *khronos*, “tempo”. A associação entre a palavra e o tempo caracteriza a essência da crônica: captar em determinado momento um acontecimento da realidade cotidiana. Na Idade Média, a crônica esteve associada a um gênero histórico que se prestava a relatar um acontecimento ligado às conquistas dos reis ou à vida cotidiana da corte. Esse tipo de narrativa, em ordem cronológica, se fixou como precursora da historiografia moderna. Muitas vezes, existia a dificuldade em separar a realidade da ficção, decorre daí o hibridismo sempre presente no gênero. Em Portugal, Fernão Lopes (1380-1460) ganhou notoriedade com um conjunto de crônicas que detalhava a sociedade portuguesa da época. Além dos aspectos históricos, o cronista se destacou pelo valor literários de seus textos.

De acordo com Juan A. Prieto Pablos (1981, p. 40), além do épico, do lírico e do dramático, existe um tipo de literatura qualificável como didática. O conceito de didático, como o de épica, pode ser entendido em um sentido amplo, que caracterize a um conjunto de obras tão diferentes entre si como a história, o sermão ou o ensaio científico. Por esta razão, se pode qualificar a uma obra como didática quando seu aspecto pedagógico predomina sobre seu aspecto estético e quando o tratamento do real predomina sobre o do imaginário.

A primeira forma didática de caráter literário é, sem dúvida, a crônica. A crônica é o precedente do tratado de história, do qual se diferencia pela imediatez existente entre o momento em que se escreve e o período histórico descrito pelo cronista. Este período costuma abarcar um número de anos pouco amplo, já que não engloba mais fatos que os ocorridos durante a vida do cronista. Em certas ocasiões, a crônica de um autor é continuada por outro. Em outros casos, o cronista realiza também um resumo dos fatos históricos anteriores ao período que ocupa; ainda que tal resumo, por basear-se quase sempre em tradições transmitidas oralmente, seja pouco fiável como documento histórico.

A crônica é um fenômeno literário essencialmente medieval, mesmo que constem mostras dela até o século XVII. Entre as crônicas em espanhol mais conhecidas estão as referentes aos textos realizados pelos chamados “cronistas de Índias”, os quais descrevem as conquistas marítimas da Espanha na Idade Moderna, notavelmente as de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, Juan López de Velasco, Antonio de Herrera y Tordesillas e Martín Sarmiento.

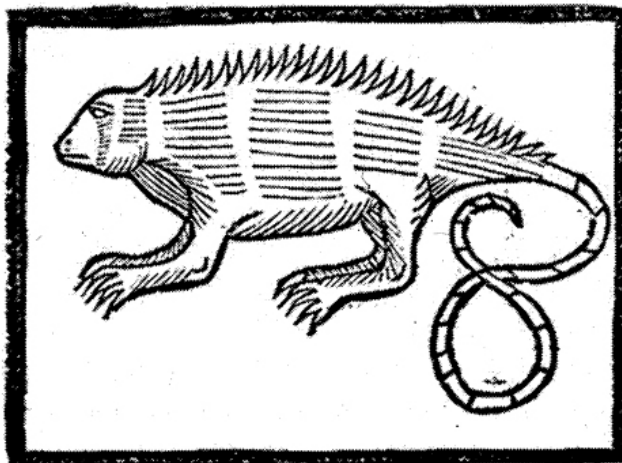
O tratado histórico substituiria rapidamente a crônica. À diferença desta, o tratado histórico ou história é um relato dos fatos de um povo (ou de um homem, em cujo caso se fala em biografia) ocorridos em um período relativamente amplo e temporalmente distante com respeito à época em que se descreve o dito tratado. Não obstante, a diferença básica entre a crônica e a história é que esta se baseia em precedentes escritos, e não no testemunho direto de uma pessoa que viveu no período em questão (como é o caso da crônica) (PABLOS, 1981, p. 40-1).

Maria del Rosário Aguillar Perdomo e José Manuel Lucía Megías (2007, p. 74) recordam o fato de Diego Catalán ressaltar como os cronistas que se seguiram às crônicas afonsinas de Rui de Pina, se acostumaram à incorporação dos temas novelescos da épica tardia e à livre manipulação das fontes, o que propiciou o desenvolvimento de uma nova arte de historiar. Ainda na narrativa do período da Reconquista cristã, segundo Isabel de Barros Dias (2007, p. 906), a cópia do modelo afonsino está pautada pela inserção de excertos épicos ou romanescos mais extensos ou em versões diferentes. Essas narrativas põem frequentemente em cena os feitos de vassallos poderosos (e também de rebeldes). A tradição épica serviu à construção de um passado glorioso, como antes fora realizado com Fernán Gonzáles, e também para enaltecer um monarca, a exemplo da narrativa de cariz épico-romanesco que apresenta a história do primeiro rei de Portugal, Dom Afonso Henriques.

Com o passar do tempo, a crônica passou a ocupar um pequeno espaço nos jornais como entretenimento para o leitor. Grandes romancistas como José de Alencar e Machado de Assis também produziram crônicas para jornais de grande circulação no Rio de Janeiro. Entre o jornalismo e a literatura, atualmente a crônica se configura de forma muito diferente do que foi a crônica histórica. Ela é um relato, aproxima-se dos fatos corriqueiros e banais que se multiplicam no cotidiano das pessoas comuns. No plano expressivo, a

linguagem deve ser simples, em tom informal e leve, de modo a se tornar mais próxima do leitor. No Brasil, a crônica moderna desenvolveu o tom poético nas mãos de Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira (ARRIGUCCI, 1987).

Leitura complementar



“La iguana” (1535), dibujo del próprio Oviedo publicado em la *Historia*¹⁵

O historiador e professor de literatura Jose Filgueira Valverde (1959) afirma que a arte, ao encarnar os ideais de uma época, impregna de tal maneira a vida, que as gentes guiam sua conduta pelo exemplo que lhes oferecem os protótipos criados pelo imaginário dos poetas: “Cada época recoge el fruto de la precedente”. Sendo assim, a exaltação dos ideais cavaleirescos na “novela cortês” da Idade Média, a partir do século XII, irá “granar” não só nos tardios “libros de caballerias”, senão nas façanhas com que os homens do Renascimento pretenderam emulá-las, na história e por feitos reais. Os conquistadores viveram, fizeram certas, as andanças novelescas. Os historiadores de Índias são cronistas de “no mentidas” aventuras.

VALVERDE, Filgueira Jose. Influencia de la Literatura Caballescica em los Conquistadores y em los Cronistas de Índias. *Enseñanza Media*, (37): 213-26, 1959

¹⁵ Disponível em www.lehman.cuny.edu.

Descripción de la Iguana

Este es una serpiente o dragón, o tal animal terrestre (o de agua), que para quien no le conoce, es de fea y espantosa vista, extraño lagarto, grande, de cuatro pies; más es muy mayor que los lagartos de España, porque la cabeza es mayor que el puño o mano cerrada de un hombre, el pescuezo corto, el cuerpo de más de dos palmos, y otros dos en redondo, y la cola de tres y cuatro palmos luenga. Estas medidas se han de entender en los mayores animales de éstos; muchos de ellos tienen las colas cortas, no sé yo si es por se las haber cortado y mordido unos a otros, o si por caso las mudan (...) tienen por medio del espinazo, levantado, un cerro encrestado a manera de cierra o espinas, y parece en si sola muy fiera. Tiene agudos dientes y un papo (papada) luengo y ancho que le va y cuelga desde la barba al pecho, como al buey. Y es tan callado animal, que ni grita, ni gime, ni suena, y esta atado a doquier que le pongan, sin hacer mal alguno ni ruido, diez o veinte días y más, sin comer y beber cosa alguna, más si se lo dan, también como un poco de casabí o hierba o cosa semejante, según dicen algunos. Pero yo he tenido algunos de estos animales atados en mi casa algunas veces, y nunca los vi comer, y los he hecho guardar y velar. Y en fin, no he sabido ni podido entender qué comían estando en casa, y todo lo que les dan se está entero. En el campo no sé cómo se alimentan. Los brazos, pies, manos, y las uñas, todo esto es como de lagarto, y luenga las uñas, pero flacas y no de presas. Es en tanta manera de terrible aspecto, que ningún hombre se aventuraría a esperar este animal, si no fuese de grande animo, y a comer de él ninguno, si no fuese mal seso o bestial (digo no conociendo su ser, mansedumbre y buen gusto)."

OVIEDO, Gonzalo Fernández de. *Historia General y Natural de las Indias*, Selección, Ed. Bruño, 1991, Libro XII, Capítulo VII. P. 122.

TENDÊNCIAS DA CRÍTICA LITERÁRIA



“Cyclist” (1913), de Natalia Goncharova¹⁶

No campo dos estudos da crítica e teoria literária, existem diferentes formas de abordagem textual, entre elas, a do grupo russo denominado **formalistas**. Com visão obcecada pelo texto, os formalistas importavam-se somente com material intrínseco à obra: o que ela é e sua descrição objetiva. Nenhum método seria tão eficaz, eficiente e estável do que esse, segundo seus teorizadores. Estamos falando da crítica imanente, aquela que centraliza no interior do texto literário todo o processo de leitura. Segundo a crítica imanente, é a partir de dentro do texto literário que se deve falar do próprio texto. Trata-se de uma posição teórica e crítica defendida tanto pelos formalistas russos, quanto pelo *New Criticism* (Nova Crítica ou Neocriticismo) e pelo Formalismo estruturalista.

Quando falam em crítica imanente, essas correntes pretendem fazer a defesa do texto tentando barrar qualquer elemento externo à obra. Em seu aspecto radical, se aproximam da crítica formal e como tal, não consideram o autor, a tradição literária, o contexto, o período literário, e quaisquer outros elementos extratextuais.

Não há como negar a importância e a contribuição no âmbito da crítica literária, não há leitura crítica de texto que não prescindida da solidez do Formalismo e estruturalismo. Na crítica atual, pode-se analisar o texto conforme os procedimentos da crítica imanente, porém há outras concepções de técnicas de análise, entre elas a Estética da Recepção, que considera

¹⁶ Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Natalia_Goncharova

prioridade o ponto de vista do leitor em relação à obra literária. Também existem as circunstâncias que envolvem o texto sem reduzi-lo ao texto ou à biografia do autor, à psicologia, à história, ou então a simples aspectos sociológicos ou antropológicos presentes na obra. Em resumo, a crítica literária conheceu algumas tendências de estudo: as correntes que se interessaram pela relação do texto e o contexto de produção (sociologia da literatura); a crítica que considera apenas o texto e as correntes que levam em consideração o leitor do texto.

CORRENTES TEÓRICAS

FORMALISMO RUSSO

O Formalismo russo é uma vertente da crítica literária que se desenvolveu na Universidade de Moscovo, na Rússia, a partir de 1914. Um grupo de estudantes propunha a renovação nos estudos da poética, acompanhando uma nova geração de produção literária que se destacava na época. Nesse contexto, nascia o Círculo Linguístico de Moscovo, que se propunha a desenvolver novos trabalhos de estudos linguísticos e poéticos. Pertenciam a esse grupo Roman Jakobson, uma das maiores expressões do movimento, Fedor Buslaev, como expoente teórico e o linguista G. O. Vinokur.

O crítico Viktor Chklovski é considerado o iniciador do Formalismo russo ao proferir na Faculdade de Letras a palestra intitulada *A Ressurreição da Palavra*, no final do ano de 1913. Posteriormente, as ideias de Chklovski se tornaram um marco da teoria literária moderna com a divulgação do ensaio *A arte como procedimento*, escrito em 1917. São muito importantes os nomes de Chklovski e Boris Eikhenbaum, ambos fizeram parte do grupo de teorizadores literários que fundaram a Opojaz, Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética. Tanto o Círculo Linguístico de Moscovo quanto a Opojaz estavam afinados com as vanguardas europeias, sobretudo o **Futurismo**¹⁷.

¹⁷ Futurismo foi o movimento das artes e da literatura, uma das vanguardas europeias, que teve origem no início do século XX.

Inicialmente, os formalistas se interessaram pelo movimento da estética futurista, ligavam-se à análise das formas literárias considerando os problemas fono estilísticos do verso, o estudo do ritmo, relação do ritmo com a sintaxe, com esquemas métricos, eufonia, etc. Entretanto, o Formalismo avança para a análise de aspectos da semântica da linguagem literária, metáforas e imagens e aspectos técnicos utilizados pelos escritores. Além do poema, a prosa foi largamente estudada com textos que discutiram a diferenciação do romance e da novela e as formas de construção do romance (SILVA, 1973, p. 561).

Em suas bases, o Formalismo russo tinha como proposta conceder à crítica literária um método próprio de análise, estabelecendo uma posição diferenciada para o estudo da obra literária. Contrários a toda espécie de erudição e análises subjetivas, os formalistas buscaram a **literariedade** do texto, ou seja, o conjunto de traços que distingue o fenômeno literário das demais formas de conhecimento. Esse posicionamento imanentista concentrava os estudos no fato literário, refutando toda e qualquer manifestação da alma do poeta ou quaisquer elementos externos à produção da obra.

Para essa vertente de estudos, a obra deveria ser uma forma pura, levando-se em conta somente seus aspectos constitutivos. A evolução do fenômeno literário deveria ser encarada como um grande sistema em que se dispõem elementos de acordo com a função que cada um deles ocupa no texto. Essa linha de pensamento foi decisiva para o desenvolvimento dos estudos estruturais e da Narratologia.

ESTRUTURALISMO

O termo *estruturalismo* deriva da palavra *estrutura*, palavra associada ao vocabulário da arquitetura, e se caracteriza por constituir um sistema interno regido por suas próprias leis. De acordo com Victor Manuel de Aguiar e Silva, a utilização científica da palavra estrutura só se verifica nas duas primeiras décadas do século XX, utilizada no campo da psicologia *gestaltista*¹⁸ e à linguística (1973, p. 630).

¹⁸ Estudos psicofísicos que consideram a forma e sua percepção.

Os estudos do Estruturalismo tiveram início com a obra póstuma de Ferdinand Saussure, *Curso de Linguística Geral*, publicada em 1916. O objetivo do linguista foi mapear a língua como um sistema integrado, que se justifica pela interação entre seus elementos constitutivos. Essa teoria lançou a base de um novo método que buscou explicar um fenômeno a partir do lugar que ele ocupa dentro de um sistema.

Como método de análise, o Estruturalismo também foi desenvolvido em diferentes áreas do conhecimento, como na Psicologia, na Sociologia, na Antropologia, na Filosofia e na Psicanálise. Em 1958, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss incorporou o termo aos estudos da antropologia ao publicar *Antropologia Estrutural*. A teoria de Lévi-Strauss ressignificou o Estruturalismo ao associá-lo a estruturas sociais e comportamentos humanos. Essa nova proposta influenciou decisivamente vários pesquisadores que a estenderam para o campo da literatura.

A partir dos anos 60, alguns pensadores, sobretudo franceses, passaram a contribuir significativamente para a compreensão e análise do texto literário. Na França, a origem do Estruturalismo se associou à resistência aos movimentos tradicionais de análise literária que consideravam a vida do autor e o momento histórico. Em movimentação oposta à crítica vigente, o grupo estruturalista pregava o retorno ao texto. O objetivo não se fundava em uma análise explicativa, mas na apropriação da leitura para se alcançar a compreensão das formas de produção literária, bem como de seus gêneros.

Uma das influências mais consideráveis para esse grupo foi a obra do formalista russo Vladimir Propp que, em *A Morfologia do Conto*, constituiu um modelo de análise narrativa seguido e ampliado pelos estruturalistas. Propp estabeleceu, a partir de um *corpus* ligado ao conto popular, uma gama de acontecimentos recorrentes e transmissíveis de um conto a outro. Trata-se de um esquema que nomeia algumas **funções** que se repetem e permitem identificar o “funcionamento” de um conto.

Destacam-se nessa linha de estudos estruturalistas os trabalhos de Roland Barthes, *Introdução à análise estrutural da narrativa* (1971), Gérard Genette, *Palimpseste* (1982), e Tzvetan Todorov, *Estruturalismo e poética* (1976), que ampliaram a discussão iniciada por Propp e atribuíram novos conceitos para a natureza da estrutura da narrativa ficcional. Para J. Culler (1999, p. 121), o

Eruturalismo priorizou “uma poética interessada nas convenções que tornam possíveis as obras literárias; busca não produzir novas interpretações das obras mas compreender como elas podem ter os sentidos e efeitos que têm”.

Em resumo, a meta do estruturalismo foi descobrir os princípios gerais que constituem uma obra individual e fornecer material para interpretar os textos, separados de seu contexto histórico e social. Assim, determinar a literariedade como a categoria universal e primordial do texto literário.

NEW CRITICISM

O *New Criticism* é uma vertente da crítica literária associada aos estudos da crítica que surgiram nos Estados Unidos nas décadas de 30 e 40, com os trabalhos relacionados de Ivor Armstrong Richards e William Empson, na Inglaterra. A partir de 1924, o crítico literário I. A. Richards publica uma série de estudos: *The Meaning of Meaning* (1923), *Principles of Literary Criticism* (1924) e *Practical Criticism* (1929). A partir desse conjunto de reflexões, I.A. Richards é considerado fundador da Nova Crítica. As bases dessa nova perspectiva de análise literária se fortalecem com a publicação de John Crowe Ransom, *The New Criticism*, no ano de 1941.

A proposta do movimento era o tratamento estético que deveria ser dado ao texto, observando-se a contribuição da forma poética para a estrutura unificada do poema. O objetivo do grupo foi a aproximação intrínseca do objeto literário, ignorando-se todo o contexto de produção. Propunha-se o retorno ao texto e sua leitura microscópica. Para essa corrente crítica, exigia-se a autonomia do texto literário, livre das relações determinantes entre a produção e o artista.

Segundo Jonathan Culler (1999, p. 119), o *New Criticism* centrava sua atenção na unidade ou integração das obras literárias. Em oposição ao historicismo da erudição acadêmica, o poema era tratado como objeto estético e não como documento histórico. Privilegiava-se a interação dos seus traços verbais e as complicações decorrentes do sentido, em detrimento das intenções e circunstâncias históricas de seus autores. Para os *new critics*

americanos, Cleanth Brooks, John Crowe Ransom e W. K. Winsatt, o papel da crítica seria elucidar a obra de arte individual. O *New Criticism* tencionava mostrar a contribuição da forma poética para uma estrutura unificada, analisando, em primeiro plano, a ambiguidade, a ironia, o paradoxo e os efeitos da conotação e das imagens poéticas.

Terry Eagleton (2008, p. 40) observa que o *New Criticism* abrange os trabalhos de T. S. Eliot, I. A. Richards e talvez F. R. Leavis e William Empson, bem como uma parte dos principais críticos literários, dentre os quais John Crowe Ransom, W. K. Winsatt, Cleanth Brooks, Allen Tate, Monroe Beardsley e R. P. Blackmur. Significativamente, o movimento americano tem suas raízes no atraso econômico do Sul, de mentalidade e produção anteriormente escravocrata, na região tradicional onde o jovem T. S. Eliot obtivera uma aguda percepção do funcionamento dessa sociedade. No período do *New Criticism* americano, o Sul estava, de fato, passando por uma industrialização acelerada, invadido por monopólios capitalistas originados do Norte; contudo, intelectuais sulistas “tradicionais” como John Crowe Ransom, que cunhou a expressão *New Criticism*, poderiam ainda descobrir no processo uma alternativa “estética” frente ao estéril racionalismo científico vindo do Norte. Espiritualmente deslocado, como T. S. Eliot, pela invasão industrial, Ransom refugiou-se, num primeiro momento, no chamado movimento literário Fugitivo¹⁹ dos anos vinte, e logo, na política agrária de direita dos anos trinta.

A ideologia do *New Criticism* começa a cristalizar-se: o racionalismo científico estava varrendo a “vida estética” do velho Sul, a experiência humana estava sendo destituída de sua sensibilidade característica e a poesia apresentava-se como uma possível solução. A resposta poética, ao contrário da científica, respeitava a integridade sensorial de seu objeto, o que não se referia à cognição racional, e sim a um vínculo afetivo que nos conecta ao “corpo do mundo”, de forma essencialmente transcendente. A proposta era que, através da arte, um mundo alienado poderia ser restaurado para nós em toda a sua rica variedade. A poesia, como um ato essencialmente contemplativo, nos estimularia, não a mudar o mundo, mas reverenciá-lo pelo

¹⁹ Sobre os poetas “fugitivos” ver *The Fugitive Poets: Modern Southern Poetry* (1991), de William Pratt.

que ele representa, ensinaria a nos aproximarmos dele com desinteressada humildade.

O *New Criticism* foi a ideologia de um desenraizamento cultural, de uma defensiva *intelligentsia* que reinventou, na literatura, o que não poderia encontrar na realidade. A poesia era a nova religião, segundo Eagleton (2008, p. 40), um céu nostálgico como refúgio diante da alienação do capitalismo industrial. O poema, em si mesmo, era algo “opaco” para um escrutínio racional: ele existia como um objeto fechado em si mesmo, misteriosamente intacto em seu próprio e único ser. O poema seria aquilo que não poderia ser parafraseado ou expresso em linguagem outra que não a sua própria: cada uma de suas partes estaria unida à outra, em uma unidade orgânica complexa, a qual seria um tipo de blasfêmia violar. O texto literário, tanto para o *New Criticism* americano como para I. A. Richard, foi assim apreendido em termos que poderiam ser chamados de “funcionalistas”, justo como a Sociologia funcionalista americana desenvolveu um modelo de sociedade “sem conflitos”, no qual cada elemento está “adaptado” ao outro. A partir desse modelo, o poema aboliria todo atrito, irregularidade e contradição numa cooperação simétrica entre suas características (EAGLETON. 2008, p, 41).

Fernando Gómez redondo (2007, p. 5) sugere que, nesse sentido, T. S. Eliot concebe a obra como uma estrutura autônoma, cuja significação só pode ser valorada e compreendida pelo crítico; o labor deste consiste em encontrar esse “correlato” da emoção que o artista põe em jogo e “objetivá-la”, com métodos descritivos, para que o leitor possa assimilá-la. Esse é o valor essencial que os *new critics* devem a Eliot, a partir da análise de sua obra poética, valor ampliado até o ponto de conceber uma história literária baseada na obra, não no autor, dedicada à análise da estrutura verbal, sobre a qual repousa o texto, alheia a outras interpretações de caráter impressionista.

Para Jonathan Culler (1999, p, 119), o *New Criticism* deixou como legados duradouros a técnica de leitura cerrada e o pressuposto de que, a validade de qualquer atividade crítica é consentir interpretações mais ricas e penetrantes de obras individuais.

CRITICA SOCIOLOGICA

A sociologia da literatura considera a obra como reflexo da situação econômica e social em que foi produzida. Para essa análise, é necessário refletir acerca do contexto histórico e as relações produzidas entre o texto e a sociedade.

Esse método de análise tem início em 1920, com a publicação de George Lukács, *A teoria do romance*. Nessa obra, o autor apresenta sua teoria acerca de diferentes formas literárias que são a expressão de complexas relações entre o indivíduo e o mundo. Destaca-se em seus estudos a transição do épico para o romance como similar à passagem do equilíbrio entre o homem e o mundo entre os gregos, para o desequilíbrio entre o homem e o mundo modernos. Assim, o romance surge como a personificação literária da maturidade, da busca do herói no mundo, um mundo problemático, cujo significado e interpretação não são dados, mas devem ser construídos em diferentes leituras. Com essa obra precursora, Lukács deu importante contribuição para a estruturação da corrente teórica sociológica, que se consolidou no decorrer do século XX.

Bastante influenciado pelas obras de G. Lukács, Lucien Goldmann considerou que suas ideias marcaram uma ruptura nos estudos da sociologia da literatura. Em *Sociologia do romance*, publicado em 1967, Goldmann dedicou-se ao estudo do romance como gênero literário, evidenciando a relação entre a estrutura do texto com o meio social. Nesse sentido, a crítica sociológica pensa o fenômeno literário como uma produção ligada diretamente à vida social. Para essa corrente, a obra literária não é criação independente, ela está associada ao contexto e ao período em que foi produzida. A observação desse contexto permite ao leitor a melhor compreensão dos fatos sociais por meio dos fatos literários e o conhecimento dos valores e da estrutura social na época em que em foi escrito.

A TEORIA DA RECEPÇÃO

A teoria da recepção destacou o papel essencial do leitor na relação de sentido das obras literárias. Considera-se que o texto realiza seu

papel comunicativo quando interage com o leitor e assim o sentido se constrói. O principal representante dessa corrente foi Hans-Robert Jauss (1921-1997), romanista e teórico literário.

No final dos anos 60, ocorreu na Universidade de Constança, na Alemanha, uma intensa movimentação intelectual. Nesse ambiente, vários pesquisadores, entre eles Jauss e Wolfgang Iser, traziam novas ideias que pretendiam romper com a estética tradicional em vigor. Em palestra proferida na universidade, em 1967, *A história da literatura como provocação à teoria da literatura*, Jauss propunha rever as relações da literatura com a história e com o público leitor. Entre suas ideias, o autor denunciava a “fossilização da história da literatura”, ou seja, uma forma de estudos presa ao modelo positivista do século XIX. Era necessário superar essas orientações para promover uma nova teoria da literatura (ZILBERMAN, 1989, p. 9).

A crítica de Jauss referia-se, sobretudo, ao ponto de vista adotado pelas análises que contemplavam apenas o cânone e desprezavam as “obras menores”; afastavam-se dos aspectos estéticos da obra e ignoravam a presença do leitor. Ao focar na reconstrução histórica e inserir o leitor como instância significativa no processo de construção dos sentidos, Jauss acrescentou novos valores para o projeto do conhecimento literário. A proposição do crítico causou desconforto no meio acadêmico ao confrontar diretamente os modelos hegemônicos dos estudos literários.

Em seu projeto teórico, na estética da recepção o leitor passa a ser um dos pontos principais de suas análises literárias. Wolfgang Iser, como a publicação de *O ato da leitura - uma teoria do efeito estético*, em 1976, foi além e procurou aprofundar as proposições de Jauss ao analisar as relações interacionais e harmônicas entre o texto e o leitor. Iser considerou o papel do leitor dentro da própria estrutura literária, caracterizando como o leitor implícito. Além do envolvimento do leitor, surge outro ponto de análise: a necessidade de se interrogar sobre o efeito do texto e não sobre sua significação.

O desenvolvimento da teoria da recepção permitiu ampliar o horizonte de pesquisas da obra literária e da experiência estética por meio de diferentes modalidades de análise.

ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

A crítica pós-colonial é um termo que designa uma corrente intelectual iniciada no final do século XX, em diferentes áreas do conhecimento. No panorama literário, essa linha de estudos considera temáticas oriundas de países marcados por profundas mudanças de ordem política, definindo assim novas (ou híbridas) identidades culturais.

Essa corrente se consolida com a chegada da pós-modernidade e da globalização, que evidencia e acentua as relações de poder entre os países. É justamente no meio da produção literária pós-moderna que novas obras surgem como um estilo de literatura centrada num diálogo profundo que envolve a História e a ficção. O texto literário volta-se para a discussão de relações humanas e sociais, gerando discursos capazes de repensar e reconstruir, de maneira crítica, acontecimentos do passado. Trata-se, portanto, de um ponto de vista literário que não apenas aponta o passado colonial como uma dicotomia entre repressão e resistência, mas como um discurso muito mais complexo, que envolve as relações entre diversas comunidades, etnias e indivíduos envolvidos em uma permanente discussão social e política.

Desde sua origem, a teoria do pós-colonialismo volta-se para a literatura que aborda e questiona os efeitos da colonização e descolonização em nações como, por exemplo, o Marrocos, a Argélia, Angola, Moçambique e muitos outros países. A dominação dos países colonizados promoveu enorme influência cultural, social e econômica. E, a partir das consequências dessas influências, inúmeros autores se dedicam ao desenvolvimento dos estudos pós-coloniais na contemporaneidade, entre eles Edward Said, Frantz Fanon e Homi K. Bhabha.

Em muitas obras literárias, especificamente aquelas advindas da África, do Leste Europeu e da Índia, encontram-se personagens característicos em luta com suas identidades no despertar da colonização, ou no estabelecimento de colônias em outras nações. Por exemplo, o Império Britânico manteve sua presença na Índia de 1700 até 1947, data da independência do país. Como você pode imaginar, as pessoas na Índia, bem como os personagens das novelas indianas, coadunavam com os aspectos culturais, econômicos e

políticos (e com seus efeitos emocionais equivalentes) remanescentes da presença britânica. O fenômeno estende-se a outras nações colonizadas, mesmo, ou sobretudo, no violento e singular caso da ocupação belga no Congo, por Leopoldo II. Em muitos casos, a literatura derivada desses eventos é, ao mesmo tempo, de ordem emocional e política.

O crítico ou estudioso dos fenômenos pós-coloniais aborda esses textos sob um enfoque crítico específico, ou sob um modo específico de ler o texto. Tal enfoque convida o leitor a explicar e analisar os **efeitos da colonização e do imperialismo**, e também o alcance do poder do colonizador em outras nações.

EFEITOS DA COLONIZAÇÃO

Conforme mencionamos acima, esta corrente de estudos convida o leitor a ver o texto literário pelas lentes críticas fornecidas pelos estudos teóricos pós-colonialistas. O quadro abaixo pode ajudar a compreender a abordagem da leitura pós-colonial de um texto. Como leitor, você deverá olhar para os efeitos do colonialismo e a forma pela qual ele se integra à análise dos elementos da narrativa: tempo, espaço, narrador, personagens e enredo.

MUNDO	<ul style="list-style-type: none"> • Mentalidade do Nós x Outro • Desumanização das pessoas colonizadas • Visão distorcida do mundo
NAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de valores • Perda da identidade • Alterações na cultura, fé, linguagem e política
PESSOA	<ul style="list-style-type: none"> • Desumanização do eu • Incapacidade de proteger a si mesmo ou à família • Conflitos pessoais

Efeitos da colonização. Fonte: Disponível em: education-portal.com/.../post-colonialism-in-literatur. Acesso em: 11/01/15.

O que é literatura pós-colonial?

Em um sentido amplo, a literatura pós-colonial compreende um conjunto de textos que tem sido afetado pelo processo imperialista, do momento da colonização ao momento presente. No caso da Índia, isso inclui a novela, a poesia, o romance e o drama, escritos durante e após o domínio britânico, que chegou ao fim com a Independência da Índia, em agosto de 1947. Embora os textos originados na Índia e outros países colonizados, como Jamaica, Nigéria, Paquistão e Singapura, tenham características peculiares e distintas, a literatura pós-colonial partilha algumas preocupações características:

Preocupações

- 1) Reclamar espaços e lugares ao Colonialismo foi, acima de tudo, um meio de reivindicar e explorar terras estrangeiras, recursos e pessoas. Escravidão, desemprego, trabalho informal e migração forçaram muitas populações a migrar de lugares que elas consideravam como “lar”. A literatura pós-colonial busca neutralizar a alienação resultante desse processo, restaurando a conexão entre a população local e seu lugar de origem, através da descrição, da dramatização e da narração.
- 2) Afirmar a integridade de sua identidade cultural durante a colonização. As culturas locais dos países submetidos ao domínio estrangeiro frequentemente estão suprimidas, deixadas à margem ou abertamente denegridas em favor da elevação das preferências sociais e culturais, e das convenções dos colonizadores. Em resposta, a literatura pós-colonial pretende reafirmar a validade e a riqueza cultural nativa em um esforço de reforçar o seu orgulho, com relação às práticas e tradições que foram sistematicamente degradadas sob o colonialismo.
- 3) Revisores da história dos colonizadores frequentemente retratam suas populações colonizadas como existindo “for a da história”, integradas em sociedades for a do tempo, imutáveis, incapazes de progredir ou se desenvolver sem a intervenção e assistência do colonizador. Por esse parâmetro eles justificam suas ações, incluindo a violência contra aos que resistem e protestam contra o regime colonial. Revisar a história

para contar os fatos da perspectiva dos colonizados é, então, a maior preocupação da escrita pós-colonial.

Características

1) Descrições “resistentes”.

Escritores pós-coloniais usam descrições detalhadas da população local, de seus lugares e práticas para conter ou “resistir” ao estereótipos, distorções ou generalizações que os colonizadores impõem à cultura pedagógica que circula através dos seus textos nos mais variados meios: educacional, legal e político.

2) Apropriação da linguagem dos colonizadores.

Embora muitos países colonizados sejam o lugar de múltiplas linguagens ou dialetos, como a Índia, por exemplo, mais de 12 dialetos coexistem com a língua inglesa – inúmeros escritores pós-coloniais escolheram escrever no idioma dos colonizadores. Entretanto, autores como Arundhati Roy, deliberadamente “brincam” com o inglês, remodelando-o para refletir o ritmo e a sintaxe indiana, e inventando novas palavras e estilos para demonstrar a mestria da linguagem que foi imposta aos colonizados.

3) Remodelação da forma da arte colonial.

Similarmente, autores como Arundhati Roy, remodelam formas de arte europeias, como a novela, para refletir os modos de invenção e criação indiano. Eles reformulam modelos de arte coloniais importadas, para incorporar o estilo, estrutura e temas do modo indiano de criação e expressão, como a poesia oral e as performances dramáticas. (ASHCROFT et al, 1989).

SUGESTÕES DE VÍDEOS

FILMES

1. Don Quijote 2000 película completa:
<https://www.youtube.com/watch?v=hjR5g3mbkcw>
2. El Lazarillo de Tormes 1959 -
www.youtube.com/watch?v=L4uJQJAx7o8
3. Las tres caras de Eva-pelicula completa en español
<https://www.youtube.com/watch?v=FB7XWr58irk>
4. Vida de Santa Teresa D'Avila
<https://www.youtube.com/watch?v=Ud1rHbyAw0s>
5. Lorca Muerte de un poeta
https://www.youtube.com/watch?v=PO4QiJXLV_s
6. O carteiro e o poeta (1994)
7. Frida Kahlo (2002)
8. Poucas Cinzas: Salvador Dalí (2010)
9. Che - o argentino (parte 1)
10. Che - a guerrilha (parte 2)

DOCUMENTÁRIOS

1. Dom Quixote de La Mancha (Miguel de Cervantes)
www.youtube.com/watch?v=fMy4lyZfAgE
2. Biografía de Jorge Luis Borges - YouTube
www.youtube.com/watch?v=Qcqy5JnL05U
3. Historias de vida - Jaime Sabines - YouTube
www.youtube.com/watch?v=a170D1lsxZA...
4. Aula sobre Teoria da literatura
Aula inicial do Curso de Teoria da Literatura do Prof. Paul Fry da Universidade de Yale. https://www.youtube.com/watch?v=nIH40m7AT_0

LEITURA TEORIA LITERÁRIA

1. HAWTHORNE de Edgar Allan Poe. Tradução de Julio Cortázar. La Máquina del Tiempo. Una Revista de Literatura. Disponível em: www.lamaquinadeltiempo.com/Poe/Hawthorne.htm
2. POE, Edgar Allan Poe. *A Filosofia da Composição e O Corvo*. Tradução de Oscar Mendes e Milton Amado. Disponível em: *The Philosophy of Composition*: <http://www.poedecoder.com/Grisse/works/philosophy.php>
3. Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX. Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>
4. Sobre o Estruturalismo, de Júlio Teixeira. Disponível em: http://nehlis.weebly.com/uploads/2/2/6/6/22669542/ivan_teixeira_estruturalismo.pdf

LITERATURA

1. **EL SEÑOR DE BEMBIBRE**, de Enrique Gil y Carrasco.
Considerada uma das melhores novelas históricas de língua espanhola, marcada pela grande influencia de Walter Scott. Disponível em <http://www.saber.es/web/biblioteca/libros/senor-bembibre/senor-bembibre.pdf>
2. **O MONTE DA ALMAS** – conto do escritor romântico espanhol Gustavo Adolfo Bécquer
Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3660>
3. **A CASA TOMADA**. conto do escritor Julio Cortázar. Disponível em: <http://narrativabreve.com/2013/11/cuento-julio-cortazar-casa-tomada.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

DAUPHIN, Anne-Marie; DERIVE, Jean. *De quelques avatars de l'oralité littéraire*. Disponível em: <http://pa.revues.org/183>. Acesso em 23/12/2014.

ARRIGUCCI, Davi. Jr. Fragmentos sobre a crônica. In: *Enigma e Comentário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 51 a 66.

BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa*. São Paulo, SP: Vozes, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOTTIGHEIMER, Ruth B. Fairy Tales and Folk-tales. In: HUNT, P. (Ed.). *International Companion Encyclopaedia of Children's Literature*. London: Routledge, 2003, p. 148-161.

BRANDÃO, H. N. Textos, gêneros do discurso e ensino. In: *Gêneros do Discurso na Escola*. Coord.: H. N. Brandão. Coord. Geral: Lígia Chiappini. Ed. Cortez, 2ª ed. SP, 1999.

CASCUDO, L. C. (2001). *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global Editora.

_____. (1999). *Contos Tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.

CEIA, Carlos. *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, acesso em 10-01-2015.

CHIAMPI, Irleamar. *O realismo maravilhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CHKLOVSKI, Victor A construção da novela e do romance. IN *Teoria da Literatura formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CULLER, Jonathan. *Teoria da Literatura. Uma introdução*. São Paulo: Becca, 1999.

DIAS, Isabel de Barros. Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa. *Hispania*, 2007, vol. LXVII, nº. 227, septiembre-diciembre, 899-928, ISSN: 0018-2141

D'ONOFRIO, Salvatore. *Dicionário de cultura básica*. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Dicion%C3%A1rio_de_Cultura_B%C3%A1sica. Acesso em 15/01/15.

EAGLETON, Terry. *Literary Theory: An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

ENCYCLOPÉDIE LAROUSSE. Disponível em <http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/conte/36566>. Acesso em 17-01-2015.

GAC, Roberto. Bakhtine, le roman et l'intertexte. Disponível em <http://www.sens-public.org/spip.php?article1007&lang=fr>. Acesso em 12-01-2015.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2004.

GOTLIB, Nádya Battella. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de Estética*. Tradução: Marco Aurélio Werle. Edusp: São Paulo, 1999.

JOLLES, André. O conto. In: *Formas simples*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 181-204.

LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Literatura em Suas Fontes*; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MACHADO, Ana Maria. *Contos de Fadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MAIA, João domingues. *Língua, Literatura e Redação*. São Paulo: Ática, 1995.

MATOS, Gislayne Avelar. *A palavra do contador de histórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MESQUITA, Samira Nahid de. *O Enredo*. São Paulo: Ática, 1987.

MOISÉS, Massaud. *A criação Literária*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PABLOS, Juan A. Prietto. Introducción a los gêneros. In: *Guía básica para estudiantes de Literatura Inglesa*. Universidade de Sevilla. Madrid-Cádiz: Edita, 1981.

PERDOMO, Maria del Rosário Aguillar; MEGÍAS, José Manuel Lucía. *Antología de Libros de Caballerías Españoles*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2007.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

QUINTANA, Mário. *Nova antologia poética*. São Paulo: Globo, 1994, p. 184.

REDONDO, Fernando Gómez. *El New Criticism*. Madrid: Liceus, 2007.

SCHOLLES, Robert; KELLOG, Robert. O legado oral na narrativa escrita. In: *A natureza da narrativa*. Tradução de Gert Meyer, revisão técnica de Afrânio Coutinho. São Paulo: Mcgraw Hill do Brasil, 1977.

SILVA, Vitor Aguiar. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1973.

THA, Pham Thi. *Nouvelle française contemporaine et théories du genre*. Synergies Pays riverains du Mékong n° 1, 2010, pp. 15-34.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução de Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 1992.

TODOROV. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In: *Teoria da Literatura – formalistas russos*. PortoAlegre: Globo, 1978, p. 169 a 204.

WATT, Ian. *The Rise of the Novel: Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZUMTHOR, Paul. Permanence de la voix. *Le Courrier* (Unesco). Paris. vol. 37 – Brésil, 1985, p. 4-9.

5

Capítulo

Elaine Freitas de Sousa

**FUNDAMENTOS SOCIO-HISTÓRICOS
DA EDUCAÇÃO**

APRESENTAÇÃO E CONTATO INICIAL

Olá, Turma!

Meu nome é Elaine Freitas, sou docente no curso de Secretariado Executivo Bilíngue, doutoranda em Educação, aqui na UFPB e mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC e agora, encontro-me com vocês no curso de Letras Espanhol.

Estaremos juntos nessa disciplina que envolve conhecimentos necessários para que vocês, futuros educadores e educadoras, possam compreender e assim, contribuir com os aspectos e teorias que envolvem a Fundamentação Sócio Histórico na Educação, sobretudo, no processo educacional brasileiro.

Neste momento de apresentação e interação, solicito a todos e todas que se sintam à vontade para perguntar, dialogar, interagir e trocar experiências que envolvam nossa temática para assim, podermos aprofundar nossos saberes.

Nosso material encontra-se dividido em quatro unidades, com suas respectivas temáticas para cada aula, facilitando o acesso ao conteúdo e possibilitando nossas discussões.

Na **Unidade 1**, trabalharemos com os conceitos de Educação, História e Sociologia, para possibilitar a compreensão de como essas três áreas se interligam e se complementam com relação ao processo educacional de acordo com aspectos sociais, econômicos e culturais, ressaltando tais conceitos e a sua importância.

Na **Unidade 2**, trataremos do Conhecimento Científico e das Abordagens Teóricas da Educação, de acordo com os clássicos da Sociologia,

a partir do pensamento de Augusto Comte, de Émile Durkheim, as contribuições do Materialismo Histórico de Marx, além de Max Weber.

Na **Unidade 3**, conheceremos as teorias críticas, que de alguma forma contribuem para que ocorra uma mudança no panorama educacional, inclusive com as ideias surgidas de um pensamento neomarxista, representado aqui pelo Apple, a política cultural do Henry Giroux e por fim, a contribuição de uma pedagogia que reconhece a opressão e encaminha para uma prática da liberdade, ou seja, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

Por fim, na **Unidade 4**, vincularemos os conhecimentos apreendidos nas unidades anteriores, para compreendermos todo o processo educacional brasileiro, a partir da educação em sua formação, o século XIX até os dias atuais e as políticas públicas voltadas para esse fim.

Feita essa apresentação, sejam bem vindos à disciplina e vamos prosseguir nessa viagem que envolve aspectos fundamentais para a nossa prática enquanto educandos/educandas e educadores/educadoras.

UNIDADE 1

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Nesta unidade, conheceremos os conceitos de Educação, História e Sociologia, para a compreensão de como essas três áreas se interligam e se complementam com relação ao processo educacional de acordo com aspectos sociais, econômicos e culturais, ressaltando tais conceitos e a sua importância.

Principais Conceitos

Ao falarmos de Educação, percebemos as inúmeras ramificações que essa área de conhecimento consegue se estender, inclusive, nos vários espaços que ela pode acontecer, como na família, na escola, na aldeia, na comunidade, na igreja, enfim, a educação não é somente aquela que acontece nos muros fechados das instituições educacionais, e é exatamente esta concepção que devemos apreender para que possamos ser educadores comprometidos em respeitar e orientar nossos educandos de maneira construtiva e reflexiva. Segundo Brandão (1988, p.13):

A educação existe onde não há escola e por toda a parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser.



Fonte: www.brasilecola.com

Portanto, nesse processo de educação, observamos que as conexões existentes entre os vários saberes, possibilita nossa amplitude na visão de educador. Sendo assim, nessa nossa disciplina faremos esse “link” com os conceitos de História e Sociologia.

No caso da História, que já estudamos desde os tempos de escola assuntos do tipo: como os fatos aconteceram, como as narrativas foram contadas, como as pessoas importantes ao longo do tempo foram fundamentais para as mudanças históricas, enfim, uma série de fatores como pessoas, espaços e processos puderam ser registrados para que possamos na atualidade, compreender o que vivenciamos.

Nessa concepção, de acordo com dicionário de Filosofia de Japiassú (1996, p. 128), identificamos a seguinte conceituação para a História:

Etimologicamente, designa o relato, e não os acontecimentos contados; em grego, história significa “pesquisa, informação”; em seguida, “conhecimento” daquilo sobre o que fomos informados e “relato” daquilo que aprendemos. Até o século XIX, havia uma distinção entre a história natural (que corresponde ao que hoje denominamos “ciências naturais”: geologia, zoologia, botânica, etc.) e a história civil (que hoje chamamos pura e simplesmente de história)[...].



Fonte: www.concursospublicos.primeconcursos.com.br

Com relação à Sociologia, ciência essa que a partir do processo histórico, tanto da história dita como natural, como a história civil, nos possibilitará compreender a partir dos seus principais pensadores, como o

conhecimento vem contribuindo e direcionando os processos educacionais e até mesmo de aprendizagem.

Na Sociologia percebemos a interação e articulação da maneira como as sociedades se constituem, se transformam no percurso da História, e se organiza em seus mais distintos aspectos como a economia, a política, a cultura, a arte, direcionando e estabelecendo aos indivíduos seus comportamentos, estruturas, valores, dentre outros aspectos, surgindo na idade moderna com as transições ocorridas no pensamento e comportamento da época. De acordo com Martins (1984, p. 10):

A sua formação constitui um acontecimento complexo para o qual concorrem uma constelação de circunstâncias, históricas e intelectuais, e determinadas intenções práticas. O seu surgimento ocorre num contexto histórico específico, que coincide com os derradeiros momentos da desagregação da sociedade feudal e da consolidação da civilização capitalista. A sua criação não é obra de um único filósofo ou cientista, mas representa o resultado da elaboração de um conjunto de pensadores que se empenharam em compreender as novas situações de existência que estavam em curso.

A Importância do Conhecimento Sócio- Histórico na Educação

Compreendidos esses conceitos, percebemos como é vasto o campo de conhecimento que envolve o trabalho do professor, não é mesmo? Mas vocês podem se perguntar: “Por que um professor de letras precisa estudar os conceitos sociais e históricos da educação?” “Como utilizarei tais saberes na minha prática em sala de aula?”.

Nessa disciplina, o nosso percurso além de conhecer essas áreas de conhecimento, poderemos responder a tais questionamentos, para que a sua prática docente seja definida a partir desses contextos. A partir deste momento, somos responsáveis pelo nosso processo de aprendizagem, já que seremos responsáveis pela educação e formação de jovens nesse processo educacional.

Nossa metodologia abrangerá uma viagem longa, mas prazerosa, onde ocorrerão debates, conversas, teoria, esclarecimentos de dúvidas, principalmente, vinculadas as nossas atividades e encontros.

Desta forma, educando e educanda, o convite está feito para aprimorarmos nossa capacidade crítica e refletirmos acerca de que prática pretendemos oferecer aos nossos futuros alunos e alunas.

UNIDADE 2

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E ABORDAGENS TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO

O Conhecimento Científico e o Positivismo de Augusto Comte



AUGUSTE COMTE

Filósofo francês (1789-1857) Positivista, criador da “lei dos três estados” considerado o criador da sociologia e o pai do positivismo. Influenciou Karl Marx e Stuard Mill. Influenciou também várias organizações humanitárias seculares no século XIX.

É considerado o 1º filósofo da Ciência.

O século XIX foi marcado por inúmeras mudanças, principalmente para constituição de um novo modelo de pensamento nos campos da ciência, influenciando assim, a política, a economia e a cultura, possibilitando a chegada de uma ciência que buscasse compreender os grupos sociais, a chamada Sociologia.

Neste processo surge uma corrente de pensamento chamada Positivismo, representada pelo pensador francês, Augusto Comte, sob influência das seguintes correntes de pensamento (Silva e Carvalho, 2006, p.14):

- O **racionalismo cartesiano** foi uma inovação filosófica, resultado do esforço do filósofo francês René Descartes (1596-1650) para estabelecer um método de pensamento que permitisse perceber a verdade a partir da razão, é um sistema de pensamento que se baseia na dúvida metódica e na busca

da evidência, ou seja, todo conhecimento é passível de questionamento, descarta certezas e verdades, indagando sobre aquilo que se deseja conhecer, além de propor a decomposição analítica do “problema” em partes isoladas, em ideias claras e distintas, filtradas pela razão – o único referencial para a obtenção do conhecimento;

- O **empirismo baconiano**, criado pelo pensador inglês Francis Bacon (1561-1626), vincula o conhecimento à experiência sensível, ou seja, só são aceitas verdades que possam ser comprovadas pelos sentidos, rejeitando conceitos que extrapolam o mundo físico e impossibilitam teste ou controle.

Desta forma, o Positivismo passa a representar uma teoria que legitima a ciência, ou seja, acredita nas experiências concretas e os dados positivos que são exatamente aqueles que podem ser comprovados a partir de experimentos científicos, inclusive, sistematizando o próprio estudo da Sociologia.

O Positivismo e a Educação

No campo da educação, o Positivismo não atua de forma diferenciada com relação a sua precisão e a sistematização do conhecimento, apontando toda uma sistematização para os processos educativos (ibidem, Arbousse-Bastide, 1957).

- A educação reflete uma hierarquia do poder espiritual positivo, ou seja, deve impor a autoridade a partir de uma concepção hierárquica entre educador-educando, ocupando o educador a função de fonte do conhecimento para o educando;
- A educação é, em seu todo, voltada para a ideia e o culto ao Grande Ser, isto é, a Humanidade;

- A educação deve ser universal, para todos, independente de sexo ou nível socioeconômico;
- A educação familiar é a educação espontânea, especialmente materna e voltada principalmente à educação moral, capaz de dominar os impulsos egoístas em prol dos instintos simpáticos;
- A educação sistemática deve ocorrer após a formação moral inicial, por meio de filósofos-educadores responsáveis pela sua sistematização, preparando o indivíduo para a maioridade;
- Cabe à educação pública complementar a educação espontânea, familiar e materna, por intermédio da instrução teórica e prática;
- É necessária a valorização da estética e da arte tanto na educação espontânea quanto na sistemática;
- Além da educação científica, deve ser valorizado o estudo de literatura e de línguas (particularmente dos países limítrofes, critério este chamado de “solidariedade atual”);
- O método geral da educação positiva divide-se em duas fases: a anterior à puberdade, que deve enfatizar a preocupação com o concreto, a prática da observação e de exercícios físicos relacionados ao cotidiano; e a partir da puberdade, que deve buscar a sistematização por meio de lições formais e programação hierárquica e orgânica das ciências;
- Os professores devem ser polivalentes (capazes de promover a iniciação em todas as ciências), com destaque para o ensino oral, sendo a utilização de livros didáticos, pouco recomendada.

ATIVIDADE

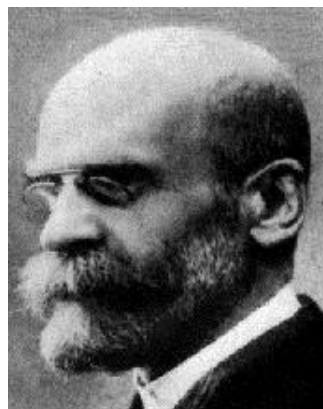
- 1) Aponte e discuta três pontos em que o positivismo atua na educação, mostrando seus aspectos positivos e negativos.
- 2) De que maneira a Sociologia contribui, seguindo as ideias de Augusto Comte, para a atividade do professor?
- 3) Com relação a sua atividade enquanto professor, como adotaria o Positivismo em sua prática docente?

A Educação sob o enfoque de Durkheim

Considerado um dos principais fundadores da Sociologia, principalmente, ao vincular essa ciência à educação, no final o século XVIII, sob o ponto de vista da moral, destacando seus conceitos principais como: fato social, consciência coletiva, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Partindo do pensamento positivista, Durkheim considerava esta ciência como um estudo que leva a algo metódico e diante disso, ele aponta um método comparativo, observando que a Sociologia “pode chamar instituição toda a crença, todo o comportamento instituído pela coletividade, sem desnaturar o sentido da expressão; a Sociologia seria então definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento” (apud Silva e Carvalho).

“Embora vejamos os degenerados se multiplicarem nas épocas de decadência, é também por eles que são fundados os Estados; é entre eles que se recrutam todos os grandes renovadores”



Émile Durkheim

Desta forma, Durkheim passou a comparar as várias instituições ao longo da história, construindo assim, a ciência social, estudando a sociedade empiricamente, ressaltando também, uma postura até certo ponto, conservadora ou moralizante, ou seja, para ele a escola teria um papel de recuperar a ordem social, onde através do conhecimento transmitido pelos professores, resguardando os costumes, as tradições e as crenças permitindo a constituição da moral na sociedade.

Solidariedade Mecânica e Orgânica

De acordo com a consciência coletiva, determinada pela moral dominante na sociedade, ou seja, por aqueles que detêm o poder econômico, cultural e político e desta forma, a solidariedade que é compreendida como uma organização, ou seja, a forma como as sociedades encontram-se estruturadas.

A **solidariedade mecânica** pode ser observada em sociedades mais simples, enquanto a **solidariedade orgânica**, em sociedades complexas, onde exista a divisão do trabalho social. [...] A **solidariedade mecânica** se caracteriza pela forte presença da consciência coletiva que mantém o consenso e a homogeneidade por meio da manutenção da família, da religião, da tradição e dos costumes, permanecendo em geral, independente e autônoma em relação à divisão do trabalho social. [...] ao contrário da **solidariedade orgânica**, caracterizada muito mais pela diferenciação e especialização, que necessita, conseqüentemente, da interdependência da divisão do trabalho (Atisano, in Silva e Carvalho).

Fato Social

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 1995, p. 13).

Consciência Coletiva

[...] o conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado que tem sua vida própria; [...] Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda extensão da sociedade (DURKHEIM, 1995).

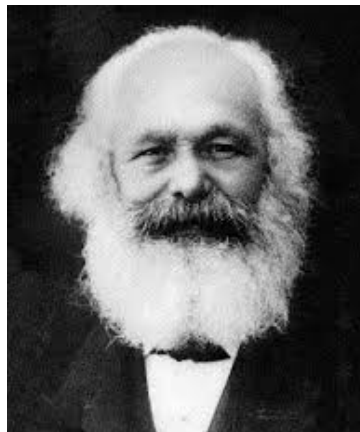
ATIVIDADE

- 1) Como aplicar os conceitos de consciência coletiva e fato social, de Durkheim na educação.
- 2) Para você, o que seria a solidariedade mecânica e orgânica?
- 3) Na sua concepção, como aplicar os conceitos de Durkheim para a prática docente?

As Contribuições do Materialismo Histórico de Marx

“O povo que subjuga outros forja as suas próprias cadeias”

Karl Marx



O século XX é caracterizado por inúmeras transformações e do surgimento de algumas correntes de pensamento, dentre elas, o Materialismo Histórico ou Marxismo, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, se embasando em outras áreas do conhecimento, além da Sociologia, como a Filosofia, a História e a Economia.

Esses pensadores estruturaram os conceitos de socialismo científico, uma doutrina que representava o contexto político, mais conhecido como comunismo ou marxismo, onde alguns dos conceitos que representam este pensamento serão abordados a seguir, para nossa compreensão e vinculação com o processo educacional ao longo desse panorama histórico (Silva e Carvalho, 2006).

Origens e Influências

- **Socialismo utópico:** doutrina política do século XVIII e XIX, que defendia a igualdade social por meio da junção entre os setores produtivos, ou seja, entre a burguesia e a operário;

- **Idealismo de Hegel:** filosofia que afirma a existência dos objetos, independente de uma relação com o pensamento;

- **Economia política:** início do século XIX, a partir do conjunto de teorias de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill, sintetizando o que conhecemos por Marxismo, afirmando que a característica central de qualquer sociedade está no modo de produção, variando com o contexto histórico e determinando as relações sociais. (Silva e Carvalho, 2006).

Conceitos Fundamentais da Teoria Marxista

- **Dialética:** partindo de uma concepção de diálogo, onde existe a troca de ideias e pensamentos, podendo se configurar como um método de análise da realidade, explicando como ocorrem as transformações sociais, considerando uma racionalidade que permite compreender as contradições existentes;

- **Práxis:** trata-se de uma reflexão teórica que se vincula a realidade, não é uma prática mecânica, mas que se racionaliza ao exercê-la;

- **Ideologia:** fundamental para teoria marxista aponta a dominação da classe dominante com relação ao proletariado, impedindo-o que reflita e tome consciência da submissão em que se encontra;

- **Alienação:** ocorre quando o operariado vende sua força de trabalho no mercado, resultado do seu esforço, não será mais seu, sendo controlado pelo dominante;

- **Mais-valia:** o valor que o operário cria, além da sua força de trabalho, devido a sua disponibilidade todo o tempo, produzindo muito mais do que receber;

- **Classe social e estrutura social:** a posição ocupada na estrutura social a partir da apropriação privada dos meios de produção (Silva e Carvalho, 2006).

O Materialismo e a Educação

De acordo com a consciência coletiva, determinada pela moral dominante na sociedade, representada por aqueles que detêm o poder econômico, cultural e político, acabam por sua vez, acarretando numa visão de “solidariedade” compreendida como uma organização, ou seja, a forma como as sociedades encontram-se estruturadas.

Para o materialismo histórico, faz-se necessário observarmos a realidade da sociedade com uma visão dialética, ou seja, fazendo com que o trabalho a partir de uma reflexão demonstre a liberdade que os homens possuem em criar a própria forma de existência, já que o homem acaba se tornando uma mercadoria na sociedade capitalista.

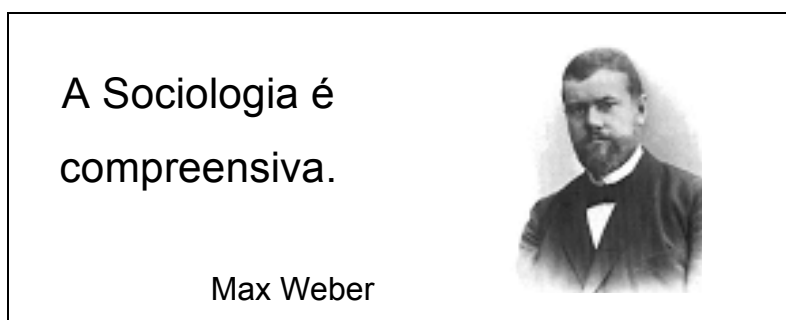
Com relação à educação, pelo fato dela ser considerada algo coletivo e não individual, não deve ser analisada sob a ótica de do privado, mas sim, do social, dependente das transformações ocorridas na estrutura

econômica social, onde a educação poderá promover uma conscientização para a construção de uma nova sociedade, extinguindo a divisão de classes, vigente na sociedade moderna, principalmente, arrancando dos domínios e controle da classe dominante.

ATIVIDADE

- 1) Como identificamos a ideologia no processo de educação nas escolas?
- 2) De acordo com pensamento de Marx, a educação é uma arma valiosa. Explique.

A Sociologia de Max Weber e a educação



Fonte: www.kdfrases.com

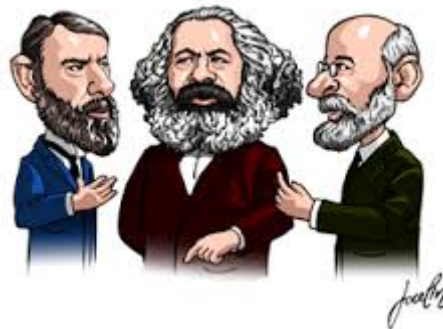
Com relação a Weber, seu pensamento não é algo direcionado para educação, tendo em vista, sua linha de ideias estarem mais diretamente ligada a Filosofia, a Psicologia e a Antropologia. Porém, o processo de massificação representa perfeitamente a criação de modelos existentes na educação, principalmente quando aborda conceitos como o carisma e a burocracia.

O carisma é em Weber, o contraponto para pensarmos numa “saída” de uma era submetida a “gaiola dura como aço”. Com essa noção, ele alimenta a esperança de vivermos livres das garras de um sistema que nos aprisiona. Se a educação quiser garantir uma existência saudável, devemos nos esforçar para equilibrar o jogo em que a burocracia está vencendo. Ao buscar uma

integração entre o carisma e o ascetismo, ele acredita que a paixão, a serviço de uma ética da responsabilidade, possa ainda salvar o homem da imaturidade e da desumanidade, tanto das rotinas cotidianas quanto da manifestação extática irresponsável (Cf. Dow Jr.,1978, p.91). O compromisso ético do homem e, por extensão, da educação é fazer com que essa tensão se equilibre, e Weber teve essa esperança, tanto como homem quanto como acadêmico. Para isso, distingue três tipos principais de educação que, embora tenham se desenvolvido numa sequência verificável da História, não se excluem, antes se completam, permitindo-nos compreender, com propriedade, a educação moderna, segundo avalia Karl Mannheim. (Silva e Carvalho, 2006, p. 69).

ATIVIDADE

- 1) Como você compreende a burocracia e o carisma?
- 2) Para Weber, o professor deve se comportar como um verdureiro, onde a verdura vendida é feita dela o que cada um bem entende, e não, como um treinador de futebol, que direciona os jogadores a seguirem suas regras. Explique esse pensamento.



Fonte: www.sociologia.com.br

UNIDADE 3

AS TEORIAS CRÍTICAS

Nesta unidade 03, como já estudamos os teóricos clássicos da Sociologia, tentaremos realizar uma interligação entre esses pensamentos tradicionais e as teorias críticas mais atuais, como o neomarxismo, a política cultural e a pedagogia do oprimido.

O Pensamento neomarxista de Apple

Com relação à teoria neomarxista, temos Michael Apple como seu representante, onde embasado nas teorias marxistas, referente à sociedade, principalmente, porque a economia de uma sociedade capitalista acaba afetando as classes sociais subordinadas em esferas como a educação e a cultura (Silva, 2013).

Desta forma, o neomarxismo possui uma preocupação em tentar evitar que ocorra uma educação mecânica e reprodutiva do pensamento dominante, onde encontra em Gramsci um aporte para compreender que o este pensamento dominante se fortalece a partir do momento em que se tem a preocupação em manter o controle social através da educação e da cultura. Uma pergunta fundamental é entender qual conhecimento pode ser considerado verdadeiro.

Sendo assim, o currículo aparece como um mecanismo para que continue se mantendo o controle do saber para as classes dominadas, concretizando uma relação de poder entre os saberes transmitidos, a estrutura escolar e o currículo, ressaltando que por outro lado, existe a resistência e a luta por uma educação que considere os conhecimentos populares e preservação da cultura de cada comunidade.

A Política Cultural do Henry Giroux

Para Giroux as críticas se concentram numa reação que envolve o empirismo e o técnico, correntes que envolvem a educação dominante, atacando também o positivismo por segregar e fragmentar o processo educacional.

Giroux afirma que ao se concentrar em aspectos burocráticos e a racionalidade, o caráter histórico, cultural, ético e político acabam perdendo espaço com relação ao conhecimento que reconheça e aplique esses pressupostos (Silva, 2013).

Na educação, uma teoria libertadora seria aquela que emancipa o estudante em sua forma de pensar, agir, conhecer e vivenciar experiências e conhecimentos que o faça participar e questionar aquilo que está posto na esfera social, como por exemplo, atividades em sala que envolva a crítica e o questionamento.

Dito isto, percebemos também uma relação de poder em preservar a cultura dominante em detrimento da cultura popular, totalmente ligadas às desigualdades existentes pelas classes sociais, onde cada cultura pretende defender uma política cultura que os favoreça.

A Pedagogia do Oprimido de Freire

A Pedagogia do Oprimido é uma obra escrita pelo brasileiro Paulo Freire, onde este busca revolucionar o processo educacional, através de uma educação de adultos partindo da cultura desses alfabetizandos, considerando a sua experiência de vida, seus conhecimentos da cultura local.

Desta forma, Paulo Freire realiza uma crítica ao ensino tradicional, onde o educando presta atenção ao educador de forma passiva e sem reflexão e/ou críticas, o que ele denomina de **Educação Bancária**, comparando ao ato de realizarmos um depósito bancário, sem que ocorra um processo dialético entre educador/educando onde ambos possam aprender juntos compartilhando dos seus saberes.

UNIDADE 4

AS TEORIAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Relembrando um pouco de todos os conceitos e pensamentos visualizados ao longo das nossas aulas, agora chegamos ao momento de vincular tais estudos à realidade brasileira, ao longo do processo histórico, atravessando o século XIX, que foi bastante significativo com relação às mudanças, acarretando na construção de políticas públicas que contemplem tal educação.

A Formação da Educação Brasileira

A Educação Brasileira se constitui através das várias épocas com suas transições, desde a sua colonização caracterizada pela **catequese indígena** proveniente dos padres jesuítas, onde estudamos nas aulas de história da escola, caminhando através de um segundo período representado pelas vertentes de uma **Educação Religiosa e Tradicional** de leigos.

No terceiro período, consideramos o pensamento da **Pedagogia Nova e a Pedagogia Tradicional** e de um quarto período que abrange a Pedagogia Tecnicista até a atualidade, que envolve correntes do **Neoconstrutivismo, Neotecnicismo e o neo-escolanovismo**.

Apresentada essa divisão, veremos nas aulas 02 e 03, a seguir, dois textos do autor Dermeval Saviani, teórico brasileiro, que sistematizou em sua obra **História das Ideias Pedagógicas no Brasil (2007)**, como se deu e pode ser representada a periodização estruturada das ideias pedagógicas no Brasil, juntamente com os eventos que marcaram tal periodização, de acordo com contexto histórico e social da educação.

A Educação Brasileira no século XIX até os dias atuais

Periodização Preliminar das Ideias Pedagógicas no Brasil

Nessa investigação sobre a história das ideias pedagógicas no Brasil, parti de uma classificação das principais concepções de educação e, guiando-me pelo próprio movimento das ideias pedagógicas, construí uma periodização preliminar, distribuindo-as em oito períodos.

Investigando a história da educação e da pedagogia, estudando as diversas correntes pedagógicas e examinando a evolução da organização escolar, foi possível, pela articulação de três níveis de análise (os níveis da filosofia da educação, da teoria da educação e da prática pedagógica), chegar à identificação das principais concepções de educação cujas características procurei explicitar em trabalhos anteriores (Saviani, 1980, 1983 e 1984). A partir desses estudos formulei, à guisa de hipótese de trabalho, a seguinte periodização das ideias pedagógicas no Brasil:

- 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional;
- 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional;
- 3º Período (1932-1947): Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova;
- 4º Período (1947-1961): Predomínio da influência da pedagogia nova;
- 5º Período (1961-1969): Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista;
- 6º Período (1969- 1980): Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista;

- 7º Período (1980-1991): Emergência da pedagogia histórico-crítica e propostas alternativas;
- 8º Período (1991-1996): Neoconstrutivismo, Neotecnicismo, neo-escolanovismo. Que rumo tomarão as ideias pedagógicas no Brasil?

Saviani, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Os eventos a partir dos quais foram definidos os marcos da periodização são os seguintes:

- **1549:** Chegada ao Brasil dos primeiros jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Há, com efeito, razoável consenso entre os pesquisadores que é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas.
- **1759:** Expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Instituído colégios e seminários, os jesuítas exerceram o monopólio do ensino até sua expulsão, o que confere um caráter orgânico a todo esse período marcado pelo pleno domínio das ideias pedagógicas classificadas no âmbito da concepção tradicional em sua vertente religiosa. A partir de 1759, através das reformas pombalinas da instrução pública, abre-se espaço para a circulação das ideias pedagógicas inspiradas no laicismo que caracterizou a visão iluminista.
- **1932:** Divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. A partir da década de 1920, em especial a partir de 1924, quando se deu a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), ganha força o movimento renovador postulando a superação das ideias tradicionais e sua substituição pelo ideário da pedagogia nova. A divulgação do

“Manifesto” de 1932 é o marco indicador da disposição do grupo renovador de exercer a hegemonia do campo pedagógico. Entretanto, a disputa com o grupo católico revela-se acirrada, expressando um rigoroso equilíbrio de forças até meados da década de 1940.

- **1947:** Elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em decorrência do dispositivo da Constituição do Brasil promulgada em 1946, cabia ao governo central fixar as diretrizes e base da educação nacional através de lei promulgada pelo Congresso Nacional. Para cumprir essa exigência, o ministro da Educação constituiu uma comissão com a tarefa de elaborar um anteprojeto. Para integrar essa comissão, convocou as lideranças educacionais mais expressivas do país, ficando clara, pela composição da comissão, a supremacia dos representantes do movimento renovador em relação àqueles que ainda perfilavam a pedagogia tradicional.
- **1961:** Promulgação da primeira LDB. A aprovação da LDB fecha, de certo modo, a fase da predominância dos ideais renovadores. Com efeito, em razão dessa predominância, os próprios adeptos da pedagogia tradicional procuram incorporar aspectos do ideário renovador, sobretudo do ponto de vista metodológico e organizacional, como o fizeram os católicos, sem abrir mão, porém, da doutrina tradicional. Após a aprovação da LDB, ensaia-se a implantação de experiências inovadoras, mas acelera-se a crise dessa tendência articulando-se um novo ideário: a pedagogia tecnicista.
- **1969:** Entrada em vigor da lei n.5.540 (reforma universitária), regulamentada pelo decreto n.464 de 11 de fevereiro de 1969 e aprovação do parecer 252/69, que introduziu as habilitações técnicas no curso de pedagogia. As reformas do ensino preparadas pelo governo militar decorrente do golpe de 1964 começam a ser implantadas em 1969 sob a égide da

pedagogia tecnicista, que se torna a orientação oficial. Esta enfrenta, porém, a resistência de lideranças intelectuais expressivas que passam a elaborar e difundir a crítica à pedagogia oficial fortemente inspirada nas ideias constitutivas das teorias crítico-reprodutivistas.

- **1980:** Realização da I Conferência Brasileira de Educação (CBE). A I-CBE pôs em evidência a necessidade já amplamente sentida no seio da comunidade educacional de se ultrapassar a denúncia e se encontrarem alternativas à pedagogia oficial, o que se traduzia na exigência de se formular uma pedagogia crítica que, entretanto, não fosse reprodutivistas.
- **1991:** Realização da sexta (e última) CBE. O encerramento da série das conferências brasileiras de educação sinalizava o início de uma nova fase em que a “realidade rebelde” lançava uma ducha de água fria no entusiasmo que acompanhou, no âmbito da comunidade educacional, a formulação e as tentativas de implantação de propostas pedagógicas críticas.
- **1996:** Realização do I Congresso Nacional de Educação (CONED) e promulgação da segunda LDB. O ano de 1996 assinala ao mesmo tempo o predomínio da pedagogia oficial sobre o movimento dos educadores e a tentativa desse movimento de rearticular-se buscando abrir novos espaços para fazer prevalecer às ideias pedagógicas que defende. Com efeito, ao arrebatar das mãos dos educadores o controle do processo de discussão e aprovação da nova LDB por meio da articulação de um novo projeto que removeu aquele defendido pelo movimento educacional organizado, o governo federal conseguiu fazer prevalecer sua visão. Em contrapartida, ao realizar o I-CONED, os educadores manifestam a disposição de resistir às ideias pedagógicas dominantes aliando à crítica dessas ideias a formulação de

alternativas de política educacional que dêem uma nova substância à prática pedagógica.

Saviani, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

Encerrada essa etapa, vamos refletir acerca de como se encontra a nossa educação e como deveremos enquanto educadores, conduzir e construir de maneira construtiva a nossa atividade docente. Bom trabalho!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação – 22ª ed.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CARVALHO, Alonso Bezerra de, SILVA, Wilton Carlos Lima da (Orgs). **Sociologia e Educação** – São Paulo: Avercamp, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JAPIASSÚ, Hilton, DANILO, Marcondes. **Dicionário Básico de Filosofia – 3ª ed. rev. e ampliada** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARTINS, Carlos B. **O que é Sociologia – 5ª ed.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo – 3ª ed.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1973.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

